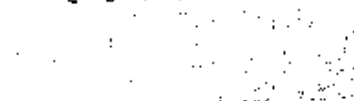


A HISTÓRIA ESCRITA

teoria e história da historiografia

Angelika Epple • Arno Wehling
Carlo Ginzburg • Frank R. Ankersmit
Hayden White • Horst Walter Blanke
Jörn Rüsen • Jurandir Malerba (Org.)
Masayuki Sato • Massimo Mastrogregori

E D I T O R A



Copyright © 2006 Editora Contexto

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Revisão
Lilian Aquino
Vera Quimanilha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A história escrita: teoria e história da historiografia /
organizador Jurandir Malerba. — São Paulo : Contexto, 2006.

Bibliografia.
ISBN 85-7214-303-7

1. História - Filosofia. 2. Historiografia -
História. 3. Historiografia - Teoria. I. Malerba,
Jurandir.

05-5761

CDD-901

Índice para catálogo sistemático:
I. Historiografia : História — 901

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Acopiara, 190 – Alto da Lapa

05083-110 – São Paulo - SP

FAX: (11) 3832-5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

2006

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



Sumário

Apresentação	7
Teoria e história da historiografia	11
<i>Jurandir Matéria</i>	
Para uma nova história da historiografia	27
<i>Horst Walter Blanke</i>	
Historiografia e tradição das lembranças	65
<i>Massimo Mastrogregori</i>	
Historicismo, pós-modernismo e historiografia	95
<i>Frank R. Ankersmit</i>	

Historiografia comparativa intercultural	115
<i>Jörn Rüsen</i>	
Gênero e a espécie da história	139
<i>Angelika Epple</i>	
Historiografia cognitiva e historiografia normativa	157
<i>Masayuki Sato</i>	
Historiografia e epistemologia histórica	175
<i>Arno Wehling</i>	
Enredo e verdade na escrita da história	191
<i>Hayden White</i>	
O extermínio dos judeus e o princípio da realidade	211
<i>Carlo Ginzburg</i>	
Os autores	233
Os tradutores	237

Apresentação

Este livro não é uma coletânea de textos perdidos em revistas espalhadas pelo mundo, mas um produto intelectual, fruto de inquietações e problemas presentes no trabalho dos historiadores. Minha função foi, após conceber o livro, a de buscar textos que pudessem responder ou, pelo menos, encaminhar adequadamente as inquietações dos meus colegas brasileiros.

Para atingir esse objetivo, procurei alguns dos mais relevantes historiógrafos em atividade e deles escolhi o texto que melhor se adequasse aos propósitos desta obra. Assim, não se trata de uma coletânea (no sentido de sair por aí coletando aleatoriamente), mas de um livro com propósito definido.

O critério principal para a seleção dos textos que constituem a presente obra foi a intenção de compor um painel, o mais amplo possível, dos campos problemáticos presentes na construção de uma teoria da historiografia, com vistas ao aprimoramento prático de uma revigorada história da historiografia. Nesse sentido, os textos aqui reunidos oscilam da reflexão teórica acerca do conceito de historiografia para a reflexão crítica de uma epistemologia da história, passando necessariamente pelas potencialidades e limites metodológicos que cada caminho apresenta. Tratam-se, como é notório, de autores consagrados do pensamento histórico contemporâneo, provenientes das mais distintas tradições nacionais e simpatias teóricas.

Embora possuam inúmeras interfaces, os capítulos compõem **quatro grandes blocos** temáticos. No primeiro, o foco recai primordialmente sobre o conceito de historiografia e o estatuto teórico do texto historiográfico. Elaborando síntese de vários ensaios importantes, Horst Walter Blanke ressalta a importância da teoria para a construção de uma renovada história da historiografia, esmiuçando as categorias fundamentais inerentes à sua prática e dedicando relevante espaço também à perspectiva de gênero na crítica historiográfica. O editor da revista *Storiografia*, Massimo Mastrogregori, oferece-nos um trabalho que aglutina reflexões desenvolvidas em vários momentos, dispersos em periódicos em três idiomas, que sintetizam seus entendimentos sobre as potencialidades da investigação em história da historiografia e os motivos que explicam, por um lado, o restrito interesse dos próprios historiadores profissionais, e, por outro, do público não especializado em geral por esse campo que nos esforçamos por cultivar.

O problema da hermenêutica histórica está presente no ensaio seminal de Frank Arkersmit, que, partindo da aporia rortyana de que "a linguagem adere ao mundo", ou seja, sobre o problema filosófico fundamental de como as palavras agem formalmente em relação aos objetos, analisa a hermenêutica historista das vertentes pós-modernas no campo historiográfico, com vistas a pensar as condições sob as quais um conhecimento seguro e objetivo seria possível.

O segundo grande bloco a que aludimos poderia ser rotulado, na falta de melhor denominação, por ensaios com propostas mais teórico-metodológicas para o campo da história da historiografia propriamente dita. Aqui, o ensaio de Jörn Rüsen, formulando os princípios para uma análise historiográfica em bases comparativas e interculturais é paradigmático. Releva a importância da reflexão teórica, do tipo específico de debate no campo da teoria, e oferece indicações preciosas a respeito do método comparativo em análises interculturais (transnacionais) no campo da historiografia, ou seja, o que deve e pode ser comparado e como fazê-lo. Nesse sentido, o historiador japonês Masayuki Sato proporciona rara oportunidade para pensarmos que existem possibilidades e finalidades outras de se conceber e praticar o conhecimento histórico diferentes do modo como nós ocidentais estamos familiarizados. À sua maneira, introduz um elemento antropológico na reflexão historiográfica, como Rüsen também faz em seu ensaio. E como expõe também Angelika Epple, ao perguntar-se se as mulheres têm sua própria história e quais desafios específicos enfrenta o pesquisador ou pesquisadora que se propõe a (re)escrever a história sob tal perspectiva. A

reconstrução da historiografia passa pela consideração da questão de gênero, que esteve à margem da historiografia ocidental até cerca de 30 anos atrás.

O terceiro bloco temático conduzirá a discussão teórica da prática historiográfica para o campo epistemológico. Em ensaio inédito, Arno Wehling aprofunda hipóteses por ele mesmo aventadas em trabalhos anteriores, sobre as potencialidades da historiografia como lugar do exercício da reflexão epistemológica em história. Para tanto, retoma os autores paradigmáticos na fundamentação da história da historiografia como campo específico de investigação e desenvolve sua tese a partir das sugestões de Charles Canguilhem, no sentido de que o “conhecimento da história de uma ciência, passando por suas sucessivas metodologias, resultados, dúvidas e certezas, constituía-se em excelente exercício prático para sua construção teórica”.

O último bloco problemático seria quase um exemplo das implicações políticas do exercício historiográfico, que tomamos propositadamente no exemplo-limite da história do Holocausto. Em *Probing the limits of Truth. Nazis and the “Final Solution”*, Saul Friedlander reuniu 19 ensaios que abordam aspectos variados da “reapresentação” do Holocausto. Na introdução à coletânea, deixa clara sua intenção de utilizar-se de um evento-limite para testar visões opostas da natureza da verdade histórica, em uma palavra, para “desafiar os teóricos do relativismo a encararem os corolários de posições que, de outra maneira, podem ser tratadas com facilidade em nível abstrato”.

Hayden White, no ensaio incluído naquela coletânea e aqui traduzido, retoma suas concepções já bastante conhecidas acerca da inseparabilidade entre “forma e conteúdo” na narrativa histórica. A novidade, porém, é que Hayden White parece um tanto hesitante em face da questão da “realidade” do Holocausto, sobretudo quanto à “realidade dos fatos” e a suposta “equivalência das narrativas” do Holocausto. Para enfrentar o problema da equivalência entre todas as narrativas, White segue o mesmo caminho anterior: primeiro, reafirma que existe “uma relatividade inevitável em toda representação dos fenômenos históricos”; a seguir, busca contornar as consequências desse relativismo introduzindo dois conceitos aplicáveis ao caso do Holocausto: os conceitos de *intransitive writing* e *middle voice*.

Os críticos de Hayden White serão veementes na refutação de seus esforços teóricos. O historiador Carlo Ginzburg, particularmente, é categórico na crítica ao relativismo e fulminante na análise das dimensões éticas do próprio debate, do ponto de vista das matrizes filosófico-políticas do idealismo de White. Ginzburg vai situar a questão ética nos argumentos que

White utiliza em suas críticas a Vidal Naquet, na refutação que este último fez às "mentiras de Faurisson". Contestando a alusão de Naquet ao "terreno da história positiva", White critica o uso de noções como "mentira", "erro", "equivoco", por implicarem conceitos como os de "realidade" e "prova" quando, segundo ele, "a verdade de uma interpretação histórica consiste precisamente na sua eficácia". Ora, dirá Ginzburg, esse critério da "eficácia" aproxima perigosamente as idéias de White da ideologia nazi-fascista e será contra sua ética discutível que o célebre historiador italiano argumentará a favor da significação da leitura das evidências disponíveis, mesmo que essas se reduzam a um único testemunho – *just one witness* –, pois "não é a eficácia que constitui a verdade de uma narrativa".

Obviamente, qualquer lacuna fundamental pode ser apontada nesse conjunto, os inúmeros autores e ensaios não incluídos aqui. À semelhante objeção, porém, basta lembrar que o afã de abarcar o mundo não cabe entre os objetivos de uma antologia, que deve senão aspirar a ser uma seleção criteriosamente executada. Meus critérios foram expostos nesta breve apresentação, assim como meu objetivo final, que é o de, facilitando o acesso a textos seminais, angariar mais atenção por parte dos historiadores para a urgência do aprofundamento da reflexão teórica e para potencialidade da historiografia, como campo de experimentação e pesquisa.

* * * * *

Certas editoras, tradutores e autores, de acordo com diversos critérios conceituais e normas gramaticais, distinguem história de História. Optamos, entretanto, neste livro, por grafar os termos história, historiografia e teoria da história sem maiúsculas, tanto por uma questão de padronização quanto para não desprestigiar as distinções e/ou ambigüidades conceituais (às vezes propositais) destacadas pelos pensadores da história que assinam os textos desta obra.

Jurandir Malerba

Teoria e história da historiografia

Jurandir Malerba

Este livro conflui para um campo problemático e investigativo dos mais ricos, tanto como reflexão em torno do trabalho dos historiadores quanto como veio de pesquisa histórica concreta. Pensar o estatuto do texto histórico, produto da arte ou da ciência dos historiadores, de qualquer modo resultado do seu *trabalho*, do seu *ofício*, fez-se mister no cotidiano dos profissionais da história, particularmente vinculados a instituições acadêmicas. Por outro lado, desde há muito, alguns deles já haviam percebido a riqueza potencial insondável acumulada na obra de inúmeras gerações de historiadores que construíram, cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia.

O exercício de pensar o estatuto do texto histórico abre, pois, para essas duas frentes, que tendem a convergir novamente na prática historiográfica. Não há, ou não deveria haver, historiador profissional que não pensasse cada etapa e implicação de seu *ofício*; que não ponderasse sobre o fato de que todo problema histórico, ao se tornar matéria da prática e da razão histórica, parte

do texto e culmina no texto. Tal afirmação heterodoxa, assim posta, já seria suficiente para suscitar infundáveis conclusões. "A história parte do texto" soaria um reducionismo positivista para uns; "a história termina no texto" implicaria um outro reducionismo, pós-moderno, diriam outros. A própria maneira de enunciar encerra distorções inequívocas, concordariam todos.

Fato incontornável é que o produto do trabalho metódico de pesquisa e reflexão histórica dos historiadores ao longo dos séculos resultou em uma imensa e inescrutável biblioteca de artefatos históricos, que guarda não só o percurso do desenvolvimento histórico da própria disciplina, do *metier*, como também as relações orgânicas deste com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado, a tal ponto que acabaram aperfeiçoando os instrumentos de sua construção e desconstrução, a teoria e a metodologia da história e a crítica historiográfica.

A passagem do século XVIII para o XIX talvez tenha assistido ao momento de maior avanço no campo da Teoria da História, por aqueles que, como Hegel, para chegar a um único e suficiente exemplo, buscavam entender e explicar, de preferência na forma de leis universais, o funcionamento das sociedades e sua evolução no tempo, sua história. Karl Marx talvez seja o exemplo mais emblemático a continuar tal trabalho no século XIX, agora não mais no âmbito do "Espírito", mas na observação das contradições inerentes à vida material das sociedades de classes. No início do século XX, sob impacto das ondas científicas – elas ditavam os paradigmas de toda reflexão racional –, começou-se a levar em consideração que mesmo um conhecimento tão frágil como aquele produzido por historiadores, "cientistas" que lidam com fatos singulares, que os narram e inevitavelmente os impregnam de ideologia. Mesmo esse conhecimento tão simplório requeria uma metodologia que dignificasse a história como ciência, ainda que "em construção". Wilhelm Dilthey buscou delinear um nicho epistemológico próprio para essas ciências de espíritos tão singulares. O século XX fez avançar a reflexão e, da abertura da história às ciências sociais, resultou a revolução na concepção do tempo histórico e na metodologia da disciplina – e os *Annales* são os exemplos mais distintos desse movimento.¹

Em linhagem direta dos questionamentos estruturalistas e, depois de 1968, do pós-estruturalismo, emerge no final dos anos 80 o movimento que ficou conhecido como pós-modernismo. Suas principais diretrizes estão sumarizadas na coletânea organizada por Keith Jenkins.² Em resposta a ela, o historiador Perez Zagorin delinear as vigas mestras do pós-modernismo e descerrou-lhe

crítica contundente. De acordo com Zagorin, o pós-modernismo é um conceito amorfo e um sincretismo de diferentes teorias, teses e reivindicações incluídas sob essa alcunha. Todas elas tiveram origem na filosofia germânica moderna, especialmente em Nietzsche e Heidegger, na adaptação dessa filosofia por vários intelectuais franceses desde a década de 1960 e nas teorias pós-estruturalistas da linguagem, como as originadas na França no mesmo período. Em um sentido geral, o pós-modernismo sustenta a proposição de que a sociedade ocidental, nas décadas mais recentes, passou por mudança de Era Moderna para "Pós-moderna", que se caracteriza pelo repúdio final da herança da Ilustração, particularmente da crença na "Razão" e no "Progresso", e por uma insistente incredulidade nas grandes metanarrativas, que imporiam direção e sentido à história, em particular à noção de que a história humana é um processo de emancipação universal. No lugar de grandes metanarrativas do gênero, afirmasse, vieram uma multiplicidade de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento com uma dissolução da idéia de verdade, além de problemas de legitimação em vários campos.³

Após esse impacto bombástico dos determinismos da linguagem em todos os rincões das ciências humanas, foi impossível para a história permanecer adversa e imune à controvérsia sobre o que resulta do trabalho do historiador. Qual o estatuto do texto historiográfico? Bem rápida e rasteiramente, a redefinição radical dos objetivos da teoria da história, de uma teoria que buscava compreender o "sentido" do movimento histórico, suas "leis" e seus "motores", suas determinações, para uma teoria que visa desvendar os artifícios da construção do texto histórico como artefato lingüístico, se impôs a partir dos questionamentos das diversas vertentes pós-modernas, que, em linhas gerais, assentam em duas grandes teses ou pressupostos.

A primeira tese é a do anti-realismo epistemológico, que sustenta que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas. Tais representações são, portanto, construídas como referidas não ao passado, mas apenas a outros e sempre presentes discursos, assertivas e textos históricos. Assim, retirando quaisquer pretensões do conhecimento histórico de se relacionar com um passado real, o pós-modernismo dilui a história em uma espécie de literatura e faz do passado nada mais nada menos do que um texto.

A segunda tese é a do narrativismo, que confere aos imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso, inerentes a seu estatuto lingüístico, a prioridade na criação das narrativas históricas. De acordo com essa tese, as histórias ficcionais inventadas por escritores e as narrações dos historiadores não diferem uma da outra em nenhum aspecto essencial, já que ambas seriam constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas. A maneira como as narrativas históricas são construídas, segundo os postulados narrativistas, e as conexões que elas estabelecem entre os eventos e as interpretações e explicações que apresentam, são assim vistas como construções impostas sobre o passado, antes que fundadas nos, limitadas aos ou respondíveis pelos fatos tais como expostos nas evidências. Do ponto de vista narrativista, os tropos e gêneros literários empregados pelos historiadores prefiguram e determinam a visão, a interpretação e o sentido dos fatos. Pelo mesmo enfoque, eles também colocam as narrativas históricas na mesma categoria que discursos ficcionais de escritores e artistas, de modo que seria impossível fazer distinção entre história e ficção ou atribuir diferentes interpretações históricas na base de fatos ou evidências. O que está em xeque nessas teses é a própria objetividade do conhecimento histórico e, por conseguinte, os limites estruturais da verdade de seus enunciados.

Passado certo tempo do impacto das teses pós-estruturalistas, depois alcunhadas correta ou erroneamente "pós-modernas", talvez já seja possível mensurar os limites de suas contribuições efetivas. Não sendo cabível aqui avaliar quantitativamente esse impacto na historiografia – que é muito menor do que faz crer o alarde com que as teses pós-modernas foram veiculadas –, diríamos apenas que, no campo da teoria da história mais do que no da historiografia, o pós-modernismo efetivamente contribuiu para derrubar alguns dogmas, alguns postulados férreos que sobreviveram à derrocada de certa concepção de história herdeira de alguns fundamentos iluministas, humanistas e cientificistas e ainda vigente em muitos pólos importantes durante a década de 1970. O pós-modernismo teve esse efeito deletério de pôr ao chão os argumentos de certas versões marxistas esquemáticas e de reminiscências cientificistas insistentes. Porém, fora essa atitude iconoclasta – sem dúvida alguma fundamental para a superação do estado do debate –, pouco contribuiu o pós-modernismo para a teoria da história e para a historiografia. Fez avançar negando e derrubando, mas pouco colocou no lugar.

As contendas entre “racionalistas” e “pós-modernos”, diálogo de surdos, tende a esvaír-se por si mesma, mas deixará suas marcas. Os ensaios aqui reunidos em alguma medida refletem o estado da questão, ao mesmo tempo em que apontam para caminhos próprios, não de solução, mas de um re-equacionamento do problema.

Por outras vias, aqueles interessados em aperfeiçoar o arsenal conceitual para a prática de uma história da historiografia haverão de começar por pensar teoricamente o próprio conceito de historiografia e não poderão escapar aos resultados dos enfrentamentos entre realistas e narrativistas, tal como sumarizado anteriormente. Se, como vimos, filósofos e historiadores antigos empenharam-se por esclarecer os mistérios da evolução das sociedades, formulando sofisticadas teorias da história, no atual estágio da nossa disciplina, sobretudo para aqueles interessados em tomá-la como fonte e objeto de investigação, parece faltar um campo de entendimento comum sobre o próprio estatuto do escrito histórico: enfim, um conceito operacional de historiografia. Nossa intenção é apontar para uns poucos aspectos que nos parecem iniciais nesse terreno, sempre no sentido de montar melhor a equação, mais do que pretender oferecer qualquer fração de solução. Essa poderá começar a ser buscada nos capítulos que compõem este livro, obra daqueles que têm competência necessária para fazê-lo.

A prática da crítica historiográfica¹

O caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas. Embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho do profissional de história exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos de nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.

Contudo, não podemos afirmar que, na prática, o exercício da crítica historiográfica tem sido feito dentro de parâmetros ao menos análogos e nem recebido a mesma atenção por parte dos historiadores – e seu exercício no Brasil é prova irrefutável disso.

Foi Benedetto Croce quem primeiro sistematizou os problemas inerentes à crítica de uma obra do gênero histórico.⁶ Segundo o filósofo, a crítica dos livros de história enfrenta dificuldades análogas à crítica dos livros de poesia. Os críticos muitas vezes não sabem como abordar tanto uns como outros e têm dificuldade em perceber qual o fio que os liga a suas mentes; outras vezes, utilizam-se de critérios estranhos e arbitrários, múltiplos, ecléticos e discrepantes; seriam poucos os que julgam segundo o único critério aquele conforme à sua própria natureza.⁶

Por isso, Croce procurou lançar as bases metódicas para uma crítica historiográfica conveniente. O julgamento de uma obra de história deveria ser levado a cabo não pela quantidade e exatidão de informações que ela fornece.⁷ Claro que se deve sempre esperar que as informações dos livros de história sejam *verdadeiras*, senão por outro motivo, porque "a exatidão é um dever moral" dos historiadores. Também não se deve julgar a obra histórica pelo prazer que o livro proporciona, pela excitação ou comoção que provoque; mas simplesmente por sua *historicidade*:

O julgamento de um livro de história deve fazer-se unicamente segundo sua historicidade, como o de um livro de poesia segundo sua poeticidade. E a historicidade pode ser definida como um ato de compreensão e de inteligência, estimulado por uma exigência da vida prática, que não pode satisfazer-se passando à ação se antes os fantasmas, as dúvidas e a escuridão contra os quais se luta não são afastados mercê da proposição e da resolução de um problema teórico, que é aquele ato do pensamento.⁸

Discutindo o caráter da subjetividade inevitável ("boa" ou "má") presente na análise histórica, Paul Ricoeur afirma que sempre esperamos do historiador um certo tipo de subjetividade, precisamente aquela apropriada à que convém à história. Como Jörn Rüsen sistematizou depois, não se trata de tentar eliminar a subjetividade do ato cognitivo, como um dia iludiram-se os historiadores metódicos. Ela deve entrar na equação, mas como uma subjetividade *exigida* pela objetividade que se espera. Existiria, pois, uma subjetividade boa e uma subjetividade má: para efetuar a separação entre ambas, Ricoeur se apóia em Marc Bloch e sua programática do ofício do historiador.

A história opera e exige uma objetividade própria, que lhe convém; a maneira como ela cresce e se renova no-lo atesta: procede a história sempre da *retificação* da arrumação oficial e pragmática feita pelas sociedades tradicionais com relação a seu passado. Tal retificação não é diferente do espírito de retificação operada pela ciência física em relação ao primeiro arranjo das aparências na percepção e nas cosmologias que lhes são tributárias." (grifo meu)

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária *retificação das versões* do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado. A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e/ou no alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica.

Nessa brecha se instaura a história da historiografia como ramo legítimo do conhecimento histórico. Mas os impasses epistemológicos da disciplina permanecem. Como reflete acertadamente Arno Wehling, as saídas meramente metodológicas não esgotam a questão. A proposta de Jacques Le Goff, de uma pan-história, que incorporasse as contribuições de todas as ciências sociais em uma macroperspectiva, afigura-se ineficiente, bem como as soluções puramente teóricas.¹⁰ Acolhemos com segurança a proposta de Wehling de encaminhar o aprofundamento teórico da história no sentido do conhecimento da historiografia:

A resposta para o papel de uma epistemologia da história, parece-nos, está no momento intermediário da epistemologia "geral" com o mundo revelado pela pesquisa histórica, através da historiografia. Uma análise historiográfica, além dos elementos empíricos, metodológicos, ideológicos, sociais (da sociologia do conhecimento) que revele, pode ser útil "objeto" de investigação para o estudo da construção de um saber histórico que seja análogo aos demais saberes da história da ciência, sem que tenha relações necessárias com a metodologia da história (no sentido de fornecer elementos críticos) e muito menos com a empiria (o que afasta de antemão qualquer tentativa de trabalhar a "filosofia material da história"). (grifos meus)¹¹

Experiência histórica e conhecimento histórico

O estabelecimento de um conceito operacional de "historiografia" requer uma reflexão, breve que seja, sobre as dubiedades que marcam o próprio conceito de "história". Alex Callinicos indica como origem das deturpações pós-modernas, nas quais a meta-história acaba por absorver aquilo que convencionalmente se pensava como um referente existindo indepen-

dentamente do discurso histórico, a própria ambigüidade da palavra *hi-stória*. Seguindo as reflexões de W. Walsh, Callinicos lembra que “história” cobre (1) a totalidade das ações humanas passadas e (2) a narrativa ou o relato que delas construímos hoje, ou seja, a “historiografia”. Essa ambigüidade é importante, pois abre a dois campos distintos da filosofia da história. Tal estudo pode voltar-se, como o foi na forma tradicional, ao curso real dos eventos históricos, a história vivida pelos agentes, no sentido da “experiência histórica”. Também pode, por outro lado, ocupar-se com os processos do pensamento histórico, os meios pelos quais a história no segundo sentido chega – ou constrói – àquela. Portanto, conduz tanto à filosofia da história como à historiografia.¹²

Em suas reflexões profundas do porquê se escreve e reescreve a história, e particularmente das razões da explosão dessa reescrita na última geração, o filósofo Louis Mink caracteriza a história como a última fronteira a ser explorada pela civilização ocidental. A inesgotabilidade da história residiria exatamente naquela dubiedade a que vimos nos referindo, e que Mink chama do “senso do paradoxo” – o qual, por sua vez, é a grande força intelectual motivadora da filosofia da história hoje em dia:

A surpresa da história, parece-me, assenta em nossa aguda consciência da diferença entre história-como-escrita e história-como-vivido, aqueles dois sentidos do único termo “história” [...]. Nós ainda desejamos chamar o conhecimento histórico de uma reconstrução, não de uma construção *simpliciter*. Não é fácil superar a crença de Ranke, de que a história pode representar o passado *wie es eigentlich gewesen* (embora parcialmente). Então, nesse aspecto eu penso que nós não alcançamos nada como uma visão coerente de história-como-realidade-passada e de história-como-conhecimento-presente; antes, nós oscilamos entre um lado e outro do paradoxo, às vezes tão rapidamente que facilmente acreditamos que as crenças em ambos os lados são coerentes simplesmente porque nós sustentamos a ambas...¹³

Nessa mesma linha e em outra chave, Armando Saitta, seguindo a reflexão iniciada pelas célebres questões formuladas por Lucien Febvre, prefere deixar de lado as implicações a elas inerentes, implicações que só podem ser pensadas e respondidas, como vimos Mink fazer, em um plano puramente filosófico e necessariamente não-historiográfico. E reforça a ambigüidade do conceito:

A língua italiana, assim como a francesa, unifica no mesmo termo duas realidades completamente diferentes: “história” (*histoire*) significa tanto a história *rerum gestarum* como as *res gestae*; ao contrário, em alemão se utiliza a expressão *Geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos e o termo *historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos.¹⁴

A dupla significação do uso lingüístico moderno de “história” [*Geschichte*] e “história” [*histoire*], que faz que ambas expressões possam qualificar tanto a conexão entre os sucessos como sua representação, foi aprofundada também por Reinhardt Koselleck. Para o historiador dos conceitos, tais questões têm tanto um caráter histórico como sistemático.¹⁵

A convergência entre ambas é histórica, datada: teve lugar a partir do século XVIII. Enquanto singular coletivo, a história é um processo sistemático que marca a experiência da modernidade. Nesse cenário, coincidente com a concepção da “história absoluta” que deu início à filosofia da história, interpolou-se o significado transcendental de história como âmbito da consciência e da história como âmbito da ação. Paradoxalmente, o surgimento da filosofia da história, singular coletivo, coincide com a consciência da existência de “histórias”, no plural – ou seja, para o reconhecimento da pertinência da historiografia.

Em busca de uma definição de historiografia

Frank Ankersmit tem uma definição poética do conceito: “Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sob ela”.¹⁶ Essa seria uma expressão estilisticamente formulada de um entendimento corrente em um amplo círculo de historiadores contemporâneos, que alguns críticos denominam de “narrativistas”. Como rapidamente indicado anteriormente, a tese principal que sustentam é a do anti-realismo epistemológico, segundo a qual a história é um construto intelectual, um discurso, que não guarda articulação com nenhum referente extralingüístico,¹⁷ com nenhum “mundo histórico” (para usar o adágio dilttheyano). Não entraremos no mérito dessa discussão senão na exata medida em que ela incida sobre nossa necessidade de construir um conceito mais operacional de historiografia.

Não há dúvida de que a historiografia é uma representação do passado. Há como sustentar uma divergência, contudo, quanto à suposta desvinculação dessa representação de seu referente histórico. Tendo a concordar com Reinhardt Koselleck quando afirma, ao pensar a relação entre representação, acontecimento e estrutura, que as questões acerca da representação e de até

que ponto a *historie* narra quando descreve apontam, no âmbito do conhecimento, para diferentes tramas temporais do movimento histórico. O descobrimento de que uma “história” está desde sempre já pré-formada – os narrativistas dizem “prefigurada” – extralingüisticamente “não apenas limita o potencial de representação como também reclama do historiador *estudos objetivos de existência das fontes*”.¹⁸ Vale a pena insistir, nesse sentido, na necessária articulação da historiografia com a história, da *historie* com a *Geschichte*.

A “paternidade” da história e da crítica historiográficas, que lançou as bases desse tipo de investigação, costuma ser atribuída ao filósofo e historiador italiano Benedetto Croce. Suas formulações elucidam a propriedade “histórica” da historiografia, que faz dela um meio dos mais ricos para se conhecer as sociedades passadas. Para ele, a historiografia é sempre essencialmente contemporânea:

Toda história é contemporânea; prova-o a existência da historiografia. O crivo dessa deliberação é o interesse de um historiador ou de uma sociedade.[...] sua condição de existência é a inteligibilidade do próprio fato “para nós”, “que ele vibre na alma do historiador”, através dos *documentos*; sempre ligado a seu fato haverá um feixe de narrativas, de acordo com suas potencialidades para fazer-se sempre vivo e atual – e as narrativas (historiografia) que se formam vão se tornando elas próprias fatos documentados de outros tempos, a serem interpretados e julgados.¹⁹

O teórico alemão Jörn Rüsen, tratando da distinção entre “realidade” e “imaginação”, concorda com Croce no sentido de que a narrativa constitui a consciência histórica na medida em que evoca *lembranças*, no trabalho de interpretação das experiências do tempo. O mergulho no passado será *sempre dado pelas experiências do tempo presente*. Tal idéia é reiterada em outros momentos de sua obra, como quando reflete sobre a metodização do pensamento histórico:

É sabido que as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público. É igualmente sabido, todavia, que as histórias não são apenas reescritas, mas também – ao menos na perspectiva do longo prazo – mais bem escritas, desde que a metodização de sua garantia de validade se tornou científica. Elas se tornam melhores no sentido de que, ao longo do desenvolvimento da história como ciência, nós passamos a conhecer o passado melhor e com mais precisão.²⁰

Croce foi um dos pioneiros na reflexão do porquê se reescreve a história a cada geração. O historiógrafo italiano Armando Saitta, seu discípulo, retoma essa questão da constante reescrita da história, a “humanidade” do historiador, a sempre contemporaneidade da história: *veritas filia temporis*. Não obstante ser conformada por “versões”, às vezes antagônicas, nem por isso ela deixa de ser objetiva. Diferentemente do que pode acontecer nas

ciências naturais, na história dificilmente uma obra histórica é totalmente “superada”, até porque ela se torna documento de uma época: há sempre algumas páginas que resistem à crítica mais inclemente.²¹

As definições de historiografia, pois, tendem a entendê-la como produto resultante da prática dos historiadores em geral. E não há motivo para se questionar, a princípio, tal definição, esposada por renomados historiadores da história, como Charles Olivier Carbonell:

O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa – supondo que ela ainda existe e que a semi-amnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem.²²

Carbonell nos oferece, nessa generosa definição, uma proposição de método: a historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou.

Destacados filósofos da história, como Rüsen e Agnes Heller, concebem a “historiografia” (“escrever história” no sentido mais amplo da palavra), assim também a filosofia da história, como objetivações que aspiram à compreensão da história, como formas elaboradas e diferenciadas da consciência histórica. Segundo Heller, elas refletem sobre a história; o objeto de sua investigação é a história *sensu stricto*.

A historiografia, assim como a filosofia da história, está sujeita à historicidade, ou seja, a mudança em seu próprio objeto, mas é uma empresa contínua há 1500 anos. A filosofia da história, porém, surgiu em um estágio da consciência histórica relativamente recente. Enquanto a historiografia é insubstituível, a filosofia da história é apenas uma subespécie da filosofia, não uma objetivação independente: pode ser substituída por outros gêneros filosóficos.²³

Rüsen, por sua vez, que define historiografia como produto intelectual dos historiadores, reafirma tanto a historicidade da historiografia quanto sua efetividade textual. O conhecimento científico obtido pela pesquisa, com efeito, exprime-se na historiografia, para a qual as formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa.²⁴ Os processos metodicamente regulados de pesquisa, no conhecimento histórico, culminam nas formas de apresentação, entendidas como quarto fator do pensamento histórico, ao lado do interesse, dos critérios de ação e do método de pesquisa

empírica. Ainda que frequentemente negligenciadas como menos importantes, ou até mesmo “externas” à ciência, elas fazem parte do trabalho do historiador. Não se resumem a mero resultado dos fatores anteriores, embora a obtenção do conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela regulação de métodos, tenda, por princípio, a tornar-se historiografia. Ela mesma é um produto da pesquisa histórica.

Sendo originária de uma necessidade da consciência histórica de orientação temporal no mundo, Rüsen demonstra as dificuldades de se pensar a historiografia como representação:²⁵

O trabalho da consciência histórica é feito em atividades culturais específicas. Eu gostaria de chamá-las *práticas de narração histórica*. Por meio dessas práticas a “historiografia” torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana. Qualquer comparação intercultural tem que sistematicamente levar em conta essas práticas e tem que interpretar formas específicas da atividade cultural universal de fazer sentido do passado por meio da narração.²⁶

Nesse reino das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social.

Historiografia é uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos que são expostos como “factuais”, ou seja, como uma qualidade especial de experiência. Para propósitos comparativos, é importante saber como essa relação aos assim chamados fatos do passado é organizada e apresentada. Uma outra característica da historiografia é sua *forma lingüística*. Ela é apresentada em verso ou em prosa? O que esses dois modos de apresentação de escrita indicam? É essa distinção à mesma por meio das fronteiras culturais? Na cultura ocidental, prosa indica uma certa racionalidade, um modo discursivo da experiência do passado na base de uma idéia integradora de sentido e evidência empírica.²⁷

Uma definição técnica do conceito, com vistas a torná-lo operacional no campo da pesquisa em história da historiografia, é proposta por Paul Ricoeur. Para o filósofo, é na fase escritural da atividade de investigação que plenamente se declara a intenção precípua do historiador de representar o passado tal como ele se produziu (“*wie es eigentlich gewesen*”, conforme o adágio rankeano) – qualquer que seja o sentido que se atribua a “tal como”.

Eu prefiro finalmente o termo “fase”, na medida em que, na ausência de uma ordem cronológica de sucessão [na investigação], ele sublinha a progressão da operação quanto à manifestação da intenção historiadora de reconstrução verdadeira do passado. Não é senão na terceira fase, com efeito, que se declara abertamente a intenção de representar a verdade das coisas passadas, por que se define face à memória o projeto cognitivo e prático da história tal como a escrevem os historiadores de ofício.²⁸

O termo “historiografia” é empregado especificamente para a terceira fase, da representação escrita, o produto final da produção histórica.

Eu o emprego [o termo historiografia], tal como Certeau, para designar a operação mesma em que consiste o conhecimento histórico depositado na obra. A escolha do vocabulário tem uma vantagem maior que não surge quando se reserva essa denominação à fase escritural da operação, como sugere a própria composição da palavra: *historiografia*, ou *escritura da história*. A fim de preservar a amplitude do emprego do termo historiografia, eu não chamo de escritura da história à terceira fase, mas fase literária ou escritural, já que se trata de um modo de exposição, de demonstração, da exibição da intenção historiadora inscrita na unidade de suas fases, a saber a representação presente das coisas ausentes do passado. A escritura, com efeito, é o solo da linguagem que o conhecimento histórico nos franqueia, em seu enlaçamento da memória para vivenciar a tripla aventura do arquivamento, da explicação e da representação. (grifo meu)²⁹

Os esforços de Rüsen no sentido de uma metodização da operação histórica acabam aproximando seu conceito de historiografia ao de Paul Ricoeur. Para o teórico alemão, a historiografia teria passado a um segundo plano em função da proporção que a pesquisa ocupou na operação histórica, e o papel da teoria é justamente o de questionar isso: ela deve refletir sobre as formas de apresentação como um dos fundamentos da ciência histórica e valorizar a historiografia como seu campo específico. Nesse sentido, a teoria da história não se resumiria a uma teoria da arte de escrever história, mas “enuncia os princípios que consignam a pretensão de racionalidade da ciência histórica de tal forma que eles valham também para a historiografia”. Assim, a teoria ganha uma função nova: a de racionalizadora da pragmática textual exercida pela teoria da história na historiografia. A historiografia passa a ser, desse modo, parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um *saber redigido*.³⁰

Do que pudemos rapidamente refletir acerca do conceito de historiografia, como produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social – portanto, enquanto produto da experiência histórica da humanidade –, podemos concluir que ela se apresenta duplamente

como objeto e como fonte histórica. Talvez função desta mesma interpolação que lhe é inerente, resulta a permanente dificuldade em circunscrever a historiografia como legítimo campo de investigação. Ela estará sempre, dado seu próprio estatuto, vinculada a uma história das idéias e dos conceitos, portanto uma história necessariamente conceitual. Mas Koselleck já ensinou como fazê-la, mostrando como os conceitos não são castelos no ar. Inscreveu, assim, a história da historiografia no campo da história social. Ela está toda aí, virgem, à nossa espera.

Notas

- ¹ Cf. José Carlos Reis, *Nouvelle histoire e tempo histórico*, São Paulo, Ática, 1994; Idem, *Tempo, história e evasão*, Campinas, Papirus, 1994; Idem, *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ² Keith Jenkins (org.), *The postmodern History reader*, Londres/Nova York, Routledge, 1997.
- ³ Cf. Perez Zagorin, *History, the Referent, an Narrative: Reflections on Postmodernism Now*, em *History and Theory*, n. 38, v. 1, pp. 1-24, fev. 1998, p. 16 ss.
- ⁴ A reflexão seguinte foi parcialmente publicada como Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão, em *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 17, 2003, pp. 23-56.
- ⁵ Mantendo a tradição italiana, vale a pena conferir todos os ensaios contidos no n. 1 da revista *Storiografia*, editada por Massimo Mastrogregori, que tem por tema justamente "La recensione: origini, splendori e declino della critica storiografica". Cf. M. Mastrogregori (ed.), *Storiografia*, Roma, v. 1, 1997.
- ⁶ Benedetto Croce, *A história: pensamento e ação*, Trad. Darcy Damasceno, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962, p. 11.
- ⁷ "Os recolhidos de notícias chamam-se crônicas, apontamentos, memórias, anais, mas não mais história." Cf. Benedetto Croce, op. cit., p. 12.
- ⁸ Benedetto Croce, op. cit., p. 18 ss.
- ⁹ Paul Ricoeur, *História e verdade*, Rio de Janeiro, Forense, 1968 (1955), p. 24.
- ¹⁰ Popper já combatia com a razão a idéia de uma "história teórica" em *A miséria do historicismo*, semelhante a uma "física teórica", o que nos faria recair na velha filosofia da história, conforme o programa setecentista. Lembrem-se os estragos causados, na mesma linha, pela "ciência conceitual" defendida pelos althusserianos. Cf. François Dosse, *História do estruturalismo*, São Paulo, Ensaio, 1994, 2v.
- ¹¹ Arno Wehling, *Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas respectivas origens*, em *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro, INCT, 1994, p. 94.
- ¹² Alex Callinicos, *Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History*, Cambridge: Polity Press, 1995, p. 12 ss.
- ¹³ Louis Mink, *Historical Understanding*, Ithaca, Cornell University Press, 1987, pp. 92-4.
- ¹⁴ Armando Saitta, *Historia y Historiografia*, em *Guía crítica de la Historia y de la Historiografía*, México, rce, 1996, pp. 11-2. François Hartog retoma o conceito alemão de *Geschichte* de acordo com a formulação original de Droysen, da "história como conhecimento de si mesma". Cf. F. Hartog, *Arte da narrativa histórica*, em Jean Boutier; Dominique Julia, *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner, Rio de Janeiro, UFRJ/rev, 1998, p. 198 ss.
- ¹⁵ "O próprio significado de história, que se refere também a saber de si mesma, pode entender-se como a fórmula geral de um círculo pretensamente antropológico que remete a experiência histórica a seu conhecimento, e vice-versa." Cf. Reinhart Koselleck, *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*, trad. Norberto Smilg, Barcelona, Paidós, 1993, p. 177 ss.

- ¹⁶ Frank Ankersmit, *The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History*, em *History & Theory*, n. 25, p. 26, 1986.
- ¹⁷ Perez Zagorin, op. cit. Ver também as análises críticas às teses narrativistas de Ciro Cardoso. Cf. Ciro Flammarion Cardoso, Introdução, em C. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997; Idem, Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo, *Diálogos*, Maringá, v. 2, n. 2, p. 47-64, 1998; Idem, Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador, em *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, pp. 1-29, 1999.
- ¹⁸ Reinhart Koselleck, op. cit., 1993, p. 141.
- ¹⁹ B. Croce, *História e crônica*, apud P. Gardner, *Teorias da história*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- ²⁰ Jörn Rüsen, *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, trad. Estevão C. de R. Martins, Brasília, UnB, 2001, p. 129.
- ²¹ Armando Saitta, op. cit. (Breviários 480), pp. 15-8. Não obstante as ressalvas que faz, rogando não confundir-se suas propostas com o “presentismo à la Croce ou Collingwood”, Josep Fontana firma sua tese de que toda análise histórica alicerça-se em um projeto de futuro; em outras palavras, reafirma a adesão das análises do passado aos imperativos do presente: “Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la.” Cf. Josep Fontana, *História: análise do passado e projeto social*, trad. Luiz Roncari, Bauru, Edusc, 1998, p. 9.
- ²² Charles Olivier Carbonell, *Historiografia*, trad. Pedro Jordão, Lisboa, Teorema, 1987.
- ²³ Agnes Heller, *Teoria de la Historia*, 5. ed., trad. Javier Honorato, México, Fontamara, 1997, p. 177.
- ²⁴ Jörn Rüsen, op. cit., p. 33 ss.
- ²⁵ Para uma discussão aprofundada do conceito, ver Ciro Cardoso e J. Malerba, *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*, Campinas, Papirus, 2000.
- ²⁶ Jörn Rüsen, *Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography*, em *History & Theory*, v. 35, n. 4, pp. 5-22, 1996, apud p. 13. A tradução desse ensaio inclui-se neste livro.
- ²⁷ Idem, p. 18.
- ²⁸ Paul Ricoeur, *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000, pp. 168, 170-2.
- ²⁹ Idem, p. 171.
- ³⁰ Jörn Rüsen, op. cit., 2001, p. 45.

Bibliografia

- ANKERSMIT, Frank. *The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History*. *History & Theory*, 25, p. 26, 1986.
- CALLINICOS, Alex. *Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Introdução. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*. Maringá, v. 2, n. 2, pp. 47-64, 1998.
- _____. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*. Maringá, v. 3, n. 3, pp. 1-29, 1999.
- _____; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

- CRICCI, Benedetto. *A história: pensamento e ação*. Trad. Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 18 ss.
- DESSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1994, 2v.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Baurer: Edusc, 1998.
- HARIXE, E. Arte da narrativa histórica. In: BOUJIR, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/RCN, 1998.
- HELLER, Agnes. *Teoría de la Historia*. 5. ed. Trad. Javier Honorato. México: Fontamara, 1997.
- JENKINS, Keith (org.). *The postmodern history reader*. London/New York: Routledge, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993.
- MALEBRA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. *Revista Vária História*. Belo Horizonte, v. 17, pp. 23-56, 2003.
- MINK, Louis. *Historical Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- MASTROGREGORI, M. (ed.). *Storiografia*. Roma, v. 1 ["La recensione: origini, splendori e declino della critica storiografica"], 1997.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- _____. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, pp. 168, 170-2.
- RÜSEN, Jörn. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography. *History & Theory*, v. 35, n. 4, pp. 5-22, 1996, apud p. 13. A tradução desse ensaio inclui-se nesta obra.
- _____. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão C. de R. Martins. Brasília: UnB, 2001.
- SAITTA, Armando. *Historia y Historiografia. Guía crítica de la Historia y de la Historiografía*. México: FCE, 1996.
- WEILUNG, Arno. Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas respectivas origens. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: EDUE, 1994.
- ZAGORIN, Perez. History, the Referent, an Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, n. 38, v. 1, pp.1-24, fev. 1998.

Para uma nova história da historiografia

Horst Walter Blanke

A história da historiografia é uma atividade nova. Ao lado do desenvolvimento da história como disciplina independente e com pretensões científicas, ela tem início na época do iluminismo com o livro de L. Wachler, *História da arte e da pesquisa históricas desde o seu redescobrimento na cultura literária na Europa*.¹ Durante o Humanismo, numerosas *historiae historiae* foram publicadas. Livros como os de La Popeliniere e G. J. Vossius ou o volume *O caráter do historiógrafo: ilustrado com a vida e a obra do Abade Claudius Freury*, de Chr. E. Simonetti, devem ser vistos como preliminares do que genuinamente pode ser considerado história da historiografia.² Esses textos são explicações ou ilustrações do que poderia ser chamado de “normas atemporais da historiografia”. Durante o Iluminismo tardio, o historiador de Goetingen J. Chr. Gatterer, um dos líderes do projeto de cientificação da história, discute essas normas em seus ensaios *Sobre o plano de Heródoto, sobre o plano de Trogus e sua abreviatura de Justino, tratado sobre a posição e o ponto de vista do historiógrafo*.³

Entretanto, mudanças estruturais no pensamento, compreendidas contextualmente, criam as condições de produção de uma teoria da história acadêmica (*Historik*). Até aquele tempo – e Vossius é apenas um exemplo entre vários possíveis –, *ars historica* e *historia historiae* permaneciam lado a lado, mas desconectadas. Porém isso mudou. Desde Wachler, ou mesmo desde o texto de G. F. Creuzer, *Arte histórica grega, sua origem e continuação*,¹ a história da historiografia é caracterizada como uma competência teórica. *Historik* e história da historiografia passam a constituir dois diferentes aspectos ou pólos de uma reflexão metateórica. Tal tendência pode ser rastreada desde os trabalhos de M. Ritter, G. von Below e J. Haller, passando pelos de F. Meinecke e H. Ritter von Sribik, até os esforços teóricos de J. Kocka e H.-U. Wehler.² As conferências de Ritter sobre a história da historiografia, publicadas sob o título de *O desenvolvimento da ciência da história ilustrada pelas suas obras mestras*,³ em uma edição revisada, foi anunciada como sendo uma teoria da história sistemática.

Por volta do final do século XIX, K. Lamprecht e K. Breysig anunciam uma reorientação ou mudança paradigmática no interior da tradicional disciplina história. Embora tenham falhado na tentativa, eles tomam como ponto de partida a então contemporânea discussão teórica (que eles mesmos, em parte, haviam provocado) e tentam reavaliar criticamente a história da historiografia a partir do debate sobre os fundamentos da matéria.⁴ No caso de F. X. von Wegele (que não era um especialista em reflexões metateóricas como bem indica a sua *História da historiografia alemã desde o humanismo*⁵) e Ed. Fueter (que deliberadamente excluiu a história da teoria da história da sua *História da recente historiografia*,⁶ tratando exclusivamente da historiografia como pesquisa histórica). Uma análise detalhada das histórias da historiografia revela que elas trabalham com um ideal de historiografia moderna. Wegele tentou localizar a especificidade nacional alemã a partir da historiografia nacional; o ideal de Fueter de uma moderna ciência da história a equiparou à sociologia.

Considerados na sua relevância teórica, os trabalhos de história da historiografia dedicaram-se a diversos aspectos da teoria da história; nesse sentido, podem ser divididos em dez tipos e duas funções principais.

No que se segue, considerarei apenas a parte da literatura que trata da história como tema especializado. A extensa produção que trata das historiografias da Antiguidade, dos assírios ou dos indianos será ignorada. Da mesma forma deixo

de fora a historiografia não alemã. Dessa forma, não tratarei da mais respeitável publicação nessa área, o trabalho de E. Breisach, *Historiografia: antiga, medieval e moderna*.¹⁰ Os tipos que (re)construí, no entanto, possuem um alcance mais amplo do que os exemplos dos quais eles são uma abstração.

Tipos e funções da história da historiografia

Embora os tipos não possam ser separados das funções, por razões sistemáticas farei uma tentativa. Apesar de os exemplos extraídos do enorme corpo da literatura não terem sido escolhidos aleatoriamente, eles não podem ser considerados uma lista exaustiva ou mesmo um rol das obras mais importantes. O que me interessa é a tipologia e não a relação bibliográfica da literatura sobre a história da historiografia.

Tipos

História dos historiadores. Provavelmente, a forma de trabalho mais comum na história da historiografia é o retrato pessoal. Em monografias ou em ensaios, historiadores proeminentes são identificados e arrolados. Biografias intelectuais são traçadas, a produção teórica de cada um é avaliada, assim como a recepção de suas obras. O livro de G. Hübinger, *Georg Gottfried Cervinus: julgamento histórico e crítica política*,¹¹ pode ser considerado obra fundamental sobre esse historiador do historicismo clássico que não se ajustou à *realpolitik* e gradualmente foi forçado a desempenhar um papel de *outsider*. Esses trabalhos tratam da vida e obra de um historiador ou então lidam com problemas individuais. Dependendo do *status* do historiador em foco, tais obras freqüentemente ultrapassam o tratamento de sua personalidade. Assim pode ocorrer quando o assunto representa uma mudança radical dentro da disciplina da história, como no caso do livro de Hübinger e também o das monografias de B. von Brocke, *Kurt Breysig: história entre historicismo e sociologia*,¹² e de Schorn-Schütte, sobre Lamprecht.¹³ O trabalho de H. Dickerhof sobre I. Schwarz,¹⁴ um historiador jesuíta do Iluminismo, é uma reconstrução das condições e desenvolvimento de uma historiografia católica em uma época de fomento à ciência.

História das obras. O segundo tipo poderia ser apresentado a partir da fórmula "história da historiografia como história da obra". Nesse caso, a

história da matéria é contada como a história de um gênero literário particular. Essa é, provavelmente, a forma mais comum da descrição geral. À parte dos trabalhos de Wegele, Fueter, Below and Srbik, gostaria de referir-me ao texto de Ritter, no qual o próprio título ("Um estudo das obras mais proeminentes") apresenta esse programa.¹⁵ Com relação à defesa de H. White de uma interpretação tropológica da história da historiografia no seu *Metalhistória: a imaginação histórica na Europa do século XIX*,¹⁶ esse tipo não focaliza questões de literatura ou poética, mas discute temas, modelos de interpretação e métodos da história usando "grandes obras" como material. Questões de história das instituições são apenas tocadas, mas não aprofundadas.

Balanço geral. O terceiro tipo é composto por livros-textos que contêm visões panorâmicas do estado das pesquisas com intenção de graduar historiadores ou classificá-los em campos específicos, de tal forma que só em um sentido estrito podem ser considerados história da historiografia. Tais quadros gerais freqüentemente tratam apenas do estado atual da pesquisa e esforçam-se por produzir uma lista bibliográfica completa. Embora não possam ser consideradas histórias da matéria, no sentido restrito elas são obras preliminares importantes e por razões sistêmicas são aqui citadas como tipo independente. Exemplos são as passagens relevantes nos livros-textos de E. Bernheim, C. Wachsmuth e G. Wolf,¹⁷ assim como os volumes da editora Oldenbourg que contêm perfis da história.¹⁸

História da disciplina. O quarto tipo aborda a disciplinaridade da história (na perspectiva de suas instituições). Trabalhos sobre o desenvolvimento de instituições históricas individuais compreendem um tipo separado no interior da história da historiografia. Esse tipo unifica diferentes áreas temáticas. Exemplos são: o livro de K. D. Erdmann sobre a história das conferências internacionais de história,¹⁹ a obra de H. Heiber, *Walter Frank e seu Instituto Imperial para a História da Nova Alemanha*,²⁰ o ensaio de Th. Schieder, *Estudos históricos alemães assim como representados na Historische Zeitschrift*,²¹ os trabalhos sobre a Comissão Histórica,²² ou sobre seminários universitários individuais²³ etc.

História dos métodos. A história dos métodos históricos na forma monográfica tem sido uma atividade rara.²⁴ No entanto, muitas vezes ela é encaminhada em obras que possuem outros objetivos, como no livro de Ritter, *História da historiografia*, ou no de H. Bresslau, *História da Monumenta Germaniae Historica*.²⁵ Tais obras podem ser interpretadas como um tipo específico de história da historiografia. O texto de J. Wach, *História da compreensão hermenêutica*,²⁶ pertence

a esse tipo, assim como a avaliação de J. Goldfriedrich da doutrina historicista a respeito da importância das idéias históricas.³⁷

História das idéias históricas. O foco do sexto tipo de história da historiografia não é o método, nem um tema específico ou modelo de interpretação, mas sim tendências da história intelectual. Tais obras não possuem relação necessária com a história como matéria acadêmica. Frequentemente, elas tratam de estruturas do pensamento histórico como parte da herança cultural. O exemplo mais famoso é a obra tardia de F. Meinecke, *A origem do historicismo*,³⁸ que expõe a gênese das idéias de desenvolvimento e individualidade, assim como a origem do historicismo (entendido como tópico da história da filosofia e como *weltanschauung*) e trata do progresso triunfante e da síntese desses dois conceitos teóricos. O texto de Srbik, *Mente e história desde o humanismo germânico até o presente*,³⁹ é antes um balanço de história intelectual das tradições da historiografia germânica (promovendo uma apologia da sua própria posição intelectual, abalada depois do colapso do “Terceiro Império”), do que um relato cronológico de história de métodos ou de problemas.

História dos problemas. Uma grande área de interesse no interior da história da historiografia é a da “história dos problemas”. Ela trata das diferentes áreas temáticas: as histórias das subdisciplinas da história (por exemplo, a história da história antiga⁴⁰), a história da relação entre as disciplinas (por exemplo, a história das relações acadêmicas entre história e sociologia em geral⁴¹ ou entre história antiga e antropologia social em particular⁴²), o estudo da recepção de eventos históricos individuais (por exemplo, a revolução de 1848/49⁴³) e, finalmente, a relação das diferentes historiografias nacionais entre si (por exemplo, a imagem da França na historiografia alemã e a imagem da Alemanha na historiografia francesa⁴⁴). Esse tipo também compreende a história de mitos particulares ou de topos literários. Um exemplo é o trabalho de G. Krumeich, *Joana d’Arc na história: historiografia, política, cultura*,⁴⁵ mesmo que ele não trate da história como disciplina acadêmica, mas sim das funções culturais, políticas e sociais do pensamento histórico.

História das funções do pensamento histórico. Uma área separada da história da historiografia é a análise das funções sociais da historiografia. Há uma série de trabalhos que tratam dessa questão (por exemplo, a monografia de V. Dotterweich, *Heinrich von Sybel: estudos históricos com intenções políticas, 1817-1861*⁴⁶). No entanto, na maior parte das vezes, tal tema é tratado no contexto de problemas mais amplos. Não só historiadores produzem essas

obras. Bons exemplos são o livro de K. Schwabe, *Ciência e ética de guerra: conferências universitárias na Alemanha e as questões políticas fundamentais da Primeira Guerra Mundial*,³⁷ e o livro de R. von Bruch, *Ciência, política e opinião pública – política especializada na Alemanha guilhermina (1890-1914)*.³⁸

História social dos historiadores. O penúltimo tipo de história da historiografia poderia ter o nome de “história da historiografia como história social” ou então “história social dos historiadores”. As questões dessa área temática ainda não foram bem analisadas. No que concerne aos profissionais de história no período que abrange a Alemanha de 1850 a 1970, o segundo capítulo do livro de W. Weber, *Sacerdotes de Klio*,³⁹ é, até onde posso ver, a investigação mais compreensiva de ponto de vista sistemático.

História da historiografia teoricamente orientada. O último tipo independente de história da historiografia é caracterizado pela tentativa de captar o desenvolvimento da disciplina no interior de sua reflexão metateórica.⁴⁰ Poder-se-ia ver a história da história meramente como um caso especial da “história dos problemas”, assim como caracterizados anteriormente, mas isso, em minha opinião, não seria suficiente. Exatamente porque a reflexão metateórica é distinta da prática historiográfica – costuma-se afirmar que ela se caracteriza por um excedente utópico – é que ela abre, como diretriz de uma história da disciplina, possibilidades de reconstrução de realidades passadas da história como atividade profissionalmente estruturada. Principalmente na medida em que ela pode localizar e resgatar projetos fracassados.

As funções da história da historiografia

A princípio, a história da historiografia serve como instrumento de verificação de padrões científicos, ou então, o que está estritamente relacionado com a função anterior, como verificação de posições ideológicas. Isto é, a história da historiografia – a não ser quando se aplica a propósitos educacionais, servindo como história das matérias acadêmicas⁴¹ – refere-se às práticas científicas.

Com o que tais referências se assemelham? Quais são as intenções que a elas se associam?

Podemos distinguir duas funções principais: (1) uma função afirmativa e (2) uma função crítica.

(1) A afirmação da ideologia oficial é um importante, senão o mais importante, aspecto da reconstrução histórica. Um exemplo seria o das

atividades acadêmicas no assim chamado socialismo real, assim como ele se desenvolveu na RDA. O elemento afirmativo é influente em várias publicações que se apresentam como não possuindo um caráter ideológico. Um exemplo em muitos poderia ser o do obituário que L. Ranke fez de Gervinus,⁴² que foi escrito com o único propósito de abandonar os ideais políticos pelos quais Gervinus havia lutado e assim legitimar o *status quo* político existente. O aspecto afirmativo é também predominante nos trabalhos de A. H. Horowitz; no seu ensaio *Historiografia nacional no século XVI*,⁴³ a recente fundação *Kleindeutsch* (unificação liderada pela Prússia) do Império é colocada no interior de uma tradição defendida por historiógrafos humanistas e assim aparece como o legado redentor secular. De forma análoga, os nacional-socialistas tentaram colocar a política racial nazista em uma supostamente respeitável linha de tradição que se conectava a algumas notas anti-semitas de H. von Treitschke.⁴⁴ No texto panorâmico de Below, *Historiografia alemã desde as guerras de libertação até os dias atuais*,⁴⁵ todos os dados são conectados em função de uma única tradição. A história da historiografia de Below é essencialmente uma polêmica política: ele luta contra o liberalismo, contra o iluminismo e contra a institucionalização da Sociologia como disciplina independente. Ele advoga uma visão estatista da história e uma forma romântica de pensamento. Below identifica as posições que ele apaixonadamente defende com aquelas que teriam sido provadas cientificamente. A história da disciplina é apresentada como a sobrevivência do mais preparado, como uma derivação histórico-historiográfica, isto é, uma determinada posição político-científica ganha as garantias da tradição assim como o seguro de explicações paradigmáticas e sistemáticas que mutuamente se apóiam.⁴⁶ A história da historiografia de Below possui um efeito polarizador. Ela opõe-se ao tratado de G. Wolf, *Dietrich Schäfer and Hans Delbrück / Objetivos nacionais da historiografia alemã desde a Revolução Francesa*,⁴⁷ que foi publicado a partir do fim da Primeira Guerra. É um texto subjetivamente honesto, assim como, em termos objetivos e temáticos, uma tentativa falha de tornar irrelevantes (pela via da busca de terrenos comuns) as imensas diferenças políticas existentes no interior da disciplina. Tal projeto foi encaminhado em uma época na qual o consenso entre os historiadores alemães a respeito dos objetivos da Guerra haviam há muito se quebrado.

Diante disso, parece que uma atitude cética com relação à idéia de afirmação é essencial. Na verdade, certa dose de rebeldia parece ser parte indispensável

de uma postura contemporânea com relação à história da historiografia. Qualquer posição teórica que quer sobreviver requer tradições positivas. A parte o criticismo das tradições, o esforço predominante é o de mostrar que historiadores caídos no esquecimento são, na verdade, antecipadores de uma concepção de história que em vários momentos se apresenta como tendo um caráter exclusivamente progressivo. Isso é verdadeiro mesmo para os ensaios reunidos na coletânea de Wehler, *Historiadores alemães*,⁴⁸ e especialmente para o tratamento que foi dado a O. Hintze.⁴⁹ É do mesmo autor a antologia *Max Weber, o historiador*,⁵⁰ que também pode ser lida nesse sentido.

(2) O oposto exato do conceito de afirmação é o esforço de escrever a história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos: o objetivo é superar criticamente visões de mundo e posições políticas. Essa é a intenção do historiador do stalinismo tardio W. Berthold em seu livro “[...] *passar fome e obedecer*”,⁵¹ no qual ele impiedosamente critica o papel social de G. Ritter: Ritter é apresentado como ideólogo do militarismo da OTAN.

A função crítica da história da historiografia pode ser percebida de várias formas diferentes: (a) como a crítica explícita de modelos tradicionais, isto é, como destruição de uma tradição particular que é apresentada como suspeita e antiquada, e (b) como redescobrimento de autores real ou supostamente marginais e o reconhecimento de precursores esquecidos de algum historiador mais conspícuo.

(a) A exposição e a destruição da história burguesa foram, durante muito tempo, a tarefa mais importante a que se propôs a história da historiografia na RDA. O mencionado trabalho de Berthold é apenas um dos muitos possíveis exemplos desse projeto. Sua contrapartida na Alemanha Ocidental é o ensaio de I. Geiss, *Uma visão retrospectiva e crítica de Friedrich Meinecke*.⁵² Enquanto o ensaio de Geiss é um acerto de contas – pela via do recurso à caricatura – com Meinecke (sua história intelectual é rejeitada como xamanismo historicizante e seu papel como guia político e cultural assim como sua reivindicação por liderança social são negadas), o principal trabalho de G. G. Iggers, *A concepção alemã de história: a tradição nacional do pensamento histórico de Herder até o presente*,⁵³ é construído de uma maneira mais moderada mas não menos crítica. A obra de Iggers pode ser considerada a melhor análise dos estudos históricos na Alemanha já feita até hoje, a crítica mais contundente ao historicismo em uma abordagem de caráter generalístico. Mesmo que Iggers não tenha produzido uma história exhaustiva das práticas históricas do historicismo, ele tratou de

outras questões não menos importantes, quais sejam, a teoria do Estado, a filosofia dos valores e a teoria do conhecimento histórico.

(b) A tentativa de justificar uma posição teórica não conformista apelando para autores que foram marginalizados ou mesmo excluídos da comunidade acadêmica pode ser considerada uma forma especial de argumentação contra a tradição acolhida. À primeira vista, esse tipo de argumento parece seguir completamente as linhas tradicionais análogas ao conceito de afirmação apresentado anteriormente (1) – afinal de contas, o argumento envolve a afirmação da posição desses “heréticos”. Essa reafirmação, no entanto, freqüentemente ocorre negando posições estabelecidas. Os retratos de historiadores produzidos na antologia de Wehler, *Ciência social histórica e historiografia: estudos sobre as tarefas e tradições dos estudos históricos alemães*,⁵⁴ cumprem essas funções da mesma forma que vários dos artigos reunidos na antologia *Historiadores alemães*.⁵⁵ A discussão sobre as teses de E. Kehr (particularmente sua concepção sobre a primazia dos assuntos internos em oposição à defesa da prioridade das relações internacionais de Ranke), Hintze e M. Weber⁵⁶ desempenharam importante papel na reorientação da história tal como ela era estudada na Alemanha Ocidental.

(3) Uma terceira possibilidade é aquela que enxerga a história da historiografia como tendo uma função exemplar, no sentido de oferecer material ilustrativo para a reflexão teórica. As contribuições dos seis volumes de *Teoria da história: contribuições para a teoria da história*⁵⁷ realizam essa função. O ensaio de J. Rüsen, *O historiador como “Partidário do Destino”: Georg Gottfried Gervinus e o conceito de parcialidade objetiva no historicismo alemão*,⁵⁸ é uma tentativa de resolver a tensão fundamental entre objetividade acadêmica e predisposições políticas usando a historiografia de Gervinus (e suas reflexões no texto *Características essenciais da teoria da história*).

Na seção seguinte detalharemos melhor essa questão.

Entre a crítica e a criação da tradição

Desde o final da década de 1960 tem havido um penetrante debate que coloca em xeque axiomas tradicionais. De acordo com interpretações controversas de alguns daqueles que estão envolvidos no debate, trata-se de uma mudança de paradigma: do “historicismo” para a “ciência social histórica”.⁵⁹

As discussões apoiadas pela fundação Reimers em Bad Homburg criaram uma nova dimensão no debate teórico. Seguindo sugestão de Schieder e

R. Wittram, entre 1975 e 1988 um grupo de pesquisadores encontraram-se em seis conferências com o objetivo de discutir questões centrais para a história, tais como a relação entre parcialidade e objetividade e o significado dos processos históricos.⁶⁰ O objetivo explícito não era desenvolver uma ordenação sistemática e compreensiva da ciência da história, mas antes dispor pontos de vista diferentes e informalmente complementares no interior do campo da disciplina e dos diferentes níveis da teoria histórica". Os resultados desses colóquios foram publicados nos seis volumes de *Teoria da história: contribuições para a teoria da história*.

(1) A despeito de sua heterogeneidade, o grupo que se reuniu em torno do ciclo de debates da Reimers era marcado pela uniformidade em alguns aspectos: havia concordância a respeito dos problemas mais importantes e também com relação à direção que deveria ser tomada para a busca de soluções. Para mencionar um exemplo: com respeito ao problema da objetividade histórica, o grupo concordava que objetividade (controlada metodicamente) e parcialidade (geralmente politicamente motivada) não são, necessariamente, excludentes entre si.⁶¹ Não havia consenso sobre como objetividade e parcialidade deveriam relacionar-se para que a necessidade de orientação (resultado da participação interessada nos eventos cotidianos) pudesse ser reconhecida como legítima e importante, mas, ao mesmo tempo, limitada pela metodologia.

O grupo não tentou ocultar o fato de que nenhuma posição unânime foi alcançada, antes deu espaço para que as opiniões divergentes pudessem expressar-se. A coleção contém um volume denominado *Discussão e crítica*⁶² que reúne as opiniões variadas sobre os ensaios publicados. K.-G. Faber, por exemplo, classificou como des-zionista a leitura que Rüsen produziu sobre Gervinus.⁶³

(a) As contribuições dos volumes podem ser agrupadas em três diferentes tipos: discussões estritamente sistemáticas, balanços históricos da disciplina e estudos de caso. Qual é a função das contribuições (um terço de cada volume) com relação à história da historiografia? O que elas produzem que não pode ser obtido por contribuições sistemáticas estritas?

O fato de que sistematizações iniciais não possam ser alcançadas é o resultado imediato da composição do grupo. Para ser preciso, isso ocorreu porque várias das pessoas que compõem o grupo de 15 historiadores, tanto especialistas quanto generalistas, não se esforçaram para responder às questões que lhes foram enviadas. Para o segundo volume, Chr. Meier redigiu um programa sobre *Questões e teses a respeito da teoria do processo histórico* (que foi enviado a todos os participantes da conferência).⁶⁴ Ele completou o programa

com uma análise de caso em que usou as historiografias de Heródoto e Tucídides com o objetivo de mostrar os limites e as implicações da categoria de processo.⁶⁶ No mínimo duas das outras cinco contribuições sobre a história da historiografia não se relacionam com o programa de Meier: um deles investiga biografias do artista humanista florentino Vasari,⁶⁶ o outro analisa a profunda transformação que teve lugar no pensamento histórico durante a passagem do humanismo para o iluminismo: a substituição da teoria clássica dos ciclos (Bodin) pela crença unidimensional no progresso (Fontenelle).⁶⁷ No primeiro caso, a idéia de processo é usada para descrever o desenvolvimento da arte durante a Renascença, isto é, a palavra é usada em um sentido cotidiano, pré-teórico e nem mesmo explicado usando-se a historiografia de Vasari (sentido que deveria estar relacionado com o assunto).⁶⁸ O outro caso é um resumo das teses antes expostas em um livro sobre estudos literários.⁶⁹ R. von Thadden apresentou um tratamento brilhante de Tocqueville,⁷⁰ no qual ele explicitamente refere-se ao conceito de processo de N. Elias (algo que também foi feito por Meier).⁷¹ Mas mesmo Thadden não se refere ao programa. A lista poderia ser estendida.

Os exemplos da história da historiografia foram retirados de vários contextos diferentes. Um pequeno número de contribuições lida com o período pré-científico da historiografia: Antiguidade clássica,⁷² Idade Média,⁷³ Humanismo e Primeiro Iluminismo;⁷⁴ a maior parte trata da historiografia do século XIX e só mais tarde a historiografia do Iluminismo tardio⁷⁵ e do século XX⁷⁶ tornou-se o foco da atenção. O foco recai sobre a historiografia alemã e só ocasionalmente exemplos foram extraídos de textos ingleses ou franceses.⁷⁷ A discussão sobre problemas teóricos é dominada pela historiografia moderna; pesquisas que contribuam para a História Antiga são uma exceção,⁷⁸ e nenhuma delas lida com estudos medievais. A discussão sobre Marx, Braudel, Foucault e Polanyi constituem um caso especial:⁷⁹ sem dúvida, esses importantes pensadores históricos representam um contramodelo aos “escritores clássicos” da história alemã.

(b) Uma clara mudança no que diz respeito aos exemplos da história da historiografia ocorreu durante o transcurso das conferências individuais. Os trabalhos sobre história da historiografia no primeiro volume tratam do problema da objetividade/parcialidade nas obras de Ranke, Gervinus, Sybel, Treitschke e Marx. Ranke, por um lado, e Sybel/Treitschke, por outro, são apropriadamente introduzidos e discutidos como representantes de dois movimentos da historiografia (respectivamente, as variantes “objetivista” e

"subjetivista"). W. J. Mommsen examina criticamente as posições de Sybel e Treitschke, classificando suas obras como, as do primeiro, "uma sistemática ultrapassagem de fronteiras" e, do segundo, "um dogmatismo acrítico";⁸⁰ no entanto, não é o objetivo de Mommsen difamar esses dois grandes historiadores mas ilustrar um problema fundamental inerente a toda historiografia.⁸¹ O tratamento da obra de Gervinus por Rüsen também tem como pano de fundo a concepção de história da academia alemã: Gervinus, que ocupa um papel marginal no século XIX, mesmo partilhando pressupostos fundamentais com seus contemporâneos, é objeto de tratamento especial porque sua obra permite a abordagem de propriedades estruturais não só do pensamento histórico do historicismo mas também uma crítica que propõe a "modificação contemporânea do historicismo".⁸²

Rüsen já havia provocado a crítica programática de Faber, para quem não fica claro como Rüsen distingue "interpretação, como projeção idealizada e crítica do interpretado". Ele pensa ser questionável que reconstrução histórica da historiografia, reflexão metateórica e fundamentação sistemática de um paradigma científico possam relacionar-se tão intimamente.⁸³ O objetivo era essencialmente conceder à ciência social histórica um suporte teórico (pelo menos é assim que eu entendo a demanda de Rüsen por uma "modificação contemporânea do historicismo");⁸⁴ nesse contexto, os mais importantes fios tradicionais da disciplina foram criticamente examinados. A ciência social histórica é a transformação do historicismo: ela modifica, expande e critica o historicismo. Assim, a velha oposição entre explicação e compreensão, um dos axiomas do historicismo, é dissolvida e agora são interpretadas como estratégias de pesquisa complementares.⁸⁵

Os primeiros volumes de *Teoria da história* enfatizam a análise crítica dos grandes historiadores do historicismo clássico. Entretanto, aqueles que estavam excluídos da corrente principal receberam uma resenha positiva no sentido de uma recepção atrasada mas corretora de propostas anteriormente mal entendidas. Essa forma de proteção da tradição ganhou crescente aceitação, ao passo que na época era rejeitada como herética (um bom exemplo é a disputa-Lamprecht⁸⁶). Todavia, uma apologia do historicismo está inteiramente ausente dos primeiros volumes. Críticas às críticas ao historicismo atual foram expressas nos últimos volumes da coleção mais de dez anos após o estabelecimento do novo paradigma.⁸⁷ Nos primeiros ainda dominava o ambiente de proteção da tradição que, na verdade, é uma

espécie de criação da tradição; novos heróis são descobertos e **construídos**. Max Weber já há algum tempo foi estabelecido como nova **figura** identitária.⁸⁸ Esse novo tipo de história da historiografia é uma reminiscência de tradições esquecidas; por exemplo, ele descobre antecipadores de uma história moderna da vida cotidiana já no iluminismo.⁸⁹ Certas concepções que alguns têm a respeito de si mesmos foram examinadas criticamente – como quando a desconfortável verdade de que a história social não é uma invenção do período posterior à Segunda Guerra, mas tem suas raízes na interpretação da história do nacional-socialismo.⁹⁰

(2) Ainda resta tratar dos textos predominantes. Os exemplos que usarei são os de Rüsen, *Os quatro tipos da narração histórica*,⁹¹ e de R. Koselleck, *Mudança de experiência e método: um perfil histórico-antropológico*.⁹²

(a) Depois de publicar seus ensaios em *Historiografia como problema teórico: esboço das bases históricas da discussão corrente*⁹³ e em *Comentários sobre a tipologia da historiografia de Droysen*,⁹⁴ Rüsen desenvolveu sua própria tipologia sistemática da narrativa histórica, para a qual ele reivindica validade universal. Distingue, ainda, quatro estilos narrativos históricos, que são interdependentes e estão sintetizados na historiografia concreta em diferentes relações entre si. São eles os tipos tradicional, exemplar, crítico e genético.⁹⁵ De acordo com Rüsen, esses quatro estilos narrativos constituem uma estrutura hierárquica na sua sequência lógica,⁹⁶ que tem contrapartida histórica no modelo temporal do curso dos eventos.⁹⁷ No que concerne aos estilos narrativos tradicional, exemplar e genético, Rüsen está certo. A narrativa crítica,⁹⁸ no entanto, que tem um espaço especial na sua descrição sistemática,⁹⁹ não pode ser classificada tão facilmente a partir de um ponto de vista histórico-acadêmico. Na minha opinião, essa dificuldade advém do fato de que Rüsen usa o termo “crítico” em mais de um sentido: como termo técnico para uma forma especial e como termo para uma função particular da narração;¹⁰⁰ ao mesmo tempo, ele não faz uma estrita distinção entre operação metódica da análise crítica das fontes¹⁰¹ e a visão crítica de perspectivas herdadas.¹⁰²

Todos esses aspectos estão certamente conectados; todavia, é necessário separá-los todos esses aspectos de uma forma analiticamente precisa. Para classificar cientificamente a narrativa crítica como localizada no iluminismo como mero “meio de transição” entre o tipo exemplar e o genético, isso não me parece satisfatório.¹⁰³ Embora a narrativa genética seja característica do historicismo, ela não lhe é exclusiva. Análises bem informadas empiricamente terão de comprovar as hipóteses de Rüsen para a história da historiografia.

(b) Koselleck também se refere a exemplos provenientes da história da historiografia no seu tratado *Mudança de experiência e método*, em particular a Heródoto, Tucídides, Polybius, Niebuhr, Ranke e, ocasionalmente, a Marx e Weber.¹⁰⁴ O uso heurístico da sua diferenciação categorial do termo histórico “experiência” em três tipos – a experiência curta e surpreendente, a experiência específica de uma geração e a experiência de longo termo¹⁰⁵ – requer uma investigação minuciosa; é duvidoso, entretanto, que uma condição necessária para um bom historiador seja o pertencimento à classe dos derrotados apenas porque “um potencial inexaurível de conhecimento reside na condição de derrotado”.¹⁰⁶ Não há fontes suficientes para justificar tal tese, ainda mais se ela demanda validade absoluta.

(3) As contribuições concernentes à história da historiografia nos primeiros volumes da coleção do grupo de teoria aceitam e ultrapassam a compreensão que os historiadores alemães possuem de seu material assim como retratada nas obras de Ritter, Below, Meinecke e Srbik;¹⁰⁷ contrastando, eles tentam desenvolver sua própria e desviante posição. Um exame da obra de Iggers desempenha papel importante nesse processo.¹⁰⁸ Eles então parecem ter êxito em justificar cientificamente a ciência social histórica. Entretanto, apenas aspectos individuais foram cobertos, o que significa que a justificação do novo paradigma foi mais esporádica que sistemática. Nem mesmo se poderia dizer que a história do material foi investigada sistematicamente no interior do quadro das questões teóricas mais urgentes. Questões importantes ainda não foram tocadas. A disputa-Lamprecht, por exemplo, demanda urgentemente uma nova interpretação. Mais recentemente, mesmo a ciência social histórica tem sido criticamente examinada, criando assim necessidade de uma pesquisa sistemática adicional e até mesmo de uma interpretação geral inteiramente nova.

A rebeldia da história da historiografia

As discussões na conferência da Fundação Reimers em Bad Hombourg em boa medida resolveram um número considerável de problemas teóricos; na esteira dessas discussões e da publicação das atas, obras sistemáticas sobre teoria histórica foram produzidas: a empresa mais ambiciosa é, provavelmente, a trilogia *Esboço de uma teoria da história*, que Rüsen apresentou nos anos 1983-89.¹⁰⁹ Nesse sentido, outras publicações precisam ser também

mencionadas.¹¹⁰ Mesmo que tudo isso prove que o debate sobre teoria não foi em vão, outros déficits tornaram-se óbvios: desde a crítica de Iggers em *Concepção alemã de história*, publicada em 1968, não tem havido tentativa geral de apresentação da história da historiografia alemã, tampouco uma apresentação de alcance europeu ou mundial. Esse déficit não foi dissipado com o projeto do *Discurso histórico*, que esteve conectado ao Centro de Pesquisa Interdisciplinar de Bielefeld (ZiF). Esse projeto foi originalmente iniciado sob o título *Estudos Históricos Modernos – Estruturas, Formas e Funções em uma Perspectiva Histórica*; o termo sucinto *Discurso histórico*, entretanto, logo ganhou aceitação geral.

Os três termos principais “estruturas”, “formas” e “funções” foram sacados por Rüsen do modelo da matriz científica.¹¹¹

O termo “estrutura” refere-se a importantes concepções (para o pensamento histórico na época moderna) de “história” como objeto de conhecimento e de estratégias metodológicas da pesquisa histórica que correspondem a essas concepções. Esses conceitos históricos podem também ser chamados de “teorias”, e estas, ao lado dos métodos, formam a estrutura cognitiva, assim como elas se manifestaram em diferentes maneiras no curso do desenvolvimento da história como ciência. Elas devem ser mencionadas e interpretadas a partir de um quadro de questões estruturado teórica e analiticamente.¹¹²

O termo “formas” leva em consideração os últimos desenvolvimentos na reflexão sobre a peculiaridade e a função do pensamento histórico e da historiografia em geral: desde os trabalhos pioneiros de H. White,¹¹³ o debate sobre narratividade do conhecimento histórico, a questão da forma de representação historiográfica como problema fundamental da ciência da história e da história da historiografia tem sido suscitada.

“Funções” denota o lugar da história na vida cotidiana, seu papel na vida pública e os interesses que influenciam seu processo cognitivo como fatores decisivos para sua forma e mudança particular.¹¹⁴

Esses três aspectos devem ser investigados e demonstrados na sua interna coerência sistemática. Além disso, o ponto de vista de gênero, hoje largamente discutido, deve ser considerado fator de diferenciação do pensamento histórico.

A “perspectiva histórica” compreende o desenvolvimento do pensamento histórico como ciência e as correspondentes formas de representação historiográfica. Exames históricos dessa espécie, primeiramente concentrados em demonstrar fases de desenvolvimento e descrever épocas do pensamento,

devem utilizar tipologias. O objeto não pode restringir-se ao espaço alemão, e sim à história geral, embora seu foco principal seja a Europa Ocidental. Os Estados Unidos e os países da Europa Oriental também devem ser incluídos. De acordo com o projeto, a China servirá como exemplo para uma comparação intercultural, no sentido de precisar o desenvolvimento (a modernização como fenômeno específico) do pensamento histórico no Ocidente.

Ficou claro que uma investigação como essa deveria ser conduzida de forma interdisciplinar. Trabalharam juntos profissionais das seguintes disciplinas: história da historiografia, história, filologia, estudos literários, sociologia e filosofia da ciência.

Comparado com o projeto de *Teoria da história*, os acréscimos são claros. Eles são, principalmente, de caráter conceitual. No referido projeto, exemplos foram retirados da história antiga e medieval;¹¹⁵ as análises não se limitaram à historiografia alemã, porém incluíram exemplos das historiografias francesa e inglesa.¹¹⁶ No entanto, esses exemplos comparativos eram referências casuais sem método. Uma perspectiva não europeia ficou totalmente perdida. Embora aproximações de caráter interdisciplinar pudessem ser detectadas, elas eram muito mais casuais do que controladas.¹¹⁷ Mais ainda: referências ao aspecto cotidiano do pensamento histórico foram produzidas, mas, novamente, não sistematicamente. Por fim, uma perspectiva de gênero estava completamente ausente.¹¹⁸

Bases para uma nova história da historiografia

Em primeiro lugar, apresentarei um panorama das conferências e publicações que surgiram com o projeto *Discurso histórico* e, em seguida, recapitularei algumas de suas peculiaridades.

Panorama das conferências e publicações

No total foram cinco volumes,¹¹⁹ que apareceram depois das conferências no Centro de Pesquisa Interdisciplinar de Bielefeld (ZiF), de março de 1991 a julho de 1997. Eles foram publicados por três historiadores, W. Küttler, Rüsen e E. Schulz (mais tarde esse número subiu para seis).¹²⁰ O projeto teve início no final da década de 1980, “quando ainda existiam dois Estados alemães, mas a comunicação científica já havia começado”.¹²¹ O objetivo do projeto era “escrever

um novo tipo de história da ciência¹²² e o foco era principalmente a historiografia europeia na Época Moderna: a história com pretensões científicas, mas não só ela.

(a) O objetivo da primeira conferência era esclarecer o conceito geral e precisar as contribuições dos cientistas que iriam encaminhar o projeto.¹²³ O procedimento, que já tinha sido adotado durante o projeto de *Teoria da história*, foi o de enviar antes os textos das contribuições para todos os participantes a fim de facilitar as discussões (isso, é claro, não funcionou muito bem em todos os casos).

O foco era decididamente teórico: o desenvolvimento de um critério sistemático para a modernidade da história acadêmica e para a sua crítica, assim chamada “pós-moderna”.¹²⁴ A discussão visava incluir em uma periodização, por meio de estudos comparativos das historiografias nacionais, tanto os critérios quanto as épocas da historiografia moderna.¹²⁵ Assim, as historiografias francesa,¹²⁶ inglesa¹²⁷ e alemã¹²⁸ foram abordadas. Finalmente, as *Estratégias da história da historiografia* também foram discutidas.¹²⁹

Uma importante realização emergiu da discussão do segundo grupo de problemas: faz pouco sentido falar de momentos gerais decisivos claramente reconhecíveis no interior do moderno campo da história.¹³⁰ No interior das historiografias nacionais também há uma justaposição de movimentos inteiramente decisivos; em nenhum caso existe uma uniformidade intelectual de fases individuais, nenhuma predominância absoluta de um paradigma particular.¹³¹ Há uma ênfase na diversidade,¹³² não no sentido da casualidade, mas sim no de aproximações pragmáticas e tentativas de achar soluções. O quadro interpretativo era determinado por três pólos: criação histórico-nacional de sentido, pesquisa científica e ambições literárias.¹³³ Desde o Iluminismo tardio, foram identificadas cinco épocas distintas na historiografia francesa e quatro na alemã.¹³⁴ Não existe sugestão bem fundada para o caso da historiografia inglesa. Em estudo pioneiro, J. Osterhammel distinguiu três épocas principais para a historiografia europeia.¹³⁵ Tais épocas foram estabelecidas a partir de critérios como tema, modelos de interpretação, relação entre ciência e público (o *status* da história na vida pública), relação com outras disciplinas, instrumentalização política e posição social dos historiadores.

A sugestão de que a história da historiografia é a história estrutural do pensamento histórico¹³⁶ foi muito questionada. Como uma espécie de contramodelo, a tropologia de White foi proposta como paradigma para a história da historiografia. O livro de J. Burckhardt, *Cultura do Renascimento*

na *Itália*, foi usado para responder à questão: em que medida a história pode ser entendida como texto. Amiúde, no entanto, a questão da aplicabilidade foi mal tratada quando da sua transferência dos estudos literários para a história: "Ela (a tropologia) desmantela sistematicamente o corpo do texto com o objetivo de ver o que o mantém como unidade. Cabe perguntar ao historiador o que ele (Hipócrates ou Frankenstein ...) faz com tal conhecimento."¹³⁷ O objetivo de encontrar formas alternativas de história do material foi buscado em uma contribuição sobre a relação entre história da historiografia e história social¹³⁸ e por reflexões que se concentram em produzir uma história disciplinar socialmente informada.

A inclusão do ponto de vista do gênero é um dos objetivos centrais do projeto do *Discurso histórico*.¹³⁹ A defesa de um programa de pesquisa que levasse à produção de uma ciência da história feminista foi uma das palestras ouvidas na primeira conferência. Uma das cinco áreas temáticas da pesquisa é a crítica do domínio masculino da área.¹⁴⁰

Essa parte das atas, como nos volumes de *Teoria da história*, contém uma seção de *Comentários* com sete, na maioria, pequenas, contribuições,¹⁴¹ assim como uma seção conclusiva.¹⁴² Do ponto de vista dos especialistas em História Antiga, o foco na Época Moderna foi considerado altamente problemático; a divisão estrita entre a história sob o iluminismo e a história sob o historicismo foi veementemente questionada.¹⁴³ Outros lamentaram a ênfase disciplinar e a exclusão de outras formas da cultura histórica.¹⁴⁴

(b) A segunda conferência foi anunciada originalmente sob o título *O impulso para modernização do pensamento histórico*. Contribuições individuais e especialmente as discussões mostraram que não houve apenas um impulso para a modernização, mas vários "inícios do moderno (isto é, cientificamente encaminhado) pensamento histórico".¹⁴⁵

As contribuições da segunda conferência podem ser divididas em cinco principais grupos: *hipóteses de modernização*,¹⁴⁶ *inovações do início da Época Moderna*,¹⁴⁷ *perspectivas não-européias*,¹⁴⁸ *paradigmas do iluminismo*¹⁴⁹ e *tendências predominantes*,¹⁵⁰ uma seção conclusiva completa o volume.¹⁵¹ A primeira área-problema é fundamental. O tópico é o conceito de arqueologia de Foucault,¹⁵² a relação entre as ciências naturais e a ciência da história no século XVIII tardio e no início do século XIX,¹⁵³ e, finalmente, *A emergência da ciência da história assim como ela se reflete na historiografia*.¹⁵⁴ A segunda área-problema trata do ponto de vista de W. Nippel: o significado das práticas antiquárias (que possuem conseqüências de tão larga extensão que na maioria das vezes

são subestimadas) para a emergência do moderno campo da história.¹⁵⁵ A terceira diz respeito aos aspectos não-europeus: o pensamento histórico islâmico e chinês durante o início da Época Moderna,¹⁵⁶ assim como a integração dos “novos mundos” à historiografia européia.¹⁵⁷ A quarta área concentra os estudos de caso, por exemplo a historiografia de Gibbon.¹⁵⁸ Apresenta também uma tentativa de produzir uma tipologia dos diferentes estilos de narrativa historiográfica durante o Iluminismo francês,¹⁵⁹ além de um esclarecimento sobre o papel da teoria da história na emergência do pensamento histórico moderno.¹⁶⁰ Finalmente, a quinta área reflete sobre a ancoragem histórico-social do pensamento histórico no iluminismo tardio,¹⁶¹ novamente há contribuições sobre a perspectiva dos estudos de gênero,¹⁶² reflexões sobre vários conceitos de tempo disponíveis no iluminismo e no historicismo alemão¹⁶³ e sobre a relação entre método histórico e significado religioso durante o processo de racionalização.¹⁶⁴

O foco da segunda conferência era o limiar da Modernidade: a resposta foi procurada pela comparação de diferentes países e da discussão de diversos aspectos da emergência da modernidade (práticas científicas, paradigmáticas formas de representação literária, metaníveis de história, fatores culturais, condições sociais etc.). Aspectos especiais como o significado da retórica, o desenvolvimento do conceito de método e das ciências auxiliares foram também abordados. Finalmente, usando os exemplos dos mundos islâmico e chinês para comparação, as características da modernidade européia foram delineadas. Questões como as que abordam os traços e limites de processos de modernização autóctones, as relações dessas culturas (suas identidades) com o pensamento ocidental e os efeitos de longo termo da modernização do pensamento ocidental foram discutidas. As principais conclusões a que se chegaram são, por um lado, a necessidade de historicizar a idéia de “rigor científico”¹⁶⁵ e, por outro, a consideração de que os diferentes desenvolvimentos nacionais merecem uma melhor reconstrução.¹⁶⁶

(c) O volume que registra a terceira conferência reúne 26 textos, que tratam da época na qual o pensamento histórico na Europa ganhou importância central para a orientação cultural e, ao mesmo tempo, a história estabeleceu-se como disciplina acadêmica; em outras palavras, discute-se o historicismo.¹⁶⁷ As contribuições estão divididas em sete blocos e mais uma vez há uma alternância entre estudos de casos detalhados e seções de análises longitudinais; o paradigma mais importante é a Alemanha, embora haja comparações com outras culturas nacionais européias.

Um dos tópicos mais importantes lida com fundações, conteúdos, ~~formas~~ de desenvolvimento e formas do historicismo. A dimensão das formas foi introduzida como um fenômeno interdisciplinar e internacional, por meio de seus fundamentos metateóricos (*Historik*)¹⁶⁸ e na sua relação crítica com a filosofia da história.¹⁶⁹ O desenvolvimento do historicismo na Alemanha, interpretado como forma clássica, mas sempre visto criticamente, foi contextualizado e reconhecido como estímulo importante para o desenvolvimento do pensamento histórico. O tema predominante foi o da cientificação do histórico já no início do pensamento histórico. A relação com o iluminismo foi discutida (o ensaio de Schulz, *As fronteiras entre iluminismo e historicismo*, que é uma tentativa de tornar a Revolução Francesa uma experiência-chave, recebeu ênfase particular).¹⁷⁰ O segundo tema principal, que estabeleceu uma conexão entre disciplina acadêmica e cultura histórica, referia-se ao crescimento da importância da *Historicização da literatura e da arte*. Tal tema foi examinado levando em consideração o desenvolvimento do teatro, do romance¹⁷¹ e da arquitetura.¹⁷² Finalmente, a discussão concentrou-se no tema *A construção histórica da nação*, isto é, por um lado, a relação entre historiografia e nacionalismo (usando o historiador francês Michelet como exemplo)¹⁷³ e, por outro, o papel do pensamento histórico e da ciência da história no desenvolvimento das identidades nacionais (por exemplo, os judeus na Alemanha).¹⁷⁴ Ao mesmo tempo, foram analisadas as formas particulares de expressão – como as formações mitológicas – nacionalistas.¹⁷⁵ A quarta área temática foi construída em torno de Tópicos específicos de historicização, tais como a relação entre teoria educacional e teoria histórica, por meio de comparações entre Alemanha e França,¹⁷⁶ ou a recepção da Antiguidade clássica¹⁷⁷, ou a historicização do gênero biográfico, ou a relação com os povos da África (então vistos como povos sem história).¹⁷⁸ O desenvolvimento da ciência da história foi colocado em um contexto histórico cultural mais amplo e comparado com a historicização de outras disciplinas, como geografia,¹⁷⁹ direito¹⁸⁰ e ciência política.¹⁸¹ Também maior atenção foi dada a aspectos cotidianos e problemas sociopolíticos (Restauração, Revolução de 1848/49 etc.). A quinta área temática, *Alternativas e controvérsias da historicização*, tinha o foco nas formas de historicização do pensamento social que eram opostas ou complementares ao historicismo idealista. Ciências que lidavam com sociedade e cultura fazendo uso das teorias de estrutura e desenvolvimento; positivismo, marxismo e enfoques independentes de

história cultural.¹⁸² Em uma última seção, o problema inicial das fronteiras entre iluminismo e historicismo foi retomado e comparado criticamente com os resultados das discussões individuais, principalmente com a relação entre cientificação, profissionalização e as funções cotidianas do pensamento histórico. No texto “No lugar das palavras finais”, Iggers emite algumas “modestas reflexões em vista de uma síntese”, nas quais conecta seu trabalho com o livro sobre o historicismo de F. Jaeger e Rüsen, que nesse meio tempo havia sido publicado.¹⁸³

(d) O quarto volume das atas da conferência contém dezenove contribuições. Da mesma forma que seus três predecessores, ele constitui-se em tentativa de encaminhar o balanço de estruturas fundamentais, formas e funções de uma época do pensamento histórico. O volume trata de uma fase da história disciplinar na qual “a história da ascensão e o desenvolvimento do pensamento histórico ocidental (pela via de sua cientificação) mistura-se com diversos sintomas de crise, de perda e de questionamento de perspectivas de longo alcance”.¹⁸⁴ As contribuições foram divididas em cinco blocos: *Tendências e inovações*, *A catástrofe do século xx e suas consequências*, *História na arte*, *Culturas não-ocidentais: tradições indígenas e influências européias*, *Conclusões*. Elas, também, alternam estudos de caso e análises longitudinais; as perspectivas não-européias assumem um papel importante.

Nesse sentido, gostaria de referir-me ao bem informado e bem versado ensaio de A. Mittag sobre *A modernização da China e a transformação do pensamento histórico chinês sob influência ocidental*, que convenientemente divide em períodos as principais linhas de desenvolvimento entre 1840 e 1935.¹⁸⁵ Embora a contribuição de P. Sorlin, *O cinema: um desafio para o historiador*, esteja situada fora do núcleo de interesses do volume, seu texto é um brilhante esboço dos caminhos nos quais os filmes podem, e mesmo devem, ser analisados no interior do quadro da moderna ciência da história.¹⁸⁶

Em primeiro lugar, as inovações da disciplina histórica foram discutidas independentemente das experiências políticas: as inovações começaram por volta da virada do século e continuaram até a década de 1920, contando com seu próprio impulso. Especialmente a contribuição de L. Raphael deixou isso bem claro. As avaliações anteriores das inovações estavam coloridas pelo debate metodológico e político, em vigor nos anos 70 do século xx, entre os partidários da história política tradicional e os defensores da história social moderna. Havia, sobretudo, uma superestimação da velocidade de inovação

nas ciências históricas ocidentais. Os novos padrões desenvolvidos nas artes e na história cultural ajudam a reconhecer o significado e os limites das novas abordagens produzidas por volta da virada do século e que foram negligenciadas em favor da história social e econômica.¹⁸⁷ A segunda principal área temática trata das experiências excepcionais da Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências de longo alcance – especialmente a Revolução Russa e o nacional-socialismo – para o pensamento histórico e para o novo posicionamento da ciência da história. Tanto a desintegração da União Soviética quanto os efeitos de longo prazo dos eventos desastrosos do período 1914-1945 produziram novas avaliações. Diferentes pesquisas a respeito das experiências específicas de grupos geracionais e a formação de mitos produziram um novo patamar para as tentativas de explicação histórico-filosóficas e as leituras de História Contemporânea. A terceira área temática foi a mais inovadora de toda a conferência. M. Gottlob, W. Schwentker e Mittag falaram sobre o desenvolvimento da história disciplinar em culturas não-ocidentais: China, Índia e Japão. É interessante notar que, na seqüência do discurso histórico, esses desenvolvimentos foram alcançados antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em um tempo de sua visível independência. Essas questões foram apresentadas no contexto da quarta conferência em um momento em que a discussão concentrava-se nas influências européias. Para o Japão, que apesar de sua disponibilidade para aprender era autoconfiante e racionalista, esse foi um período crucial no qual uma altamente organizada história acadêmica se desenvolveu. Na China e na Índia, porém, a primeira em convulsão e a segunda em condições caóticas, somente em pequenos períodos ou formas literárias forneceram informações sobre mudanças no pensamento histórico.¹⁸⁸ A discussão final apontou a necessidade de um tratamento profundo de 1945 como momento decisivo logo no início da próxima e final conferência.¹⁸⁹

(e) A quinta conferência tratou do pensamento histórico da segunda metade do século xx. Ela também aceitou os tópicos da conferência de 1991; a idéia ainda era a de explicitar fundamentos, métodos e épocas da história da historiografia com o objetivo de produzir um balanço sobre sua evolução. A primeira área temática trata das experiências de catástrofe e crise.¹⁹⁰ O Holocausto foi o tema principal, servindo como exemplo paradigmático para as reflexões histórico-críticas sobre as experiências de catástrofe na Época Moderna.¹⁹¹ O exemplo do Japão antes e depois da Segunda Guerra esclareceu sobre o caráter conflituoso do encontro entre pensamento histórico ocidental e tradições de orientação e memória históricas baseadas em

fundamentos religiosos e culturais diferentes.¹³³ Outro foco principal da discussão foi o exame do passado do Estado socialista, em particular do stalinismo da União Soviética. Em torno disso, foram debatidas as ameaças que, ligadas a um passado como esse, estão disponíveis para os estados que sucederam esses regimes, principalmente a Rússia.¹³⁴ A segunda seção trata a questão das condições do pensamento histórico e da ciência da história na segunda metade do século xx em face dos conflitos globais: os embates Leste-Oeste, ou o sistema dos conflitos que associa tensões ideológicas e oposições interculturais nos embates Norte-Sul.¹³⁵ Essas discussões, que tendem a ser marcadas por impulsos extracientíficos, foram seguidas pelos debates da terceira área temática: inovações e mudanças históricas acompanhadas por discussões fundacionais e tendências concorrentes.¹³⁶ Por razões disciplinares e interdisciplinares, o exemplo escolhido foi a antropologia histórica (relacionada à História Antiga).¹³⁷ A contribuição sobre sociologia histórica e macro-história como característica dominante no período 1950-1970 foi perdida por cancelamento (também não foi incluída nas atas).¹³⁸ O ensaio relacionado à quarta área temática sobre a relação entre mídia e mediação histórica chamou a atenção para esse tema e para seu escasso tratamento dentro da ciência da história.¹³⁹ A área temática da quinta e final seção tratou dos problemas de filosofia da história nas últimas décadas, assim como produziu uma retrospectiva sobre o desenvolvimento do pensamento histórico desde o início da Época Moderna. Por um lado, esses textos constituem-se em balanço dos efeitos da “virada lingüística” (a partir do exemplo da obra de White) sobre os fundamentos da história. Por outro lado, questões sobre a formação do significado histórico com relação à Época Moderna em geral, e ao fim do século xx, em particular, foram discutidas.¹⁴⁰

Os aspectos básicos foram considerados, na sua complexidade e mudança, de acordo com épocas importantes e a partir de comparação internacional. Os processos da Alemanha, França, Grã-Bretanha, EUA, países do Leste europeu, assim como os encontros com culturas não-européias, foram transformados em tópicos de discussão. A historiografia moderna foi examinada não só por dentro mas também em comparação com épocas pré-modernas, com outras culturas, de um ponto de vista de gênero e em relação com outras áreas da cultura (filosofia, literatura, arte). Não foi uma coincidência o fato de que, durante a conferência, o principal foco das discussões tenha se deslocado das questões específicas do desenvolvimento da disciplina para os contextos socioculturais e perspectivas atuais.

Peculiaridades

Os cinco volumes, que já estavam disponíveis no prazo de um ano e meio, uniram 64 autores e suas 109 contribuições em mais de 2 mil páginas. As conferências foram assistidas por quase cem especialistas.²⁰⁰ Desde o início, o empreendimento foi montado para tentar oferecer ao círculo de participantes a continuidade necessária que permitisse uma discussão frutífera a longo prazo. Embora isso tenha sido obtido no geral, existem, em minha opinião, casos individuais em que tal meta não foi alcançada. Em algumas áreas, por exemplo, provou-se ser extremamente difícil encontrar especialistas apropriados, que também estivessem preparados para tomar parte em várias conferências consecutivas e fazer suas próprias contribuições. A perspectiva de gênero, em particular, que tinha sido pensada como central para o programa das conferências, mostrou-se de difícil implementação, de tal forma que houve muita flutuação, o que é compreensível isoladamente, mas não foi benéfico para o projeto como um todo. Apesar dos ensaios sobre o tópico do gênero,²⁰¹ o tema não foi introduzido na proporção desejável.

Encaminhemos, então, um julgamento do empreendimento nos seus próprios termos, com base em seu programa e nas principais questões expostas anteriormente. Em suma, poder-se-ia dizer, pelas razões expostas, que (a) a perspectiva de gênero não alcançou o que se poderia afirmar ser a sua justa parte. Na minha opinião, o objetivo de atacar vários problemas (b) não por meio de uma aproximação monodisciplinar mas multi, ou mesmo interdisciplinar, foi alcançado: os representantes individuais oriundos dos estudos literários,²⁰² filosofia,²⁰³ teologia²⁰⁴ e direito²⁰⁵ fizeram-se ouvir e conseguiram produzir a relativização de alguns truísmos. Finalmente, a relação entre história e geografia²⁰⁶ e história e ciência política²⁰⁷ no que concerne a alguns períodos individuais foi sistematicamente resolvida. Com relação à questão da interdisciplinaridade, o projeto do *Discurso histórico*, conseguiu avançar em relação ao projeto de *Teoria da história* (embora algumas questões permaneçam abertas e outras ainda não tenham sido colocadas).

Isso também é verdade para a tentativa de produzir uma história da história que não considere apenas a Época Moderna. A inclusão da (c) história antiga²⁰⁸ e dos estudos medievais²⁰⁹ foi bem-sucedida: os resultados trouxeram diversas importantes correções. Nessa perspectiva, a história da história aparece como mais variada e menos unilinear. As contribuições em

arqueologia,²¹⁰ história da arte²¹¹ e história da arquitetura²¹² também concorreram para a dissolução desse irrefletido unidimensionalismo.

Os volumes do projeto *Teoria da história* tinham a marca do teutocentrismo. Foi parte do projeto *Discurso histórico* evitar esse viés por meio da consideração de uma (d) dimensão européia: isso foi conseguido pela inclusão das historiografias nacionais da Inglaterra,²¹³ França²¹⁴ e, finalmente, pela tentativa de encaminhar um ponto de vista europeu.²¹⁵ As contribuições sobre o desenvolvimento da história nos EUA²¹⁶ e na Europa do Leste (Rússia)²¹⁷ devem, também, ser mencionados nesse contexto.

Mas isso não é suficiente. O projeto *Discurso histórico* não pára na Europa; ele expandiu-se em uma (c) dimensão não-européia,²¹⁸ especialmente com referência ao pensamento histórico chinês.²¹⁹ Além disso, o mundo islâmico,²²⁰ a África,²²¹ a Índia,²²² o Japão²²³ e a América Latina²²⁴ também foram considerados. O grupo de participantes e colaboradores foi parcialmente determinado de modo casual; a antes mencionada continuidade da pesquisa tornou-se evidente. Por exemplo, a planejada contribuição sobre a China foi cancelada para a terceira conferência, mas retornou, ao lado de outras, sobre a percepção histórica de culturas não-européias. Mesmo nas enciclopédias populares, em um tipo de texto em que é mais fácil apresentar uma perspectiva multinacional (devido ao procedimento aditivo), esse fator não foi considerado de forma tão consistente quanto no projeto do *Discurso histórico*,²²⁵ em uma recente “introdução fundacional” a uma história da historiografia o aspecto não-europeu não chegou mesmo a ser mencionado.²²⁶

A matéria da história não é caracterizada apenas pelo fato de ser uma especialização acadêmica com seus métodos particulares, mas também por estar ligada à (f) vida pública em geral. Essa dimensão também foi levada em consideração; o *status* da história na vida pública foi um predominate objeto de discussão. O problema já tinha sido formulado como tema central durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa;²²⁷ no curso da discussão do projeto, a questão ganhou um ímpeto próprio.

Desde o início, a seqüência da conferência foi pensada para ser (g) dominada pelas discussões. A idéia de previamente enviar textos de discussão para os participantes e apresentar apenas teses na conferência nem sempre pode ser executada; contudo, as discussões se mostraram férteis. As contribuições da conferência e as atas às vezes não coincidem. Ensaio ocasionais das conferências apresentadas foram perdidos ou completados;

comentários casuais emitidos durante as discussões foram elaborados em forma de texto independente.

O projeto *Discurso histórico* começou como um empreendimento (h) metateórico; a expressão "história estrutural do pensamento histórico" enfatiza tal objetivo. Entretanto, tal fim foi repetidamente avaliado e criticado, como pode ser percebido na observação cética "Com que uma história estrutural do pensamento histórico deve parecer: como preservação da tradição ou pesquisa crítica?"²²⁸ Mesmo que nem todos os pesquisadores estivessem envolvidos com esse problema, o resultado final não é apenas uma história da história para o seu próprio bem, mas sim uma história da história voltada aos problemas de fundamentação do pensamento histórico moderno.

Considerações finais

O pequeno esboço e a análise dos cinco volumes resultantes do projeto *Discurso histórico* mostrou clara mudança na ênfase original. Essa mudança já havia sido indicada por Hübinger: "[...] os ganhos do conhecimento histórico não podem ser organizados linearmente como uma história de sucesso que começa no iluminismo, passa pelo historicismo, pela história social e termina com a antropologia cultural".²²⁹ Dicotomias como as que ainda dominavam a discussão teórica nos anos 70 e 80 não podem ser compreendidas dessa forma;²³⁰ mais que isso, no curso das conferências "teve lugar uma constante expansão dos temas a partir de questões de cultura histórica e suas funções no interior do processo de orientação cultural e comunicação social".²³¹ Tal fato foi interpretado por Hübinger nas *Palavras finais* como um sintoma "de um considerável aumento de autocritica perspicaz": "No final nós estávamos desiludidos e havíamos adquirido uma nova modéstia em relação à capacidade de a história apresentar o passado como um indispensável reino da experiência relevante para nossas ações atuais e para nossas expectativas com relação ao futuro. No entanto, essa situação produziu em nós uma busca por novas realizações metodológicas e por padrões e níveis de flexibilidade mais altos. Produziu também uma compreensão do alcance e limites do pensamento científico na extensa área da cultura histórica e das demandas por orientação por meio de esclarecimento com os quais o pensamento histórico terá de deparar-se no futuro".²³²

Hübinger está certo: várias das antigas posições não desempenham mais papel algum; o que interessa não é o estabelecimento e a legitimação de um paradigma científico tal como a “ciência social histórica”, mesmo a questão da relação entre iluminismo e historicismo não tem mais a importância que tinha há dez anos. A formulação das questões mudou decisivamente.

A história da historiografia é mais que uma simples coleção de exemplos para a história. No entanto, bem entendida, ela está sempre conectada com isso. O projeto do *Discurso histórico* circunscreveu e, em certa medida, delineou a direção das pesquisas futuras em história da historiografia. É óbvio que esse intento só pôde ser realizado em parte. É de se esperar que novos trabalhos possam enfrentar os desafios.

(tradução: Luiz Sérgio Duarte)

Notas

- ¹ Ludwig Wachler, *Geschichte der historischen Forschung und Kunst seit der Wiederherstellung der litterarischen Cultur in Europa*, 5 partes, 2v., Göttingen, Röwer, 1812-20. A maior parte dos títulos listados adiante são discutidos em detalhe em: Horst Walter Blanke, *Historiographiegeschichte als Historik*, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1991.
- ² Henri Lancelot Voisin, *Sieur de La Popelinière* [publicação anônima], *L'Histoire de Histoires...*, Paris, Orry, 1599; Gerhard Johann Voss, *De historicis Graecis*, Leiden, Maire, 1624, idem., *De historicis Latinis*, Leiden, Maire, 1627; Christian Ernst Simonetti, *Der Character eines Geschichtschreibers: Entworfen in dem Leben und aus den Schriften des Herrn Abts Claudius Fleury...*, Göttingen, Schmid, 1746 [reimpresso em Horst Walter Blanke e Dirk Fleischer, *Aufklärung und Historik: Aufsätze zur Entwicklung der Geschichtswissenschaft, Kirchengeschichte und Geschichtstheorie in der deutschen Aufklärung*, Waltrup, Spinner, 1991, pp. 348-69].
- ³ Johann Christoph Gatterer, “Von dem Plan des Herodots”, em *Allgemeine historische Bibliothek*, 2, 1767, pp. 46-126; idem., “Vom Plane des Trogus und seines Abkürzers des Justins”, em op. cit., 3, 1767, pp. 18-193; idem., “Abhandlung vom : Standort und Gesichtspunkt des Geschichtschreibers oder der teutsche Livius”, em op. cit., 5, 1768, pp. 3-29 [reimpresso em em Horst Walter Blanke e Dirk Fleischer (eds.), *Theoretiker der deutschen Aufklärungshistorie*, Stuttgart, Frommann-Holzboog, 1990, v.1, pp. 452-66].
- ⁴ Georg Friedrich Creuzer, *Die historische Kunst der Griechen in ihrer Entstehung und Fortbildung*, Leipzig, Göschen, 1803.
- ⁵ Para referências ver adiante as notas 6, 45, 28, 29, 48, 49, 50, 54, 56.
- ⁶ Moriz Ritter, *Die Entwicklung der Geschichtswissenschaft an den führenden Werken betrachtet*, Munich/Berlin, Oldenbourg, 1919.
- ⁷ Para citar alguns: Kurt Breysig, “Die Historiker der Aufklärung”, em *Die Zukunft*, 19, 1897, pp. 295-305, 343-55; Karl Lamprecht, “Individualität, Idee und sozialpsychische Kraft in der Geschichte”, em *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, 68, 1897, pp. 880-900.
- ⁸ Franz Xaver von Wegele, *Geschichte der Deutschen Historiographie seit dem Auftreten des Humanismus*, Munich/Leipzig, Oldenbourg, 1885.
- ⁹ Eduard Fueter, *Geschichte der neueren Historiographie*, Munich/Leipzig, Oldenbourg, 1911 (1936).
- ¹⁰ Chicago/London, Univ. of Chicago Press, 1983 (1994).
- ¹¹ Gangolf Hübinger, *Georg Gottfried Gervinus: Historisches Urteil und politische Kritik*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984.

- ¹² Bernhard vom Brocke, Kurt Breysig: Geschichtswissenschaft zwischen Historismus und Soziologie, Lübeck/Hamburg, Matthiesen, 1971.
- ¹³ Lube Schorn-Schütte, Karl Lamprecht: Kulturgeschichtsschreibung zwischen Wissenschaft und Politik, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984.
- ¹⁴ Harald Dickerhof, Land, Reich, Kirche im historischen Lehrbetrieb an der Universität Ingolstadt (Ignaz Schwarz), Berlin/W., Duncker & Humblot, 1971.
- ¹⁵ Ritter, 1919 (n. 7).
- ¹⁶ Baltimore/London, Johns Hopkins University Press, 1973.
- ¹⁷ Curt Wachsmuth, Einleitung in das Studium der alten Geschichte, Leipzig, Hirzel, 1895, pp. 1-66; Ernst Bernheim, Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie..., Leipzig, Duncker & Humblot, 1908, pp. 21-43, 206-50, 685-735; Gustav Wolf, Einführung in das Studium der neueren Geschichte, Berlin, Weidmann, 1910, pp. 1-15, 172-243.
- ¹⁸ Ver. por exemplo, v. 13: Dieter Langewiesche, Europa zwischen Restauration und Revolution 1815-1849, Munich, Oldenbourg, 1985, esp. pp.113-71.
- ¹⁹ Karl Dietrich Erdmann, Die Ökumene der Historiker: Geschichte der Internationalen Historikerkongresse und des Comité International des Sciences Historiques, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1987.
- ²⁰ Helmut Heiber, Walter Frank und sein Reichsinstitut für Geschichte des neuen Deutschlands, Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1966.
- ²¹ Theodor Schieder, "Die deutsche Geschichtswissenschaft im Spiegel der Historischen Zeitschrift", em Historische Zeitschrift, 189, 1959, pp. 1-104.
- ²² Franz Schnabel et al., Die historische Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften 1858-1958, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1958.
- ²³ Paul Egon Hübinger, Das historische Seminar der Rheinischen Friedrich-Wilhelms-Universität zu Bonn: Vorläufer - Gründung - Entwicklung. Ein Weg deutscher Universitätsgeschichte, Bonn, Röhrscheid, 1963; Hartmut Boockmann e Hermann WellenReuther (eds.), Geschichtswissenschaft in Göttingen: Eine Vorlesungsreihe, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
- ²⁴ Horst Walter Blanke, "Aufklärungshistorie, Historismus und historische Kritik." Eine Skizze em Horst Walter Blanke e Jörn Rüsen (eds.), Von der Aufklärung zum Historismus. Zum Strukturwandel des historischen Denkens, Paderborn, Schöningh, 1985, pp. 167-86; idem, "Die Kritik der Alexanderhistoriker bei Heyne, Heeren, Niebuhr und Droysen. Eine Fallstudie zur Entwicklung der historischphilologischen Methode in der Aufklärung und im Historismus", em Storia della storiografia, 13, 1988, pp. 106-27.
- ²⁵ Harry Bresslau, Geschichte der Monumenta Germaniae Historica, Hannover, Hahn, 1921.
- ²⁶ Joachim Wach, Das Verstehen: Grundzüge einer Geschichte der hermeneutischen Theorie im 19. Jahrhundert Tübingen, Mohr, 1926-33, 3v.
- ²⁷ Johann Goldfriedrich, Die historische Ideenlehre in Deutschland: Ein Beitrag zur Geschichte der Geisteswissenschaften, vornehmlich der Geschichtswissenschaft und ihrer Methoden im 18. und 19. Jahrhundert, Berlin, Gaertner, 1902.
- ²⁸ Friedrich Meinecke, Die Entstehung des Historismus, Munich/Berlin, Oldenbourg, 1936 (1959; idem, Werke, v. 3).
- ²⁹ Heinrich Ritter von Srbik, Geist und Geschichte vom deutschen Humanismus bis zur Gegenwart, 2 vols., Munich/Salzburg, Bruckmann/Müller, 1950/51.
- ³⁰ Karl Christ, Von Gibbon zu Rostovtzeff: Leben und Werk führender Althistoriker der Neuzeit, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972; idem, Römische Geschichte und deutsche Geschichtswissenschaft, Munich, Beck, 1982; idem, Neue Profile der Alten Geschichte, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990.
- ³¹ Winfried Schulze, Soziologie und Geschichtswissenschaft: Einführung in die Probleme der Kooperation beider Wissenschaften, Munich, Fink, 1971.
- ³² Wilfried Nippel, Griechen, Barbaren und "Wilde": Alte Geschichte und Sozialanthropologie, Frankfurt a.M., Fischer, 1990.
- ³³ Franzjörg Baumgart, Die verdrängte Revolution: Darstellung und Bewertung der Revolution von 1848 in der deutschen Geschichtsschreibung vor dem Ersten Weltkrieg, Düsseldorf, Schwann, 1976.

Historiografia e tradição das lembranças

Massimo Mastrogregori

Se quiséssemos examinar o conjunto dos estudos de história da historiografia, desde o seu começo no século XIX até o presente momento, uma situação aparentemente paradoxal se apresentaria aos nossos olhos, a qual podemos resumir em quatro pontos:

- Nos estudos de história da historiografia empregamos vários métodos diferentes, em meio a discussões animadas, sem que nenhum deles possa levar vantagem.
- As publicações que aparecem nesse domínio são numerosas.
- A circulação dos resultados dessas pesquisas é muito limitada, mesmo entre os historiadores profissionais.
- O interesse do público culto não especialista é extremamente fraco.

Consideremos o primeiro ponto. É possível distinguir pelo menos seis métodos dotados de uma lógica interna coerente e, até certo ponto, exclusiva dos outros métodos (eu escrevi “até certo ponto” porque não faltam combinações de métodos diferentes). Existe, portanto, antes de tudo, o método

- ⁸⁰ *Theorie der Geschichte*. Beiträge zur Historik. Munich, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1977, 906, v.1: Reinhart Koselleck et al. (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft*, 1977; v.2: Karl Georg Faber e Christian Meier (eds.), *Historische Prozesse*, 1978; v.3: Jürgen Kocka e Thomas Nipperdey (eds.), *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, 1979; v.4: Reinhart Koselleck et al. (eds.), *Formen der Geschichtsschreibung*, 1982; v.5: Christian Meier e Jörn Rüsen (eds.), *Historische Methode*, 1988; v.6: Karl Acham e Winfried Schulze (eds.), *Teil und Ganzes: Zum Verhältnis von Einzel und Gesamtanalyse in Geschichte und Sozialwissenschaften*, 1990.
- ⁸¹ Jörn Rüsen, "Der Historiker als 'Parteimann des Schicksals'. Georg Gottfried Gervinus und das Konzept der objektiven Parteilichkeit im deutschen Historismus", em *rc*, I, pp. 77-124 [reeditado: *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1993, pp. 157-206].
- ⁸² Ver Blanke, 1991, n. 2, p. 673ff, com referências mais extensas.
- ⁸³ Cf. Jörn Rüsen, "Forschungsprojekt Theorie der Geschichte", em *Jahrbuch der historischen Forschung*, 2, 1975, pp. 148f.
- ⁸⁴ Ver Reinhart Koselleck, "Standortbindung und Zeitlichkeit. Ein Beitrag zur historiographischen Erschließung der geschichtlichen Welt", em *rc*, I, pp. 17-46 [reeditado: *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1979, pp. 176-207, p. 27; Wolfgang J. Mommsen, "Der perspektivische Charakter historischer Aussagen und das Problem von Parteilichkeit und Objektivität historischer Erkenntnis", em *rc*, I, pp. 441-68.
- ⁸⁵ Ver especialmente *rc*, III, pp. 17ff "Eine Kontroverse" [entre Hans-Ulrich Wehler e Golo Mann]; *rc*, IV, pp. 607ff.
- ⁸⁶ Rüsen, 1977, n. 59; Karl Georg Faber, "Gervinus oder: Das Elend der Geschichtsphilosophie. Ein Diskussionbeitrag", em *rc*, I, p. 125-133.
- ⁸⁷ Christian Meier, "Fragen und Thesen zu einer Theorie historischer Prozesse", em *rc*, II, pp. 11-66.
- ⁸⁸ Idem, "Prozeß und Ereignis in der griechischen Historiographie des 5. Jahrhunderts und vorher", em *rc*, II, pp. 69-97.
- ⁸⁹ Hans Belting, "Vasari und die Folgen. Die Geschichte der Kunst als Prozeß?", em *rc*, II, pp. 98-126.
- ⁹⁰ Jochen Schlobach, "Die klassischhumanistische Zyklen-theorie und ihre Anfechtung durch das Fortschrittsbewußtsein der französischen Frühaufklärung", em *rc*, II, pp. 127-42.
- ⁹¹ Ver, por exemplo, Belting, 1978, n. 67, pp. 100, 112 passim.
- ⁹² Cf. Jochen Schlobach, *Zyklen-theorie und Epochenmetaphorik: Studien zur bildlichen Sprache der Geschichtsreflexion in Frankreich von der Renaissance bis zur Frühaufklärung*, Munich, Fink, 1978.
- ⁹³ Rudolf von Thadden, "Geschichte als Prozeß im Denken von Alexis de Tocqueville", em *rc*, II, pp. 143-56.
- ⁹⁴ Idem, p. 144. Cf. Meier, 1978, n. 65, esp. pp. 21-5.
- ⁹⁵ Meier, 1978, n. 66.
- ⁹⁶ Gert Melville, "Wozu Geschichte schreiben? Stellung und Funktion der Historie im Mittelalter", em *rc*, IV, pp. 86-146; idem, "Kompilation, Fiktion und Diskurs. Aspekte zur heuristischen Methode der mittelalterlichen Geschichtsschreiber", em *rc*, V, pp. 133-53.
- ⁹⁷ Belting, 1978, n. 67; Schlobach, 1978, n. 68; Eckhard Kessler, "Das rhetorische Modell der Historiographie", em *rc*, IV, pp. 37-85. Cf. "Geschichte: Menschliche Praxis oder kritische Wissenschaft? Zur Theorie der humanistischen Geschichtsschreibung", em idem, (ed.), *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*, Munich, Fink, 1971, pp. 7-47.
- ⁹⁸ Koselleck, 1977, n. 62; Peter Hanns Reill, "Das Problem des Allgemeinen und des Besonderen im geschichtlichen Denken und in den historiographischen Darstellungen des späten 18. Jahrhunderts", em *rc*, VI, pp. 141-68. Conferir, nesse contexto: Horst Walter Blanke, "Die Wiederentdeckung der deutschen Aufklärungshistorie und die Begründung der Historischen Sozialwissenschaft", em Wolfgang Prinz e Peter Weingart (eds.), *Die sog. Geisteswissenschaften - Innenansichten*, Frankfurt a.M. (Suhrkamp, 1990, pp. 105-33 [reeditado em Blanke e Fleischer, 1991, n. 3, pp. 274-95].
- ⁹⁹ Winfried Schulze, "Der Wandel des Allgemeinen: Der Weg der deutschen Historiker nach 1945 zur Kategorie des Sozialen", em *rc*, VI, pp. 193-216. Cf. idem, *Deutsche Geschichtswissenschaft nach 1945*, Munich, Oldenbourg, 1989.

- ⁷ Thadden, 1978, n. 71; Winfried Schulze, "Narration und Analyse. Beobachtungen zur Historiographie der Englischen Revolution", em *ic*, iv, pp. 290-319; Ursula A. J. Becker, "Methodenkonzeption und politische Funktionalisierung der Geschichtsschreibung Frankreichs im 19. Jahrhundert", em *ic*, v, pp. 181-99; Lutz, 1982, n. 80; Kallweit, 1988, n. 80.
- ⁸ Christian Meier, "Zum Begreifen des Notwendigen. Zu Theodor Mommsens *Römischer Geschichte*", em *ic*, iv, pp. 201-44; Wilfried Nippel, "Sozialanthropologie und Alte Geschichte", em *ic*, v, pp. 300-18. Cf. Griechen, Barbaren und "Wilde", *Alte Geschichte und Sozialanthropologie*, Frankfurt a.M., Fischer, 1990).
- ⁹ Heinz-Dieter Kittsteiner, "Objektivität und Totalität. Vier Thesen zur Geschichtstheorie von Karl Marx", em *ic*, i, pp. 159-70; Helmut Fleischer, "Zur Analytik des Geschichtsprozesses bei Marx", em *ic*, ii, pp. 157-85 (cf. *Marxismus und Geschichte*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1969); Heinrich Lutz, "Braudels La Méditerranée. Zur Problematik eines Modellanspruchs", em *ic*, iv, pp. 320-52; Hilmar Kallweit, "Archäologie des historischen Wissens. Zur Geschichtsschreibung Michel Foucaults", em *ic*, v, pp. 267-99; Nippel, 1988, n. 79, pp. 303-9.
- ¹⁰ Por exemplo Wolfgang J. Mommsen, "Objektivität und Parteilichkeit im historiographischen Werk Sybels und Treitschkes", em *ic*, i, pp. 134-58, esp. pp. 140f, 145; cf. também pp. 138, 156 e 158.
- ¹¹ Idem, p. 158; cf. Mommsen, 1977, n. 62.
- ¹² Rüsen, 1977, n. 59, esp. pp. 84, 120ff.
- ¹³ Faber, 1977, n. 64, p. 127 [apud] e p. 133.
- ¹⁴ Explicitamente em Jörn Rüsen, *Für eine erneuerte Historik: Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*, Stuttgart, 1976, p. 5. Cf. Kocka, 1977, 1986, n. 57; Wehler, 1980, n. 55.
- ¹⁵ Wolfgang J. Mommsen, "Wandlungen im Bedeutungsgehalt der Kategorie des 'Verstehens'", em *ic*, v, pp. 200-26, esp. p. 226.
- ¹⁶ Para mais detalhes, ver Horst Walter Blanke, "Selbstreflexion im Umbruch. Historiographieggeschichte bei Karl Lamprecht und seinen Schülern", em *Transformation des Historismus: Wissenschaftsorganisation und Bildungspolitik vor dem Ersten Weltkrieg. Interpretationen und Dokumente*, Waltrop, Spenner, 1994, pp. 112-53; Blanke, 1991, n. 2, pp. 439-74.
- ¹⁷ Ulrich Muhlack, "Zum 'Verstehen' im frühen Historismus. Ein Diskussionsbeitrag", em *ic*, v, pp. 227-32. Cf. *ibid.*, "Leopold von Ranke", em Notker Hammerstein (ed.), *Deutsche Geschichtswissenschaft um 1900*, Stuttgart, Steiner, 1988, pp. 11-36.
- ¹⁸ Ver, por exemplo, Mommsen, 1988, n. 86, p. 209; cf. Kocka, 1986, n. 51.
- ¹⁹ Reill, 1990, n. 76, p. 165.
- ²⁰ Explicitamente Schulze, 1990, n. 77, p. 210, mas de forma mais contundente Willi Oberkrome, *Volksgegeschichte: Methodische Innovation und völkische Ideologisierung in der deutschen Geschichtswissenschaft 1918-1945*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- ²¹ Jörn Rüsen, "Die vier Typen des historischen Erzählens", em *ic*, iv, pp. 14-605 (reeditado: *Zeit und Sinn: Strategien historischen Denkens*, Frankfurt a.M., Fischer, 1990, p. 153-230, 273-83).
- ²² Reinhart Koselleck, "Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Eine historischanthropologische Skizze", em *ic*, v, pp. 13-61 [reeditado, *Zeitschichten: Studien zur Historik*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 2000, pp. 27-77].
- ²³ Jörn Rüsen, "Geschichtsschreibung als Theorieproblem. Eine Skizze zum historischen Hintergrund der gegenwärtigen Diskussion", em *ic*, iv, pp. 14-35 [reeditado em Rüsen, 1990, n. 92, pp. 135-52, 270-73].
- ²⁴ Idem, "Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung", em *ic*, iv, pp. 192-200 [reeditado em Rüsen, 1993, n. 59, pp. 267-75].
- ²⁵ Rüsen, 1982, n. 92, pp. 536ff.
- ²⁶ Idem, p. 542.
- ²⁷ Idem, pp. 586ff; cf. também p. 582, em *Gervinus*.
- ²⁸ Idem, pp. 551 e seguintes.
- ²⁹ Idem, especialmente, p. 569 e seguintes.
- ³⁰ Idem, pp. 539, 563 e 580.

- ¹⁰⁰ Idem, pp. 569 e 577.
- ¹⁰¹ Idem, pp. 554 e 570.
- ¹⁰² Idem, p. 590.
- ¹⁰³ Ver as referências à Herodotus: Koselleck, 1988, n. 93, pp. 17, 22, 27, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 40, para a comparação sugestiva entre Marx e Weber, p. 60.
- ¹⁰⁴ Idem, pp. 19ff.
- ¹⁰⁵ Idem, p. 60.
- ¹⁰⁶ Ver notas 6, 45, 28 e 29.
- ¹⁰⁷ Ver tc, i, pp. 64, 79, 122, 127, 135, 144, 272. Para o livro de Iggers, ver nota 53.
- ¹⁰⁸ Jörn Rüsen, *Historische Vernunft: Grundzüge einer Historik* i: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1983; idem, *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge ... ii: Die Prinzipien der historischen Forschung*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1986; idem, *Lebendige Geschichte. Grundzüge ... iii: Formen und Funktionen des historischen Wissens*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
- ¹⁰⁹ Josef Meran, *Theorien in der Geschichtswissenschaft: Die Diskussion über die Wissenschaftlichkeit der Geschichte*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1985; Hans-Jürgen Goertz, *Umgang mit Geschichte: Eine Einführung in die Geschichtstheorie*, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1995; também: Richard van Dülmen (ed.), *Das Fischer Lexikon Geschichte*, Frankfurt a.M., Fischer, 1990; Winfried Schulze, *Einführung in die Neuere Geschichte*, Stuttgart, Ulmer [unl.], 1987, esp. pp. 216ff.
- ¹¹⁰ A matriz disciplinar é desenvolvida por Jörn Rüsen, 1983, n. 110, pp. 23 e seq. Ela foi testada em estudos históricos: "Von der Aufklärung zum Historismus. Idealtypische Perspektiven eines Strukturwandels", em Blanke e Rüsen, 1985, n. 25, pp. 15-57 [reeditado em: Rüsen, 1993, n. 59, pp. 29-80]. Cf. Blanke, 1991, n. 2, pp. 29-47, esp. pp. 36ff; Jörn Rüsen, "Historismus als Wissenschaftsparadigma. Leistung und Grenzen eines strukturgeschichtlichen Ansatzes der Historiographiegeschichte", em Oexle e Rüsen, 1996, n. 168, pp. 119-37.
- ¹¹¹ Ver os artigos em tc, i e tc, v, também em tc, ii e tc, vi.
- ¹¹² Hayden White, *Metahistory*, op. cit.; *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*, Baltimore, Md., John Hopkins Univ. Press, 1978; *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore, Md., John Hopkins Univ. Press, 1987.
- ¹¹³ Ver os artigos em tc, i.
- ¹¹⁴ Ver notas 65, 73 e 78.
- ¹¹⁵ Ver nota 77.
- ¹¹⁶ Por exemplo, Karl Acham, "Über Parteilichkeit und Objektivität in den Gesellschaftswissenschaften", em tc, i, pp. 393-424; "Über den Zusammenhang von Erwartungshaltung, Wirklichkeitskonzeption und Darstellungsweise in den Sozialwissenschaften", em tc, iv, pp. 353-414; "Teil und Ganzes, Differenzierung und Homogenität. Überlegungen zu Gegenstand und Methode der Soziologie und der historischen Sozialwissenschaften", em tc, vi, pp. 72-107; Hans Ulrich Gumbrecht, "Das in vergangenen Zeiten Gewesene so gut erzählen, alsobesondereigenen Weltwäre. Versuch zur Anthropologie der Geschichtsschreibung", em tc, iv, pp. 480-513.
- ¹¹⁷ Por exemplo, Karl-Georg Faber, "Zur Instrumentalisierung historischen Wissens in der politischen Diskussion", em tc, i, pp. 270-316; Melville, 1982, n. 74; Koselleck, 1977, n. 62.
- ¹¹⁸ Wolfgang Küttler et al. (eds.), *Geschichtsdiskurs*, v.1: Grundlagen und Methoden der Historiographiegeschichte, Frankfurt a.M., Fischer, 1993; v.2: Anfänge modernen historischen Denkens, Frankfurt a.M., Fischer, 1994; v.3: Die Epoche der Historisierung, Frankfurt a.M., Fischer, 1997; v.4: Krisenbewußtsein, Katastrophenerfahrungen und Innovationen 1880-1945, Frankfurt a.M., Fischer, 1997; v.5: Globale Konflikte, Erinnerungsarbeit und Neuorientierungen seit 1945, Frankfurt a.M., Fischer, 1999.
- ¹¹⁹ Co-editores dos volumes 4 e 5: Gangolf Hübinger, Jürgen Osterhammel e Lutz Raphael.
- ¹²⁰ Wolfgang Küttler et al., "Vorwort der Herausgeber", em tc, i, 1993, p. 13. Cf. Wolfgang Küttler et al., *Historiographiegeschichte als Methodologiegeschichte* (Festschrift Ernst Engelberg), Berlin (DDR), Akademie-Verlag, 1991.
- ¹²¹ Küttler et al., n. 122, p. 11, 1993.

- ¹⁷ Cf. Blanke, n. 1, 1993.
- ¹⁸ *ib.*, I, pp. 17-93: "Herausforderungen durch die Postmoderne". Cf. também Jörn Rüsen, "Postmoderne Geschichtstheorie", em Jörn Rüsen et al., 1991, n. 1, pp. 27-48 [reeditado, *Historische Orientierung: Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*, Cologne et al., [Böhlau, 1994, pp. 188-208].
- ¹⁹ *Idem*, pp. 97-128: "Epochen der Geschichtsschreibung".
- ²⁰ Lutz Raphael, "Epochen der französischen Geschichtsschreibung", em *ib.*, I, pp. 101-32.
- ²¹ Jürgen Osterhammel, "Epochen der britischen Geschichtsschreibung", em *ib.*, I, pp. 157-88.
- ²² Hans Schleier, "Epochen der deutschen Geschichtsschreibung seit der Mitte des 18. Jahrhunderts", em *ib.*, I, pp. 133-56.
- ²³ *ib.*, I, pp. 191-290: "Strategien der Historiographiegeschichte".
- ²⁴ Ernst Schulin, "Vorüberlegung zum Periodisierungsproblem", em *ib.*, I, p. 99.
- ²⁵ Ver especialmente Raphael, 1993, n. 127, pp. 101 u. 101f. Cf. também Schleier, 1993, n. 129, p. 136.
- ²⁶ Schleier, 1993, n. 129, p. 153.
- ²⁷ Raphael, 1993, n. 127, p. 125.
- ²⁸ (1) 1750-1815; (2) 1815-1890; (3) 1890-1960, (4) 1960ff.
- ²⁹ (1) O longo iluminismo: c. 1750-1860; (2) impulso e profissionalização: c. 1860/70-1930; (3) consolidação pluralista: desde c. 1930; Osterhammel, 1993, n. 128, pp. 168-81.
- ³⁰ Especialmente Blanke, n. 1, 1993.
- ³¹ Ingrid Wagner, "Geschichte als Text. Zur Topologie Hayden Whites", em *ib.*, I, pp. 212-32; A análise de Burkhardt: *idem*, pp. 219-29; apud p. 229. Cf. Hans-Jürgen Lüsebrink, "Topologie, Narrativik, Diskurssemantik. Hayden White aus literaturwissenschaftlicher Sicht", em *ib.*, I, pp. 355-61.
- ³² Rüdiger vom Bruch, "Historiographiegeschichte als Sozialgeschichte. Geschichtswissenschaft und Gesellschaftswissenschaft", em *ib.*, I, pp. 257-70. Sobre o termo *historiador*, ver Hans-Jürgen Pandel, "Wer ist ein Historiker? Forschung und Lehre als Bestimmungsfaktoren in der Geschichtswissenschaft des 19. Jahrhunderts", em *ib.*, I, pp. 346-54.
- ³³ Wolfgang Krohn, "Die Wissenschaftsgeschichte in der Wissenschaft. Zu einer Historiographie der Wissenschaftsgeschichtsschreibung", em *ib.*, I, pp. 271-90.
- ³⁴ Herta Nagl-Docekal, "Für eine geschlechtergeschichtliche Perspektivierung der Historiographiegeschichte", em *ib.*, I, pp. 233-56; programa de pesquisa inspirado no feminismo: pp. 244ff; o quinto ponto: pp. 248ff.
- ³⁵ *ib.*, I, pp. 293-361: "Kommentar".
- ³⁶ Ernst Schulin, "Nach der Postmoderne", em *ib.*, I, pp. 365-9.
- ³⁷ Wilfried Nippel, "'Geschichte' und 'Altentümer'. Zur Periodisierung in der Althistorie", em *ib.*, I, pp. 307-16, esp. p. 312.
- ³⁸ Georg G. Iggers, "Das Programm einer Strukturgeschichte des historischen Denkens. Anmerkungen zu H.W. Blanke", em *ib.*, I, pp. 331-5, esp. p. 331.
- ³⁹ Ver Wolfgang Kuttler et al., "Vorwort der Herausgeber", em *ib.*, I, p. 11-13.
- ⁴⁰ *ib.*, I, pp. 17-91: "Hypothesen der Modernisierung".
- ⁴¹ *ib.*, I, pp. 95-161: "Frühneuzeitliche Innovationen".
- ⁴² *ib.*, I, pp. 165-215: "Außereuropäische Perspektiven".
- ⁴³ *ib.*, I, pp. 219-91: "Paradigmen der Aufklärung".
- ⁴⁴ *ib.*, I, pp. 295-377: "Übergreifende Entwicklungen".
- ⁴⁵ Wolfgang Kuttler, "Die Anfänge der Geschichtswissenschaft und die Ambivalenzen der Moderne", em *ib.*, I, pp. 381-89.
- ⁴⁶ Hilmar Kalkweit, "Zur 'anthropologischen' Wende in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts – aus der Sicht des 'Archäologen' Michel Foucault", em *ib.*, I, pp. 17-47. Cf., "Archäologie des historischen Wissens. Zur Geschichtsschreibung Michel Foucaults", em *ib.*, I, pp. 267-99.
- ⁴⁷ Peter Hanns Reill, "Die Historisierung von Natur und Mensch. Der Zusammenhang von Naturwissenschaften und historischem Denken im Entstehungsprozeß der modernen Naturwissenschaften", em *ib.*, I, pp. 48-61.
- ⁴⁸ Horst Walter Blanke, "Die Entstehung der Geschichtswissenschaft im Spiegel der Historiographiegeschichte", em *ib.*, I, pp. 62-66; cf. Hans Schleier, "Fragen zum Wissenschaftsprozess der modernen Geschichtswissenschaft. Kommentar zu Horst Walter Blanke", em *ib.*, I, pp. 67-72.

- ¹⁸⁵ Henning Wrede, "Die Entstehung der Archäologie und das Einsetzen der neuzeitlichen Geschichtsbetrachtung", em *co*, II, pp. 95-119; Wolfgang Weber, "Zur Bedeutung des Antiquarismus für die Entwicklung der modernen Geschichtswissenschaft", em *co*, II, pp. 120-35 (O sumário, p. 132); Wolfgang Prast, "Antiquarismus und Modernität. Eine historiographische Verlustbilanz", em *co*, II, pp. 136-47.
- ¹⁸⁶ Helwig Schmidt-Glintzer, "Die Modernisierung des historischen Denkens im China des 16.-18. Jahrhunderts und seine Grenzen", em *co*, II, pp. 165-79 (cf. Chang-Tze Hu, "Exemplarisches und fortschrittliches Geschichtsdanken in China. Ein Diskussionsbeitrag", em *co*, II, pp. 180-3); Ulrich Haarmann, "Ein Mißgriff des Geschicks? Muslimische und westliche Standpunkte zur Geschichte der islamischen Welt im achtzehnten Jahrhundert", em *co*, II, pp. 184-201.
- ¹⁸⁷ Jürgen Osterhammel, "Neue Welten in der europäischen Geschichtsschreibung (ca. 1500-1800)", em *co*, II, pp. 202-15.
- ¹⁸⁸ Wilfried Nippel, "Gibbons 'philosophische Geschichte' und die schottische Aufklärung", em *co*, II, pp. 219-28 (também: Harro Müller, "Einige Erzählverfahren in Edward Gibbons *The Decline and Fall of the Roman Empire*", em *co*, II, pp. 229-38); cf. Wilfried Nippel, "Der Begründer der modernen Althistorie: Edward Gibbon", em Horst Walter Blanke et al. (eds.), *Dimensionen der Historik: Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute* (Festschrift Jörn Rüsen), Cologne et al., Böhlau, 1998, pp. 209-20.
- ¹⁸⁹ Hans-Jürgen Lüsebrink, "Subjektivität in der Geschichtsschreibung. Zur Modernisierung historiographischer Erzählweisen in der französischen Aufklärung", em *co*, II, pp. 249-66.
- ¹⁹⁰ Horst Walter Blanke, "Die Rolle der Historik im Entstehungsprozeß modernen historischen Denkens", em *co*, II, pp. 282-91.
- ¹⁹¹ Hans Erich Bödeker, "Die Entstehung des modernen historischen Denkens als sozialhistorischer Prozeß. Ein Essay", em *co*, II, pp. 295-319.
- ¹⁹² Heide Wunder, "Überlegungen zum 'Modernisierungsschub des historischen Denkens im 18. Jahrhundert' aus der Perspektive der Geschlechtergeschichte", em *co*, II, pp. 320-32.
- ¹⁹³ Ernst Schulin, "Der Zeitbegriff in der Geschichtsschreibung der Aufklärung und des deutschen Historismus", em *co*, II, pp. 333-43.
- ¹⁹⁴ Jörn Rüsen, "Historische Methode und religiöser Sinn. Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne", em *co*, II, pp. 344-77.
- ¹⁹⁵ Schleier, 1994, n. 155, pp. 67f.
- ¹⁹⁶ Ver Nippel, 1994, n. 159, p. 226.
- ¹⁹⁷ Otto Gerhard Oexle e Jörn Rüsen (eds.), *Historismus in den Kulturwissenschaften: Geschichtskonzepte, historische Einschätzungen, Grundlagenprobleme*, Cologne et al., Böhlau, 1996; Gunter Scholtz (ed.), *Historismus am Ende des 20. Jahrhunderts. Eine internationale Diskussion*, Berlin, Akademie Verlag, 1997; Wolfgang Bialas e Gérard Raulet (eds.), *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik*, Frankfurt a.M. et al., Lang, 1996.
- ¹⁹⁸ Jörn Rüsen, "Historik - Überlegungen zur metatheoretischen Selbstausslegung und Interpretation des historischen Denkens im Historismus (und außerhalb)", em *co*, III, pp. 80-99.
- ¹⁹⁹ Wolfgang Bialas, "Das Geschichtsdenken der klassischen deutschen Philosophie. Hegels Geschichtsphilosophie zwischen historischen Erfahrungsraum und utopischen Erwartungshorizont", em *co*, III, pp. 29-41; Friedrich Jaeger, *Geschichtsphilosophie, Hermeneutik und Kontingenz in der Geschichte des Historismus*, em *co*, III, pp. 45-66.
- ²⁰⁰ Ernst Schulin, "Die Epochenschwelle zwischen Aufklärung und Historismus", em *co*, III, pp. 17-26.
- ²⁰¹ Harro Müller, "Thesen zur Geschichte des Historischen Dramas und des Historischen Romans (1773-1888)", em *co*, III, pp. 121-31.
- ²⁰² Robert-Jan van Pelt, "Geschichte als Feigenblatt. Einige Überlegungen zum Verhältnis von Historismus und Architektur", em *co*, III, pp. 132-55.
- ²⁰³ Hans-Jürgen Lüsebrink, "Französische Geschichtsschreibung im 19. Jahrhundert. Das Beispiel Michelet", em *co*, III, pp. 218-26.
- ²⁰⁴ Ernst Schulin, "Nationalismus und jüdische Geschichtsschreibung in Deutschland", em *co*, III, pp. 198-217.
- ²⁰⁵ Wulf Wülfing, "Mythen und Legenden", em *co*, III, pp. 159-72.
- ²⁰⁶ Fritz Ringer, "Bildungs- und Geschichtstheorien in Frankreich und Deutschland im 19. Jahrhundert", em *co*, III, pp. 229-43.

- ¹⁷ Wilfried Nippel, "Philologenstreit und Schulpolitik. Zur Kontroverse zwischen Gottfried Hermann und August Böckh", em *co.*, III, pp. 244-53. Cf., *Über das Studium der Alten Geschichte*, Munich, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1993.
- ¹⁸ Christoph Marx, "Die 'Geschichtslosigkeit Afrikas' und die Geschichte der deutschen Afrikaforschung im späten 19. Jahrhundert", em *co.*, III, pp. 272-81.
- ¹⁹ Jürgen Osterhammel, "Geschichte, Geographie, Genhistorie", em *co.*, III, pp. 257-71.
- ²⁰ Joachim Rückert, "Vom Umgang mit der Geschichte, juristisch und historisch", em *co.*, III, pp. 296-320.
- ²¹ Gangolf Hübinger, "Wissenschaftliche Politik und Historismus", em *co.*, III, pp. 340-52.
- ²² Wolfgang Küttler, "Gesellschaftstheorie, Ökonomie und Geschichte. Karl Marx im gesellschaftlichen und wissenschaftsgeschichtlichen Kontext der Modernisierung des Geschichtsdenkens", em *co.*, III, pp. 377-95; Hans Schleier, "Kulturgeschichte im 19. Jahrhundert. Oppositionswissenschaft, Modernisierungsgeschichte, Geistesgeschichte, spezialisierte Sammlungsbewegung", em *co.*, III, pp. 424-46 (cf. Gangolf Hübinger, "Konzepte und Typen der Kulturgeschichte", em *co.*, IV, pp. 136-52).
- ²³ Georg G. Iggers, "Historisches Denken im 19. Jahrhundert. Überlegungen zu einer Synthese", em *co.*, III, pp. 459-70; cf. *ibid.*, "Historismus im Meinungsstreit", em Oexle e Rüsen, 1996, n. 168, pp. 7-27. Cf. Friedrich Jaeger e Jörn Rüsen, *Geschichte des Historismus. Eine Einführung*, Munich, Beck, 1992.
- ²⁴ Wolfgang Küttler et al., "Vorwort der Herausgeber", em *co.*, IV, p. 11-15.
- ²⁵ Achim Mittag, "Chinas Modernisierung und die Transformation des chinesischen Geschichtsdenkens unter westlichem Kultureinfluß", em *co.*, IV, pp. 355-80.
- ²⁶ Pierre Sorlin, "Das Kino' eine Herausforderung für den Historiker", em *co.*, IV, pp. 276-303; cf. *ibid.*, "Fernsehen: ein anderes Verständnis von Geschichte", em *co.*, V, pp. 314-33.
- ²⁷ Lutz Raphael, "Die 'Neue Geschichte' – Umbrüche und Neue Wege der Geschichtsschreibung in internationaler Perspektive (1880-1940)", em *co.*, IV, pp. 51-89. Cf. *ibid.*, *Die Erben von Bloch und Febvre: 'Annales'-Geschichtsschreibung und 'nouvelle histoire' in Frankreich 1945-1980*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1994.
- ²⁸ Michael Gottlob, "Indische Geschichtswissenschaft und Kolonialismus", em *co.*, IV, pp. 314-36; Wolfgang Schwentker, "Zwischen Weltaneignung und Selbstdeutungszwang. Entwicklungstendenzen der Geschichtswissenschaft in Japan 1860-1945", em *co.*, V, pp. 339-54; Mittag, 1997, n. 186.
- ²⁹ Ver Rüdiger vom Bruch, "Schlußbemerkungen", em *co.*, V, pp. 399-407.
- ³⁰ *co.*, V, pp. 15-72: "Erinnerungsarbeit".
- ³¹ Saul Friedländer, "Auseinandersetzung mit der Shoa: Einige Überlegungen zum Thema", em *co.*, V, pp. 15-29.
- ³² Shingo Shimada, "Formen der Erinnerungsarbeit: Gedenken der Toten und Geschichtsdiskurs in Japan", em *co.*, V, pp. 30-45.
- ³³ Jutta Scherrer, "Das postsowjetische Rußland: Erinnerungskultur oder Vergangenheitspolitik?", em *co.*, V, pp. 46-72.
- ³⁴ *co.*, V, pp. 75-187: "Globale Konflikte".
- ³⁵ *co.*, V, pp. 191-263: "Innovationen".
- ³⁶ Egon Flaig, "Historische Anthropologie und Alte Geschichte", em *co.*, V, pp. 238-63. Cf., "Geschichte ist kein Text. 'Reflexive Anthropologie' am Beispiel der symbolischen Gaben im römischen Reich", em Blanke et al., 1998, n. 159, pp. 345-60.
- ³⁷ Cf. Acham, 1990, n. 118; Christian Meier, "Notizen zum Verhältnis von Makro – und Mikrogeschichte", em *co.*, VI, pp. 111-40; nesse contexto, ver também Alexander von Plato, "Zum Stand der Oral History in Deutschland", em Jarausch et al., 1991, n. 1, pp. 418-39.
- ³⁸ *co.*, V, pp. 267-333: "Vermittler und Medien". Ver, por exemplo, Hans-Jürgen Pandel, "Auf der Suche nach 'neuer Tradition'. Das Geschichtsbuch in der Diskussion nach 1945", em *co.*, V, pp. 267-83.
- ³⁹ *co.*, V, pp. 337-92: "Geschichtsphilosophie"; pp. 347-59: Frank Ankersmit, "Wahrheit in Literatur und Geschichte"; pp. 360-77: Jörn Rüsen, "Sinnverlust und Sinnbildung im historischen Denken am Ende des Jahrhunderts"; pp. 378-92: Ernst Schulz, "Herrschaft und Geschichtswissenschaft".
- ⁴⁰ Por comparação: na revista *History and Theory* contam-se 110 contribuições de 59 autores com cerca de 2.700 páginas. Apenas 6 especialistas estão presentes nas duas publicações (Kallwett, Küttler, Nippel, Reill e Rüsen); Rüsen é aquele que conecta as duas séries.

- ²⁰ Nagl-Docekal, 1993, n. 141; Wunder, 1994, n. 163; Karen Offen, "Die Geschlechterpolitik in der französischen Frauengeschichte des 19. Jahrhunderts", em *ib.*, III, pp. 100-12; Susanne von Falkenhausen, "Geschichte als Metapher - Geschlecht als Symptom. Die Konstruktion der Nation im Bild", em *ib.*, III, pp. 173-97; Maria Grever, "Die relative Geschichtsbewusstheit der Frauen. Geschlecht und Geschichtswissenschaft", em *ib.*, IV, pp. 108-23.
- ²¹ Wagner, 1993, n. 138; Lüsebrink, 1993, n. 138; Müller, 1994, n. 159; Lüsebrink, 1994, n. 160; Müller, 1997, n. 172; Wülfing, 1997, n. 176; Müller, 1999, n. 212; e também Lüsebrink, 1997, n. 174; Ulrich Muhlack, "Geschichtsschreibung als Geschichtswissenschaft", em *ib.*, III, pp. 67-79.
- ²² Bialas, 1997, n. 170; Jaeger, 1997, n. 170.
- ²³ Kurt Nowak, "Historische oder dogmatische Methode? Protestantische Theologie im Jahrhundert des Historismus", em *ib.*, III, pp. 282-97; Friedrich Wilhelm Graf, "Geschichte durch Übergeschichte überwinden. Antihistorisches Geschichtsdenken in der protestantischen Theologie der 1920er Jahre", em *ib.*, IV, pp. 217-44. Cf. Rüsen, 1994, n. 165.
- ²⁴ Rückert, 1997, n. 181; Egon Flaig, "Volkssouveränität ohne Repräsentation. Zum Römischen Staatsrecht von Theodor Mommsen", em *ib.*, III, pp. 321-39.
- ²⁵ Osterhammel, 1997, n. 180; ver também Osterhammel, 1994, n. 158.
- ²⁶ Hübing, 1997, n. 182.
- ²⁷ Nippel, 1993, n. 144; 1994, n. 159; 1997, n. 178; Flaig, 1999, n. 197; cf. também Müller, 1994, n. 159; Flaig, 1997, n. 206.
- ²⁸ Dieter Berg, "Mediävistik - eine 'politische Wissenschaft'. Grundprobleme und Entwicklungstendenzen der deutschen mediävistischen Wissenschaftsgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert", em *ib.*, I, pp. 317-30.
- ²⁹ Wrede, 1994, n. 156.
- ³⁰ Susanne von Falkenhausen, "1880-1945: Wie kommt die Geschichte ins Bild? Warum verschwindet sie daraus? Und taucht sie wie-der auf? Eine Skizze", em *ib.*, IV, pp. 247-75. Sobre o romance histórico: Harro Müller, "Stalingrad und kein Ende. Zur Präsentation des Zweiten Weltkrieges in drei historischen Romanen", em *ib.*, V, pp. 297-313.
- ³¹ Van Pelt, 1997, n. 173.
- ³² Osterhammel, 1993, n. 128; Eckhardt Fuchs, "Positivistischer Szientismus in vergleichender Perspektive. Zum nomothetischen Wissenschaftsverständnis in der englischen, amerikanischen und deutschen Geschichtsschreibung", em *ib.*, III, pp. 396-423; ver também Nippel, 1994, n. 159.
- ³³ Raphael, 1993, no. 127; Lüsebrink, 1994, no. 160; 1997, n. 174; Ringer, 1997, n. 177; Christian Simon, "Gesellschaftsgeschichte in der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts. Frankreich und Deutschland", em *ib.*, III, pp. 355-76; também Offen, 1997, n. 202.
- ³⁴ Osterhammel, 1994, n. 158; cf. Raphael, 1997, n. 188.
- ³⁵ Mathias Waechter, "Die 'Progressive Historians' und die Modernisierung der amerikanischen Geschichtswissenschaft", em *ib.*, IV, pp. 124-35.
- ³⁶ Scherrer, 1999, n. 194.
- ³⁷ Cf. Jürgen Osterhammel, "Vorbemerkung: Westliches Wissen und die Geschichte nichteuropäischer Zivilisationen", em *ib.*, IV, pp. 307-13.
- ³⁸ Chang-Tze Hu, "Modernität in China und historische Identitätskrise", em *ib.*, I, pp. 85-93; Schmidt-Glintzer, 1994, n. 157; Hu, 1994, n. 157; Mittag, 1997, n. 186. Cf. Helwig Schmidt-Glintzer e Achim Mittag, "'Aufklärungshistorie' in China?", em Blanke et al., 1998, n. 159, pp. 313-30; Helwig Schmidt-Glintzer, "Chinesisches Geschichtsdenken", em Jörn Rüsen et al., (eds.), *Die Vielfalt der Kulturen (Erinnerung, Geschichte, Identität, v.4)*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1998, pp. 115-44.
- ³⁹ Haarmann, 1994, n. 157; Ulrike Freitag, "Nationale Selbstvergewisserung und der 'Andere'. Arabische Geschichtsschreibung nach 1945", em *ib.*, V, pp. 142-61.
- ⁴⁰ Marx, 1997 (n. 179); Andreas Eckert, "Historiker, 'nation building' und die Rehabilitierung der afrikanischen Vergangenheit. Aspekte der Geschichtsschreibung in Afrika nach 1945", em *ib.*, V, pp. 162-87; cf. também Hans-Jürgen Lüsebrink, "Zur Genese afrikanischer Geschichtsschreibung im kolonialen Kontext", em *ib.*, IV, pp. 381-89.
- ⁴¹ Gottlob, 1997, n. 189. Cf. Michael Gottlob, "Auf der anderen Seite der Globalisierung. Indische Rückfragen an die westliche Geschichte", em Blanke et al., 1998, n. 159, pp. 287-300; "Kommunalismus, Nationalismus, Säkularismus. Historisches Denken in Indien vor dem Problem der kulturellen Vielfalt", em Rüsen et al., 1998, n. 220, pp. 510-41.

- ²³Schwentker, 1997, n. 189.
- ²⁴Jochen Meissner: "Dependenztheorie und lateinamerikanische Geschichtsschreibung", *em. cit.*, pp. 106-41.
- ²⁵Ch. Rüdiger vom Bruch e Rainer A. Müller (eds.): *Historikerlexikon: Von der Antike bis zum 20. Jahrhundert*, Munich: Beck, 1991 (2001); Volker Reinhardt (ed.), *Hauptwerke der Geschichtsschreibung*, Stuttgart, Kröner, 1997; Theo Stamm et al. (eds.), *Hauptwerke der politischen Theorie*, Stuttgart, Kröner, 1997.
- ²⁶Christian Simon, *Historiographie: Eine Einführung*, Stuttgart, Ubrer [u.a.], 1996.
- ²⁷Schleier, 1994, n. 155; Ernst, 1994, n. 156; Ha, 1994, n. 157.
- ²⁸Lutz Niethammer, "Die postmoderne Herausforderung, Geschichte als Gedächtnis im Zeitalter der Wissenschaft", *em. cit.*, pp. 31-49. Cf. *ibid.*, *Posthistoire: Ist die Geschichte zu Ende?*, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1989.
- ²⁹Gangolf Hübinger, "Nachwort zu *Geschichtsdiskurs* Bände 1-5", *em. cit.*, v, pp. 395.
- ³⁰Idem, p. 396.
- ³¹Idem, p. 397.
- ³²Idem, p. 401.

Bibliografia

- BAUMGART, Franzjörg. *Die verdrängte Revolution: Darstellung und Bewertung der Revolution von 1848 in der deutschen Geschichtsschreibung vor dem Ersten – Die verdrängte*. Düsseldorf: Schwann, 1976.
- BLOH, Georg von. *Die deutsche Geschichtsschreibung von den Befreiungskriegen bis zu unseren Tagen: Geschichtsschreibung und Geschichtsauffassung*. Munich/Berlin: Oldenbourg, 1924.
- BLANKE, Horst Walter. *Historiographieggeschichte als Historik*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1991.
- _____. FLEISCHER, D. *Aufklärung und Historik: Aufsätze zur Entwicklung der Geschichtswissenschaft, Kirchengeschichte und Geschichtstheorie in der deutschen Aufklärung*; Waltrop, Spenner, 1991.
- _____. (eds.). *Theoretiker der deutschen Aufklärungshistorie*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1990, v. 1.
- BROCKE, Bernhard vom. *Kurt Breysig: Geschichtswissenschaft zwischen Historismus und Soziologie*. Lübeck/Hamburg: Matthiesen, 1971.
- BROCKMANN, Jan; KNOPP, Jan (eds.). *Konkrete Reflexion* (Festschrift Hermann Wien). Den Haag: Nijhoff, 1975.
- BRUCH, Rüdiger vom. *Wissenschaft, Politik und öffentliche Meinung: Gelehrtenpolitik im Wilhelminischen Deutschland (1890-1914)*. Hrosun: Matthiesen, 1980.
- DOTTLEWEICH, Volker. *Heinrich von Sybel: Geschichtswissenschaft in politischer Absicht 1817-1861*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.
- DULMEN, Richard van (ed.). *Das Fischer Lexikon Geschichte*. Frankfurt a.M.: Fischer, 1990.
- GOERTZ, Hans-Jürgen. *Umgang mit Geschichte: Eine Einführung in die Geschichtstheorie*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1995.
- WHITE, Hayden. *Metahistory. Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1978.
- _____. *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1987.
- HÜBINGER, Gangolf. *Georg Gottfried Gervinus: Historisches Urteil und politische Kritik*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1984.

1. Jagers, Georg G. *Deutsche Geschichtswissenschaft: Eine Kritik der traditionellen Geschichtsauffassung von Herder bis zur Gegenwart*. Munich: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1972.
2. Langwiesche, Dieter. *Europa zwischen Restauration und Revolution 1815-1849*. Munich: Oldenbourg, 1985.
3. Meran, Josef. *Theorien in der Geschichtswissenschaft: Die Diskussion über die Wissenschaftlichkeit der Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1985.
4. Oberkrome, Willi. *Volksgeschichte: Methodische Innovation und völkische Ideologisierung in der deutschen Geschichtswissenschaft 1918-1945*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
5. Rosen, Jörn. *Für eine erneuerte Historik: Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*. Stuttgart, 1976.
6. ———. *Historische Vernunft: Grundzüge einer Historik 1 – Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983.
7. ———. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge ... II: Die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.
8. ———. *Lebendige Geschichte. Grundzüge ... III: Formen und Funktionen des historischen Wissens*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
9. Schleier, Hans. *Die bürgerliche deutsche Geschichtsschreibung der Weimarer Republik. 1. Strömungen - Konzeptionen - Institutionen. II. Die linksliberalen Historiker*. Berlin/GDR: Akademie Verlag, 1975.
10. Schulze, Winfried. *Soziologie und Geschichtswissenschaft: Einführung in die Probleme der Kooperation beider Wissenschaften*. Munich: Fink, 1974.
11. ———. *Einführung in die Neuere Geschichte*. Stuttgart: Ulmer [u. a.], 1987.
12. Sieburg, Heinz-Otto. *Deutschland und Frankreich in der Geschichtsschreibung des neunzehnten Jahrhunderts*. Wiesbaden: Steiner, 1954/58, 2v.
13. Schwabe, Klaus. *Wissenschaft und Kriegsmoral: Die deutschen Hochschullehrer und die politischen Grundfragen des Ersten Weltkrieges*. Göttingen: Musterschmidt, 1969.
14. Weber, Wolfgang. *Priester der Klio: Historischsozialwissenschaftliche Studien zur Herkunft und Karriere deutscher Historiker und zur Geschichte der Geschichtswissenschaft 1800-1970*. Frankfurt a.M.: Lang, 1985.
15. Weiler, Hans-Ulrich (ed.). *Deutsche Historiker*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1971-82, 9v.
16. ———. *Historische Sozialwissenschaft und Geschichtsschreibung: Studien zu Aufgaben und Traditionen deutscher Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980.

Historiografia e tradição das lembranças

Massimo Mastrogregori

Se quiséssemos examinar o conjunto dos estudos de história da historiografia, desde o seu começo no século XIX até o presente momento, uma situação aparentemente paradoxal se apresentaria aos nossos olhos, a qual podemos resumir em quatro pontos:

- Nos estudos de história da historiografia empregamos vários métodos diferentes, em meio a discussões animadas, sem que nenhum deles possa levar vantagem.
- As publicações que aparecem nesse domínio são numerosas.
- A circulação dos resultados dessas pesquisas é muito limitada, mesmo entre os historiadores profissionais.
- O interesse do público culto não especialista é extremamente fraco.

Consideremos o primeiro ponto. É possível distinguir pelo menos seis métodos dotados de uma lógica interna coerente e, até certo ponto, exclusiva dos outros métodos (eu escrevi “até certo ponto” porque não faltam combinações de métodos diferentes). Existe, portanto, antes de tudo, o método

bibliográfico, erudito, enciclopédico: os nomes dos historiadores e os títulos das obras se sucederam rápida e abundantemente, precedidos por quadros de interpretação geral minimamente esboçados: vejam, por exemplo, o livro clássico de L. Wachter, *Geschichte der historischen Forschung und Kunst* (1812-1820), ou a *Storia generale delle storie*, de G. Rosa (1865), ou também a *Geschichte der neueren Historiographie*, de Eduard Fueter (1911). O segundo método (estou seguindo um pouco a ordem de aparição) é *filosófico, pragmático, pedagógico*: partindo de uma imagem da historiografia filosoficamente determinada; ou seja, a partir de uma definição de historiografia, o autor a retraça no passado e valoriza os historiadores que a partilharam *ante litteram* e também, de alguma maneira, a prepararam, excluindo ou então desvalorizando os outros historiadores. O objetivo pedagógico é evidente: trata-se de explicar as diversas faces do método histórico pela análise e narrativa da obra dos historiadores do passado. Desse modo, Benedetto Croce, no prefácio da *História da historiografia italiana no século XIX*, publicada em dois volumes em 1921 e concebida como integração da história de Fueter, declarava ter querido "oferecer aos jovens italianos, que se preparavam para praticar estudos históricos, um tipo de metódica sob forma de narrativa", mais eficiente a seu ver que as exposições abstratas que se encontravam nos manuais.

Nessa categoria filosófica e pedagógica, M. Bloch teria classificado também o livro de Meinecke, *Die Entstehung des Historismus* (1936), tendo ainda, em 1991, H. W. Blanke escrito um volume intitulado *Historiographieggeschichte als Historik*. O terceiro método é o *científico*: a história da historiografia é uma história do verdadeiro e do falso, uma exposição dos sucessos e dos fracassos, uma verificação empírica dos resultados da história: um relatório dos progressos realizados, em suma, que podemos facilmente situar no interior de uma "cadeia da tradição" da ciência, do mestre ao aluno, de uma escola à outra. Assim concebida, a história da historiografia fundamenta-se no conhecimento direto das fontes e no interesse profundo pelos mesmos problemas históricos que agitaram, outrora, o estudioso historiador. Também, ela rendeu excelentes resultados e nos fez conhecer novos fatos.

O método que aqui chamamos de *científico* é praticado, sobretudo, por historiadores do mundo antigo, para os quais, aliás, a discussão de um problema ou a reconstrução de um acontecimento dependem, muito freqüentemente, da interpretação correta de uma fonte historiográfica. Os *Contributi*, de A. Momigliano (o décimo volume está sendo preparado), são a esse respeito exemplos ilustres desse método em história da historiografia.

Os três outros métodos dos quais falaremos têm um raio de ação menos amplo: o método *retórico e literário*, muito divulgado no século XIX e reintroduzido nos nossos estudos pela *Metahistory*, de H. White (1973), considera na obra histórica, antes de tudo, seu aspecto narrativo, e permanece, por conseguinte, completamente indiferente em face dos trabalhos analíticos e por, assim dizer, “preparatórios” – que no entanto dominaram a pesquisa histórica desde o fim do século XIX; o método *sociológico e prosopográfico* encara os esforços da corporação dos historiadores de uma maneira quase microscópica, ligando-os ao nível institucional e político: ver, por exemplo, a tese sobre historiografia positivista de Ch. O. Carbonell (1976) ou o número de *Quaderni Storici* (1993, 1) dedicado às *Storie di storia*; por último, o método *sintético e descritivo*, que admiramos no volume de K. D. Erdmann sobre os congressos históricos (1988), no *Lucie Varga*, de P. Schötter (1991), ou no livro de P. Burke sobre os *Annales* (1990), para citar apenas alguns títulos – consiste no fato de contar a história da historiografia sem um projeto metodológico rígido e em aplicar a uma revista de história, aos congressos ou então à vida de um historiador o mesmo método que aplicaríamos a não importa que outra atividade cultural ou científica.

De um ponto de vista metodológico, em suma, a história da historiografia encontra os mesmos problemas específicos que a história da ciência, a história da filosofia, a história da literatura. E para debater todos esses problemas um colóquio inteiro não bastaria.

A pluralidade dos métodos é apenas o primeiro dos quatro pontos que citei no início. O segundo ponto diz respeito ao número das publicações de história da historiografia: existem, de fato, muitas: uma estimativa precisa não é possível, mas posso dizer que existem revistas especializadas, rubricas consagradas na maior parte das grandes revistas históricas, de numerosas atas de colóquios: entre os artigos publicados nas revistas de história, o *Boletim atual de história da historiografia*, que publicamos em Roma, registra, por exemplo, para o período 1987-1991, 2242 artigos, dos quais 1158 dedicados à historiografia clássica, 80 à historiografia medieval, 270 à historiografia moderna, 734 à historiografia contemporânea. É difícil e perigoso interpretar essa distribuição, mas pode-se ao menos notar a preponderância dos estudos sobre historiografia clássica e contemporânea.

O terceiro e quarto pontos sobre os quais eu gostaria de atrair a atenção dizem respeito à circulação dos resultados desses estudos entre os historiadores que têm uma outra competência específica – essa circulação

parece-me muito limitada, pensem por exemplo a raridade de obras de conjunto ou de volumes de síntese – e o fraco interesse do público culto não profissional ou especialista: em relação a esse último ponto eu vos peço para aceitar meu testemunho pessoal, como editor de uma revista especializada em história da historiografia, uma revista que permanece eternamente à procura de leitores.

Nessa disciplina, portanto, vemos muitos métodos empregados, muitas publicações, mais pouca circulação dos resultados e pouco interesse do grande público. Como explicar essa desproporção?

Eu dizia anteriormente que se trata de uma situação, em aparência, paradoxal, mas apenas na aparência: a história da historiografia divide em grande parte a sorte da historiografia *tout court*; antes ela faz sobressair muito mais fortemente os caracteres monográfico, especialista, analítico, acadêmico e sem narrativa – que são próprios à historiografia de nosso século. A história da historiografia é, dessa maneira, um espelho de aumento; o que vemos refletido é a história-ciência.

Não podemos negar, de fato, que no fim do século XIX um processo histórico teve fim, o que resulta da confluência e da democratização da cultura, da afirmação dos Estados nacionais, da evolução das ciências naturais e da difusão do historismo de origem romântica. O resultado desse processo é a profissionalização dos estudos históricos e a transformação destes em disciplina acadêmica. A história da historiografia se desenvolveu em seguida como consequência problemática dessa transformação, que levou os historiadores a se fecharem nos limites de uma corporação de especialistas.

Vejamos além desses limites.

Historiografia como tradição de lembranças

Queria propor, agora, uma hipótese: considerar a historiografia uma das expressões da *tradição das lembranças*. Seria útil, em outras palavras, estudar os textos de história como elementos de um desenvolvimento histórico mais geral, amplo e variado, em que outras atividades de diferente natureza também desempenhassem um papel: a isso eu chamaria, justamente, de tradição das lembranças.

No ponto central desse desenvolvimento, ligado a condições históricas determinadas, que explicam o aparecimento, a situação, a duração e o desaparecimento, está a relação de uma sociedade com o passado e, em

particular – como fenômeno mais visível –, o tratamento dos rastros, dos relatos, das imagens (a condição da sua sobrevivência e desaparecimento).

Essa relação resolve-se com eventos que modificam a experiência do passado de um grupo social, que transmitem ou destroem seu valor, seus conteúdos ou sua simples expressão literal, mais ou menos deliberadamente.

O sentido, a natureza, a função dos textos de história definem-se – parece-me – mais precisamente no quadro desse desenvolvimento amplo. A historicidade de um texto de história revela-se, antes de tudo, nos ritmos, nas formas históricas e nos movimentos globais dessa evolução.

Porém, e com ênfase não menor, gostaria de sugerir que o estudo dos fenômenos históricos de tradição das lembranças (na medida em que são ligados a importantes condições e forças históricas) é, por sua vez, importante por si só, e não apenas como encaminhamento à compreensão da historicidade da historiografia. A atenção volta-se, portanto, para esse “desenvolvimento histórico mais geral”, para a própria tradição das lembranças como sistema ou constelação de ações e eventos. Ela torna-se uma questão de história, um “objeto histórico” multiforme: trata-se de averiguar-lhe a existência, as formas históricas, a periodização, a qualidade, as estruturas – como um objeto a ser pensado historicamente.

É necessário frisar desde já que esse objeto é algo diferente da tradição esotérica ou religiosa, e também da tradição *tout court* de que falam, por exemplo, os dicionários; e não tem nada a ver com a tradição que domina no senso comum e de que abusam, sobretudo, os publicitários, os políticos e os jornalistas (como adjetivo, por exemplo: *tradicional*).

Narrativas, listas de nomes e de coisas, história, mitos, cerimônias, relatos, crônicas, arquivos, bibliotecas, coleções, coletâneas de objetos, imagens, registros de custódia, conservação e tesauroização, monumentos, restaurações, escavações, ritos de comemoração, tudo isso são ações e resultados de tradições das lembranças assim como a destruição de rastros, objetos, imagens e textos, interpolações, omissões, desmembramentos, dispersões, ruínas, abandonos, furtos, ocultamentos, sepulturas e reconstruções.

Isso deve parecer estranho: *tradição* não indicaria apenas resultados positivos, algo que passa de uma mão para outra, alguma coisa que é salva, transmitida? Aqui, sem dúvida, existe um limite lingüístico: não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento, embora seja freqüente o reconhecimento de que aqueles nunca se separam

desse: o arqueólogo escava e soterra ao mesmo tempo, o arquivista conserva e descarta etc. Chamar de *tradição* ao processo histórico de transmissão e destruição de lembranças, imagens, objetos, textos é, portanto, uma imprecisão inevitável. A palavra só é apropriada para a ação "positiva", a que torna visível o resultado, e não para a ação que torna invisíveis os rastros.

Trata-se, porém, de um aspecto importante: quem estudou o fenômeno da tradição (por exemplo, Edward Shils ou Gérard Lencud) abordou freqüentemente apenas o *resultado* da tradição (os textos conservados, os monumentos existentes) e não o *processo* de tradição, menosprezando as ações destrutivas e as dispersões (o filólogo pretende constituir o texto, o administrador de bens culturais, restaurar o monumento), que são, mesmo assim, elementos necessários desse processo histórico, o qual não deve ser considerado teleologicamente.

Nesse desenvolvimento histórico, são visíveis pelo menos três ordens de fenômenos:

1. a transmissão de lembranças ligadas à busca estratégica de identidades de uma sociedade;
2. a atenção para com os fatos reais: isso que Omodeo chamava de "pensamento sob o signo do real", a busca de tudo que aconteceu, a interpretação de testemunhos e de rastros;
3. a inserção em uma perspectiva temporal, o olhar voltado para o futuro, a busca de uma imortalidade no tempo humano, o próprio interesse para os acontecimentos que já não são visíveis para o passado.

Esses fenômenos – interligados entre si – sofrem a ação de forças históricas que não têm a ver com a transmissão das lembranças: as exigências da comunicação e atestação entre indivíduos (por exemplo, a distância ou por escrito), as formas do domínio e do direito (por exemplo, da propriedade), da técnica, da religião, da natureza, da arte.

Dessa combinação de ações surge a tradição das lembranças, movimentada por forças concomitantes, embora distintas: o livre jogo das forças vitais "reage" à necessidade de "atestações de realidade" ou de documentos, a tomada de posição em uma perspectiva temporal combina-se com a nostalgia e a veneração do passado, ou com o olhar para o futuro (o futuro de "todas as minorias criadoras", nas palavras de Santo Mazzarino). No plano histórico, isso se traduz, por exemplo, no problema apontado por Droysen: "como os

negócios se tornam história”, ou então – poderíamos acrescentar – como as ruínas se tornaram parques arqueológicos; os escombros, peças de museus; os velhos móveis, antiguidades; o estilo ultrapassado, *design* alusivo moderno.

Quem tenta estudar minuciosamente o *processo* de tradição, coloca-se em uma posição ao mesmo tempo favorável e desfavorável: os acontecimentos concretos, os “fatos” de tradição das lembranças, quer se trate de autores que escrevem histórias, quer sejam príncipes que constroem monumentos (ou os restauram ou os arrasam), ou guardiões zelosos de papéis e documentos, ou pesquisadores curiosos ou viajantes que descrevem restos do passado, são, por vezes, conhecidos pelo menos em parte, mas não como momentos de uma história mais ampla do “tratamento” dos rastros do passado e da relação desses protagonistas (desses grupos sociais) com o passado. Com a exceção de tentativas parciais (Arendt, Bakhtin), não creio que exista uma periodização dos fatos de tradição, no Ocidente, como desenvolvimento da relação com o passado e como indicação essencial das mutações das condições históricas dessa relação.

A primeira possibilidade que parece ser apontada pelas fontes é a da existência de um tempo longo, de uma longa duração das condições de tradição da Antiguidade clássica até a Época Contemporânea; a idéia de um espaço comum e de um tempo único em que age quem olha ao futuro, que trabalha para garantir (ou para excluir) a transmissão de objetos, imagens, textos; um tempo contínuo em que, por exemplo, as condições de criação das *Histórias*, de Heródoto, sejam as mesmas da *História da Europa*, de Benedetto Croce, pelo que diz respeito aos motivos essenciais de relação com o passado.

Essa idéia de uma longuíssima duração das condições de transmissão da tradição não tem nada de reprovável em si; contudo, ela só pode ser verificada, talvez, no contexto de um estudo geral dessas condições e das suas conexões com processos históricos mais estudados e conhecidos e, em primeiro lugar, políticos, econômicos, sociais, religiosos. A redação manuscrita, a datilografia, a leitura pública e as publicações impressas, de 1931 em diante, da *História da Europa*, de Benedetto Croce – para voltarmos ao mesmo exemplo –, são compreensíveis a partir de uma constelação de condições e de fatos de tradição.² Essa constelação conecta-se com a história política, social, econômica e religiosa. É o resultado dessa compreensão mais ampla que deveria ser comparado ao conjunto das correspondentes pesquisas desenvolvidas sobre as *Histórias* de Heródoto.

Constelação de fatos de tradição, conexões com a história política, social, econômica e religiosa (a “grande história”): como compreenderíamos, então,

entre as condições constantes da tradição das lembranças, fenômenos tão multiformes e duráveis como a presença (e os vários usos) da escrita, das imagens e dos objetos?

Será que é possível pensar em uma "ligação" direta da tradição com as condições político-econômicas, de forma que a comunicação no grupo social – escrita, oral, por imagens ou por objetos – permaneça livre e "fugidia" até que um motivo econômico, político ou religioso não a transforme em comunicação "competente" e lhe determine a conservação, a transformação em escrita (expressão) "fechada", a publicação, a atribuição a um artista, a introdução em um cânone e a guarda em um arquivo ou em um patrimônio, ou, pelo contrário, o seu cancelamento ou perda?

Existiram, por conseguinte, *estruturas* de tradição (a propriedade – pensemos também na figura do tabelião –, a cidade, a família, o tribunal, o Estado, a Igreja)?

Tradição das lembranças

Se é bem verdade, como o disse certa vez A. Momigliano,³ que qualquer coisa pode ser chamada de tradição, torna-se essencial definir precisamente a tradição das lembranças; como vimos, a dinâmica pela qual se transmite ou se esquece as lembranças consiste em atestados, marcas ou símbolos da realidade humana.⁴ A dois aspectos é preciso se reter: de um lado, a transmissão da lembrança e da imagem do passado é freqüentemente ligada ao exercício do poder. Os movimentos da tradição histórica das lembranças, que são às vezes batalhas para o conhecimento crítico e a memória, foram inúmeras vezes deslanchados pelo poder político ou religioso (pensem, por exemplo, nas primeiras obras de Muratori).⁵ De outro lado, é preciso notar que esses movimentos determinam diretamente a formação, a posição, a localização das fontes que a historiografia científica um dia deverá explorar. O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos,⁶ mas na participação ativa de eras passadas – uma ação que vai em direção à conservação e à destruição.

É-nos proibido, em outros termos, enrolar de acordo com a nossa vontade o fio que nos liga ao passado;⁷ como no *Thésée* de A. Gide,⁸ do outro lado do novelo há alguém que desenrola o fio de acordo com a sua vontade.

empurrado por razões e segundo condições que nos é preciso reconstruir e explicar.⁹ Esse é o sujeito, por exemplo, de um artigo bastante interessante de A. Esch, publicado em 1985, em "Historische Zeitschrift",¹⁰ no qual examinava as chances que os diferentes tipos de documentação de origem medieval tiveram de chegar até nós ou de desaparecer. A tradição histórica das lembranças é, em suma, essa dinâmica das ações da memória e do esquecimento, de conservação e de destruição.

Se voltarmos agora a considerar os acontecimentos de nosso século, constatamos primeiro que as duas linhas de desenvolvimento das quais falamos – a linha que leva à profissionalização e ao progresso dos estudos históricos¹¹ e aquela, mais movimentada, dos fatos da tradição histórica das lembranças – não tiveram sempre a mesma direção. De fato, se por história se entende o sentido histórico difundido na sociedade, os mesmos doutos estudos, o interesse pela lembrança e sua transmissão, é preciso admitir que vimos subir progressivamente, entre o fim do século XIX e os nossos dias, uma corrente poderosa de fenômenos que vão contra a história.

A segunda das *Considerações intempestivas*, de F. Nietzsche (1874), contém – surpreendente antecipação – grande parte dos elementos dessa corrente anti-histórica. Além de certo grau do sentido histórico, escreve Nietzsche, "o ser vivo é prejudicado e ao final cai em ruínas"; nessa época dominada pela cultura histórica, transformou-se o homem moderno em espectador desfrutador e vagabundo, criou-se uma situação na qual até as grandes guerras e as grandes revoluções não podem em nada mudar as coisas. Apenas se viu o fim da guerra, que esta já é traduzida em cem mil exemplares de papel impresso...¹² A história privou o homem da força de agir. E sem essa força, por cúmulo, o homem moderno não pode compreender o passado: "Vos é pedido explicar, diz ele, somente pela força mais alta do presente [...]. Só aquele que constrói o futuro tem o direito de julgar o passado".¹³ Hegel, naturalmente, mas também Platão, são os alvos preferidos: "Nunca a concepção da história chegou tão alto, nem mesmo em sonho"; não há mais uma verdadeira cultura, mas conhecimentos sobre a cultura; insaciabilidade, mas não fome e sede honestas: "somos sem cultura, mais ainda, fomos mimados em relação à vida, pelo simples e puro fato de ver e de ouvir, porque nós mesmos não estamos convencidos de ter uma verdadeira vida".¹⁴ Há dois antídotos contra a doença histórica: o anti-histórico e o super-histórico; o primeiro é "a arte e a força de poder esquecer e de se fechar em um horizonte limitado"; para realizar o segundo é preciso "desviar o olhar

do devir, direccionando-o ao que dá à existência humana o caráter de eterno e imutável: a arte e a religião".¹⁴

É dessa forma que a cura chegará: nesse momento os homens serão "mais ignorantes que os sábios do presente, pois eles terão desaprendido tudo, e também terão perdido qualquer vontade de enxergar ainda, no geral, o que esses sábios querem antes de tudo saber; do ponto de vista desses sábios, a não-cultura deles, sua indiferença e seu fechamento em relação a muitas coisas célebres e boas serão sinais de reconhecimento. Mas eles terão se tornado, nesse ponto final da cura, novamente homens".¹⁵

Tenho a impressão que o século xx realizou grande parte das aspirações de Nietzsche. Não é por acaso, talvez, que B. Croce, em 3 de setembro de 1930, no VII Congresso Internacional de Filosofia em Oxford, ao iniciar a conferência intitulada "Anti-historicismo", indicava na recusa do passado (o que Nietzsche chamava o anti-histórico) e na recusa do devir (o super-histórico do filósofo alemão) os dois aspectos principais de uma atitude hostil à história que ele via se difundir "mais ou menos em todos os povos da Europa". Tratava-se da extensão do futurismo do domínio da arte à visão de mundo e de um desejo de um futuro sem o passado. Escreve Croce:

Dai vinha a impaciência, a antipatia, a aversão, o desprezo, o escárnio pela tradição histórica, que entre os futuristas literários se exprimiam pelas proposições de derrubamento dos monumentos, destruições das galerias e dos museus, incêndio das bibliotecas e dos arquivos, e pela ignorância proclamada e aconselhada por toda a história, ao passo que entre os futuristas práticos e políticos esse sentimento anti-histórico se traduzia na crença de que o passado estava morto.¹⁷

Isso estava dito em 1930. Pouco depois, veríamos, na Alemanha, as fogueiras de livros; e na Itália também, para citar apenas um exemplo, não ocorreu, entre 1916-1923, "um tipo de luta de emulação pela destruição de documentos de arquivos"? Favorecida pelo clima patriótico, pelas necessidades da Cruz Vermelha italiana e pelas exigências da fabricação do papel, registramos durante esses anos a destruição de mais de 407 toneladas de documentos, definida por um importante jornal, dando a publicação de uma entrevista ao chefe do serviço de arquivos como "uma operação de futurismo de Estado".¹⁸ E não foi nesses mesmos primeiros anos de 1920 que se extirpou em Roma – em consequência das escavações arqueológicas – 42 mil metros cúbicos de terra e 16 mil metros cúbicos de paredes para liberar o monumento daquilo que o envolve e o oprime.¹⁹ Trata-se apenas de indícios mínimos de um fenômeno muito mais amplo.

Podemos observar, de fato, que o desenvolvimento tecnológico também contribuiu para essa transformação da tradição histórica das lembranças. Walter Benjamin, por exemplo, no começo da década de 1930, falava de uma “revolução da tradição” ligada à reprodução técnica das obras de arte:

[é] o outro lado da crise atual e da atual primavera da humanidade. Eles são estreitamente ligados aos movimentos de massa dos nossos dias. O cinema é seu agente mais poderoso. Não se pode pensar na sua significação social, mesmo na mais positiva [...] sem pensar em seu efeito destrutivo, catártico: a liquidação da herança cultural.²⁰

A referência ao cinema me parece muito interessante. S. Sontag, no seu clássico *Sobre fotografia*, mostrou que a dominação das imagens fotográficas na nossa sociedade conduz a uma modificação do sentido da realidade e, finalmente, à perda da realidade, à sua queda.²¹ No universo fotográfico, cinematográfico e televisual, o conhecimento do presente é também um conhecimento por pistas, porque o sentido imediato do real não existe mais. A palavra que melhor representa, talvez, esse estado de coisas é “desrealização”, perda da realidade.

A divergência, então, entre o trabalho científico dos historiadores profissionais e os elementos mais imediatos e essenciais da visão de mundo de nossa sociedade – a divergência que nos propúnhamos a explicar no começo – encontra, portanto, sua razão de ser nos movimentos mais profundos de nossa história recente.

Relações entre passado e presente

É necessário considerar o problema de um outro ponto de vista, um pouco mais teórico. Há uma relação transcendental entre o passado e o presente: o presente deve referir-se a um passado determinado, que assim adquire realidade e visibilidade. Desse modo, o presente abre um espaço de *cognoscibilidade* dentro do qual é possível perceber o único passado possível. Condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem em um determinado presente para moldar o passado visível (um passado possível que pode tornar-se real). Somente por meio de uma fórmula dessa natureza podem ser levantados os problemas inerentes à história e à memória e as condições que determinam o destino dos traços visíveis do passado. Muitos grandes pensadores do século xx concordariam nesse ponto, desde Benedetto Croce – para quem toda história é história contemporânea²² – até Walter Benjamin – para

quem todo presente carrega em si as condições particulares de cognoscibilidade... ou Maurice Halbwachs²¹ – para quem as memórias tornam-se possíveis devido às condições sociais do presente (os *cadres sociaux de la mémoire*).

Agora, o elemento central desse argumento é que, no fim do século XVIII, surgiu um horizonte absolutamente novo de cognoscibilidade, um tipo de relação inédita com o passado. Esse elemento tem desenhado o curso não apenas para questões e problemas historiográficos, mas também para a vida de nossa “memória coletiva” e as condições reais de nossa tradução no que concerne às memórias e traços visíveis do passado até os dias de hoje.

O horizonte de cognoscibilidade que se abriu no final do século XVIII é, em primeiro lugar, ilimitado: desde então o passado de todos os tempos, lugares e classes sociais passam a ser de interesse e devem ser reconstruído.

Não há o menor acontecimento que não seja, ao menos em teoria, digno de ser estudado, conhecido, ensinado. Há outra novidade básica: o passado ensina as pessoas. A história torna-se uma matéria a ser ensinada desde o início dos estudos, algo que jamais havia acontecido até o século XVIII.²² Inicialmente diversos, os dois fenômenos acabam convergindo: o século XIX não apenas recupera aquele passado medieval que desgostou os homens do Iluminismo como também amplia seu campo de pesquisa até o mais distante quadrante geográfico, como o Oriente. Os especialistas nos milhares de ramos da história são, assim, professores de história; o seu número, ainda modestamente limitado no final do século XIX, é hoje acachapante, podendo ser estimado em dezenas de milhares.

O mesmo pode ser dito da produção de livros de história e ensino, revistas científicas, conferências, catálogos bibliográficos e fontes documentais: antes do ponto de inflexão acima referido, e o modo pelo qual ela foi preparada durante o século XVIII, essa produção praticamente inexistia, e agora é de tamanha envergadura. Inicialmente, foi o Estado-nação que ampliou o conhecimento do passado (nacional, obviamente), criando cátedras universitárias e financiando pesquisas; mas no curso do século XIX, essa parcialidade nacional desapareceu e a pesquisa internacionalizou-se. Dois elementos estão ligados a esse aspecto científico do culto ao passado: por um lado, o desenvolvimento de escavações arqueológicas, que visavam recuperar os tesouros enterrados do passado e transformar os arquivos, que deixaram de ser “arsenais” dos dirigentes – armazenados por administrações anteriores com o fim de instrumentalizar o poder – para tornarem-se verdadeiras minas

de ouro para pesquisadores; em segundo lugar, a distinção revolucionária formulada pelos historiadores entre arquivos “ativos” e “históricos”, proposta no início do século XIX pela primeira vez na história.²⁵ Essa última formulação tornou-se obsoleta, embora tenha, com efeito, sido (durante muito tempo e mesmo até hoje) não mais que uma mera ilusão.

Na base desse interesse oficial pela história jazem mudanças profundas na relação com o passado. Por exemplo, uma nova concepção de humanidade radicou-se no final do século XVIII: foi a descoberta da individualidade histórica, a qual Friedrich Meinecke reconstruiu em seu livro sobre *As origens do historicismo*, que se encerra em Goethe. Durante aquele período, nascia também o romance moderno e, nos primeiros trinta anos do século XIX, com Stendhal e Balzac, o retrato da realidade cotidiana amadureceu na literatura: essa foi a grande descoberta de Eric Auerbach, que se encontra em *Mimesis*, escrito no exílio em Istambul e não documentado.

Essa descoberta deve ser integrada, sem dúvida, a outra mais recente de Francesco Orlando, de acordo com quem, no período em tela, objetos não datados, ruínas, relíquias, lixo, mobília e vestimentas marcadas pelo tempo explodem em imagens literárias.²⁶

Nesse sentido, o passado é colocado no centro da cultura européia: o que gera sua atração é sua individualidade, a realidade representada que nos permite perceber o peso enorme do tempo sobre as coisas. Ele põe em ação, também, uma nova idéia de memória individual, muito mais trágica e dolorosa: Chateaubriand convida o leitor de suas memórias a segui-lo pelos caminhos de suas tristezas, como um homem ferido na trilha do seu sangue. Tal sentimento do tempo passado é intensificado e transformado pelo contato com a cidade, agora vista como um labirinto arqueológico²⁷ onde se vagueia e se perde as coordenadas.

De fato, é a cidade do século XIX que funciona como um “agente transformador” das memórias: suas ruas estão repletas de símbolos; as decorações dos prédios e os nomes das ruas são enciclopédias históricas; para não mencionar os interiores, ricos em objetos e estilos. Nasce a *bricabraquemanía*, como a batizou Goncourt, a mania de colecionar os mais variados tipos de objetos. Cria-se um tipo de curto-circuito entre coleções particulares, coleções públicas, leilões e museus; entre os últimos, a versão profana e secularizada é a grande loja de departamentos.²⁸ O novo homem do século XIX precisava de objetos para pensar – e isso ainda é válido para nós hoje em dia. Não se deve esquecer, porém, que tais objetos são também memórias.

A capacidade infinita da indústria e da tecnologia multiplica esses objetos e torna possível a produção de inumeráveis peças de testemunhos do passado: será bastante considerar apenas o universo da fotografia.

A pesquisa meticulosa, levada a cabo por especialistas, que cataloga e interpreta toda e qualquer evidência possível do passado, incluindo aquela já enterrada; o ensino aplicado de todo passado possível, a enorme produção de novos e visíveis traços e o comércio deles; a conservação resoluta do maior número desses traços; a paixão pelas memórias e pelas coisas da memória: essas são as características originais do século XVIII, as quais, em grande medida, nós ainda compartilhamos.

É difícil dizer exatamente quando e como surgiu esse novo horizonte de cognoscibilidade. É impossível demarcar o momento inaugural preciso dessa nova relação com o passado. Nesse ensaio, o fim do século XVIII foi francamente assumido como uma referência inicial. Os fatos singulares que constituem essa relação são todos simultaneamente visíveis, desde as últimas décadas do século XIX em diante. Tomados separadamente, contudo, esses fenômenos têm uma longa história prévia: a preocupação ilimitada pelos fatos passados, no sentido geográfico tanto quanto no cronológico, já era comum à erudição setecentista, mas irrompe irresistivelmente na segunda metade do século XIX; o interesse por lendas e mitos remonta ao mundo antigo, mas torna-se científico na cultura romântica alemã da primeira metade do século XIX; antes de assumir o sentido corrente e, até inícios do século XIX, a palavra *nostalgia* era um termo estritamente médico, mas a coisa em si, a nostalgia do passado, é naturalmente muito mais antiga; a idéia de demonstração científica que dá força à narrativa histórica floresce na historiografia alemã do século XIX e é desde então disseminada pela cultura positivista; as grandes expedições arqueológicas começam por volta de 1720, no entanto tornam-se muito mais intensas durante o século seguinte; ao mesmo tempo, os sítios de escavações tornam-se canteiros arqueológicos (por exemplo, a primeira idéia do sítio arqueológico da Via Appia Antica em Roma data de 1809); o culto aos monumentos é também bastante antigo, mas foi somente no final do século XIX que G. Carducci cunhou a palavra italiana *monumentomania*; no que concerne aos arquivos, seu valor histórico só foi amplamente percebido por volta de 1830; por fim, o uso de valiosas peças de mobiliário e sua exibição em museus remonta, pelo menos, ao século XVI, porém somente no século XIX pode-se dizer que se torna uma prática comum.

Assim, na segunda metade do século XIX, a presença simultânea desses e de outros fenômenos, com sua amplitude e disseminação sem precedentes, é um testemunho da existência de uma nova relação para com o passado, cujas primeiras indicações já são visíveis desde os primeiros anos do século.

Ao mesmo tempo, a combinação dessas várias atividades (narrativa histórica, arquivos, museus, ensino de história, lugares de memória etc.) dá vida a uma “religião do passado” oficial, a qual posteriormente se torna religião popular e opinião geral: respeitar o que aconteceu consiste em uma obrigação; esquecer é quase um crime.

Os fenômenos que produzem as mudanças mais profundas em nossa relação com o passado estão certamente ligados a importantes acontecimentos políticos e econômicos: poder-se-ia evitar mencionar o impacto das revoluções políticas do final do século XVIII e o surto da Revolução Industrial no continente europeu? Talvez a ligação histórica mais direta – o elemento de transmissão entre “*la Grand Histoire*” e sua relação com o passado – foi o surgimento de um novo tipo de indivíduo³⁰ que, ao longo do século XIX, conquistou direitos civis e políticos. Ele é ou tende a ser próspero, trabalha durante o dia (ou seja, não pertence àquilo que no século XVIII era chamado *la classe disponible*), consome mercadorias e informação (mercadorias que são informação), mora na cidade, mais ou menos isolado em um círculo limitado de conhecidos, coleciona objetos (é um colecionador), pode curtir seu lazer e viajar (é um turista). Uma pessoa desse tipo, portanto é, ao mesmo tempo cidadão, proprietário, trabalhador, consumidor, isolado, turista e colecionador (até recentemente, sobretudo, do sexo masculino, depois do feminino também). Essa pessoa é a verdadeira figura-chave na nova relação com o passado, conforme descrito anteriormente.

Ele é aquele a quem os professores de história tentam fazer aprender fatos, datas e conceitos – muito freqüentemente em vão; aquele que visita museus e sítios arqueológicos, mas freqüentemente com pressa e sem particular interesse; aquele para quem a mobília e os objetos domésticos são fabricados (objetos e *souvenirs de fino design*), mas quem facilmente os perde ou deles se esquece, atraído por novas modas; os documentos administrativos sobre suas idas e vindas são conservados, mas ninguém jamais os verá; possui centenas de fotografias, retratando sua vida, viagens, família, mas ele raramente se detém a elas e muitas vezes as perde ou abandona; sua vida de isolamento não lhe permite trocar experiências e memórias com outrem,

para além de certos limites; em seu papel de trabalhador ocupado, não tem tempo para pensar no passado, " senão com melancolia e saudade; e então, como cidadão, ele pode com igual facilidade ser um burguês na Terceira República francesa, um fascista no regime *Ventennio* de Mussolini ou um eleitor confuso do sr. de Schroeder.

Assim, é verdade que em torno dele, e de fato por ele, a história é estudada e ensinada, coleções e museus inaugurados ou restaurados, os arquivos conservados, imensos volumes de material produzidos, as memórias preservadas e a nostalgia alimentada; mas ele, cidadão, homem de posses, turista, colecionador etc., não tem nenhum interesse real nisso tudo, embora tudo isso seja o próprio ar que ele respira.

Ele é, como era, o espectador indulgente de quem falava Nietzsche,³¹ o leitor, atento ou relapso, dos muitos escritores que galhofaram dos historiadores, de George Eliot a Ibsen, de Gide a Beerbohm e Sartre.³²

Assim ocorre que as mesmas forças históricas que abrem um novo horizonte de cognoscibilidade do passado, que põem em ação um sistema em que um número enorme de memórias circulam francamente, produzem - na figura do indivíduo multifacetado - o elemento que dissolve e contradiz as características originais sobre aquela visão do passado.

Tradição das lembranças e história

Desde os anos 30 e até os primeiros anos da década de 1940 do século xx, um historiador francês se posicionou deliberadamente - não sem ter sido levado, é verdade, por um estranho destino - na encruzilhada da linha de desenvolvimento dos estudos históricos profissionais e desse movimento de tradição histórica das lembranças que se dirigia contra a história, e começou a pensar. Esse historiador era Marc Bloch.³³

Ele conhecia perfeitamente os dois fenômenos: sabia como tinham se formado os estudos históricos pelo menos a partir de Mabillon e tinha se interrogado freqüentemente sobre "como e por que" uma sociedade se interessa (ou não se interessa) pelo seu próprio passado.

Já em 1925, discutindo o volume de Maurice Halbwachs sobre *Os quadros sociais da memória*,³⁴ Bloch tinha reconhecido o grande papel da memória coletiva na evolução histórica: ela assegura a posição do grupo social em relação ao presente e ao passado, e "não propriamente conserva esse passado;

ela o reencontra ou o reconstrói sem parar, partindo do presente. Toda memória é um esforço".³⁶ Bloch estava fascinado por esse esforço de reconstrução e propunha uma compreensão histórica; ele pedia aos historiadores uma atenção mais aguçada para a memória jurídica das sociedades ("o hábito imemorial"), ao lado da memória familiar, do grupo religioso,³⁷ da classe social estudadas por Halbwachs.

Mas, sobretudo, ele indicava o problema essencial: o da transmissão da lembrança:

Para que um grupo cuja duração supera uma vida humana se "lembre", não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem em seus espíritos as representações que digam respeito ao passado do grupo; é preciso também que os membros mais velhos não negligenciem a transmissão dessas representações aos mais jovens. Livres de pronunciar a palavra "memória coletiva", não nos convém esquecer que uma parte ao menos desse fenômeno que assim designamos são simplesmente fatos de comunicação entre indivíduos.

Ainda em 1940,³⁷ em um rascunho de *Métier d'historien* – essas páginas seguiam-se, provavelmente, às *Réflexions pour un lecteur curieux de méthodes*, escritas em Molsheim em 1939³⁸ –, a importância dos fenômenos de transmissão da lembrança é proclamada: Bloch escreve que "para conhecer bem uma coletividade, convém, sobre todas as coisas, encontrar a imagem, verdadeira ou falsa, que ela se fazia do seu passado".

O interesse pela tradição histórica das lembranças se desenvolve, além disso, no estudo da mentalidade histórica (o gosto pelo passado) de uma determinada sociedade: tal é, como se sabe, o assunto do capítulo de *La société féodale* sobre a memória coletiva, que contém também a análise conjectural da transmissão das lembranças históricas na literatura épica francesa.

Os elementos desse gosto pelo passado são: a religião, com seus livros sagrados, suas festas, o culto dos santos, a espera do fim; o direito, baseado em textos antigos ou então no precedente; sobretudo o apreço pelo conto, porque as "horas vazias do claustro ou do castelo favoreciam as longas narrativas".³⁹

É notável que Bloch oponha aqui o gosto pela tradição ao espírito histórico:

Tanto quanto a atitude tradicionalista, que sem descanso puxa o presente em direção ao passado e por aí conduz naturalmente à confusão das cores de um e de outro, não está ela aos avessos do espírito histórico dominado pelo senso da diversidade?⁴⁰

O estudo da memória coletiva é, no entanto, “o ângulo que antes de tudo importa à história da estrutura social” e, em 30 de agosto de 1934 – durante a redação de *La société féodale* –, Bloch tinha escrito para Henri Pirenne:

Há um outro assunto que eu gostaria de ver abordado pelos pesquisadores: é a história da memória histórica na Idade Média. Refleti um pouco – mas sem ter tempo de fazer algo sério – no meu livro sobre a sociedade feudal. Enquanto não soubermos o que os homens desses tempos conheciam do passado, e como eles o percebiam, nós não compreenderemos quase nada nem de seu “Weltanschauung”, nem de sua política, nem, creio eu, de sua literatura épica.⁴¹

E a história da historiografia nisso tudo? Permanecendo, todavia, um momento essencial da passagem da lembrança, a historiografia não é predominante. Em 1933, Lucien Febvre propõe a Bloch dirigir um volume da *Enciclopédia Francesa* intitulado *Passion du passé*: uma história da relação com o passado, uma introdução histórica ao quadro da pesquisa contemporânea: “Em sua *Passion du passé*”, escreve Bloch referindo-se ao primeiro projeto do seu amigo:

[...]eu vejo apenas figurar as escavações e a decifração do alfabeto. Mesmo assim: a crítica do testemunho histórico é também um elemento intelectualmente vivo: e se cruzando estranhamente com essa corrente, a contribuição histórica do romantismo tem, me parece, igualmente seu lugar em um inventário do tempo presente. Não sacrifiquemos às almas de Champollion e Michelet nem mesmo o bom Mabillon.⁴²

A atenção às formas “científicas” da tradição encontrava – nos seus projetos de pesquisa – a sensibilidade às condições sociais da transmissão de testemunhos. Em *Métier d'historien*, ele dedica a esse tema algumas páginas: mais eficientes, na minha opinião, na primeira redação (documentada pelos manuscritos conservados por E. Bloch) que na versão publicada. Vale a pena reler a passagem principal:

Não obstante o que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou sua ausência, em tais fundos de arquivos, em tal biblioteca de manuscritos, em tal solo, salientam/reedificam/substituem causas humanas que de forma alguma escapam à análise. Os problemas que impõem dessa maneira a transmissão das lembranças não interessam apenas à técnica dos nossos estudos. São eles mesmos problemas de história muito importantes, pois o que eles colocam em jogo não é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.⁴³ E se a “passagem” não acontece, é por culpa dos dois principais responsáveis pelo esquecimento ou pela ignorância: a negligência, que extravia documentos; principalmente a paixão pelo segredo – segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias – que os esconde ou os destrói.⁴⁴

Para penetrar na experiência da escrita e da reflexão do *Métier d'historien*, que ocorre entre 1940-1943 – um período dramático para nossa civilização –, não se deve esquecer desses problemas.

Bloch encontra-se, como eu dizia anteriormente, na encruzilhada da linha do desenvolvimento dos estudos históricos profissionais e do movimento da tradição histórica das lembranças que se dirigia contra a história.

Os pontos mais marcantes de seu raciocínio são os seguintes: existem, na realidade, dois problemas a ser resolvidos: o da legitimidade e o da utilidade da historiografia para a sociedade. Pode-se guardar o primeiro na linha do desenvolvimento da história-ciência e o segundo no movimento mais amplo da tradição histórica das lembranças, na relação dos grupos humanos com o passado.

Em toda a seção descritiva do livro – que representa quase a totalidade daquilo que nos resta –, Bloch tentou examinar a primeira questão, a da legitimidade intelectual: ele declara ter querido “avaliar o grau de certeza dos métodos históricos”, mostrar “como e por que um historiador pratica seu ofício”. “Cabe ao leitor”, diz ele em certo momento, “decidir, em seguida, se esse ofício merece ser exercido”.

Mas o que profundamente o leva a escrever esse livro é a segunda e mais grave questão: isso está evidente na exposição, em que a resposta a esse problema preocupante se mistura freqüentemente à apresentação das ferramentas do historiador. Tal fato aparece com ainda mais nitidez na gênese do *Métier d'historien*, nas correções das sucessivas redações, nos rascunhos e nas páginas recusadas. Não esqueçam que o ponto de partida mais próximo de Marc Bloch é, como ele disse em *L'Étrange défaite*, “o triunfo dos Alemães [...] [que] foi essencialmente uma vitória intelectual”. Convém observar, de qualquer maneira, a discussão do primeiro problema, o da legitimidade intelectual e científica da historiografia: discussão, antes de tudo, divertida; e não se pode negar, acrescenta Bloch, que o espetáculo do passado seja atraente: “a única diferença a esse respeito entre o autêntico historiador e o leitor de Alexandre Dumas é que o primeiro encontra muito mais satisfação na verdade do que na contrafação [...]. Os leitores de A. Dumas sejam talvez apenas historiadores em potencial”.

Vai de si, entretanto, que essa razão não basta, e do mesmo modo será preciso condenar as longas minúcias da erudição e da polimatia: “temos um sentimento claro de que todos os fatos não merecem igualmente ser

conhecidos, e as zombarias de Malebranche contra esses falsos sábios 'que agitam o espírito com polimatia' não perderam seu sentido profundo".⁴⁵

Durante a reescrita da primeira redação de *Métier d'historien*, Bloch acrescentou uma explicação histórica à sua tese: o modelo de ciência de Auguste Comte produziu de um lado um projeto "pancientífico", o de Durkheim, e, de outro, a história historisante, o jogo estético sem esperança, cujo campeão é o Sylvestre Bonnard de Anatole France (no entanto, cheio de dúvidas). Esses modelos de historiografia foram todos os dois superados. A história da qual fala M. Bloch não é, portanto, a de todos os historiadores: ela é uma nova ciência:

velha sob a forma, embrionária, da narrativa durante muito tempo atravancada de ficções, durante mais tempo ainda ligada aos acontecimentos mais imediatamente perceptíveis, ela é, como empresa lógica de análise, muito jovem. Ela custa a penetrar, enfim, debaixo dos fatos de superfície; rejeitando, após as seduções da lenda ou da retórica, os venenos, hoje em dia mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçado de senso comum.⁴⁶

Interrogar essa história significa supor um problema de civilização, que "surge com regularidade de uma maneira particularmente urgente nas épocas atormentadas que levam a humanidade a se questionar sobre si mesma e a investigar os meios que ela pode possuir de varar as brumas de seu futuro".

Aqui estamos nós trazidos, quase insensivelmente, do primeiro ao segundo problema, o do papel do conhecimento histórico na vida da sociedade.

O manuscrito se interrompe aqui, os capítulos sobre a previsão histórica e sobre o historiador na cidade permanecem em estado de títulos em um projeto.

Ainda assim a resposta a essa questão foi dada, de forma indireta, em *A estranha derrota*, e de uma maneira fragmentária no caderno inédito intitulado com a palavra latina *Meā*, no qual, entre 1940 e poucos meses antes de sua morte, Bloch tomava notas de leitura e de citações, precedidas por breves títulos – seguindo um discurso interior tecido por vários fios, que só podemos imaginar e reconstruir, mas que, apesar de tudo, resulta bem claro.

Leiam ao mesmo tempo as palavras de Cournot, Loisy, Spinoza, Erasmo, Michelet, Ronsard, para citar apenas exemplos – e os pequenos comentários de Bloch; um pensamento coerente se manifesta, o ideal de um conhecimento crítico útil à ação, no qual vemos misturar-se o gosto pela razão e pela fantasia, sentido do real e desejo de loucura, culto da aristocracia e simpatias populares e liberais, agnosticismo e religiosidade, vontade de precisão – livre, sem ideologia – e alegria da intrepidez intelectual. É a partir desse ideal de conhecimento que Bloch pode escrever, com o historiador Michelet, "eu acreditava no futuro, porque eu mesmo o fazia".

A ciência nova da história coincide com esse ideal de conhecimento crítico útil à ação. Ela corrige os erros de transmissão e registro de lembranças individuais e coletivos, espalha o sentido da diversidade entre passado e presente, evita as repetições do passado e os “anacronismos de ação”:

No cemitério onde jazem os destinos abortados, lemos em um esboço inédito do *Métier*, apenas políticas de reminiscências [...]. Quanto aos povos, é necessário dizer a quais loucuras podem levá-los à obsessão por um passado imaginário?

Esse conhecimento crítico deve estar, em sua opinião, no centro da relação de uma sociedade com seu passado. O problema da ciência nova é um problema de civilização e de ação eficaz no interior da tradição histórica das lembranças. A historiografia deve sair dos limites da corporação e saber falar aos sábios e às crianças. Porque “as civilizações podem mudar. Não é inconcebível, em si, que a nossa não se desvie um dia da história. Os historiadores sabiamente refletirão sobre isso. A história mal compreendida poderia, se não tomássemos cuidado, carregar finalmente em seu descrédito a história mais bem compreendida. Mas se nunca devíamos chegar a esse ponto, seria ao preço de uma profunda e violenta ruptura com nossas constantes tradições intelectuais”.⁴⁷

Eu não saberia dizer se os historiadores, desde 1943, escaparam aos defeitos do academismo e se a civilização ocidental foi salva ou se, além disso, ela mudou tanto, como se escreveu recentemente, que a história acabou. Seria preciso estudar um grande número de realidades ainda vivas, e a análise deveria forçosamente ser muito nuançada.

Tenho a impressão, todavia, de que essas duas linhas de desenvolvimento, que evoquei aqui várias vezes – a linha da história-ciência e a da tradição das lembranças trabalhando em parte contra a história –, são ainda hoje largamente divergentes.⁴⁸

Se for verdade, de fato, que existem exércitos de profissionais da memória e da conservação, e instituições sólidas voltadas à administração da lembrança, parece-me verdade também que a tonalidade dominante da cultura de massas nessa sociedade avançada não é o conhecimento crítico das coisas, mas a indiferença bastante ressaltada pelos dados reais, que acompanha um exercício muito frágil do direito de saber em face do poder; vejo dominar, em suma – talvez me engane –, esse pensamento fugidio que é o caráter eminente nas sociedades de tradição oral, e se espalha muito facilmente hoje nessa época de imagens em movimento.

Tradição das lembranças e o presente

Chega-se por essa via à situação atual, na qual as forças em ação levam, como vimos, a muitas direções: não somente em favor da história e do interesse pelo passado, mas também contra a própria história. Não se tem apenas em mente os casos anteriormente lembrados do futurismo, do anti-historicismo, de que falam Croce e Mann, do estruturalismo ou da pesquisa lógica de Wittgenstein (particularmente suas observações sobre *O ramo de ouro*, de Frazer), mas todos fenômenos históricos em que a história é intrinsecamente negada. Há modos mais modernos e sutis de anular os valores do passado. Por exemplo, o modo bastante recente de considerar o passado um depósito de formas, um supermercado de estilos, um catálogo aberto de signos no qual se mergulha conforme o solicitado. Esvaziado de cada característica precisamente determinada, o passado se desgasta até desaparecer. Não é por acaso que a cultura pós-modernista, que exorbita essa reutilização intensiva de imagens do passado, corre paralela ao desenvolvimento efetivo, como a tecnologia digital ou a pesquisa sobre materiais mutantes, que leva ao declínio do velho conceito dos traços visíveis do passado. Os textos e as imagens digitalizados são fluidos e mutáveis ao toque de uma tecla, sem ser possível traçar materialmente as mudanças que aconteceram; também os objetos produzidos em um material mutante não são de uso nenhum enquanto signos de uma época: eles não duram na mesma forma. O futuro será provavelmente esvaziado quase que por completo de todos esses traços visíveis nos quais nosso presente, do fim do século XVIII até hoje, é ainda tão rico.

Observando a presença do passado na situação atual, descobre-se um difícil estado de interação entre o grande peso do passado em nossa cultura na própria materialidade de nossa civilização e a ação tenaz de forças atuando no sentido de dissipar toda a experiência em visões evanescentes. Não será talvez o caso de admitir que aquele mencionado horizonte de cognoscibilidade esteja desaparecendo, que ninguém mais acredita na religião do passado, fora os altos clérigos da memória, que são crentes por profissão: os milhares de arquivistas, historiadores, professores, administradores, curadores etc.? Não será que, sobretudo, aquela idéia de ter ou de ser capaz de conhecer o passado tornou-se sem sentido e a existência de outra possibilidade brilhando no horizonte, em que o passado é pura descontinuidade, um depósito de fragmentos incompreensíveis?

Nós partimos, com Kant e Croce, da inevitabilidade de uma relação com o passado: as categorias de julgamento são transcendentais. Dada a inevitabilidade da relação e em vista das forças históricas que nela diversamente atuam, tanto quanto pode ser livre a função daquelas forças, entendemos que o passado pode ser conhecido e possivelmente superado, mas nunca eliminado. A relação com o passado, qualquer que seja, é feita de experiência. Uma experiência que é, ao mesmo tempo, projetada para um futuro imediato, que ela pretende controlar, que ela aborda com confiança, e para o qual faz planos incansavelmente. Mesmo se todos os traços do passado fossem destruídos, isso não significaria necessariamente que haveria menos conhecimento sobre ele. O caso é muito diferente quando forças históricas, para evitá-lo, criam um mundo onde Kant e seu juízo regulador não teriam mais nenhum sentido, onde o domínio lógico sobre o passado não existiria mais. Pode-se dizer que tal *já* aconteceu e que isso é, de fato, a condição pós-moderna: basta uma olhadela em Foucault, que sobre o homem escreve “não mais ter um rosto”, que perdeu seu objeto de intimidade [*acquaintanceship*], aquele homem que “poderia se desmanchar como um rosto na areia pela onda do mar”. Tradição interrompida, fragmentos superficialmente misturados, reutilizados ou reciclados: mas a nova função de que se investem é um jogo simbólico. Nossa paisagem urbana acaba assemelhando-se ao mundo pós-atômico de *Mad Max* ou a uma visão tímida de cidades africanas, cheias de lixo reciclado e cor. A livre contaminação entre tradições é a regra. A religião do passado é substituída pelo presente: o “presente abençoado”, como o chama o escritor Gianni Celati. Desaparecem os planos para o futuro e o controle pleno do tempo e das coisas é abandonado. Efeitos imprevisíveis seguiriam: deixem-nos ficar sem muitas coisas, até que paremos de acumular objetos e propriedades; deixem-nos superar o isolamento, assentados e fortificados pelas tradições do passado (familiar, nacional, religiosa, de casta e política). As possibilidades de contato são certamente inúmeras. Ao fim e ao cabo, o cidadão, o turista, o homem de posses, o colecionador desapareceriam. Mas, a essa altura, a razão deu lugar à visão (ou à alucinação).

(tradução: Jurandir Malerba, Raimundo Barroso Cordeiro Jr. e Andrea Ciacchi)

Notas

- ¹ *Textos de história e de desenvolvimento histórico mais geral*. No plano estritamente historiográfico, esse alargamento está implícito, parece-me, no estudo dos Evangelhos de Adolfo Omodeo (1913) e do pensamento histórico clássico de Santo Mazzarino (1966), cujos temas e problemas, de acordo com Arnaldo Momigliano, não pertenciam à historiografia (sobre esse aspecto do pensamento de Omodeo, veja o meu ensaio “*Tradizione storica e crisi della civiltà*”, na *Rivista*

di Storia della Storiografia Moderna, 1992, n. 3, pp. 215-38). Porém, esse alargamento torna-se necessário devido às dificuldades de método e de estilo narrativo intrínsecas à história da historiografia: a dificuldade principal refere-se à possibilidade de encontrar um ponto de vista que permita a compreensão das distintas formas históricas da historiografia. Essa dificuldade não existe, por exemplo, se estudamos a obra de Droysen por meio do método elaborado (e ilustrado) pelo próprio Droysen: ela existe, porém, se saímos da trilha e, perdida a segurança quanto ao método e aos instrumentos elaborados pela historiografia sucessiva ao final do século XVIII, assumimos como objeto de estudo textos historiográficos anteriores, ou completamente alheios à lógica daqueles métodos e instrumentos. A crise atual do estatuto do estudioso profissional de história, por outro lado, favorece certamente a insegurança quanto ao método histórico (cf., a esse propósito, o lúcido diagnóstico de Giuseppe Giarrizzo, "Storiografia, Età Moderna e Contemporanea", em *Enciclopedia Italiana*, App. V, 1979-1992).

Resumo neste ensaio os resultados das pesquisas publicadas em "Storiografia e tradizione storica", em *Passato e Presente*, n. 32, 1994, pp. 91-4 (cf. também "Historiographie et tradition historique des souvenirs", em C. Barros (ed.), *Historia a debate*, t. 1, Santiago, 1995, pp. 269-78, e "Liberation from the past", em *European Legacy*, n. 6, 2001, pp. 37-47, e "La tradizione dei ricordi", em *Storiografia*, n. 2, 1998).

A utilidade do estudo da tradição já havia sido afirmada por Lucien Febvre ("Verso un'altra storia" (1949), em *Problemi di metodo storico*, Torino, Einaudi, 1982, pp. 184-5), que observava que esse problema era uma "terra de ninguém", com a exceção das contribuições de Dumézil e de Granet (mas não dava peso ao fato de que justamente no manuscrito do *Métier d'historien* – de que o seu texto constituía uma resenha – encontrava-se uma introdução a esse problema). Ao tema da tradição do ponto de vista histórico foram também dedicados o segundo número da revista *Enquête* (1995: "Usages de la tradition") e um grande Colóquio na Rutgers University (nov. 1997: "Questions of Tradition"). Veja-se também M. Krygier, "Tipologie della tradizione", em *Intersezioni*, n. 5, pp. 221-49; C. Davidson, *On tradition: essays on the use and valuation of the past*, New York, MAS Press, 1992; J. McCole, *Walter Benjamin and the antinomies of tradition*, Ithaca, Cornell University Press, 1993; T. Siebers (ed.), *Religion and the authority of the past*, University of Michigan Press, 1993; P. Cook (ed.), *Philosophical imagination and cultural memory: appropriating historical traditions*, Durham, Duke University Press, 1993; B. Stock, "Tradizione e modernità: modelli dal passato", em *Id. La voce del testo: Sull'uso del passato*, Roma, Jouvence, 1995, pp. 177-90; M. Chamla, *Spinoza e il concetto della tradizione ebraica*, Milano, Franco Angeli, 1996; M. Mastrogregori (ed.), *Il potere dei ricordi: studi sulla traduzione come problema di storia*, Roma-Pisa, 1994 (= *Storiografia*, 2, 1998).

Imprecisão inevitável. Um problema terminológico semelhante encontra-se na "história da memória", quando ela pretende ser, mais corretamente, "da memória e do esquecimento" (cf. Patrick Geary, *La mémoire et l'oubli à la fin du premier millenaire*, Paris, Aubier, 1996). Aliás, para indicarmos o nosso "objeto histórico", tradição – que remete a um desenvolvimento que envolve os grupos sociais –, parece-me certamente melhor do que *memória*, que conserva um significado individual muito forte (e não é por acaso que ele é corrigido pela expressão ambígua *memória coletiva*).

Lenclud e Shils. Para Lenclud, cf. G. Lenclud, "Qu'est-ce que la tradition?", em M. Detienne (ed.), *Transcrire les mythologies*, Paris, Les Belles Lettres, 1994, p. 28; para Shils, cf. S. Shils, *Tradition*, Chicago-London, University of Chicago Press, 1981, *passim*.

Busca estratégica de identidade. Justamente devido à sua fascinante opacidade, o conceito de identidade tornou-se, nos últimos anos, uma espécie de chave mestra para um grande número de problemas históricos. Seria mais apropriado falar em busca estratégica de identidade.

Busca da imortalidade no tempo humano. Vários autores questionam que essa busca, que comporta um olhar para os pósteros, aconteça ainda hoje: e isso seria o sintoma, segundo Giuseppe Pontiggia, do "fim de uma idéia milenária de tradição".

Arendt. Em *Entre passado e presente* (1961 – compreende também o ensaio "A tradição e a Idade Moderna"), H. Arendt alerta, em sentido muito geral, que é justamente a tradição (o testamento, como também a chama) que cria a distinção entre passado e futuro: sem ela a história humana é apenas "um ciclo biológico": a autora propõe, em seguida, uma periodização da tradição na história ocidental, cujo início está em Roma (que retoma a herança dos gregos) e, após uma substancial continuidade da tríade romana de tradição, autoridade e religião, a fratura no nosso século (o desaparecimento da tradição), causada pelo totalitarismo (uma novidade absoluta) e preparada no século XIX por Marx, Kierkegaard e Nietzsche.

Bakhtin. Para Bakhtin, cf. o ensaio "Epos e Romance. Sobre a metodologia do estudo do romance", de 1938 (mas só publicado em 1970), em G. Lukacs et al., *Problema de teoria do romance*, Turim, Einaudi, 1976, pp. 179-221.

Tempo longo único. E não é este mesmo “tempo longo único” que é o pressuposto nas *Genealogia Extraordinária* de Bizzocchi (cf. R. Bizzocchi, *Genealogia Extraordinária: Escritos de História na Europa Moderna*, Bologna, Il Mulino, 1995, pp. 134-5), quando reconhece duas atitudes opostas, para com a tradição, por parte de Livio e Spinoza?

As exigências da propriedade. O protagonista de *A náusea*, de Sartre, expressa o seu distanciamento da classe dominante burguesa, que é a classe de proprietários, justamente em termos de relação com o passado: “vivem no meio das heranças, aos presentes, e cada um dos seus móveis é uma lembrança. Pequenos relógios, medalhas, retratos, conchas, pesos de papel, biombos, xales. Possuem armários cheios de garrafas, de tecidos, de roupas velhas, de jornais; conservaram tudo. O passado é um luxo para proprietários. Onde diabo eu poderia conservar o meu? O passado não cabe no bolso; é preciso ter uma casa para guardá-lo”.

Escrita e tradição das lembranças. O problema da presença e do significado da escrita como condição da tradição das lembranças é absolutamente fundamental; Momigliano, com efeito, na resenha do livro de Shils (cf. supra, p. 3), refere-se imediatamente à possibilidade de tradição (e humanismo) sem escrita. A conservação das comunicações escritas e a criação escrita que prevê a conservação implicam um olhar para o futuro e uma “busca de duração; essas comunicações nascem de movimentos vitais, mas tendem para formas fechadas, definitivas, acabadas: permanece, contudo, a tensão essencial, o desnível entre movimento de origem e forma (cf. F. Kermode, *The Genesis of Secrecy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979). Seria necessário discutir a ideia de que se escreve para cumprir um texto. A observação concreta de acontecimentos textuais (a tradição de textos) demonstra frequentemente que não existe texto acabado em sentido absoluto (o acabamento do texto é uma referência “econômica” do editor e do autor), que os textos variam no tempo, estão cercados por outros textos conexos e contidos dentro deles (por exemplo, as citações). O texto é um momento provisório, prático, de fixação do pensamento, que é precedido, acompanhado e seguido por movimentos textuais (a própria leitura, quando não segue a ordem sugerida pelo autor, não cria – talvez – um texto distinto?). Momento provisório, que garante a comunicação à distância e para multíssimas pessoas; comunicação definida, certa, investida de autoridade, durável, que pode ser vendida e comprada, que pode ser enriquecida de registros e especificações; que em um mesmo espaço e em um mesmo suporte pode traduzir o resultado da ação de mais vozes, mais lógicas, mais intenções. Momento de tradução do pensamento livre em códigos (textualização como obra social, conceito fundamental, condição essencial de tradição; vejam-se a esse propósito os trabalhos de Gabrielle Spiegel, agora reunidos em italiano: *Il passato come testo: Teoria e pratica della storiografia medievale*, Pisa-Roma, Istituti Editoriali e poligrafici internazionali, 1998). É necessário insistir quanto à provisoriedade e mobilidade do produto escrito, à relatividade do ato técnico com relação aos motivos e condições da textualização, que tem consequências históricas relevantes. São muito úteis e importantes, é claro, os trabalhos de Armando Petrucci, que buscam explicar as formas de escrita prevalentemente a partir dos caracteres técnicos e materiais do signo gráfico.

Lembranças e objetos. O problema do papel dos objetos na tradição também é fundamental: na consideração dos acontecimentos dos objetos em sentido físico (papéis, coisas, edifícios) destacam-se as complexas transformações provocadas por atos de tradição.

Comunicação fugidia e competente. Duas formas distintas de tradição das lembranças (“jurídica” e “histórica”). Mencionamos no texto a transformação da comunicação simples, entre indivíduos, direta, sincrônica, “fugidia” enquanto desprotegida contra o tempo, em comunicação “competente”, segundo formas que lhe asseguram a tradição, a duração, a conservação. A transmissão “reforça-se”, muda de gênero e se torna tradição (o problema histórico é, portanto, a compreensão do como e do porquê). Pode-se acrescentar, aqui, que é possível que se abram dois caminhos diante de quem quer “reforçar” uma comunicação, torná-la competente e aumentar-lhe a duração, duas formas distintas de tradição da lembrança: uma “jurídico-religiosa”, a outra, “histórica”.

A primeira transmite para “fixar” um valor, garantir validade a uma norma, assegurar duração a uma revelação do alto: é a construção de uma proteção (uma espécie de sepultura de segurança); a segunda pretende transmitir a vida do passado, o seu sentido, e é movimento, vivacidade; volta-se mais para o espírito dos testemunhos e menos para a sua literalidade. Proust distinguia entre memória no “sótão”, que necessita de objetos para ressuscitar as imagens do passado, e a memória “de olhos fechados”, em que aquelas imagens afloram espontaneamente. Mais do que o sótão, a tradição “jurídico-religiosa” precisa dos tribunais, do sossego das igrejas e até mesmo do silêncio dos cemitérios. A tradição “histórica” pretende reagir justamente contra a história como gigantesca e organizada sepultura do passado. As polémicas de Croce e de Febvre contra os “positivistas”, parece-me, deveriam ser lidas nessa perspectiva.

O tribunal. Considere-se apenas o poder da metáfora judicial na representação daquilo que se sabe sobre o passado: não é esta uma estrutura da tradição que se liga diretamente à experiência dos tribunais, experiência social e histórica? A verdade deve ser averiguada, os testemunhos deporão, haverá um relato justo e a verdade triunfará; os culpados serão punidos e os inocentes liberados. A essa metáfora corresponde, no plano religioso, a do juízo universal.

- ² Por exemplo, a publicidade de algumas fontes, a possibilidade de troca de informações e de comunicações diretas, um certo estilo de história narrativa, um público sensível aquele relato e aos relatos históricos, uma reflexão histórica anterior aos eventos do século XIX, um regime específico de publicidade dos relatos históricos de Croce opositor do regime fascista, os critérios científicos, compartilhados pela corporação dos historiadores, do relato documentado histórico: entre essas condições e fatos, aqui listados sem ordem especial, também pertencem os que o próprio Croce teve em mente quando se surpreendia, em *A história como pensamento e como ação*, que, à sua época, "não houvesse surgido mais violento que nunca, pela observação do freqüente fazer e desfazer da crítica filológica [...] o pironismo histórico do século XVII, que declarava a história como *une fable convenue*".
- ³ Cf. A. Momigliano, resenhas de E. Shils, *Tradition* (1981), e de J. Pelikan, *The Vindication of Tradition* (1984), "Storia della storiografia", 1986, n. 9, p. 159.
- ⁴ Sobre "marcas de historicidade" cf. K. Pomian, "Historie et fiction", em *Le Débat*, 1989, n. 2, pp. 120-1; sobre "atestados", cf. o que escreve na sua intervenção em "Storia e finzione", em *Rivista di storia della storiografia moderna*, n. 3, 1993.
- ⁵ Cf. Bartelli, *Erudição e história*, em L. A. Muratori, Instituto Italiano para os Estudos Históricos, Nápoles, 1960, cap. II (A disputa de Comacchio).
- ⁶ Cf. Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Rizzoli, Milão, 1980, pp. 165-6.
- ⁷ Bodet aprofundou este tema em *Addio del passato: memoria storica, oblio e identità collettiva* (Il Mulino, n. 340, 1992, pp. 179-91) e em um seminário no Instituto Italiano para Estudos Filosóficos, com o título *Oblio e memoria nella formazione dell'identità collettiva* (Nápoles, 28 jun. a 2 jul. 1993).
- ⁸ Cf. o exórdio do capítulo IX, em A. Gide, *Romans: Récits et soies - Œuvres lyriques*, Gallimard, Paris, 1984, p. 1.438.
- ⁹ Naturalmente a distinção entre fonte voluntária e involuntária está mantida. Pode ser interessante reconstruir a transformação de alguma fonte "involuntária" em fonte "voluntária" (a transformação arquivística, por exemplo, em cuja vontade é aquela que opera a montagem de uma série de documentos: cf. Zanni Rosiello, *Archivi e memoria storica*, Il Mulino, Bolonha, 1987, pp. 42 e 46). É o problema que já acenava Droysen, de "como gli affari divergono storia", como os atestados de realidade de escopo jurídico ou comunicativo testemunham o passado (e venham conservá-lo ou destruí-lo).
- ¹⁰ Cf. A. Esch, "Überlieferungs-chance und Überlieferungs-zufall als methodisches problem des Historikers", em *Historische Zeitschrift*, n. 240, 1985, pp. 529-70. Para um problema semelhante, cf. P. Cammarosano, *Itália medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*, Nuova Italia Scientifica, Roma, 1991.
- ¹¹ Sobre a profissionalização da pesquisa histórica e do ensino da história cf., por exemplo, a Alemanha e a França: C. Simon, "Staat und Geschichtswissenschaft", em *Deutschland und Frankreich 1871-1914*, New York/Paris, Bern-Frankfurt/M., 1988; W. Weber, *Priester der Klio*, Frankfurt/M.-Bern-New York, 1984; W. Keylor, *Academy and Community: The Foundation of French Historical Profession*, Cambridge, 1975; Ch.-O. Carbonell, *Histoire et historiens: Une mutation idéologique des historiens français 1865-1885*, Toulouse, 1976; O. Dumoulin, *Profession historien: un "métier" en crise (1919-1939)*, Tese, EHESS, Paris, 1983; P. den Boer, *Geschiedenis als beroep: De professionalisering van de geschiedbeoefening in Frankrijk (1818-1914)*, Nijmegen 1987; per Inglaterra: D. S. Goldstein, "The Professionalization of History in Britain in the late Nineteenth and Early Twentieth Century", em *Storia della storiografia*, 1983, n. 3, pp. 3-27; P. R. H. Sice, *Learning and a Liberal Education: The Study of Modern History in the Universities of Oxford, Cambridge and Manchester, 1800-1914*, Manchester 1986; M. Moretti, "Storici accademici e insegnamento superiore della storia nell'Italia unita: Dati e questioni preliminari", em *Quaderni storici*, 28, 1993, n. 1, pp. 61-98. Sul congressi internazionali di scienze storiche fondamentali, K. D. Erdmann, *Die Ökumene der Historiker: Geschichte der internationalen Historikerkongresse und des Comité International des Sciences Historiques*, Göttingen, 1987.

- ¹² Cf. F. Nietzsche, *Sull'Utilità e il danno della storia per la vita*, Milano, Adelphi, 1992, pp. 8, 33 e 30-40.
- ¹³ Idem, pp. 55-6.
- ¹⁴ Idem, pp. 76, 90-1 e 93-4.
- ¹⁵ Idem, p. 95.
- ¹⁶ Idem, pp. 97-8.
- ¹⁷ Não é possível fazer o exame dessas tendências científicas e de pensamento que negam a história como instrumento e objeto de análise, ou como forma de conhecimento (por exemplo o estruturalismo, a pesquisa lógica de Wittgenstein, ou mais recentemente a "cladística", sobre a qual cf. D. L. Hull, *Science as a Process*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988, p. 106, e C. Ginzburg, *Storia notturna*, Turim, Einaudi, 1989, p. xxxvi. H.V. White ("The Burden of History", em *History and Theory*, n. 2, 1966, pp. 111-34) mostrou a convergência, durante os séculos XIX e XX, do ataque contra a história da parte de escritores, sociólogos e filósofos da ciência.
- ¹⁸ Cf. B. Croce, *Antistoricismo*, em *Ultimi Saggi*, Bari, Laterza, 1935, p. 247. Sobre a reação na Itália à conferência de Croce, cf. Observações de R. Pertici, "B. Croce collaboratore segreto della Nuova Italia di L. Russo", em *Belfagor*, 1981, n. 2, pp. 191-2. Diferente (e muito importante) avaliação do anti-historicismo em C. Antoni, *Storicismo e Antistoricismo*, *Civiltà Moderna*, 1931, n. 2, pp. 3-20. Croce serve-se de sua conferência de Oxford como pretexto para uma nova amizade epistolar com Thomas Mann, por exemplo (cf. a edição da correspondência Croce-Mann sob a guarda de E. Cutinello-Rendina, Pagano, Nápoles, 1991, em particular as pp. XIII-XIV) e com Alfred Loisy (cf. como escreve a introdução da reedição do *Loisy* de Oradeo, em *RSSM*, 1992, n. 3, p. 237. Cf. I. Zanni Rosiello, "Spurghi e distruzioni di carte d'archivio", em *Quaderni storici*, 18, n. 54, 1983, p. 1.001, de onde provem a citação.
- ¹⁹ Cf. A. Ricci, "Carta da macero e 'coccipesto': appunti sullo scarto di reperti archeologici", em *Quaderni storici*, 19, 1984, n. 56, p. 658. Destruição ou alteração são causadas frequentemente durante as "restaurações". Exemplos relativos ao último pós-guerra cf. C. Brandi, *Restauro*, em *Enciclopédia Italiana*, IV apêndice, pp. 210-1, 1961-78.
- ²⁰ Cf. W. Benjamin, *L'Opera d'arte nell'epoca della sua riproducibilità técnica*, Einaudi, Torino, 1991, p. 23.
- ²¹ Cf. S. Sontag, *On Photography*, New York, Anchor Books, 1990 [1. ed. 1937], cap. 1: "The Plato's Cave".
- ²² Cf. B. Croce, *Teoria e storia della storiografia*, Bari, Laterza, 1927, cap. 1: "Storia e cronaca", pp. 1-17; ver também Idem, *Il carattere della filosofia moderna*, Nápoles, Bibliopolis, 1991, cap. 1: "Il concetto della filosofia come storicismo assoluto", pp. 9-28.
- ²³ Cf. Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1925, cap. III: "La reconstruction du passé", pp. 83-113.
- ²⁴ Cf. Arnaldo Momigliano, *L'Introduzione dell'insegnamento della storia come soggetto accademico e le sue implicazioni*, em *Tra storia e storicismo*, Pisa, Nistri-Lischi, 1985, pp. 75-96.
- ²⁵ Cf. R.-H. Bautier, "La phase crucial de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVII-début du XIXe siècle)", em *Archivum*, XVII (1968), pp. 139-49.
- ²⁶ Meinecke, Auerbach, Orlando; Friedrich, Meinecke, *Die Entstehung des Historismus*, Munique e Berlin, Oldenbourg, 1936; Eric Auerbach, *Mimesis: Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur*, Berna, A. Francke, 1944; E. Orlando, *Gli oggetti desueti nelle immagini della letteratura: Rovine, reliquie, rarità, robaccia, luoghi inabitati e tesori nascosti*, Turim, Einaudi, 1993; sobre Chateaubriand, ver F. R. Chateaubriand, *Memoire d'outretomba*, Turim, Einaudi/Gallimard, 1995, v. 1, p. 107.
- ²⁷ Cf. G. Celati, "Il bazar Archeologico", em *Finzioni occidentali*, Turim, Einaudi, 1986, pp. 187-215.
- ²⁸ Cf. G. Sausselin, *Le bourgeois et le bibelot*, Paris, Albin Michel, 1990; M. Douglas e B. Isherwood, *The world of Goods*, Nova York, Basic Books, 1979; S. Sontag, *On Photography*, New York, Anchor Books, 1990 [1977], cap. 1: "In Plato's cave".

- ²⁵ No fim de sua viagem à América no século XIX, Tocqueville chegou a concluir-se de que um dos resultados da democracia era o de fazer cada pessoa fixar sua atenção em si mesmo. Ver A. de Tocqueville, *De la Démocratie en Amérique*, segunda parte, capítulo II: "De l'individualisme dans le pays démocratiques".
- ²⁶ Mas precisamente, ele não tem tempo de ter experiência do passado real, mas apenas de imagens fantásticas e mitos. Se, de fato, a realidade das coisas é, como sugeria Vladimir Nabokov, a acumulação gradual de informação e experiência sobre elas, então um lírio é mais real para um botânico do que para um florista e é mais real para um florista do que para seu cliente – se isso é realidade, o indivíduo moderno não tem o menor gosto para a realidade passada. Ele se detém na superfície dos traços do passado, do século XI em diante, colorido e cheio de acontecimentos.
- ²⁷ Cf. F. Nietzsche, *Unzeitgemässe Betrachtungen*, zweites Stück: Vom Nutzen und Nachteilen der Geschichte, seção 5.
- ²⁸ Cf. Hayden White, "The Burden of History", em *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*, Baltimore, Johns Hopkins UP, 1978, pp. 32-41. Em *Middlemarch*, de George Eliot, a heroína, Dorothea Brook, casa-se com um historiador, Edward Casaubon, "uma mente pesada de material inédito", "um morcego de erudição", que passa sua lua de mel em Roma estudando manuscritos na Livraria do Vaticano, e cuja incapacidade sua jovem esposa não tarda a reconhecer. Edward Casaubon não é uma figura isolada. Em 1890, encontramos outra figura patética no campo da história: George Tesman, marido da *Hedda Gabler*, de Ibsen (que também entusiasticamente colecionava documentos para seu livro sobre *Cottage Industry in Medieval Brabant* durante sua lua de mel); e, em 1902, Michel, no *Immoralist*, de André Gide – que, sendo especialista consciente de sua própria estupidez, fica extasiado com a revelação de que ele é "também um homem", e conclui que "a cultura, brotando da vida, mata a vida" – e ele também é um historiador. Uma sátira intrigante sobre a história acadêmica pode ser encontrada no romance fantástico *Zuleika Dobson* (1911), de Max Beerbohm.
- ²⁹ Para uma síntese da questão do historiador e o homem de ação, Cf. Massimo Mastrogregori, *Introduzione a Bloch*, Roma, Laterza, 2001.
- ³⁰ Cf. M. Bloch, *Revue de Synthèse Historique*, 14, p. 76, 1925.
- ³¹ Idem, p. 77, Bloch escreve: "Toute mémoire est un effort", e a tradução é evidentemente interpretativa.
- ³² Idem, pp. 76-7.
- ³³ Cf. M. Bloch, op. cit., p. 79. Que é o historiador que pensa a concretude do processo de transmissão; toda sua observação é crítica nos confrontos com os durkheimianos, em que negligencia tal concretude, e simplesmente acrescenta "o epíteto 'coletivo'", um termo (e um processo) derivado da psicologia individual.
- ³⁴ A edição das *Reflexões* e o tratamento dos escritos encontram-se em *Rivista della Storiografia Moderna*, 1988, n. 2-3, pp. 169-80 (tradução italiana em *Storia e Dossier* de fevereiro de 1989).
- ³⁵ Cf. M. Bloch, *A sociedade feudal*, Paris, Albin Michel, 1982, p. 139.
- ³⁶ Idem, p. 141.
- ³⁷ Cf. B. e M. Lyon, *The Bird of Annales History: the Letters of L. Febvre and M. Bloch to Henri Pirenne (1923-1935)*, Bruxelas, 1991, p. 161.
- ³⁸ A carta se encontra na *Correspondência Bloch-Febvre* no Arquivo de França. Do mesmo modo na resenha da *Storia da historiografia moderna*, de Fueter (*Annales d'Histoire économique et sociale*, 1936, n. 5, p. 458); Bloch sublinhava a necessidade do estudo da pesquisa histórica.
- ³⁹ Traduzo do texto datilografado do *Métier d'Historien*, conservado no Arquivo de E. Bloch: II, 21; cf. a última passagem correspondente na mais recente edição da obra blochiana: M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'Historien*, Paris, A. Collin, 1993, pp. 113-4.
- ⁴⁰ Idem, II, 26, e M. Bloch, *Apologie*, op. cit., p. 116.
- ⁴¹ Cf. M. Bloch, *Apologie*, op. cit., pp. 60 e 218 (por Dumas) e p. 277 (por Malebranche).
- ⁴² Idem, p. 75.
- ⁴³ Idem, p. 70.
- ⁴⁴ Cf. R. A. Rosenstone, "History in Images, History in Words", em *American Historical Review*, n. 5.

Bibliografia

- BARRON, C. (ed.). *Historia a debate*. Santiago, t. 1, 1995.
- BIZZOCCHI, R. *Genealogie incredibili*. Scritti di storia nell' "Europa Moderna". Bologna: Il Mulino, 1995.
- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: A. Collin, 1993, pp. 113-4.
- CHAMLA, M. *Spinoza e il concetto della tradizione ebraica*. Milano: Franco Angeli, 1996.
- COOK, P. (ed.) *Philosophical imagination and cultural memory: appropriating historical traditions*. Durham: Duke University Press, 1993.
- DAVIDSON, C. *On tradition: essays on the use and valuation of the past*. New York: MAS Press, 1992.
- FLÉVRE, Lucien. *Problemi di metodo storico*. Torino: Einaudi, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *L'archeologia del sapere*. Rizzoli: Milão, 1980.
- GIARRIZZO, Giuseppe. *Storiografia, Età Moderna e contemporanea*. *Enciclopedia Italiana*, App. v, 1979-1992.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1925.
- KERMODE, F. *The Genesis of Secrecy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- LENCLUD, G. *Qu'est-ce que la tradition?*. In: DEHENNE, M. (ed.). *Transcrire les mythologies*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- LUKACS, G. et al. *Problemi di teoria del romanzo*. Torino: Einaudi, 1976.
- MASTROGREGORI, M. (ed.) *Il potere dei ricordi: studi sulla traduzione come problema di storia*. Roma-Pisa, 1994 (= *Storiografia*, 2, 1998).
- _____. *Introduzione a Bloch: per une synthèse sur l'historien et l'homme d'action*. Roma: Laterza, 2001.
- MCCOLE, J. *Walter Benjamin and the antinomies of tradition*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- NIETZSCHE, F. *Sull'utilità e il danno della storia per la vita*. Adelphi: Milão, 1992.
- SHILS, E. *Tradition*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1981.
- STEBERS, T. (ed.). *Religion and the authority of the past*. Michigan: University of Michigan Press, 1993.
- STOCK, B. *Tradizione e modernità: modelli dal passato*. In: *La voce del testo: Sull'uso del passato*. Roma: Jouvence, 1995, pp. 177-90.
- WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1978.

Historicismo, pós-modernismo e historiografia

Frank R. Ankersmit

Historicismo, pós-modernismo e epistemologia

Desde sempre, a epistemologia se ocupa do problema de como, nos termos de Richard Rorty, *"language hooks onto the world"*, e sob quais condições um conhecimento seguro e objetivo é possível. Se soubéssemos como as palavras interagem formalmente com os objetos, então os critérios essenciais para a obtenção de um conhecimento seguro também seriam conhecidos por nós. No início dessa exposição sobre a comparação entre historicismo e pós-modernidade, apresento a proposição de algo incomum de que, *de modo geral*, a epistemologia é essencialmente metafórica.

A metáfora *"a é b"* nos leva a questionar o que podemos afirmar sobre *a* em relação *a-b*. Se tomamos *a* por "realidade" e *b* por "linguagem", então se torna claro que questões epistemológicas (em que medida a linguagem nos permite falar sobre a realidade?) são fundamentalmente metafóricas. O segredo da epistemologia, bem como da metáfora, reside em sua pretensão

de renunciar momentaneamente à inclinação de nos apegarmos seja à linguagem seja à realidade – uma inclinação que Hume sistematizou por meio de sua classificação de “*all objects of human reason*” em “*relations of ideas*” (analíticas) e “*matters of fact*” (sintéticos) –, de forma a incorporar uma perspectiva a partir da qual a relação entre ambas se tornaria controlável.

Argumentações epistemológicas normalmente culminam em metáforas óticas ou espaciais. E quem é capaz de resistir ao encanto de metáforas espaciais quando o que está em questão é uma definição epistemológica das relações entre os “níveis paralelos” linguagem e realidade? Mencione-se aqui a noção de “*idées claires et distinctes*” com a qual Descartes, recorrendo a uma metáfora relacionada à percepção visual, formulou seus critérios de certeza epistemológica. Mencione-se ainda que Wittgenstein popularizou o conceito do Eu transcendental kantiano, quando nos convidou a imaginar um olho capaz de ver o que se situa em seu campo visual, mas não a si mesmo. E a própria asserção de Wittgenstein de que “a proposição é uma *imagem* da realidade” [grifo meu] nos fornece mais um exemplo.¹ Todavia, a melhor prova da persistente fascinação exercida pelas metáforas óticas na epistemologia sem dúvida encontra-se na obra de Rorty *Philosophy in the Mirror of Nature*. Quando, na primeira metade de seu livro, o autor traça uma história do pensamento epistemológico (história que ele utiliza para a “desconstrução” de toda a tradição epistemológica), parece ser o objetivo central de sua obra demonstrar em que medida as metáforas óticas, como a de “natureza vítrea” ou a da linguagem ou do espírito como “espelho da natureza”, desde sempre determinaram a essência e o conteúdo do pensamento epistemológico.²

Ao nos voltarmos para a historiografia e para o pensamento histórico, deparamos com um quadro semelhante. Metáforas espaciais sempre tiveram seu lugar na teoria da história. L. O. Mink argumenta que a tarefa do historiador seria, essencialmente, a da síntese e da integração: a tarefa do historiador é obter aquilo que Mink denomina “compreensão configuracional” (*configurational comprehension*) dos distintos componentes do passado. Além disso, o historiador, em termos dessa compreensão configuracional, esforça-se por atingir a mais ampla integração possível dos acontecimentos no início e no fim de sua narrativa histórica, bem como daqueles que se situam a meio caminho:

mas na compreensão configuracional o fim é conectado com a promessa do início, bem como o início com a promessa do fim, e a necessidade de uma referência retrospectiva bloqueia, por assim dizer, a contingência da referência

vindoura. Compreender a sucessão temporal implica pensá-la em ambas as direções simultaneamente, e assim o tempo deixa de ser o rio que nos transporta, mas o rio a partir de uma visão aérea, correndo tanto em uma direção quanto outra em um mesmo inquérito.³

A metáfora espacial remete a uma “desconstrução” do tempo por meio do espaço, na medida em que a sucessão temporal é suprimida graças a um ponto de vista exterior ao fluxo do tempo.

Gostaria de ressaltar que a metáfora de Mink coincide inteiramente com a concepção tradicional do historicismo a respeito da natureza do conhecimento histórico – e daí resulta, naturalmente, que pelo fato de ambos recorrerem a uma metáfora espacial, tanto o historicismo quanto a epistemologia são permeados pela mesma mentalidade em seu esforço de dotar a ciência de um sólido fundamento epistemológico. Primeiramente deve-se insistir que a “compreensão configuracional” de Mink é idêntica às “idéias históricas” que, segundo Humboldt, o historiador deveria descobrir sob a enorme complexidade do processo histórico.⁴ Tanto a “compreensão configuracional” quanto as “idéias históricas” caracterizam um ponto de vista segundo o qual o passado se deixa observar como se fosse uma *unidade* coerente. Mais importante, porém, é o fato de que Ranke, em seus escritos teóricos, utiliza exatamente a mesma metáfora de Mink.⁵ Gadamer cita Ranke da seguinte forma: “a divindade – se me é permitido ousar tal observação –, imagino eu, contempla a humanidade histórica em seu conjunto e considera-a, toda ela, valiosa por igual, já que antes dela não há tempo algum”.⁶ Ranke coloca Deus em um lugar transhistórico, formalmente idêntico ao ponto de vista exterior ao fluxo do tempo, para onde Mink acredita ter deslocado o historiador em sua tentativa de atingir uma visão de conjunto sobre uma fração do passado.

A partir de agora podemos mostrar qual é a distinção fundamental entre historicismo e pós-modernismo. Um importante papel é atribuído, aqui, ao conceito de alteridade, tanto pelo historicismo (modernista) quanto pelo pós-modernismo. Ambos definem a natureza da realidade (sócio-histórica) a partir de *diferenças*. Entretanto, o historicismo limita rigidamente o âmbito da alteridade ao passado, ou, mais precisamente: nos termos da metáfora historicista do fluxo do tempo, as diferenças são percebidas, do ponto de

³ N. T.: As passagens citadas a seguir por Ankersmit (a partir do original alemão do livro de Gadamer) têm tradução nossa. Nas notas ao fim do texto, entre colchetes, indica-se a localização das citações na versão brasileira de *Wahrheit und Methode*.

vista do historicista, somente como distintos pontos dessa torrente. Em outras palavras, o próprio historiador encontra-se em uma elevação segura para além do rio do tempo que corre diante dele, em um lugar cuidadosamente apartado do campo de influência da alteridade. Certamente que também há, para os historicistas, uma "alteridade" e uma distância que separam o historiador, desde a sua colina transcendental, da torrente do tempo que corre diante dele, e na qual se efetiva a transformação histórica. Mas no historicismo modernista essa alteridade ou distância é destituída das dimensões históricas de que potencialmente dispõe. Conseqüentemente, o sujeito histórico é transcendentalizado, deshistoricizado e, com isso, colocado fora do tempo histórico e do alcance das categorias históricas.

Caso esse quadro ofereça uma descrição adequada da teoria historicista da história, podemos concordar ainda mais facilmente com Gadamer quando ele acusa o historicismo de ser contraditório e, se se quiser tornar preciso o diagnóstico, de falta de sinceridade. Tal como Gadamer, poderíamos perguntar: sob que argumento pode-se deslocar o sujeito histórico para uma posição transcendental e deshistoricizada? Não temos razão alguma para duvidar de que o sujeito histórico está menos submetido ao domínio da história que os fenômenos históricos por ele estudados. Aliás, como sempre ressalta Gadamer, o fato – bem como o *reconhecimento* do fato – de que o próprio historiador é transportado pela torrente do tempo é a *conditio sine qua non* de todo conhecimento histórico. Apenas porque e na medida em que nos tornamos conscientes de uma diferença e de uma distância entre nós mesmos – ou seja, o sujeito histórico – e o passado é que a escrita da história pode tornar-se um empreendimento cultural significativo. Com Gadamer, precisamos reconhecer que "só conhecemos historicamente porque nós mesmos somos históricos".⁶ Em suma, tudo aquilo que (na tradição modernista-historicista) era transcendental, precisa ser agora historicizado.

Para além da história efetual

Isso nos confronta diretamente com o problema do relativismo resultante da historicização do sujeito histórico. Mas a partir da perspectiva atual o problema do relativismo não é interessante. O relativismo surge quando historicizamos o sujeito e o conhecimento históricos e, contudo, insistimos na nostalgia em relação a verdades absolutas e transhistóricas. Quando nos

damos conta da forma pela qual o historicismo trouxe o sujeito histórico para uma posição transcendental, percebemos que o problema do relativismo, sob essa perspectiva, é antes uma reformulação que uma dimensão complementar da problemática aqui analisada. Ainda mais razão temos assim para retornar a Gadamer e à sua tentativa de solucionar as aporias do historicismo. Recorrendo ao conceito de “história efetual”, Gadamer espera mover-se em direção a uma hermenêutica histórica na qual as tendências transcendentais do historicismo tradicional estejam superadas. Escreve ele:

Um pensamento verdadeiramente histórico tem de refletir continuamente sobre sua própria historicidade. Só então ele deixará de perseguir o fantasma de um objeto histórico que é tema de investigação progressiva e aprenderá a reconhecer, no objeto, o distinto do próprio e, assim, tanto o próprio quanto o distinto. O verdadeiro objeto histórico não é objeto algum, mas a unidade desse próprio e desse distinto, uma relação na qual coexiste tanto a realidade da história quanto a realidade da compreensão histórica. Uma hermenêutica apropriada às coisas deveria mostrar na própria compreensão a realidade da história. Eu chamo de “história efetual” o que é requerido com isso. Compreender é, essencialmente, um processo histórico-efetual.⁷

Podemos nos perguntar, porém, o que é de fato “história efetual”. É de se supor (admitamos com Gadamer) que, devido às limitações próprias do saber histórico, nunca nos será possível atingir um conhecimento abrangente e indubitável da “história efetual”: “a idéia de que a história efetual estaria algum dia plenamente realizada é tão presunçosa quanto a aspiração de Hegel a um saber absoluto”.⁸ É certo que o caráter indeterminado do conceito “história efetual” dá ensejo a que se questione sua legitimidade e sua utilidade, além de dar margem à suposição de que existe uma entidade nomeável à qual nos podemos remeter com o conceito de “história efetual” (e o que mais haveria de justificar sua utilização?); mas toda tentativa de identificar essa entidade significa apenas que a afastamos ainda mais de nós. O esforço de dotar de substância o conceito de “história efetual” causa tanta impressão quanto o esforço de se tentar pular sobre a própria sombra. Por que razão, afinal, nos detemos sobre a “história efetual”, por que razão não deveríamos historicizar a própria “história efetual” (e assim por diante)? A “história efetual” se desfaz assim em um desdobramento infindável de auto-reflexões históricas em um presente historiográfico em contínua expansão.

Não obstante precisamos compreender perfeitamente a “história efetual”, para o que nossa historicização do sujeito histórico transcendental deve estar livre de contradições. O conceito não deve ser compreendido como uma

crítica a uma história específica ou a uma dada interpretação de um debate histórico. A "história efetual" não tem origem identificável, seja em um passado objetivo, seja em uma tradição específica de análise histórica. Precisamos percebê-la como *movimento* - e na utilização do conceito de "movimento", recorro uma última vez à metáfora espacial do historicismo, mas unicamente no intento de *destruí-la*. Trata-se aqui de um movimento que - se é que chega a tanto - se dá perpendicularmente à torrente do tempo de Mink e que não conhece sua origem ou seu destino na historicização da "compreensão configuracional" (representada por Mink bem como pelos historicistas). Visto desse modo, o movimento da "história efetual" garante, paradoxalmente, ao mesmo tempo a realização e a morte do historicismo: realização, porque agora a "história efetual" não mais exclui da historicização o sujeito histórico transcendental tranqüilamente situado na parte superior da torrente; e morte, porque perdeu sua estabilidade a concepção que permitia ao transcendentalismo historicista proceder a uma historicização do passado, uma estabilidade que, entretanto, era indispensável ao seu funcionamento enquanto concepção. No movimento da "história efetual", pontos de vista são sobrepostos a outros pontos de vista, e como esse movimento não tem fim, não pode haver um ponto de vista maior e absolutamente válido a partir do qual poderíamos deduzir e reconstruir os pontos de vista iniciais e essenciais. Portanto, a versão final e mais radical do historicismo equivale à sua transcendência.

Em outros termos, a historicização dos pontos de vista (históricos) dificulta não apenas a sua identificação (seria esse o problema do relativismo), mas nos coloca também na situação paradoxal de termos de assumir o ponto de vista de que nós não temos ponto de vista algum. A metáfrase da metáfora - tal qual a encontramos na "história efetual" - significa o mesmo que a eliminação da metáfora e, assim, de todo o aparato epistemológico que surge a partir da metáfora. O resultado é o oxímoro de um "ponto de vista da ausência de pontos de vista".

A partir desse pano de fundo da auto-superação da metáfora, podemos entender a maior parte das características daquilo que entrementes tem sido conhecido como escrita da história pós-moderna. Essa escrita é normalmente associada ao modelo genealógico de Foucault, o qual visa à dissolução daquilo que foi integrado e produzido durante séculos de pesquisa histórica e - o que é ainda mais importante - de síntese política, social e cultural; à "microhistória"

de Ginzburg, que, de forma ainda mais provocante que a genealogia de Foucault, ignora e até mesmo destrói os resultados da antiga integração metafórica historicista;¹⁰ ao abandono feito pela “história do cotidiano” além das tendências centristas que continuam a se originar na perspectiva metafórica da escrita historicista da história;¹¹ às dúvidas da história das mentalidades em relação a tudo aquilo que historicistas (e positivistas) viam como materialização da natureza do processo histórico, seja a história da nação, de uma elite cultural ou de uma camada social; e finalmente à moderna história intelectual, que demanda a leitura dos textos não apenas considerando a *mens auctoris* que suportamente os organiza, mas nos força a voltar nossa atenção para aqueles aspectos (marginais) do texto que escaparam à autocompreensão (consciente) do autor. Certamente pode-se dizer que o abandono pós-moderno de centros metafóricos para a organização do material histórico – defendido pelos historicistas – encontrou na leitura desconstrutivista de textos, tal como a defendida por Derrida, seu grandioso *nec plus ultra*.

De fato, as características mais evidentes da escrita da história pós-moderna se explicam quando aceitamos o cenário de autodestruição do historicismo e das metáforas historicistas. Relaciono a seguir três dessas características entre si e com a desepistemologização da consciência histórica contemporânea.

Em primeiro lugar, se existe uma norma metodológica aceita de maneira geral pelos historicistas, e mesmo por aqueles que (supostamente) tentaram se libertar das concepções historicistas (por exemplo, os protagonistas da “história compreendida como ciência [social]”),¹² sem dúvida é a de que o historiador precisa colocar o objeto de pesquisa no seu “contexto histórico” se o quiser compreender. Com o ocaso da metáfora e da epistemologia, a contextualização histórica é agora substituída por uma descontextualização, isto é, pela tentativa de analisar as partes constitutivas do passado em sua independência “democrática” e “individualista”, umas em relação às outras (a utilização desses últimos conceitos é prova das implicações políticas da escrita da história pós-moderna em comparação com as tendências coletivistas da escrita da história historicista). Foi sempre o ponto de vista historicista que

N.T.: O autor refere-se ao grupo de historiadores que fundou, em 1975, a revista *Geschichte und Gesellschaft. Zeitschrift für Historische Sozialwissenschaft* (História e Sociedade, Revista de Ciência Social Histórica).

permitia ao historiador identificar a *coerência* contextual das partes constitutivas do passado. Com o colapso da metáfora minkiana do local a partir do qual a torrente do tempo que corre diante do observador pode ser vista por completo, e com o surgimento do oxímoro pós-moderno do “ponto de vista da ausência de pontos de vista”, as partes constitutivas do passado, readquirem sua autonomia e tornam-se independentes umas em relação às outras. O resultado é aquele esmigalhamento do passado que aos olhos dos comentaristas é o traço decisivo da escrita da história pós-moderna. Em uma palavra, a descontextualização ocupa o lugar da contextualização historicista e positivista.

Em segundo lugar, e intimamente ligado à primeira característica, devemos apenas à metáfora e ao aparato epistemológico, cuja origem é a metáfora, a possibilidade de imputar unidade e coerência ao passado (não quero abordar aqui a questão correlata de se saber se a *própria* unidade do passado existiu – posição majoritária entre os historicistas – ou se tal unidade é meramente *projetada* no passado – como acreditam os narrativistas contemporâneos), pois a metáfora gera uma *organização* do conhecimento (histórico),¹² e essa organização metafórica deve espelhar e incorporar a unidade que o historiador procura descobrir ou projetar no passado. Com a dissolução da organização metafórica, o passado, por sua vez, deixa de ser um todo unitário e torna-se uma soma anárquica (ou “democrática”) de *petits récits*, como os chama Lyotard. Com a crescente autonomia das partes constitutivas do passado umas em relação às outras, com a “democratização” do significado histórico, e, se se quiser, com a crítica a uma hierarquização “aristocrática” do passado entre estratos que têm significado central evidente e estratos que não o têm, um passado estruturado de forma historicista deve, finalmente, em terceiro lugar, ceder espaço a um *depthlessness* pós-moderno (conceito de Fredric Jameson).¹³ As diferenciações tão naturais entre o “essencial” e o “contingente”, entre ser e parecer, entre estrutura e acontecimento, dão lugar a um passado que é mera superfície e sob o qual não há nenhum sentido oculto a se descobrir. Deve-se considerar também que o historicismo sempre causou essa ilusão de “profundidade” na medida em que compreendia tudo como resultado de

N. T.: Na versão brasileira da obra de Jameson, o termo *depthlessness* é traduzido como “falta de profundidade”.

uma evolução histórica. Para os historicistas, a “profundidade” é uma perspectiva histórica; para o historicismo, a essência (bem como a identidade) de um povo, de uma instituição, de uma camada social e assim por diante reside na história de cada um deles.¹³ Correspondendo à sua desconfiança em face do contextualismo, a escrita da história pós-moderna alimenta pouca simpatia pela retórica das transformações que produziu a ilusão historicista de profundidade. Isso poderia também explicar por que a escrita da história pós-moderna tem afinidade com a antropologia. Como corretamente constata Rüsen, na antropologia trata-se “daquelas eras e espaços da vida humana que não se deixam subsumir a partir de uma apresentação genética do surgimento das sociedades modernas”.¹⁴ O fascínio com o qual a escrita pós-moderna da história observa a antropologia atesta o seu ansio de separar os fenômenos históricos das suas raízes no passado.

A historiografia pós-moderna

Nesta seção queremos nos ocupar mais de perto com as conseqüências que para a historiografia tem a substituição da abordagem histórica historicista (e positivista) pela abordagem pós-moderna. Essa é uma tarefa urgente, pois à primeira vista poder-se-ia, com razão, duvidar de que a historiografia, isto é, a pesquisa da história da escrita da história, estaria em condições de sobreviver ao regime da pós-modernidade.

A desepistemologização pós-moderna da história (e da historiografia) não retira necessariamente da historiografia a sua *raison d'être*. Como veremos, ocorre antes o contrário. A questão central a responder nesse contexto é se uma historiografia pós-moderna e desepistemologizada pode escapar ao risco de uma fusão entre escrita da história e historiografia. Em outros termos, se e como uma historiografia pós-moderna é capaz de se definir com sucesso em relação à escrita da história – isto é, do esforço do historiador em reconstituir o passado por intermédio de sua descrição. Se a questão é posta nesses termos, a resposta não é difícil: evidentemente se pode chegar a tal delimitação se a (nova) historiografia descartar cuidadosamente toda pretensão a uma representação adequada do passado. A “passagem” entre o passado e o texto do historiador deveria ser poupada de qualquer análise de parte da historiografia, e toda a atenção do especialista em historiografia deve concentrar-se no texto histórico e naquilo que acontece entre o texto e

o(s) leitor(es). Em razão da metodologia (historiográfica), ele deve lê-lo como se não pudesse obter por seu intermédio uma *visão penetrante* do passado que subsistiria por detrás ou sob o texto, sendo-lhe, portanto, impossível declarar algo a respeito da adequação da descrição do passado ali apresentado. Do ponto de vista do especialista em historiografia, o texto precisa ser visto como “objeto” – ou “artefato literário”, como o chama White –, e não como a mimese textual do passado. Extremamente importante para a sobrevivência da historiografia na pós-modernidade é, desse modo, a disposição de confrontar-se com o texto histórico como se fosse uma obra de arte literária; qualquer concessão à crença na transparência do texto significaria colocar novamente em ação mecanismos que implicariam uma dissolução da historiografia em escrita da história. O uso de, e o recurso a, instrumentos da crítica literária (problema ao qual ainda voltarei) não são, por essa razão, característica acidental da historiografia pós-moderna, sendo tão natural a ela quanto a aplicação da matemática à física teórica.

Pode-se objetar, então, que tal forma de argumentação significa, antes, uma *reductio ad absurdum* para a historiografia pós-moderna. Qual seria de fato o valor de uma historiografia que só existe sob condição de ignorar, de forma conseqüente, o problema do historiador, qual seja: como pode ele representar da melhor maneira possível o passado em seu texto? A essa questão tão lógica quanto urgente, duas respostas, intimamente relacionadas entre si, podem ser dadas. Primeiro, precisamos estar atentos à afinidade entre 1) a tese pós-moderna de que o texto histórico é um objeto do ponto de vista do especialista em historiografia, e 2) a tese não menos tipicamente pós-moderna de que o texto histórico deve ser visto como um “substituto” *presente* aqui e agora no lugar de um passado *não presente*.¹⁵ Vistas conjuntamente, ambas as teses mostram claramente que a insistência pós-moderna quanto à substancialidade do texto de forma alguma significa um *pis aller* com o qual todos lamentavelmente temos de viver se quisermos garantir à historiografia um futuro, ainda que ameaçado. A tese do especialista em historiografia pós-moderno sobre a substancialidade do texto encontra-se, antes, em harmonia com a concepção (pós-moderna) sobre a representação histórica enquanto tal. Ou seja, para o pós-modernista, a representação histórica baseia-se essencialmente na produção de um objeto linguístico que exerça a função cultural de substituto de um passado não-presente; e a substancialidade e

opacidade desse objeto linguístico (as quais historicistas e positivistas imputam ao “passado em si”) acham-se em uma harmonia extremamente bem-vinda com a demanda do especialista em historiografia pós-moderno de se ver o texto histórico como “objeto”. Certas dúvidas que, portanto, se poderia ter quanto à utilidade da historiografia pós-moderna podem ser formuladas como dúvidas em relação à teoria pós-moderna da representação histórica. Assim, o ônus da prova da historiografia pós-moderna pode ser transferido para os ombros dos adeptos da teoria da substituição da representação histórica.¹⁶

Levar em consideração a opacidade do texto histórico seguramente não significa excluir *eo ipso* a possibilidade de um juízo (por exemplo, o que é feito pelos especialistas em historiografia pós-modernos) a respeito de como o historiador representou o passado, bem como os prós e os contras de sua representação. Deve-se aqui fazer uma distinção entre os aspectos *materiais e formais* do texto histórico. No âmbito dessa diferenciação, correspondem à descrição que ele dá em relação aos eventos passados, ao passo que aqueles correspondem à pretensão do texto de oferecer uma representação do passado. O fundamento lógico dessa distinção é evidente: o conteúdo descritivo constitui o material organizado por meio da narrativa; já o modo formal (a maneira como o material foi organizado na representação) oferece informações sobre o caráter da representação. O mesmo material pode ser organizado a partir de distintos pontos de vista (formais), que, respectivamente, levam a distintas representações – daí a identificação da representação com os aspectos formais e *não* com os aspectos materiais do texto histórico. A historiografia pós-moderna nos convida a atribuir aos aspectos formais do texto histórico muito mais significado do que fora ainda o caso na teoria da história.

Porém, a defesa dessa pode, sim, ser formulada positivamente. Com o formalismo da historiografia pós-moderna, o nosso entendimento consolida-se ainda mais. Para a análise de sua abordagem formalista e estilística, escreve Hayden White:

Tudo isso pode servir de prova à descoberta de que a narrativa está muito longe de ser apenas uma forma discursiva que pode ser preenchida com distintos significados, reais ou imaginários, de caso a caso, mas que ela já possui um significado *antes* de sua ininterrupta atualização por meio da linguagem ou da escrita.¹⁷

Isto é, que forma narrativa e estilo narrativo, ao contrário do que normalmente se admite, também têm conseqüências para aquilo que podemos dizer sobre o passado do ponto de vista material. Ou, formulando mais concretamente, forma narrativa e estilo narrativo podem ser considerados condições de transmissão de determinados conteúdos da escrita da história. Some-se a isso que no campo da epistemologia tradicionalmente se formulam as condições de possibilidade daquilo que nós realmente podemos dizer sobre a realidade (histórica). Assim, podemos reconhecer na historiografia pós-moderna e desepistemologizada o renascimento de uma *nova* forma de epistemologia histórica. A diferença decisiva entre *essa* forma e a forma tradicional e abjeta de epistemologia está no fato de que a epistemologia pós-moderna é muito menos *a priori* que *a posteriori*. Ela parte de textos históricos já existentes em vez de tomá-los simplesmente por um *terminus ad quem*. Se nos interessamos pelas condições epistemológicas do conhecimento histórico, então a resposta só pode estar naquelas estruturas formais que o especialista em historiografia pós-moderno é capaz de descobrir nas obras históricas.¹⁶ A epistemologia abdica com isso à sua tradicional presunção e à sua pretensão de poder proporcionar um "fundamento" para o conhecimento histórico. Ela é historicizada, contanto que a história da escrita da história se torne daqui para a frente o fundamento da epistemologia. Em outros termos, a escrita da história não é mais o *explanandum* da análise epistemológica, mas se tornou seu *instrumento*. De resto, há de constatar que essa nova forma de epistemologia, uma vez que se baseia exclusivamente no texto (histórico), libertou-se das desconfortáveis metáforas óticas e espaciais que inspiravam a epistemologia (histórica) tradicional. Todos os problemas com os quais a epistemologia (histórica) tradicional estava confrontada estão assim superados.

Variedades da historiografia pós-moderna

Finalmente, poder-se-ia perguntar sob que máscara ou máscaras a historiografia pós-moderna adentra no cenário da teoria da história. Desde a *Meta-história* de White é possível distinguir seis variantes da historiografia pós-moderna. Uma primeira variante já se encontra na fase inicial de sua obra. É sabido que White desenvolveu um complexo quadro estrutural com determinantes de formas e estilos históricos dispostos de quatro em quatro. Com o auxílio desse quadro, no qual os quatro tropos – metáfora, metonímia,

sinédoque e ironia – têm um significado essencial, o autor analisou a obra de oito historiadores e filósofos da história oitocentistas.²⁹ Uma segunda variante, menos conhecida – o que vale também para as demais variantes mencionadas a seguir –, encontra-se nos trabalhos de Stephen Bann. Penso aqui, especialmente, no seu estudo sobre os historiadores da época da Restauração na França. Sua interpretação da história dos duques burgúndios escrita por Prosper de Barante é um bom exemplo.³⁰ White demonstra que Barante (como um pós-modernista *avant la lettre*) estava plenamente consciente de que as características formais do texto histórico em grande medida co-determinam o caráter de uma representação histórica. De um ponto de vista formal, portanto, podemos constatar na obra de Barante uma oposição (formal) entre dois níveis semióticos: há, de um lado, o nível semiótico dos textos originais por ele reunidos (com seu significado intrínseco) e, de outro, o nível semiótico no qual esses textos foram compilados de modo a proporcionar uma representação do passado – por meio da qual um significado *histórico* nos é transmitido.

Uma concentração nas oposições semióticas involuntárias existentes no texto histórico nos leva a uma terceira variante da historiografia pós-moderna. Seu modelo teórico são as obras de Roland Barthes, especialmente *Mythen des Alltags*. Barthes afirma que textos históricos e literários frequentemente demonstram uma diferença referencial, que diz respeito ao fato de que, no texto, um sistema semiótico primário passa a funcionar silenciosamente como base de recepção para um sistema secundário, o qual se encontra enxertado no primeiro sistema: “o que no primeiro sistema é signo (ou seja, o todo associativo de um conceito ou de uma imagem), é simples significado no segundo”.³¹ Parte do significado do texto – não raro a mais importante – forma-se assim por meio de uma oposição semiótica que é inconscientemente constituída pelo próprio historiador em seu texto. Em seus ensaios sobre Thierry e Michelet, Lionel Gossman revela-se verdadeiro mestre dessa variante de historiografia pós-moderna.

Uma quarta variante pode ser chamada de psicanalítica. Ela exige do especialista em historiografia pós-moderno, em primeiro lugar, que ele coloque em questão o significado manifesto do texto histórico tal como faz o psicanalista com o discurso do neurótico. Em ambos os casos, revela-se um sistema semiótico tanto no que é escrito como no que é falado, e isso, conseqüentemente, está em contradição com aquilo que percebemos na superfície do texto ou da língua. Nesse ponto, o pós-modernista segue Lacan:

"l'inconscient est structuré comme un langage" – certamente em uma direção contrária, pois trata-se aqui de um texto que é investigado por meio de seus motivos inconscientes. Em seguida, costuma-se recorrer a dados psicanalíticos (caso estejam disponíveis), a fim de fundamentar e ampliar a análise que se descobre a partir do texto. Um primeiro exemplo desse método pós-moderno de interpretação do texto histórico é o pequeno mas influente livro de Barthes sobre Michelet.²² Mais recentemente, essa abordagem foi adotada em dois livros de Linda Orr e em um de Arthur Mitzman.²³

Uma quinta variante, a desconstrutivista, é bastante parecida com a que se discutiu anteriormente. Mas enquanto a perspectiva psicanalítica tem tendência a desprezar a superfície do texto em benefício da sua estrutura profunda e oculta, a perspectiva desconstrutivista busca, cuidadosamente, estabelecer um equilíbrio entre os dois aspectos. Tem-se consciência de que os significados (não raro opostos), contudo, condicionam-se mutuamente no que diz respeito à sua expressividade, e de que, por isso, a interpretação do texto (histórico) requer o pleno reconhecimento da presença de ambos os significados. Em outras palavras, em uma interpretação psicanalítica, o texto é polissêmico, contém diversos significados que, todavia, podem ser apresentados independentemente uns dos outros; em uma interpretação desconstrutivista, por sua vez, o significado *em um* nível é parte do significado em um *outro* nível.

O mais conhecido protagonista da historiografia pós-moderna de tipo desconstrutivista é, sem dúvida, Dominick LaCapra. Um bom exemplo de sua maneira de trabalhar são suas observações sobre a análise de Carlo Ginzburg a respeito de como o agora mundialmente famoso moleiro Menocchio leu os livros a partir dos quais formulou sua própria "cosmovisão".²⁴

Finalmente, há uma sexta variante. Essa é a variante dos ecléticos que condicionam a escolha de seu instrumental analítico ao que parece ser mais apropriado para o texto histórico a ser pesquisado. Em seu livro *The Open Boundary Between History and Fiction*, Susanne Gearhart estabelece o ecletismo como programa: ela estuda os trabalhos de diversos historiadores e pesquisadores do século XVIII, embora utilize para cada um deles uma variante diferente de crítica literária.²⁵ Hans Kellner procede mais pragmaticamente em seu estudo sobre historiadores dos séculos XIX e XX.²⁶ É ainda de se notar que em quase todos os expoentes da historiografia pós-moderna se percebe uma inclinação para o ecletismo. Eis porque as seis variantes aqui apresentadas

não devem ser entendidas como uma estrutura constitutiva que nos permita distinguir com precisão matemática as particularidades individuais da historiografia pós-moderna. Essa deve, antes, ser vista como uma espécie de “lista de compras” de ingredientes para a avaliação historiográfica, a qual é preparada pelos adeptos da historiografia pós-moderna. Nesse sentido, minha enumeração das seis variantes pode vir a ser útil para a compreensão de um fenômeno tão complexo e heterogêneo como a historiografia pós-moderna.

Considerações finais

Tanto a escrita da história pós-moderna quanto a historiografia pós-moderna surgiram há cerca de 15 ou 20 anos.⁷ Tal como a escrita da história pós-moderna não pode ser considerada mera expressão de uma nova consciência histórica, de vez que aprofundou nosso conhecimento a respeito de alguns aspectos da história cultural do mundo ocidental, assim também a historiografia pós-moderna refinou nossa percepção sobre aqueles aspectos da escrita da história que não tinham como ser tematizados a partir dos parâmetros oferecidos pela historiografia de tipo epistemológico tradicional. Em certo sentido, perdemos nossa inocência no que diz respeito ao texto, e pela primeira vez tornou-se claro para nós em que medida a representação do passado é co-determinada pelas profundas estruturas ocultas do texto produzido pelo historiador.

Porém minha contribuição permanecerá incompleta se eu deixar de mencionar alguns problemas, para não dizer deficiências, da historiografia pós-moderna. Em primeiro lugar, salta aos olhos que a essa historiografia se ocupa quase exclusivamente com os historiadores da época da Restauração na França (em especial com Michelet, o qual ocupa na historiografia pós-moderna o mesmo e evidente lugar privilegiado outrora ocupado por Ranke na tradição dos estudos historiográficos historicistas). Essa concentração na escrita da história francesa da primeira metade do século XIX é, todavia, tão evidente que é o caso de indagar se se trata de coincidência ou se isso se deve, talvez, a uma incapacidade da historiografia pós-moderna de confrontar-se com outras fases da história da escrita da história.

⁷ N. T.: Este texto foi publicado originalmente em 1993.

Um segundo problema da historiografia pós-moderna reside no fato de que ela coloca exigências bem mais elevadas aos especialistas do que era o caso na historiografia tradicional. O especialista em historiografia pós-moderna precisa ter olhos de lince para cada pequeno detalhe e manter uma grande dose de moderação na antecipação⁷ do complexo textual – em resumo, ele precisa exercitar aquilo que Freud chamou de “atenção flutuante”.²⁷ Mas, ao mesmo tempo, ele precisa dispor de um conhecimento profundo do texto, que o coloque em condição de estabelecer uma relação entre um detalhe insignificante em um trecho da obra pesquisada com um detalhe totalmente independente presente em outro trecho da mesma obra. Acrescente-se ainda a essa condição a exigência de uma utilização sutil e não dogmática dos instrumentos críticos bem como do emprego, em seu trabalho, de uma forma de estruturação que não reflita, mas também não omita, a forma de estruturação manifesta dos próprios instrumentos críticos. Tem-se, assim, uma idéia da tarefa hermenêutica que se coloca diante do especialista em historiografia pós-moderno. Um indício das dificuldades geradas por essa tarefa é o fato de que, com exceção da *Metahistória* de White, a perspectiva pós-moderna até hoje não levou à produção de grandes obras abrangentes e que o gênero preferido dos especialistas em historiografia pós-modernos continua a ser o ensaio – que freqüente e visivelmente traz as marcas de seu doloroso e extenuante parto intelectual.

Finalmente, há de mencionar ainda dois problemas intimamente relacionados ao nosso tema. Em primeiro lugar, a incapacidade dos especialistas em historiografia pós-modernos de explicar o desenvolvimento bem como a evolução da escrita da história. Deparamos com esse problema já na *Metahistória*, de White. O preço que White teve de pagar, pois, pela incomparável perspicácia de suas surpreendentes descobertas sobre o estilo histórico dos oito historiadores e filósofos da história que analisa foi o da omissão da questão a respeito de qual forma de evolução interligaria os trabalhos escritos pelas *dramatis personae* de seu livro. Certamente ele esperava poder explicar essa

⁷ N. T.: *Antizipation*, no original. Tal como em português, o termo advém do latim *anticipatio* (“conhecimento antecipado”, “presciência”). O conceito acha-se já em Epicuro, que entende por *prolepsis* a idéia geral de algo formado por meio de contínua percepção, lembrança e comparação. Mais tarde, Cícero traduz *prolepsis* por *anticipatio*. Kant chama de *antizipation* a percepção daquilo que se pode conhecer *a priori* em cada sensação.

evolução nos termos de uma lógica que regresse as relações entre os quatro tropos; no entanto, o mais provável é que sua tentativa de explicação da evolução historiográfica seja, antes, um ativismo enraizado na historiografia tradicional que a reformulação da promessa aludida em sua nova perspectiva historiográfica. Em face dessas deficiências da historiografia pós-moderna, forma-se em nossa percepção interior a imagem de uma pessoa que foca cuidadosamente seu binóculo e que percebe que o ganho em nitidez em relação a um objeto inevitavelmente leva a uma perda de nitidez em relação a um outro objeto. É como se tivéssemos de optar entre um conhecimento muito acurado de obras históricas específicas (historiografia pós-moderna) e uma explicação da evolução da escrita da história (que nos é dada pela historiografia tradicional). A precisão de um lado parece necessariamente levar à imprecisão de nossos conhecimentos no outro.

Isso me conduz ao segundo problema mencionado. Devido à aparente afinidade da historiografia pós-moderna em relação a uma obra histórica específica e à sua postura de recusa diante da idéia de um desenvolvimento da escrita da história, ela produz uma fragmentação desse mesmo desenvolvimento – o que é, evidentemente, a contraparte historiográfica da fragmentação do passado na escrita da história pós-moderna. A tendência à fragmentação é reforçada por uma outra característica, altamente paradoxal, da historiografia pós-moderna. Nesse contexto, é preciso lembrarmos do formalismo tão característico da historiografia pós-moderna. Tal formalismo está ligado sempre a um interesse exclusivamente voltado para os traços *individuais*, para o que há de *específico* em um texto. Pense-se, por exemplo, nos pós-modernistas e sua “estética do fragmento” (segundo Friedrich Schlegel) ou do detalhe, e fica claro que o especialista em historiografia pós-moderna se empenha na constituição de um formalismo tendo em vista algo que é irredutivelmente individual. Expresso nos termos de uma filosofia da história trivial, poder-se-ia dizer que o pós-modernista ambiciona combinar o *nec plus ultra* do objetivismo (formalismo) com o *nec plus ultra* do subjetivismo (a individualidade do texto). Disso certamente resulta um problema para a historiografia pós-moderna como *disciplina* (mas não para a produção de trabalhos específicos dentro dessa tradição). A objetivação da subjetividade exclui a possibilidade de um debate substantivo entre os especialistas em historiografia isolados. A matriz (formal) que poderia tornar possível tal debate está indissociavelmente ligada às obras históricas específicas – está, por

consequente, destituída de eficácia. E é fato que a historiografia pós-moderna até agora não se tornou um fórum para o debate intelectual. Por essa razão, em certo sentido, a historiografia pós-moderna significa a morte da historiografia como *disciplina*; ela só poderá sobreviver sob uma forma completamente “privatizada”. Se isso é bom ou ruim, o futuro há de mostrar.

(Tradução: Sérgio da Mata)

Notas

- ¹ Ludwig Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1971, parágrafo 4.11.
- ² Richard Korty, *Der Spiegel der Natur, Eine Kritik der Philosophie*, Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1981, p. 54.
- ³ L. O. Mink, *Historical Understanding*, edição de Brian Fay, Eugene O. Golob and Richard T. Vann, Ithaca, Cornell University Press, 1987, p. 56.
- ⁴ Wilhelm von Humboldt, “Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers, em *Werke in fünf Bänden*”, Bd. 1, Darmstadt, 1960, p. 600.
- ⁵ Apud Hans-Georg Gadamer, *Wahrheit und Methode*, Tübingen, Mohr Siebeck, 1972, p. 198 [ed. brasileira, p. 324]. A função crítica, que representa o ponto de vista básico na historiografia, já fora reconhecida no século XVIII pelo alemão Johann Martin Chladenius: “não se pode, pois, evitar que, em uma narrativa, cada um perceba a história a partir de seu ponto de vista; e que, portanto, também a relate segundo tal ponto de vista. [...] Da mesma forma, uma narrativa imparcial não significa relatar um fato sem partir de um ponto de vista qualquer, uma vez que isso é impossível”. Em: Johann Martin Chladenius, *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, Leipzig, 1752, p. 150.
- ⁶ Gadamer, op. cit., p. 217 [ed. brasileira, p. 352].
- ⁷ Idem, p. 283 [ed. brasileira, p. 448].
- ⁸ Idem, p. 285 [ed. brasileira, pp. 450-1].
- ⁹ Michel Foucault, “Nietzsche, die Genealogie, die Historie”, em *Von der Subversion des Wissens*, München, Hanser, 1974.
- ¹⁰ Em meu artigo “Historiography and Postmodernism”, em *History and Theory*, n. 28, 1989, analisei a “microhistória” de Ginzburg nessa perspectiva.
- ¹¹ Hans Medick, um autor que se dedica à “história do cotidiano” ataca as “perspectivas centristas” na história social tradicional sob o argumento de que “tais perspectivas colocam precipitadamente fenômenos históricos ora nas margens, ora no centro do processo histórico, e, em ambos os casos, sempre a partir do ponto de vista da ‘grande transformação’, seja ela a modernização, a industrialização, o processo de urbanização ou o surgimento de organizações burocráticas e do Estado Nacional”. Ver também Hans Medick, “Entlegene Geschichte? Sozialgeschichte im Blickpunkt der Kulturanthropologie”, em *Comité International des Sciences Historiques*, vol. 1, Grands thèmes, méthodologie, sections chronologiques, Rapports et abrégés, Madrid, 1990, p. 181.
- ¹² Ver também meu ensaio “The Use of Language in the Writing of History”, em H. Coleman (ed.), *Working with Language*, Berlin, Mouton de Gruyter, 1988.
- ¹³ O conceito de historicismo é normalmente definido dessa forma.
- ¹⁴ Jörn Rüsen, “Historische Aufklärung im Angesicht der Post-Moderne: Geschichte im Zeitalter der ‘neuen Übersichtlichkeit’”, em *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*, Frankfurt am Main, Fischer, 1990, p. 243.
- ¹⁵ Defendo essa tese em “Rhetorica en geschiedschrijving”, em *De navel van de geschiedenis*, Groningen, Historische Uitgeverij Groningen, 1990.
- ¹⁶ Para uma defesa formal da teoria da substituição, ver meu texto “Historical representation”, em *History and Theory*, n. 27, 1988. Um argumento bastante parecido, embora não relacionado à representação histórica, encontra-se em Jean Baudrillard, “Simulacra and simulations”, em *Selected Writings*, Cambridge, Stanford University Press, 1988.

- ¹⁷ Hayden White, *Die Bedeutung der Form*, Frankfurt am Main, Fischer, 1990, p. 9.
- ¹⁸ Para a defesa de uma filosofia da história constituída *a posteriori*, que de fato parta dos resultados e do progresso realizados na escrita da história, ver meu livro *The Reality Effect in the Writing of History: A Dynamics of Historiographical Topology*, Amsterdã, Noord-Hollandsche, 1989.
- ¹⁹ Cf. Hayden White, *Metahistory: Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert in Europa*, Frankfurt am Main, Fischer, 1991; Hayden White, *Auch Klio dichtet oder Die Fiktion des Faktischen*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1986.
- ²⁰ Stephen Bann, *The clothing of Clío: A study of the representation of history in nineteenth century Britain and France*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- ²¹ Roland Barthes, *Mythen des Alltags*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1964, p. 92.
- ²² Roland Barthes, "Michelet", Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984.
- ²³ Linda Orr, *Jules Michelet: Nature, History and Language*, Ithaca, Cornell University Press, 1976; Linda Orr, *Headless History: Nineteenth Century French Historiography of the Revolution*, Ithaca, Cornell University Press, 1990; Arthur Mitzman, *Michelet Historian: Rebirth and Romanticism in Nineteenth-century France*, New Haven, Yale University Press, 1990.
- ²⁴ Dominick LaCapra, "The cheese and the worms: the cosmos of a twentieth century historian", em *History and Criticism*, Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- ²⁵ Susanne Gearhart, *The Open Boundary Between History and Fiction*, Princeton, Princeton University Press, 1984.
- ²⁶ Hans Kellner, *Language and Historical Representation*, Madison, University of Wisconsin Press, 1989. A historiografia deve ser vista preferencialmente como subdisciplina da história das idéias. Relevante para as diferentes perspectivas pós-modernas no campo da história das idéias e, por conseguinte, para a historiografia, é D. LaCapra e S. L. Kaplan (Hg.), *Geschichte denken*, Frankfurt am Main, Fischer, 1988.
- ²⁷ Assim descreve Freud a "atenção flutuante": "tão logo alguém conscientemente centra sua atenção com determinada intensidade, começa a proceder a uma seleção do material apresentado; ele se fixa particularmente em um certo ponto e, em troca, elimina outro, obedecendo nessa escolha às suas expectativas ou inclinações. É exatamente o que não se deve fazer. Ao obedecer às suas expectativas na seleção, corre-se o risco de nunca se encontrar algo que de antemão já não se saiba; a seguir suas inclinações, pode-se certamente falsear a própria percepção. [...] Deve-se manter a atenção afastada de quaisquer ações conscientes e entregar-se plenamente à sua 'memória inconsciente', ou, colocando de forma puramente técnica: deve-se manter os ouvidos bem abertos e não se preocupar em memorizar coisa alguma". Ver Sigmund Freud, *Studienausgabe, Ergänzungsband: Schriften zur Behandlungstechnik*, Frankfurt am Main, Fischer, 1982, p. 172.

Bibliografia

- ANKERSMIT, Frank R. Historical representation. *History and Theory*, n. 27, 1988.
- _____. Historiography and Postmodernism. *History and Theory*, n. 28, 1989 [trad. brasileira: Historiografia e pós-modernismo. *Topoi*, n. 2, 2001].
- _____. *The Reality Effect in the Writing of History: A Dynamics of Historiographical Topology*. Amsterdam: Noord-Hollandsche, 1989.
- _____. The Use of Language in the Writing of History. In: COORMAN, H. (ed.). *Working with Language*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1989.
- _____. *Retorica en geschiedschrijving. De navel van de geschiedenis*. Groningen: Historische Uitgeverij Groningen, 1990.
- BANN, Stephen. *The clothing of Clío: a study of the representation of history in nineteenth century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BARTHES, Roland. *Mythen des Alltags*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1964.
- _____. *Michelet*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984 [ed. brasileira: *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991].

crítica contundente. De acordo com Zagorin, o pós-modernismo é um conceito amorfo e um sincretismo de diferentes teorias, teses e reivindicações incluídas sob essa alcunha. Todas elas tiveram origem na filosofia germânica moderna, especialmente em Nietzsche e Heidegger, na adaptação dessa filosofia por vários intelectuais franceses desde a década de 1960 e nas teorias pós-estruturalistas da linguagem, como as originadas na França no mesmo período. Em um sentido geral, o pós-modernismo sustenta a proposição de que a sociedade ocidental, nas décadas mais recentes, passou por mudança de Era Moderna para "Pós-moderna", que se caracteriza pelo repúdio final da herança da Ilustração, particularmente da crença na "Razão" e no "Progresso", e por uma insistente incredulidade nas grandes metanarrativas, que imporiam direção e sentido à história, em particular à noção de que a história humana é um processo de emancipação universal. No lugar de grandes metanarrativas do gênero, afirmasse, vieram uma multiplicidade de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento com uma dissolução da idéia de verdade, além de problemas de legitimação em vários campos.³

Após esse impacto bombástico dos determinismos da linguagem em todos os rincões das ciências humanas, foi impossível para a história permanecer adversa e imune à controvérsia sobre o que resulta do trabalho do historiador. Qual o estatuto do texto historiográfico? Bem rápida e rasteiramente, a redefinição radical dos objetivos da teoria da história, de uma teoria que buscava compreender o "sentido" do movimento histórico, suas "leis" e seus "motores", suas determinações, para uma teoria que visa desvendar os artifícios da construção do texto histórico como artefato lingüístico, se impôs a partir dos questionamentos das diversas vertentes pós-modernas, que, em linhas gerais, assentam em duas grandes teses ou pressupostos.

A primeira tese é a do anti-realismo epistemológico, que sustenta que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas. Tais representações são, portanto, construídas como referidas não ao passado, mas apenas a outros e sempre presentes discursos, assertivas e textos históricos. Assim, retirando quaisquer pretensões do conhecimento histórico de se relacionar com um passado real, o pós-modernismo dilui a história em uma espécie de literatura e faz do passado nada mais nada menos do que um texto.

Historiografia comparativa intercultural

Jörn Rüsen

Por que a teoria?

Muitos trabalhos em historiografia são elaborados dentro da estrutura de uma história nacional.¹ Uma perspectiva mais ampla incluirá a historiografia européia ou ocidental² ou a historiografia de culturas não-ocidentais. Essa última trataria principalmente de um único país ou uma única cultura, como a China³ ou a Índia.⁴ Estudos comparativos são raros.⁵ Há uma série de razões para isso e mencionarei apenas duas delas: a dificuldade de aplicar habilidades de pesquisa especializada a culturas históricas diferentes e o domínio do pensamento histórico ocidental nos estudos históricos mesmo em países não-ocidentais. Essa dominação arrasta o interesse acadêmico para as origens e o

desenvolvimento do modelo especificamente moderno de pensamento histórico. Porém, há uma necessidade crescente de comparação intercultural simples e inevitavelmente por causa do grande aumento da comunicação internacional e intercultural, não apenas na economia e na política, mas também em vários campos da vida cultural.

Como a comparação intercultural deveria ser feita?" Não basta pôr diferentes histórias da historiografia juntas. Isso poderia fornecer um útil e mesmo necessário panorama do conhecimento disponível até determinado momento, mas não se constitui em um tipo de comparação, uma vez que as diferentes acumulações de conhecimento carecem de uma estrutura comum de organização cognitiva. Toda comparação precisa de um parâmetro organizativo. Antes de olhar para os materiais (textos, tradições orais, imagens, rituais, monumentos, assim por diante), é necessário saber que campo de coisas deve ser levado em consideração e de que maneira as descobertas nesse campo devem ser comparadas. Trocando em miúdos: quais são as similaridades e onde estão as diferenças nos domínios da historiografia?

Essa questão simples exige uma resposta muito complexa. A comparação intercultural é um assunto muito delicado. Ela resvala no campo da identidade cultural e, por conseguinte, envolve-se em conflitos de poder entre diferentes países, especialmente no que tange à dominação ocidental e à resistência não-ocidental a ela, em uma grande variedade de formas de relação intercultural. Porém, não é só o conflito político pelo poder que torna problemática uma comparação intercultural dentro da disciplina da história. Para além da política, encontra-se uma dificuldade epistemológica com enormes conseqüências teóricas e metodológicas para as humanidades: toda comparação é feita em um dado contexto cultural, de modo que a cultura é implicada no próprio objeto da comparação. Os historiadores, ao olharem para o pensamento histórico de outras culturas, normalmente o fazem por meio da idéia de historiografia de sua própria cultura. Eles não sentem nenhuma necessidade urgente de refletir ou de explicar isso teoricamente. Esse sentido preestabelecido do que é historiografia funciona como parâmetro oculto, como norma ou, pelo menos, como fator que vem estruturando o panorama de variedades de pensamento histórico em diferentes lugares e épocas.

A desatenção é o problema: em uma tal comparação, certo tipo de pensamento histórico tem um *metastatus* irrefletido, e acaba determinando

os resultados da comparação. O modo “real” ou essencialmente “histórico” de historiografia naturalmente só poderá ser encontrado nesse paradigma preexistente e os outros modos ganham seu sentido, significado e significação apenas em relação a ele.⁷ A comparação, aqui, não revela nada senão uma medida da distância de uma norma acriticamente assentada. Em casos raros, estudiosos podem usar projeções de alternativas dentro de outras culturas no sentido de criticar a seus próprios pontos de vista; mas, mesmo nesse caso, eles nunca têm um discernimento substancial das peculiaridades e similaridades de diferentes modos de pensamento histórico e de historiografia.

Por exemplo, pode-se perguntar: como devemos tratar com elementos de ficção e imaginação poética na representação do passado? Se avaliamos esses elementos como a-históricos, não-históricos (mesmo anti-históricos), ou como essenciais para entender a história, vai depender do conceito de pensamento histórico e historiografia dado pela nossa cultura. Um outro exemplo é a questão da importância de uma linguagem escrita. Por causa de uma convicção acriticamente assentada sobre o papel constitutivo de uma linguagem escrita para o pensamento histórico, por muito tempo denominamos de “a-históricas” culturas com tradição unicamente oral, mesmo como não pertencendo à história como um todo;⁸ tais culturas são consideradas históricas somente depois da introdução da escrita. Por certo, esse preconceito impede discernir dentro da cultura tipos específicos de pensamento histórico que não se apoiem sobre uma linguagem escrita.

Não se pode evitar o conflito entre engajamento e interesse relativo à identidade histórica das pessoas cuja historiografia pode e deve ser comparada. Esse engajamento e interesse têm de ser sistematicamente levado em conta; têm de se refletir sobre eles, explicá-los e discuti-los. Há pelo menos um meio sistemático de fazê-lo, que dá a oportunidade para o discernimento compreensivo e o conhecimento e para a concordância potencial e o consenso entre aqueles que se sentem comprometidos com uma compreensão rigorosa das diferentes culturas em questão. Eu penso na teoria, ou seja, um certo modo de refletir sobre e explicar os conceitos e as estratégias de comparação. Somente por meio da reflexão teoricamente informada nós poderemos evitar ou corrigir qualquer imperialismo cultural oculto ou perspectiva equivocada no conhecimento comparativo.⁹

Qual teoria?

Como podemos simplesmente evitar assumir como genericamente válida nossa própria maneira tradicional de pensamento histórico? A resposta para essa questão está em olhar para os universais antropológicos da consciência histórica. Para fazê-lo, devemos ir além dos limites da historiografia profissional e acadêmica e seus procedimentos racionais de cognição histórica. A história como disciplina acadêmica não pode servir como modelo ou paradigma para a instituição universal da historiografia. Ao contrário, devemos reclamar por operações mentais básicas que podem ser encontradas em qualquer cultura humana. Haverá algo como um universal antropológico chamado “consciência histórica”? Nós sabemos que pensar historicamente, no sentido corrente da palavra “história”, é um resultado de um longo processo de desenvolvimento cultural e não pode ser pressuposto em todas as formas de vida humanas. Mas se se observa algumas operações mentais básicas constituintes da consciência histórica, é possível identificá-las como universais. A explicação desses procedimentos conduz a uma teoria geral da memória cultural.

Não há cultura humana sem um elemento constitutivo de memória comum. Ao lembrar, interpretar e representar o passado, as pessoas compreendem sua vida cotidiana e desenvolvem uma perspectiva futura delas próprias e de seu mundo. *História*, nesse sentido fundamental e antropológicamente universal, é uma reminiscência interpretativa do passado de uma cultura, que serve como um meio de orientar o grupo no presente. Uma teoria que explica esse procedimento fundamental e elementar de dar sentido ao passado consoante à orientação cultural no presente é um ponto de partida para a comparação intercultural. Tal teoria tematiza a memória cultural ou a *consciência histórica* que define o objeto de comparação em geral.¹⁰ Ela serve como definição categórica do campo cultural no qual a historiografia toma forma. Na estrutura dessa teoria não há uma definição *a priori* de historiografia. Ao contrário: a historiografia aparece, na sua estrutura geral da consciência histórica ou memória cultural, como uma forma específica de uma prática cultural básica e universal da vida humana.

A estrutura teórica de uma comparação intercultural não tem apenas de “definir” o campo daquilo que deve ser comparado. Ela tem de abrir uma perspectiva dentro da qual a “historiografia” ou o “pensamento histórico”, como matéria de comparação, entra em foco. Ela também tem de abrir uma

perspectiva que torne visível a variedade de diferenças, e assim esclarecer como essa variedade se constitui. Antes de mais nada, ela depende das circunstâncias dentro das quais a consciência histórica trabalha. Quais os desafios que ela implica e quais funções ela tem de preencher? Além do mais, deve-se observar a *prática cultural* por meio da qual a consciência histórica é exercida como um processo de comunicação, como um elemento da vida social. Terceiro, deve-se observar os próprios *processos mentais* por meio dos quais uma reminiscência interpretativa do passado ganha a qualidade específica daquilo que nós chamamos “história”.

Uma atenção especial deveria ser dada aos *princípios de “sentido”* que governam a reconstrução histórica. Eles determinam a lógica da interpretação histórica, a poética e a retórica de constituição de uma representação e as possibilidades de entender o passado como algo relevante e importante para a orientação de uma cultura no presente. O livro de Hao Chang sobre o pensamento chinês na virada para o século xx fornece excelente descrição desses princípios.¹¹ Ele fala de um “simbolismo orientador”, uma “interpretação geral da vida e do mundo” que permite às pessoas “manter coerência e ordem em um universo de sentido”. Esse simbolismo está relacionado a três fatores principais: o eu, a sociedade e o cosmos. Ele também modela os modos de pensamento histórico. Assim como, em história, se expressa em conceitos de tempo e de mudança temporal que definem a relação entre passado, presente e futuro. Tais conceitos inserem o mundo em ordem e permitem às pessoas suportarem a experiência da contingência, pela qual suas vidas são permanentemente ameaçadas. Os chineses também definem suas formas de vida social conformando identidade, intimidade e alteridade. Em chinês pode-se falar no *Tao* da história, que pode ser comparado com o *logos* da história ou seu “sentido”, no Ocidente. Os princípios e os modos de pensamento correlatos marcam uma linha entre sentido e insensatez, com respeito à dimensão temporal da vida humana. (Assim, poder-se-ia investigar-se não apenas o sentido, o significado e a significação, mas também seus opostos: o que é visto como sendo sem sentido, caótico, ameaçador e assim por diante?)

Finalmente, deve-se atentar para *modos, processos e fatores de mudança e desenvolvimento* com respeito ao trabalho de consciência histórica. Podem os diferentes modos de atribuir sentido histórico ao passado ser colocados em uma sequência temporal? Há algo comparável na mudança estrutural do pensamento histórico mediante as fronteiras de diferentes culturas? Aqui,

deve-se ser especialmente cuidadoso para generalizar para todas as culturas as mudanças que marcaram o pensamento histórico europeu.

Nas páginas seguintes, abordo esses pontos com mais detalhes. Contudo, um argumento sistemático exigiria uma teoria compreensiva e bem articulada do "entendimento da história", a qual eu (ainda) não posso oferecer.¹²

Algumas observações a respeito do método de comparação

Em qualquer comparação intercultural é necessário questionar como as unidades de comparação devem ser vistas. Há entidades preestabelecidas, bem delimitadas no tempo e no espaço? Quais os pressupostos adequados para uma teoria da comparação intercultural? Há critérios de sentido que constituem o pensamento histórico em geral. Esses critérios são parte essencial de um código cultural que define as unidades de comparação. Conseqüentemente, culturas podem ser comparadas por meio de conceitos fundamentais que definem as formas e os campos de realidade e de autocompreensão humanos. De modo que uma tipologia de tais conceitos é um instrumento teórico muito útil para uma abordagem comparativa.

Johan Galtung propôs uma tipologia bem estruturada desse tipo.¹³ Ele caracteriza seis diferentes culturas (ocidente 1, ocidente 2, índica, búdica, sina, nipônica) a partir de oito conceitos básicos ("natureza", "indivíduo", "sociedade", "mundo", "tempo individual", "tempo social", "transpessoa", "episteme"). Tal tipologia revela a especificidade dos códigos culturais. Mas qual é o *status* de um tal código constituído pela inter-relação sistêmica de conceitos básicos e critérios de sentido? Ele torna a cultura algo muito estático e espacialmente descontínuo. As culturas tornam-se mônadas, configurações isoladas de sentido e significado que acompanham a força reguladora de seus códigos culturais profundamente arraigados.

Tal teoria das diferenças culturais padece de uma perigosa tendência a essencializar ou mesmo a reificar as culturas singulares em questão. Suas

¹² N. T.: No original: Indic, Buddhist, Sinic, Nipponic. Os neologismos do Dr. Galtung foram criados com a intenção de indicar uma cultura – e não um país ou região. Assim, *índica* refere-se à Índia; *búdica*, a budista; *sina*, a chinesa e *nipônica*, a japonesa. Os esclarecimentos são do Prof. Rüsen.

historicidades próprias, suas múltiplas conexões e seus condicionamentos mútuos perdem-se de vista. A comparação simplesmente resgata dicotomias e ou alternativas claras: o pensamento histórico segue este ou aquele código. Formas afins de identidades culturais parecem territórios espaciais com fronteiras nítidas. Nada parece existir para além ou por meio de códigos únicos. Mas a própria tipologia transgride essa linha fronteiriça com um passo decisivo para indicar um modo de pensamento que não emerge necessariamente de um código cultural. Uma tipologia das diferenças culturais, uma construção necessariamente heurística, tem de evitar caracterizar culturas como entidades ou unidades preestabelecidas.

Essa idéia obedece uma lógica cultural que fundamenta a identidade em uma diferença básica entre dentro e fora. Assim, conceitua identidade como um território mental com fronteiras nítidas e uma correspondente clara divisão entre o eu e o outro. Essa lógica é essencialmente etnocêntrica e o etnocentrismo está inscrito em uma tipologia das diferenças culturais que trata as culturas como unidades coerentes que podem ser tranqüilamente separadas umas das outras.

Proponho uma conceituação teórica que evita esse etnocentrismo, o que se dá se uma cultura específica é entendida como a combinação de elementos compartilhados por outras culturas. Desse modo, a especificidade das culturas é realizada pelas diferentes constelações dos mesmos elementos. Tal abordagem tem as seguintes virtudes: ela apresenta a diversidade de diferentes culturas como um espelho que melhor propicia o auto-entendimento; ela assim inclui a diversidade, mais propriamente que a usa como um princípio de segregação; ela encoraja o reconhecimento e a reciprocidade em pessoas de diferentes culturas.

O que deve ser comparado?

A historiografia resulta da consciência histórica, a qual não pode ser compreendida sem que se atente para um complexo conjunto de conjecturas, circunstâncias, desafios e funções que moldam sua peculiaridade. Como é possível comparar peculiaridades? É necessário encontrar seus componentes básicos e reconstruí-los como uma relação e uma síntese específica de vários elementos. Se puder ser mostrado que esses elementos, ou pelo menos alguns

deles, são os mesmos em diferentes manifestações da historiografia, uma análise comparativa pode ser feita de forma sistemática. Então, o primeiro passo para uma historiografia comparativa será uma teoria dos principais componentes dessas manifestações culturais específicas chamadas historiografia.

Para fazê-lo, é preciso identificar os universais antropológicos na consciência histórica. Há uma experiência universal do tempo que pode ser chamada "contingência". Contingência significa que a vida humana é constantemente atormentada por um senso de ruptura, de ocorrências inesperadas como morte ou nascimento, catástrofes, acidentes, expectativas frustradas. Em resumo, nós experimentamos o que pode ser descrito nas palavras de Hamlet: "O mundo está fora dos eixos; – Ah! Transcurso perverso/ de que eu nasci para eternamente pô-lo no lugar."¹¹ "Pô-lo no lugar" significa desenvolver um conceito do curso do tempo, da mudança e da progressão temporais, que tornam as ocorrências contingentes significativas em relação às atividades humanas cotidianas e a uma ordem estável de mudança de um grupo. Nós encontramos a mesma idéia em uma expressão chinesa no comentário de Kung-yang aos *Anais da Primavera e do Outono*: "Colocar no lugar as coisas que foram arremessadas ao caos e restaurar o mundo à ordem, não há nada melhor que os *Anais da Primavera e do Outono*."¹⁵

A experiência de ameaça estrutural na mudança temporal¹⁶ tem de ser interpretada no sentido de permitir pessoas que estão ameaçadas a continuar vivendo suas vidas. Para isso, elas têm de construir uma idéia de ordem temporal que responda ao desafio da contingência. O trabalho da consciência histórica pode então ser descrito como um procedimento por meio do qual tal idéia de uma ordem temporal é resgatada. Ela refere-se à experiência da mudança temporal da vida e do mundo, que pode ser armazenada na memória, dá sentido à mudança do passado que pode ser aplicada para se entender o presente, permitindo, assim, às pessoas antecipar o futuro, para conduzirem suas atividades a partir de um futuro informado pelas experiências do passado.

O trabalho da consciência histórica é feito em atividades culturais específicas. Eu gostaria de chamá-las *práticas de narração histórica*. Por meio dessas práticas, a "historiografia" torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana. Qualquer comparação intercultural tem de

¹¹ N. T.: No original: "The world is out of joint; – O cursed spite / that ever I was born to set it right."

sistematicamente levar em conta essas práticas e interpretar formas específicas da atividade cultural universal de dar sentido ao passado por meio da narração. (Eu não negaria que há elementos não-narrativos operando no trabalho da consciência histórica e que a representação narrativa do passado tem seus limites, mas o fenômeno cultural peculiar chamado história apóia-se fundamentalmente na prática cultural da narração.)

Quais são os elementos substanciais desse construto mental chamado "história"? Para distingui-lo de outros conteúdos da memória humana, dever-se-ia primeiramente sublinhar seu caráter específico como uma memória de um passado mais distante que vai além dos limites da lembrança individual de alguém ou (mais objetivamente) para além da extensão de uma vida individual. Essa extensão temporal da memória é condição necessária para atribuir ao passado a qualidade de "histórico". Por outro lado, a perspectiva futura aberta pela consciência histórica transcende também o limite da extensão de uma vida individual. A consciência histórica, assim, amplia o conceito de dimensão temporal da vida humana e o estende para muito além da duração da vida de uma pessoa; faz o trabalho histórico da rememoração.

Essa simples ampliação do horizonte temporal da memória é condição necessária, porém não suficiente, para a qualidade "histórica" específica de retorno ao passado. A mente humana tem de satisfazer essa dimensão com um "senso" que faz do passado, como experiência, significativo para o presente e para o futuro. Essa "razão histórica" é uma imagem, uma visão, um conceito ou uma idéia de tempo que mede as expectativas, os desejos, as esperanças, os medos e as ansiedades que ligam as mentes das pessoas nas suas atividades do dia-a-dia com a experiência do passado. O tempo real recordado sintetiza-se com o futuro projetado; passado e futuro emergem em uma imagem, visão ou conceito único da mudança e progressão temporal, que funciona como uma parte integral de orientação cultural no presente. Ciclos regulares e incessantes de ordem e desordem,¹⁷ a categoria de progresso, a crença de que Deus governa o mundo ou de que há uma ordem moral mundial (como o *Tao*) podem ser evocados como exemplos dessa idéia de tempo como uma ordem significativa das atividades humanas.

Todos esses conceitos são baseados na *idéia da ordem do tempo*. Portanto, conceitos de tempo são as fundações da razão histórica; o tempo relacionado ao mundo humano, e seu precário equilíbrio entre a experiência do passado e a expectativa do futuro prefiguram todo e qualquer sentido e significado

do passado como história. Para propósitos comparativos, uma dicotomia básica tem sido usada com frequência: tempo cíclico *versus* tempo linear. Essa distinção, ela mesma, não caracteriza muito utilmente os modos fundamentais de pensamento histórico, uma vez que não há nenhum conceito de história que não faça uso de ambos. De modo que devemos dirigir nossos esforços para descobrir os modos de síntese do tempo cíclico e linear.

A perspectiva comparativa em historiografia tem de identificar esses *critérios de sentido e significado históricos*. Normalmente, eles não ocorrem em uma forma elaborada. Muito frequentemente, são princípios implícitos ou vigorosas pressuposições, que se tornam as mais necessárias para identificá-los e explicá-los. Assim, nós podemos explicar um sistema de conceitos básicos que governam a historiografia como um todo, que estruturam seu modo de transformar a experiência do passado em uma história com sentido e significado para o presente. Tal sistema desvenda a semântica da história e cria as bases para a comparação.

Essas categorias básicas podem parecer como idéias de uma ordem divina do tempo, como um mundo dividido ou dual no qual as ocorrências cotidianas do mundo humano são menos importantes que ou inferiores ao mundo imaginado de uma ordem temporal superior consagrada a seres divinos ou princípios superiores de civilização ou progresso. Exemplos dessas idéias nas tradições chinesa e européia de historiografia podem ser os seguintes: primeiramente, os conceitos de “preservar em registro” (*chi*) e de “incitar os velhos [precedentes] para conhecer o novo” (*wen ku erh chih hsin*); de memória, sentido e história, para ser completados por noções básicas como tradição, continuidade, descontinuidade, desenvolvimento, processo, revolução, restauração (*chung-hsing*), evolução, transformação pela virtude (*hua*), progresso, decadência, assim por diante. Então, devemos levar em conta diferentes “filosofias da história” embutidas em uma ordem moral do mundo, história sagrada, divina providência, a filosofia da história desde o Iluminismo e o conceito de modernização. Para fins comparativos é necessário encontrar conceitos básicos correspondentes em todas as outras historiografias.

Hoje, esses critérios de sentido são vistos principalmente como ficcionais, como invenções. Mas não se pode negar a realidade da experiência que modela o construto mental chamado “história” tanto quanto as imagens,

* N. T.: *Record keeping*, no original.

A segunda tese é a do narrativismo, que confere aos imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso, inerentes a seu estatuto lingüístico, a prioridade na criação das narrativas históricas. De acordo com essa tese, as histórias ficcionais inventadas por escritores e as narrações dos historiadores não diferem uma da outra em nenhum aspecto essencial, já que ambas seriam constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas. A maneira como as narrativas históricas são construídas, segundo os postulados narrativistas, e as conexões que elas estabelecem entre os eventos e as interpretações e explicações que apresentam, são assim vistas como construções impostas sobre o passado, antes que fundadas nos, limitadas aos ou respondíveis pelos fatos tais como expostos nas evidências. Do ponto de vista narrativista, os tropos e gêneros literários empregados pelos historiadores prefiguram e determinam a visão, a interpretação e o sentido dos fatos. Pelo mesmo enfoque, eles também colocam as narrativas históricas na mesma categoria que discursos ficcionais de escritores e artistas, de modo que seria impossível fazer distinção entre história e ficção ou atribuir diferentes interpretações históricas na base de fatos ou evidências. O que está em xeque nessas teses é a própria objetividade do conhecimento histórico e, por conseguinte, os limites estruturais da verdade de seus enunciados.

Passado certo tempo do impacto das teses pós-estruturalistas, depois alcunhadas correta ou erroneamente "pós-modernas", talvez já seja possível mensurar os limites de suas contribuições efetivas. Não sendo cabível aqui avaliar quantitativamente esse impacto na historiografia – que é muito menor do que faz crer o alarde com que as teses pós-modernas foram veiculadas –, diríamos apenas que, no campo da teoria da história mais do que no da historiografia, o pós-modernismo efetivamente contribuiu para derrubar alguns dogmas, alguns postulados férreos que sobreviveram à derrocada de certa concepção de história herdeira de alguns fundamentos iluministas, humanistas e cientificistas e ainda vigente em muitos pólos importantes durante a década de 1970. O pós-modernismo teve esse efeito deletério de pôr ao chão os argumentos de certas versões marxistas esquemáticas e de reminiscências cientificistas insistentes. Porém, fora essa atitude iconoclasta – sem dúvida alguma fundamental para a superação do estado do debate –, pouco contribuiu o pós-modernismo para a teoria da história e para a historiografia. Fez avançar negando e derrubando, mas pouco colocou no lugar.

essas questões terão uma resposta simples, uma vez que pelo menos trabalhos paradigmáticos da historiografia chinesa estão relacionados com a “China” como unidade cultural na mente dos historiógrafos e de suas audiências. Mas, e a respeito da Europa? É o horizonte da autocompreensão ou a elaboração de identidade histórica sempre “européia” nos trabalhos historiográficos do Ocidente? Sem estabelecer ou explicar o horizonte interno do espaço histórico que dá ao passado sua perspectiva específica, a interpretação comparativa pode tornar-se simplesmente uma má representação ou uma projeção precária do interprete sobre o material. A comparação sincrônica deve ser feita respeitando-se (a) os tipos de prática cultural concernentes à narração histórica, (b) os tipos de senso ou significado histórico, (c) as condições da consciência histórica, (d) as estratégias internas e as operações da consciência histórica, (e) os *topoi* da razão histórica, (f) as formas de representação, os meios e as espécies de historiografia e (g) as várias funções de orientação histórica.

(A) Com respeito aos *tipos de prática cultural* de rememorar historicamente o passado, a historiografia precisa ser colocada em uma escala de diferentes modos a fim de descobrir seus contextos e relações com outras formas de tratar o passado. Qual é a relação da historiografia com rituais, cerimônias, festividades, feriados públicos, *performances* religiosas, tais como romarias e outras manifestações de memória coletiva? Qual é sua relação para com a cultura popular? Pode ser ela parte integral da cultura popular? Outra questão coloca a historiografia em uma perspectiva social: como a escrita da história é disposta na hierarquia social? Ela olha para os acontecimentos humanos a partir de cima da hierarquia ou a partir de baixo?

Gênero é um aspecto muito importante da história social da historiografia. É importante distinguir entre vozes masculinas e femininas na representação do passado e levar sistematicamente em conta os domínios masculino e feminino de experiência, apresentados pela historiografia. O mesmo deve ser feito com relação à função de orientação da historiografia: como ela introduz a identidade – ou, mais precisamente, como a identidade fundada no gênero relaciona-se com a história?

(B) Com respeito aos *tipos de razão histórica*, deve-se utilizar uma tipologia compreensiva que forneça clara e distinta estrutura conceitual para a interpretação da historiografia. Com respeito à historiografia em sua forma escrita elaborada, há pelo menos quatro tipologias de historiografia praticadas no discurso metahistórico ocidental dos últimos séculos:

- Droysen distingue em seu “Topik” as apresentações **investigativa**, **narrativa** (em um sentido mais estreito), **didática** e **contestatória** do passado.¹⁸
- Nietzsche descreve três modos de lidar com o passado: **monumental**, **antiquarista** e **representação crítica**.¹⁹
- Hayden White oferece a mais elaborada tipologia de historiografia. Ele estabelece a razão histórica em quatro tropos que configuram toda narrativa: **metáfora**, **metonímia**, **sinédoque** e **ironia**; e acrescenta três tipologias paralelas de razão histórica: **quatro modos de armação da intriga** (romântico, trágica, cômico, satírico); **quatro modos de explanação por argumento formal** (formalista, mecânico, orgânico e contextualista); e **quatro modos de explanação por implicação ideológica** (anarquista, radical, conservador, liberal).²⁰
- Minha própria tipologia combina elementos funcionais e estruturais de narração histórica e distingue entre quatro diferentes modos de entender o passado: **tradicional**, **exemplar**, **crítico** e **genético** de narrativa histórica.²¹

(C) Com respeito ao *contexto cultural da historiografia*, deve-se atentar para os critérios religiosos de sentido e significado da cultura, uma vez que na maioria das sociedades – ao menos naquelas do tipo pré-moderno – a religião é a fonte principal para um senso de relacionamento entre passado e presente. É trivial dizer que a natureza característica do pensamento histórico no Ocidente está profundamente influenciada pelo cristianismo, mesmo na época do historicismo, quando os estudos históricos ganharam estrutura acadêmica como uma disciplina com sua própria metodologia de pesquisa. Sua relação com a religião pode funcionar como chave para decifrar a linguagem de sentido, significado e significação na historiografia.²²

Para entender por que critérios de sentido específicos de história entraram em uso, deve-se primeiramente perguntar: **que desafios provocaram a consciência histórica e que demandaram uma resposta historiográfica?** Eu já defini aqueles desafios como uma impressionante ruptura conturbando a continuidade temporal e a coerência da vida humana. Exemplos dessa experiência de descontinuidade são a Revolução Francesa para o historicismo, a queda de Roma para o conceito

¹⁸ N.T.: O autor usa o termo *employment*.

agostiniano de história sagrada, a nova estrutura política e o papel de Atenas no fim do século V para Heródoto,²¹ a fundação do império das dinastias Ch'ien e Han para Ssuma Ch'ien. Uma vez que nem toda incoerência temporal pode ser dominada pela narração histórica, deve-se olhar para aquelas experiências temporais específicas que são produtivas para a historiografia. Que tipos de problemas poderão ser resolvidos pela historicização?

(D) Com relação às operações e estratégias internas da consciência histórica, deve-se, antes de mais nada, atentar-se para as características formais da historiografia. Ela é estruturada como uma narrativa? Se não, como os clássicos anais na China, o que significa para os critérios sublinhados da razão histórica? Se não há nenhuma representação histórica real do passado desprovida de elementos narrativos, onde encontraremos esses elementos, considerando-se que textos importantes são diversamente estruturados? Adicionalmente, deve-se, por conseguinte, procurar pela existência e o papel de elementos não narrativos, como imagens e símbolos, os quais, enquanto não narrativos eles mesmos, podem iniciá-los ou pelo menos atribuir-lhes sentido.

(E) Uma lista de *topoi* históricos facilita a comparação. Esses *topoi* organizam a apresentação narrativa do passado ao lhe atribuir uma significação específica para orientar pessoas a apresentar os problemas. *Topoi* históricos podem ser definidos como formas de percepção e representação dentro da constituição do sentido histórico do passado, que ocorrem como padrões repetitivos relacionados a diversos conteúdos.²⁴ O *tópos* mais famoso de significação histórica é, certamente, aquele expresso pelo slogan ciceroniano *historia magistra vitae* e na China pela metáfora do espelho (*chien*).²⁵ A historiografia, que representa o passado de acordo com esse *tópos*, ensina as regras gerais da conduta humana por meio de exemplos; ela é governada pela lógica do julgamento, ou seja, a geração de regras a partir de casos e a aplicação de regras aos casos. A maior parte dessas regras estão relacionadas à política e são endereçadas aos dirigentes no sentido de comprometê-los a princípios gerais legitimadores do poder e da dominação.²⁶ Há, por certo, muitos outros *topoi*. Para fins de comparação, eles poderiam ser especificados e sistematizados dentro de uma retórica da historiografia. Tal retórica ainda não existe; portanto, eu posso apenas mencionar alguns *topoi*, sacados sistematicamente de descobertas empíricas em recente investigação da consciência histórica de jovens:²⁷ o passado é um lugar de evasão; o passado é uma contra-imagem utópica do presente; o passado deveria ser mudado; o passado impõe tradições;

as coisas importantes do passado perduram; o passado deve ser explicitamente conectado com a vida presente; o passado pode ensinar-nos alguma coisa, portanto a história é uma questão de aprendizado.

(F) Há inúmeros outros modos pelos quais se pode criar parâmetros de comparação. Eu não posso explicá-los todos sistematicamente, de modo que vou apenas sugerir alguns em forma de questões: como os eventos do passado estão relacionados uns com os outros? Que tipo de racionalidade governa essa relação? Em que nível de complexidade diferentes elementos de experiência e significação são sintetizados? Quanto a historiografia reflete sobre sua própria estrutura e princípios? A que profundidade a análise e as estratégias explicativas da representação chegam? Que papel os valores e as normas desempenham na estruturação do passado como história? Até que degrau o passado é historicizado? Como a historiografia lida com a experiência de outras culturas, diferentes da dos historiadores? São elas marginalizadas, usadas como foco para a projeção dos próprios desejos de alguém, ou lhes são dadas o justo reconhecimento? Que diferentes espécies de historiografia têm sido observadas e como os antigos pensadores as sistematizaram? Essa ordem corresponde a nossas estratégias de sistematização?

Já me referi ao problema da fundação da historiografia na experiência, por um lado, e aos elementos de ficção em sua interpretação do passado, por outro. De acordo com essa relação, deveria haver um esforço para encontrar constelações típicas entre facticidade e ficcionalidade no tratamento do passado. Esse relacionamento poderá mesmo indicar um estágio de desenvolvimento, uma vez que uma nítida distinção entre facticidade e ficcionalidade exige uma cultura histórica altamente desenvolvida, que possua procedimentos específicos para fazer sentido do passado, ao enfatizar a facticidade do passado relatado.

(G) Finalmente, a *função prática da historicidade* deve ser levada sistematicamente em conta, sua função orientadora para os grupos humanos. Sua manifestação mais marcante é a articulação da identidade histórica das pessoas para quem a historiografia é endereçada. Para fins comparativos, precisamos apresentar os diferentes pontos de vista concernentes à identidade. A perspectiva mais importante relaciona-se à inclusão, às normas e aos valores que determinam a inclusão em um grupo. Quem é incluído, quem é excluído das narrativas históricas? Como a relação entre eles é apresentada? Onde fica a linha fronteira entre o eu e o outro, entre intimidade e estranheza?

Perspectivas de comparação diacrônica

Em historiografia, a comparação diacrônica está relacionada à mudança. Seu desafio teórico é identificar fatores universais, tipos de processos e direções de mudança. Mas antes de explicar perspectivas correspondentes de mudança em historiografia, dever-se-ia refletir sobre uma *periodização geral*, dentro da qual a historiografia ganha significação histórica em relação a todo o processo de mudança no mundo humano. Tal periodização esclarece a dependência da historiografia em seu contexto, o qual fornece seus desafios constitutivos e seus critérios de sentido básicos, e dentro do qual ela preenche (ou abdica) de sua função de orientação. Uma questão intensamente debatida é se as épocas principais da história européia podem ser aplicadas a outras culturas. Se não, as diferentes periodizações deveriam pelo menos ser comparadas com relação aos critérios que determinam a divisão das épocas.

A historiografia é melhor suprida por uma periodização geral relativa aos meios dominantes de comunicação humana. Pode-se começar por distinguir três épocas, definidas por três meios: oralidade, escritura e "eletronicidade".²⁸ Em casos específicos, deve-se atentar para aqueles fatores e elementos que transformam o modo pelo qual nós atribuímos sentido e representamos o passado. Para dar pelo menos um exemplo de tal força transformadora da historiografia, sugiro o crescimento do conhecimento sobre o passado. Ele pode provocar novas categorizações, que, por sua vez, podem remodelar e reestruturar a historiografia em geral. O surgimento do pensamento historicista no final do século XVIII não poderia ser compreendido sem referência à explosão do conhecimento na Europa. Havia um impressionante acúmulo de conhecimento histórico na China, mas não parece ter provocado uma substituição nas categorias auxiliares da percepção e interpretação histórica.

Outra questão está relacionada à apresentação da mudança em historiografia. Há algo como uma experiência de progresso, baseada na auto-estima de um grupo bem-sucedido, com os quais os historiadores podem associar-se?

O mais importante parâmetro da comparação diacrônica é a direção da mudança. É possível discernir tendências transculturais? Hoje essa questão parece demasiado carregada da carga ideológica da supremacia ocidental. Mas uma rejeição da ideologia ocidental encerra a investigação. Penso que tal questão é inevitável, uma vez que hoje todos os países do mundo estão direta ou indiretamente envolvidos no processo de modernização, que

desafia a identidade histórica de todos eles. É extremamente importante saber se há tendências de desenvolvimento na história cultural de cada um, similar àquelas do Ocidente. E para os ocidentais é útil saber se tais tendências existem em culturas não-ocidentais. Se houver um desenvolvimento cultural ou uma evolução comum a todos os países, então o processo de modernização será algo mais que uma ameaça de alienação; ele pode mesmo ser definido como uma oportunidade de ganhar ou reaver uma identidade própria em uma perspectiva mais ampla de humanidade.

Assim, o conceito de Max Weber de uma racionalização e desencantamento universais pode ser reformulado para uma análise comparativa da historiografia. Não há historiografia sem racionalidade, ou seja, um conjunto de regras que vincula o processo de racionalização da consciência histórica a estratégias de conceituação, de trazer a evidência empírica para a representação do passado e de argumentação coerente. Essa racionalidade deverá ser reconstruída e investigada como um desenvolvimento universalmente válido. O mesmo deve ser feito com respeito às normas e valores que constituem a identidade histórica. Mostram eles uma tendência à universalização e, por conseguinte, a identidade histórica expande-se? Penso que podemos observar tal processo de universalização em muitas culturas:²⁹ ele começa no pequeno grupo social em tempos ancestrais e leva à humanidade na história moderna. Ao longo dessa universalização, acontece muito freqüentemente uma regionalização correspondente. Ademais, deve-se procurar um processo de particularização e individualização; será uma reação à universalização ou uma consequência dela.

Outra direção de desenvolvimento pode ser definida com respeito ao tratamento de "fatos" em relação à suposta ordem do tempo. Será a historiografia governada por uma tendência à integração progressiva de fatos positivos e princípios de ordem temporal? Em sociedades arcaicas, "fatos" mundanos não são importantes para a apresentação narrativa da ordem divina do mundo. Mitos, como narrativas que organizam o cosmos, longe estão de certas datas fixadas cronologicamente e provadas por evidências empíricas. Mas a ordem mítica desvaneceu ou foi misturada com a corrente temporal dos eventos e das estruturas positivos, o que quer dizer "factuais".

Seguindo essa linha argumentativa, ousa esboçar uma periodização para os meios de comunicação cultural e sua transformação, que pode pelo menos funcionar como uma heurística para uma história compreensiva do pensamento histórico. Ela supõe um período pós-histórico na forma de um tipo ideal, composto dos mais desafiadores elementos do pensamento histórico pós-moderno:

Periodização universal do pensamento histórico¹⁰⁰

Pré-histórico Fina distinção entre tempo cósmico paradigmático (tempo "arcaico" do mito) e tempo mundano; o último não tem sentido para a ordem do mundo e do eu. O acaso é radicalmente eliminado. Domínio do <i>tipo tradicional</i> de narração histórica. <i>Meio da tradição oral.</i>	
Histórico Intermediação de ambos os "tempos". Fatos contingentes (eventos) são carregados com sentido a respeito da ordem temporal do mundo. O acaso (contingência) é reconhecido como relevante para essa ordem e inscrito em um conceito de tempo que orienta as atividades práticas e constitui a identidade humana. <i>Meio da escrita.</i>	Tradicional Toda a ordem do tempo tem um caráter divino. A religião é a fonte principal para o sentido da mudança temporal. Predomínio do <i>tipo exemplar</i> de narração histórica.
	Moderno Minimização da dimensão transcendente da ordem do tempo. Todo o senso de história tende a tornar-se mundano. A racionalidade humana está apta a reconhecê-lo por meio da investigação metodológica das evidências empíricas do passado. Predomínio do <i>tipo genético</i> de narração histórica.
Pós-histórico Nenhuma ordem compreensiva de tempo incluindo passado, presente e futuro. O passado é separado em um tempo próprio. Fatos do passado tornam-se elementos de constelações arbitrárias que não têm nenhuma relação substancial com o presente e o futuro. O passado humano torna-se destemporalizado. A contingência perde sua definição para idéias de ordem temporal válidas para a vida presente e seu futuro. <i>Meio eletrônico.</i>	

Modernização, sem dúvida, é uma das mais importantes perspectivas da comparação diacrônica. Ela deve ser concretizada como um processo interno de racionalização no tratamento do passado. Os estudos históricos, como disciplina acadêmica, indicam formas e estágios dessa racionalização. Mas a racionalização é apenas um lado da moeda da modernização. Há sempre uma reação contra ela, um reencantamento na relação com o passado que, ao menos, compensa a perda de sentido e significado, realizada pelas metodologias tradicionais. Então, a aproximação comparativa à historiografia deverá sempre ter em vista tanto o desencantamento racional quanto um reencantamento irracional compensatório – ou novas, reformuladas ("reformadas"), fontes e potenciais de sentido e significado da dimensão temporal da vida humana.

Novas questões

O século xx desafiou os critérios básicos de sentido e significado da historiografia. Tenho em mente a traumática experiência do Holocausto e as ocorrências similares de assassinatos em massa e outras violações radicais de nosso sentido das coisas no curso da história humana.³¹ Tais experiências provocam reações traumáticas e, muito freqüentemente, a supressão de importantes elementos da memória coletiva no inconsciente. Em historiografia, esse inconsciente deve ser exposto como um silêncio sobre o passado, o qual, todavia, influencia o presente. Com o fim de tornar a exposição plausível, deve-se identificar indicações dessa supressão nas representações articuladas do passado. Dessa maneira, a historiografia carrega o peso adicional de levar sistematicamente em conta procedimentos planejados ou não de um *modo negativo de fazer o sentido da história*. Esse sentido negativo ou o *sentido de falta de sentido* pode ser demonstrado como "limites da representação", que têm nas discussões do Holocausto já paradigmáticas.³² Seria proveitoso procurar por tais limites até mesmo na historiografia comum, trazendo, assim, ao nosso cuidado uma dimensão da consciência histórica na qual a historiografia fala a linguagem do silêncio.³³

Em minhas observações introdutórias, eu apontava para o fato de que cada trabalho em historiografia que envolve comparação está também envolvido no processo de formação de identidade e é guiado por interesses práticos. Há um lado negativo e um positivo nessa estratégia. Do lado negativo, ela deve prevenir estereótipos de peculiaridade cultural de se tornarem pressupostos e diretrizes para o estudo da historiografia, portanto, evitando a difundida dicotomia entre o eu e o outro e a estratégia correlata de exclusão na formação identitária. Do lado positivo, ela deveria habilitar os estudiosos a apresentar tradições historiográficas de diferentes culturas, povos e sociedades em um movimento mental entre igualdade e diferença. Aqueles cuja identidade está em risco devem estar prevenidos de que a diversidade é um espelho para suas próprias autoconsciências. Portanto, sua comunicação pode servir ao mais valioso objetivo de identificação e reconhecimento mútuos.

(tradução: Jurandir Malerba)

Notas

³¹ Um exemplo é o de Horst Walter Blanke, *Historiographiegeschichte als Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt, 1991. (Fundamenta Histórica, 3).

- ² Ernst Breisach, *Historiography: Ancient, Medieval, and Modern*, Chicago, University of Chicago Press, 1983; Georg G. Iggers, *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert: Ein Überblick im internationalen Zusammenhang*, Göttingen, 1993. A "relação internacional" de Iggers é exclusivamente europeia-americana. O mais antigo *International Handbook of Historical Studies: Contemporary Research and Theory*, editado por Georg Iggers e Harold I. Parker (Westport, Conn., 1979) inclui a maioria dos países não-ocidentais.
- ³ Por exemplo, William G. Beasley e Edward G. Pulleyblank (eds.), *Historians of China and Japan*, Londres, 1961; Yu-shan Han, *Elements of Chinese Historiography*, Hollywood, Hawley Pubs., 1955; Charles S. Gardner, *Chinese Traditional Historiography* [1938], Cambridge, Harvard University Press, 1961; George Kao (ed.), *The Translation of Things Past: Chinese History and Historiography*, Hong Kong, Chinese University Press, 1982; Rolf Trauzettel, "Die chinesische Geschichtsschreibung", em Günter Debon (ed.), *Ostasiatische Literaturen*, Wiesbaden, VDA-Verlag, 1984, pp. 77-90; *Extrême-Orient/Extrême-Occident*, ix; *La référence à l'histoire*, Paris, 1986.
- ⁴ Por exemplo, D. Devahuti (ed.), *Problems of Indian Historiography*, Delhi, os Publishers, 1979; B. Kölver, *Ritual und historischer Raum: Zum indischen Geschichtsverständnis*, Munique, 1993; Pratima Asthana, *The Indian View of History*, Agra, India, 1992; Michael Gottlob, "On the History of Modern Indian Historiography", em *Storia della Storiografia*, n. 27, 1995, pp. 123-44.
- ⁵ Por exemplo, Donald E. Brown, *Hierarchy, History and Human Nature: The Social Origins of Historical Consciousness*, Tucson, University of Arizona Press, 1988. Uma tentativa recente de colocar o foco em culturas não-ocidentais, ao tratar com a história da historiografia ocidental, é a série *Geschichtsdiskurs*, Wolfgang Kötler, Jörn Rüsen, Ernst Schulz (eds.) (v. 1: *Grundlagen und Methoden der Historiographieggeschichte* [Frankfurt/Main, 1993]; v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens* [Frankfurt/Main, 1994]; v. 3: *Die Epoche der Historisierung* [Frankfurt/Main, 1996]).
- ⁶ Cf. Jürgen Osterhammel, "Sozialgeschichte im Zivilisationsvergleich: Zukünftigen Möglichkeiten komparativer Geschichtswissenschaft", em *Geschichte und Gesellschaft*, n. 22, 1996, pp. 143-64; Heinz-Gerhard Haupt, Jürgen Kocka (eds.), *Geschichte und Vergleich: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*, Frankfurt/Main, 1996.
- ⁷ Um exemplo típico é Brown, *Hierarchy, History, and the Human Nature*. Franz Rosenthal refletiu sobre o problema ao tratar do objeto da "Historiografia muçulmana": ele a identificou como "aqueles trabalhos que os muçulmanos, em um dado momento de sua história literária, consideraram trabalhos históricos e que, ao mesmo tempo, contêm uma quantidade razoável de material que pode ser classificado de acordo com sua definição de história [...]" (*A History of Muslim Historiography*, 2. ed., Leiden, EJ Brill, p. 17, 1968).
- ⁸ Por exemplo, Leopold von Ranke, *Weltgeschichte*, 4. ed., Leipzig, 1896, I, viii. Cf. Andreas Pigulla, *China in der deutschen Weltgeschichtsschreibung vom 18. bis zum 20. Jahrhundert*, Wiesbaden, Harrassowitz, 1996.
- ⁹ Tentei uma primeira aproximação a tal teorização com vistas a uma comparação intercultural (relativa à história dos direitos humanos) em Jörn Rüsen, "Die Individualisierung des Allgemeinen: Theorieprobleme einer vergleichenden Universalgeschichte der Menschenrechte", em Jörn Rüsen, *Historische Orientierung: über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*, Colonia, Böhlau, 1994, pp. 168-87.
- ¹⁰ Para o que segue, ver Rüsen, "Was ist Geschichtsbewußtsein? Theoretische Überlegungen und heuristische Hinweise", em *Historische Orientierung*, op. cit., pp. 3-24.
- ¹¹ Hao Chang, *Chinese Search for Order and Meaning 1890-1911*, Beckereley 1987, p. 7.
- ¹² Ao fazê-lo, vou me referir a muitos argumentos, palpites e idéias recolhidas durante o trabalho de um grupo de pesquisa do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Bielefeld, que está às voltas com o assunto "Entender a História: Estudos Interdisciplinares em Estrutura, Lógica, Função e Comparação Intercultural de Consciência Histórica". O termo "sentido" [*sense*] é usado como equivalente para a palavra alemã *Sinn*, que é diferente de "significado" [*meaning*] (*Bedeutung*). Sinto-me particularmente devedor a Klaus E. Müller, Burkard Gladigow e (sobre a China) Helwig Schmidt-Glintzer e Joachim Mittag. O último enriqueceu substancialmente minha abordagem comparativa da historiografia. Devo a ele a maioria dos exemplos chineses do texto.
- ¹³ Johan Galtung, "Die 'Sinne' der Geschichte", em Klaus E. Müller, Jörn Rüsen (eds.), *Historische Sinnbildung: Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungsorte, Darstellungsstrategien*, Reinbeck, Sage Publications, 1997; Johan Galtung, "Six Cosmologies: An Impressionistic Presentation", em Galtung, *Peace by Peaceful Means*, London, 1996, pp. 211-22.

- ¹⁴ Shakespeare, *Hamlet*, ato I, cena V.
- ¹⁵ K'g-yang chuan, Aik'ung do século XIV.
- ¹⁶ Em chinês, ela é expressa pelo termo *piên* ("mudança" no sentido de "distúrbio").
- ¹⁷ Cf. Mencius III, p. 8.
- ¹⁸ Peter Leych (ed.), *Untersuchende, erzählende, didaktische und diskussive Darstellung: Droysen, Johan Gustav Historik, historisch-kritische Ausgabe*, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1977, t., pp. 217-83, 443-50. Cf. Rüsen, "Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung", em Jörn Rüsen, *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*, Frankfurt, Suhrkamp, 1993, pp. 267-75.
- ¹⁹ Friedrich Nietzsche, "Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben", em *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe in 15 Einzelbänden*, Munique, De Gruyter, 1988, v. I, pp. 243-334, especialmente pp. 258-70. (Friedrich Nietzsche, "On the Uses and Disadvantages of History for Life", em *Untimely Meditations*, trad. R. J. Hollingdale, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 83-100).
- ²⁰ Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Baltimore, 1973, pp. 1-42.
- ²¹ Jörn Rüsen, "Die vier Typen des historischen Erzählens", em Rüsen, *Zeit und Sinn: Strategien historischen Denkens*, Frankfurt, Fischer/Originalausg Edition, 1990, pp. 153-230; cf. Rüsen, *Studien in Metahistory*, Pretoria, Human Science Research Council, 1993, pp. 3-4.
- ²² Cf. Rüsen, "Historische Methode und religiöser Sinn: Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne", em Wolfgang Küttler (ed.), *Geschichtsdiskurs, v. 2: Anfänge modernen historischen Denkens*, Jörn Rüsen, Ernst Schulin (Frankfurt/Main, 1994), pp. 344-77.
- ²³ Meier, *Die Entstehung der Historie*, pp. 251-306. Meier fala de um "processo politicamente determinado de um imenso arrebatamento, uma mudança profunda de medidas". (p. 254)
- ²⁴ Jörn Rüsen et al., "Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Abiturienten im Ruhrgebiet", em Bodo von Borries, Hans-Jürgen Pandel, Jörn Rüsen (eds.), *Geschichtsbewußtsein empirisch*, Pfaffenweiler, 1991, p. 286.
- ²⁵ Cf. Chun-chieh Huang, "Historical Thinking in Classical Confucianism: Historical Argumentation from the Three Dynasties", em Chun-chieh Huang, Erik Zürcher (eds.), *Time and Space in Chinese Culture*, Leiden, 1995, p. 76: "*Chien* significava originalmente 'espelho', e espelho é aquilo por meio do qual examinamos a nós mesmos, como nós olhamos as pessoas, o que é representativo de nossa consciência. O caráter, *chien*, mudou então, mais tarde, para significar 'lição, norma, modelo', sem abandonar totalmente o sentido original de reflexo normativo".
- ²⁶ Esse *tópico* parece ser universal em todas as civilizações avançadas. Ele é a base, por exemplo, do livro de Ibn Khaldûn (1332-1406), *Livro dos exemplos e coleção das origens*, assim como a do livro de Sauma Kuang (1019-1086), *Espelho compreensivo para socorro dos governos*.
- ²⁷ J. Rüsen, "Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Schülern und Studenten im internationalen und interkulturellen Vergleich", em Bodo von Borries, Jörn Rüsen (eds.), *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich: Zwei empirische Pilotstudien*, Pfaffenweiler, 1994, pp. 79-206.
- ²⁸ Albert D'Haenens (Louvain la Neuve) usou uma vez, em um debate, o slogan "*oralité, scribalité, electronalité*", de que eu me aproprio aqui.
- ²⁹ Eu tentei conceituar tal processo com respeito à questão da universalidade dos direitos humanos tópico gerais de humanidade, personalidade e diversidade em Jörn Rüsen, "Die Individualisierung des Allgemeinen" e Jörn Rüsen, "Human Rights from the Perspective of a Universal History", em Wolfgang Schmale (ed.), *Human Rights and Cultural Diversity: Europe - Arabic-Islamic World - Africa - China*, Frankfurt, Keip Pub, 1993, pp. 28-46; Jörn Rüsen, "Vom Umgang mit den Anderen: Zum Stand der Menschenrechte heute", *Internationale Schulbuchforschung*, n. 15, 1993, pp. 167-78.
- ³⁰ Emprego três dos quatro tipos de razão histórica em uma clara ordem periódica. Isso é enganoso, uma vez que eles desempenham um papel muito mais complexo em todos os períodos. Mas de modo algum podem ser usados para caracterizar um tipo de pensamento histórico específico de uma época.

- * Para dar um exemplo chinês, a Rebelião Taiping resultou em 20 milhões de vítimas.
- ² Saul Friedlander, *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- ³ A respeito da queda de Nanking (1867), um padrão literário já estabelecido de supressão da memória foi aplicado, o qual articulava uma exatidão de se olhar para trás: "Foi em tempo olhar para trás, escutar muito atenciosamente o fit de Yü Hsin." (Stephen Owen, "Place: Meditation on the Past at Chin-ling", *Harvard Journal of Asiatic Studies*, n. 56, 1990, pp. 417-57.)

Bibliografia

- ASTHANA, Pratima. *The Indian View of History*. Agra: M. G. Publishers, 1992.
- BEASLEY, William G.; PULLEYBLANK, Edward G. (eds.). *Historians of China and Japan*. Londres: Oxford University Press, 1961.
- BLANKE, Horst Walter. *Historiographieggeschichte als Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1991. (Fundamenta Histórica, 3)
- BREISACH, Ernst. *Historiography: Ancient, Medieval, and Modern*. Chicago: University Of Chicago Press, 1983.
- BROWN, Donald E. *Hierarchy, History and Human Nature: The Social Origins of Historical Consciousness*. Tucson: University of Arizona Press, 1988.
- CHUN-CHIEH, Huang. *Historical Thinking in Classical Confucianism: Historical Argumentation from the Three Dynasties*. In: CHUN-CHIEH, Huang; ZERCHER, Erik (ed.). *Time and Space in Chinese Culture*. Leiden: Brill Academic Publishers, 1995.
- DEVAHUTI, D. (ed.). *Problems of Indian Historiography*. Delhi: DK Publishers, 1979.
- EXTRÊME-ORIENT/EXTRÊME-OCCIDENT, IX. *La référence à l'histoire*. Paris, 1986.
- FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. London: SAGE Publications, 1996.
- _____. *Die "Sinne" der Geschichte*. In: MÖLLER, Klaus E.; ROSEN, Jörn (eds.). *Historische Sinnbildung: Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungsorte, Darstellungsstrategien*. Reinbeck: Rowohlt; Originalausg., 1997.
- GARDNER, Charles S. *Chinese Traditional Historiography*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- GESCHICHTSDISKURS, Wolfgang Kötler; RESEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (eds.) (vol. 1: *Grundlagen und Methoden der Historiographieggeschichte* [Frankfurt/Main: Fischer, 1993]; v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens* [Frankfurt/Main: Fischer, 1994]; v. 3: *Die Epoche der Historisierung* [Frankfurt/Main: Fischer, 1996]).
- GORNØB, Michael. On the History of Modern Indian Historiography. *Storia della Storiografia*, 27, 1995, pp. 123-44.
- Hao Chang. *Chinese Search for Order and Meaning 1890-1911*. Berkeley: University of California Press, 1987. [Cf. *Chinese Intellectuals in Crisis: Search for Order and Meaning, 1890-1911*].
- HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (eds.). *Geschichte und Vergleich: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*. Frankfurt/Main: Campus, 1996.
- LOGGERS, Georg; PARKER, Harold T. *International Handbook of Historical Studies: Contemporary Research an Theory*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1979.

- _____. *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert: Ein Überblick im internationalen Zusammenhang*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- KAO, George (ed.). *The Translation of Things Past: Chinese History and Historiography*. Hong Kong: Chinese University Press, 1982.
- KÖRNER, B. *Ritual und historischer Raum: Zum indischen Geschichtsverständnis*. Munique, 1993 (mimeo).
- MEIER, Christian. Die Entstehung der Historie. In: KOSSELICK, Reinhardt; STREMPER, Wolf-Dieter (eds.). *Geschichte: Ereignis und Erzählung (Poetik und Hermeneutik v)*. Munique: Fink, 1973.
- NIETZSCHE, Friedrich. *On the Uses and Disadvantages of History for Life*. In: *Untimely Meditations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. *Sämtliche Werke, Kritische Studienausgabe in 15 Einzelbänden*. Munique: De Gruyter, 1988.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. Sozialgeschichte im Zivilisationsvergleich: Zu künftigen Möglichkeiten komparativer Geschichtswissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 22, 1996, pp. 143-64.
- PETER, Leych (ed.). *Untersuchende, erzählende, didaktische und diskursive Darstellung*. Droysen, Johan Gustav Historik, historisch-kritische Ausgabe. Stuttgart: Bad Cannstatt, 1977.
- PICULLA, Andreas. *China in der deutschen Weltgeschichtsschreibung vom 18. Bis zum 20. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1996.
- RANKE, Leopold von. *Weltgeschichte*. 4. ed. Leipzig, 1896.
- ROSENTHAL, Franz. *A History of Muslim Historiography*. 2. ed. Leiden: EJ Brill, 1968.
- RÜSEN, J. *Studien in Metahistory*. Pretoria: Human Science Research Council, 1993.
- _____. Historische Methode und religiöser Sinn: Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne. In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (eds.). *Geschichtsdiskurs*, v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens*. Frankfurt/Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1994.
- _____. Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Schülern und Studenten im internationalen und interkulturellen Vergleich. In: BORRIES, Bodo von; RÜSEN, Jörn (eds.). *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich: Zwei empirische Pilotstudien*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1994.
- _____. "Die vier Typen des historischen Erzählens". In: RÜSEN, J. *Zeit und Sinn: Strategien historischen Denkens*. Frankfurt: Fischer/Originalausg Edition, 1990.
- _____. "Die Individualisierung des Allgemeinen" e "I Human Rights from the Perspective of a Universal History". In: SCHUMAKER, Wolfgang (ed.). *Human Rights and Cultural Diversity: Europe - Arabic-Islamic World - Africa - China*. Frankfurt: Keip Pub, 1993.
- _____. Vom Umgang mit den Anderen: Zum Stand der Menschenrechte heute. *Internationale Schulbuchforschung*, n. 15, 1993, pp. 167-78.
- _____. Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung In: RÜSEN, Jörn. *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.
- _____. *Historische Orientierung: über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*. Colonia: Böhlau, 1994.
- _____. et al. Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Abiturienten im Ruhrgebiet. In: BORRIES, Bodo von; PANDEL, Hans-Jürgen; RÜSEN, Jörn (eds.). *Geschichtsbewußtsein empirisch*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1991.
- TRAUZETTEL, Rolf. Die chinesische Geschichtsschreibung. In: DEBON, Günter (ed.). *Ostasiatische Literaturen*. Wiesbaden: AULA-Verlag, 1984.
- YU-SHAN, Han. *Elements of Chinese Historiography*. Hollywood: Hawley Pubns, 1955.

Gênero e a espécie da história*

Angelika Epple

As mulheres têm uma história? Estudos da mulher colocaram essa questão há algumas décadas. Vinte ou trinta anos atrás, “gênero” tornou-se uma “categoria útil de análise histórica”.¹ O estilo “adicionar e arquivar”, no qual a história das mulheres é vista como um componente esquecido, e adicionado à história geral dos homens, está desatualizado. Graças à virada lingüística, e a teoria feminista, o desafio de misturar o particular e o geral na escrita da história das mulheres, e dos homens, está largamente aceito,² mas raramente é praticado.

A desconstrução da história geral leva à reconstrução de novas narrativas. Como essa demanda se comporta entre os setores aparentemente mais avançados de nossa disciplina? Como a história de gênero e as teorias pós-modernas adaptaram-se à história da historiografia? A história da historiografia vive um sério dilema; ela ainda procura suas próprias origens como se nunca houvesse ocorrido uma virada lingüística, ela cai repetidamente em um positivismo cego. A história da disciplina acadêmica

* N. T.: Na intenção de manter o sentido do título original “Gender and Genre of History, a Reconstruction of Historiography”, decidimos usar “espécie” como sinônimo de “genre”. Eventualmente alguns leitores poderão acreditar que poderia ter sido traduzido por “estilo”.

está reduzida à pré-história dos padrões científicos modernos.¹ A lei aponta para sua própria construção. O que é a historiografia, não é definido, é encontrado na tradição do objeto. Não surpreende o fato de que nenhum trabalho histórico produzido por uma mulher tenha sido descoberto.² Nos velhos tempos, não era permitido às mulheres freqüentar universidades, conseqüentemente, não havia historiadoras mulheres. Mas um olhar mais atento a esse fato indica que isso é conseqüência do dilema lingüístico em torno do termo historiografia. Em negação à história científica clássica, e pela procura pelo desenvolvimento mental (como um sinônimo para o progresso), siga as idéias de Michel Foucault e sua análise do discurso. Há limites na aplicação de suas idéias. Na medida em que tento indicar, Foucault também comete erros, semelhantes aos cometidos pela história das idéias clássicas, além de também analisar um dado princípio, mas fracassa ao tentar sustentar descontinuidades significantes.

Primeiro, considero a principal conseqüência da análise do discurso a certeza de uma historicidade fundamental de todas as esferas sociais. Isso inclui a historicidade de todas as ordens do conhecimento e, conseqüentemente, a definição de historiografia. a) Segundo, a convicção da historicidade de todas as ordens associadas ao argumento antropológico; tempo é interpretado em narrativa. Inicialmente, comento as similaridades das narrativas histórica e literária seguindo a teoria *temps et récit*, de Paul Ricoeur.³ Dessa forma, discorro sobre a separação fundamental de dois modelos de narração. b) Essas considerações levam ao esforço de definir o critério de espécie de uma nova maneira. Originário de Philippe Lejeune, e sua definição de autobiografia, em seu trabalho *Le pacte autobiographique*,⁴ denomino de "O Contrato dos Historiadores".

A ordem das coisas, o significado da historiografia e um ponto de vista do gênero

Com *A ordem das coisas*,⁵ Michel Foucault deu início à substituição da história da ciência tradicional com a *Arqueologia do saber*.⁶ A história da ciência tradicional descreve o desenvolvimento como progresso mental e o modelo *escada* de pensar é explicado como um excesso de reconhecimento. O que interessa a Foucault não é saber como certos modos de pensar nasceram de

seus predecessores, mas as condições de sua produção, sendo o seu esboço como uma transferência de conteúdo para forma, de causa para circunstância. Foucault nos oferece um exemplo simples:

[...] quelles conditions [Liné] [...] devait-il remplir non pas pour que son discours soit, d'une manière générale, cohérent et vrai, mais pour qu'il ait, à l'époque où il était écrit et reçu, une valeur et une application pratiques en tant que discours scientifique [...].”

Dessa forma, a arqueologia se esforça para encontrar as formações nas quais o significado pode emergir. O interesse e o método de Foucault são profundamente históricos. Ele não pede significado a uma afirmação, ele pede por condições de possibilidade de reconhecimento em um tempo específico. Ele procura pelas regras de produção sob as quais uma afirmação, um objeto, um discurso ou o não-discurso tome sua forma específica.

Il ne sera donc pas question de connaissances d'écrites dans leur progrès vers une objectivité dans laquelle notre science d'aujourd'hui pourrait enfin se reconnaître; ce qu'on voudrait au jour, c'est le champ épistémologique, l'espitème, où les connaissances, envisagées hors de tout critère se référant à leur positivité et manifestent ainsi une histoire que n'est pas cell de leur perfection croissante, mais plutôt cell de leurs conditions de possibilité.”

Essa preocupação está distante do conceito tradicional de objeto autônomo, pois não é o objeto que constrói seus pensamentos e sentimentos; os pensamentos e sentimentos do objeto dependem de regras de interação e percepção. Essas regras, então, fixam as ordens empíricas com as quais o objeto vai tratar e onde está localizado.

A ordem das coisas provocou quantidade grande de críticas, assim como as idéias de Foucault em geral. Mas gostaria de focar naquilo que podemos aprender com a análise do discurso, e porque ela é tão útil para nossas concepções de historiografia. Se a história da historiografia não foi escrita em contínua perfeição, se não foi descrita como a pré-história e preparação da situação atual dessa arte, historiografia então poderia ocupar, de uma existência periférica, o centro de nossa disciplina. Poderia ser então a *historização* do critério que faz a historiografia ser o que é. Poderia responder o que em certa sociedade, em certo tempo, é aceito como fato, que regras são necessárias para que surja como fato, como essas regras funcionam e como as histórias foram geradas a partir de seu uso. Podemos obter um programa de *arqueologia* da historiografia a partir da análise desse discurso. Tal *arqueologia* prossegue partindo do

princípio de que todos os critérios de validade variam historicamente, porque transformam literalmente narrativa em historiografia.

Será que podemos abandonar essa cansativa discussão? Será que a disputa sem fim com o *status* ontológico da verdade será resolvida? Parece ser fácil viver com as respostas da análise do discurso. Ao invés de perguntar o que é fato, nós perguntamos como isso será válido como fato. Em vez de pedir eternas verdades, nós pedimos o que é aceito como verdade em determinado tempo, e em determinado lugar. Normalmente Foucault é entendido como se isso fosse sua intenção. Eu questiono tal pressuposto; se tudo é historicamente variável, se a "inexorabilidade da historicidade"¹¹ é a causa final, então introduzimos um critério que não se aplica a si mesmo. O argumento da historicidade total implica em autocontradição. Isso pode significar uma de duas coisas: ou Foucault não levava em conta esse problema (nesse caso temos de admitir que a análise do discurso é contraditória), ou a intuição da historicidade de Foucault, de todas as ordens, foi mal concebida. Nesse segundo caso o processo de análise de discurso deve ser visto de outra forma. Eu gostaria de explicar isso: em *A ordem das coisas*, Foucault lida com a arqueologia do saber e não da verdade ou das condições de possibilidade do reconhecimento da verdade. Mais tarde, ele discutiu sobre os tópicos do poder e o objeto. Ele devotou os primeiros dois volumes da *História da sexualidade* ao problema do poder e da biopolítica. No segundo volume, ele estudou o sujeito moderno, que também é o tema do terceiro volume.

Depois de ler todo o trabalho de Foucault, interpretei *A ordem das coisas* de modo diferente e pude estabelecer algumas conclusões: as condições do poder determinam a ordem do conhecimento em certo momento, pois elas definem o que será aceito como verdade e aplicado. As condições do poder não são externas ao objeto, e o objeto não é seu reflexo ou seu produto; ele é incorporado nas condições de produção mútua.¹² Do jeito que eu entendo Foucault, a análise do discurso mostra que todas as ordens são historicamente variáveis, entretanto, a historicidade de todo conhecimento não é contrária às categorias históricas além da historicidade. O trabalho desse pensador reflete sobre problemas da verdade, objeto e poder. Foucault historiciza seu *status* ontológico, que retorna como categoria de análise.¹³

Assim, gostaria de revisar as demandas por uma nova definição da historiografia de gênero. Nesse sentido, Foucault ensinou que a aceitação e a validade da verdade são historicamente variáveis, sem negar necessariamente a possibilidade de reconhecimento da verdade, mas ao mesmo tempo não se

mostra interessado nisso. O objeto da análise não é o progresso do reconhecimento científico, mas como o reconhecimento surge. Adaptado à história da historiografia, isso implica que a questão não é como a historiografia tornou-se mais profissional, ou como foram desenvolvidos os padrões de ciência de hoje, mas a nova história da historiografia. Isso deve lidar com a ordenação do saber para uma dada época e deve revelar o que significa historiografia para determinada sociedade e como funciona. Historicamente, a variável aceitação e a validade da narrativa histórica pertencem às condições do poder. A análise do discurso também precisa ser uma análise do poder.

Retornando aos escritos de Foucault, podemos aprender mais acerca de uma nova história da historiografia. Em *A ordem das coisas* está implícita uma margem do programa, que nos mostra como, em efeito, o poder domina estruturando os parâmetros e os limites do pensamento e da prática. Para ilustrar esse fato, é preciso dar uma olhada na quebra epistemológica ocorrida por volta de 1800. A passagem da baixa Idade Moderna à Idade Moderna é uma das épocas mais analisadas. Foi nesse período que o conceito de sujeito autônomo moderno emergiu e, muito próximo a este, foi construído o moderno conceito de história. Podemos ver claramente que a história é muito importante para Foucault: "Mode d'être de tout ce qui nous est donné dans l'expérience, l'Histoire est ainsi devenue l'incountournable de notre pensée: en quoi sans doute elle n'est pas si différente de L'Ordre classique".¹⁴ Por quê?

Reinhart Koselleck – e a semântica histórica – deixou-nos conscientes do conceito de história contendo ambos, o *res gestae* e a *historia rerum gestarum*.¹⁵ Esse fenômeno lingüístico é resultado de um conceito de história que surgiu no começo dos tempos modernos e tornou-se parte da moderna ciência histórica, por volta de 1800. Esse novo conceito foi uma expressão lingüística da quebra epistemológica, separou a moderna forma de pensar do pensamento francês clássico. Desde o século XIX tem sido um histórico *a priori*, que o homem é tanto a fundação de tudo que é positivo e presente no elemento das coisas empíricas.

Le mode d'être de l'homme tel qu'il s'est constitué dans la pensée moderne lui permet de jouer deux rôles: il est à la fois au fondement de toutes les positivités et présent, d'une façon qu'on ne peut même pas dire privilégiée, dans l'élément des choses empiriques.¹⁶

Essa formação do pensamento (*episteme*) representa o homem como a medida de todas as coisas. É o nascimento das ciências humanas. Lembro o

subtítulo de *A ordem das coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Essa *episteme* é a condição para o surgimento do coletivo singular. Droysen coloca tal conceito na famosa fórmula: para além das histórias está a história. A história do mundo poderia doravante ser usada sem um complemento genitivo. "Histórias dos..." tornou-se história.

Com essa construção do homem como autônomo, onipresente e objeto onipresente, realizou-se a quebra da ordem clássica do conhecimento no modelo clássico francês. Nós reconhecemos que essa construção é histórica. Não é nenhuma surpresa que um dia esse conceito de homem seria apagado, como a face da areia que toca a beira do mar.¹⁷ A parte surpreendente do argumento de Foucault é que ele faz outras revelações além das fantasias de onipotência do homem. A teoria da psicanálise fez isso 60 anos atrás. A coisa essencial é o descaso da onipresença humana que indica nosso ponto vulnerável. A psicanálise é apenas o ponto de partida do pensamento de Foucault. Não é coincidência que sua análise de poder seja uma arqueologia da psicanálise.¹⁸ Graças a isso, ele descobriu o moderno homocentrismo, fato que nos mostra as condições da possibilidade do nosso próprio pensamento.

Vou recapitular. Por volta de 1800, emergiu uma nova ordem do saber. Essa moderna epistemologia é centrada no homem e em sua história. A forma singular do termo história determina essa quebra epistemológica.

O projeto epistemológico em *A ordem das coisas* é fascinante, mas possui restrições difíceis de aceitar. Foucault considera epistemologia uma sucessão de quebras, está convencido de que isso é determinante nas experiências de todos os seres humanos em certas sociedades. Ele vê as descontinuidades (quebras) na perspectiva da dimensão cronológica e, olhando para a coexistente dimensão da sociedade e estruturas simultâneas, ele não percebe nada além da continuidade.

A crítica mais conhecida, ao menos na Alemanha, é a posição autoritária da *episteme*: como podem emergir regras de discurso? Como elas são geradas? Eu vejo esse problema em seu primeiro trabalho, mas quando leio a última obra (especialmente o terceiro tomo da *História da sexualidade*), isso se resolve de uma forma convincente.¹⁹ O problema mais grave que identifico é que Foucault não fala nada sobre os limites do poder, os limites do discurso ou sobre os limites de sua validade. Tal fato é surpreendente. E isso não é tudo: Foucault não pode explicar a mudança histórica, a única idéia que ele oferece é a quebra. Podemos, então, concluir que em respeito à cronologia, Foucault é a favor da descontinuidade, em respeito às estruturas simultâneas, ele é a favor da continuidade. Mesmo que essas observações sejam baseadas nos trabalhos

empíricos de Foucault, existe uma solução em sua teoria. Em ordem para desconstruir essas contradições, é necessário observarmos alguns pontos da prática da historiografia. Se compararmos a análise do discurso da escrita histórica acadêmica, e não-acadêmica, veremos a redução do discurso científico gerando resultados confusos.

A epistemologia do discurso científico é única, mesmo com seu desenvolvimento descontinuado. Ela segue as mesmas regras do pensamento. Nisso concordo com *A ordem das coisas*. Mas os temas de Foucault não têm foco no discurso científico, ele procura entender as condições da possibilidade da experiência e do reconhecimento em geral. A solução para o problema teórico está na prática da historiografia. Uma análise comparativa do discurso historiográfico acadêmico, e não-acadêmico, demonstra que um estudo baseado exclusivamente em textos científicos produz resultados limitados. Restrita ao pensamento científico, a epistemologia parece consistente, mesmo em suas descontinuidades. Nesse ponto, novamente concordo com as conclusões alcançadas por *A ordem das coisas*. A intenção de Foucault é ampla; ele tenta analisar as condições de possibilidade da experiência de uma sociedade em geral. A pesquisa de fontes não-científicas mostra que, por volta de 1800, as mulheres aderiram, comparada à ciência, a uma epistemologia anacrônica. Durante o iluminismo tardio do século XIX, e talvez até hoje, existem experiências de mulheres adaptadas a outras condições de possibilidades. Essa declaração não se refere ao modelo de vida social que separa homens e mulheres. Não é sobre a crescente segregação dos universos de homens e mulheres na sociedade européia do século XIX, o que certamente provocou diferentes experiências. Estou tentando dizer que existiu um diferente *a priori* histórico. Como essa hipótese pode ser provada? Ao ler textos narrativos de mulheres, pode-se notar um forte conflito entre a forma e o conteúdo dos padrões da narrativa. Isso produz brechas que se referem a coisas que não existem na linguagem do autor. Existe algo que não era previsto acerca dos padrões de percepção e narrativa herdados. É simplesmente impossível, para esses autores, experimentar esse algo especial e, conseqüentemente, eles não poderão expressá-lo em palavras.

Encontrei essas brechas em textos de diversas autoras. Tal fato pressupõe a existência de um *a priori* histórico de gênero. Essa suposição é, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa. O *a priori* histórico, em 1800, possibilitou que apenas alguns homens tivessem novas experiências e que eles pudessem reagir a elas com um pensamento e uma narrativa nova e moderna. O grupo

acadêmico social masculino foi educado. Para todas as outras pessoas, incluindo todas as mulheres e o universo masculino não acadêmico, outras condições de possibilidades de experiência existiram. Eles ainda tiveram experiências com o paradigma pré-moderno. Como resultado, suas narrativas têm um toque anacrônico. A conotação feminina tornou-se parte de seu *a priori*, ainda que este não estivesse limitado às mulheres. Ao menos na Alemanha, as diferentes condições de possibilidade de experiência produziram uma aguçada distinção entre as atribuições de homens e mulheres, para os dois sexos.²⁰ Nenhuma mulher pertencia ao grupo com um *a priori* moderno. Em função do sexo, todas pertenciam ao respeitado e tradicional grupo anacrônico. Por isso, as mulheres tiveram outras experiências. Elas sentiram e pensaram diferentemente dos homens educados, o que fez a escrita feminina da história naquele tempo diferir tanto do jeito profissional que os homens historiadores falavam do passado.

Podemos deduzir daí uma objeção sistemática à análise de discurso de Foucault? Estou convencida de que a inconsistência da epistemologia só pode ser percebida se alguém encontrar um texto narrativo no qual são excluídos da regra o princípio herdado. A regra parece ser consistente em determinado momento – claro que não em uma dimensão cronológica – porque a história determina sua participação nisso. Portanto, analisar a regra é, de certa forma, redundante em relação à questão com a qual estamos lidando. Os efeitos da análise do discurso do princípio revelam apenas a observação das descontinuidades cronológicas e não as inconsistências sincrônicas.

Mais uma vez, retomo os comentários feitos até agora. Sob as condições da história de gênero, deduzo da análise do discurso súplicas por uma avançada história da historiografia: primeiramente, sua mais importante reivindicação deve ser a análise da historicidade das regras de sua validade. De lá, acontecimentos não simultâneos devem ser introduzidos à análise. Será útil falarmos de um panorama de diferentes *epistemes*, isto é, condições diferentes de possibilidade de experiência. Mudanças históricas não consistem apenas de descontinuidades (quebras). É muito mais uma troca de misturas tanto da continuidade quanto da descontinuidade.

Um problema ainda permanece. Analisamos as regras historicamente variáveis da historiografia como uma categoria histórica. Discuti esse problema em contexto com o ser não simultâneo introduzido na análise do simultâneo. Essa não era uma solução real, mas provisória. Se nós sabemos o que significamos, ao usar o termo historiografia não podemos dar dimensão

histórica a suas regras de validade. Se não sabemos o que significamos, ao usar o termo historiografia não podemos olhar nada. Esse problema lógico, ou hermenêutico, não pode ser resolvido. No entanto, veja como tento fugir desse dilema com a ajuda da filosofia de Paul Ricoeur.

Historiografia: o que isso significa?

É realmente surpreendente que mesmo Foucault tenha cometido um erro semelhante ao da história clássica das idéias. Ele reproduz o princípio. Em respeito à história da historiografia, isso é o resultado de um dilema. Se desejarmos analisar a historiografia, seja para desconstruí-la, isto é, para reconstruí-la, assimilamos o significado do termo historiografia como foi dado. Não existe saída real para isso. O que podemos fazer é manter nossas suposições o mais explícitas e formalmente possíveis.

O que entendemos pelo termo *historiografia*? Deixe-nos tentar defini-la. Historiografia significa a interpretação narrativa do passado, a qual se estende pela memória individual do seu autor. Essa definição provoca crítica. E sobre as crônicas? Estas precisam ser excluídas porque lhes falta uma narrativa, mesmo que tenham sido uma forma importante de escrever a história durante milhares de anos. Romances históricos, ao contrário, são uma forma de escrita histórica. A separação do romance histórico da narrativa histórica iria desaparecer e os padrões científicos seriam questionados. Uma definição útil tem de ser mais precisa. É necessário que haja respostas para as seguintes questões: Por que historiografia está necessariamente presa à narrativa? E quais são as formas existentes de narrativa? A segunda questão inclui a pergunta do lugar da narrativa histórica no sistema total de interpretações narrativas do tempo e a questão da relação entre a narrativa científica do passado e outras formas de escrita (não-ficção) histórica.

Encontramos algum apoio na teoria do tempo e na narrativa do filósofo francês Paul Ricoeur. No princípio de seu trabalho *Temps et récit*, ele reforça a hipótese de uma fundamental reciprocidade da narrativa e a temporalidade. Tempo, afirma Ricoeur, "torna-se tempo humano para a extensão que é organizada em forma de narrativa. Narrativa, em contrapartida, é significativa para a extensão que retrata os aspectos da experiência temporal".²¹

Por que temos de narrar o tempo para dar algum significado a ele? Essa questão nos leva direto ao centro da filosofia de Ricoeur. No entanto, Ricoeur

elege como problema central a insuperável oposição do modelo físico, ou objetivo, de tempo ao modelo fenomenológico ou subjetivo de tempo. O primeiro modelo foi conceitualizado como uma abstrata sucessão de singulares "agoras". Não é empírico como isso. Não há ponto fixo para ancorar uma experiência possível. Um ponto fixo é sempre o resultado da determinação humana e assim é limite para certa cultura. Considere a Era cristã como exemplo. O nascimento de Jesus Cristo indica o começo do tempo dentro de nosso complexo cultural. O modelo escada do tempo, o feito subjetivo ou fenomenológico, dificilmente será suficiente para definir qual é o significado do tempo. O tempo do sujeito precisa de alguma coisa externa a si para ser medido. Sem o objetivo do ponto fixo, o tempo subjetivo não tem amplitude. Cada modelo de tempo tem seu patrono. Aristóteles é o patrono da descrição física e Agostinho o da descrição subjetiva. Como unificar esses dois pontos de vista? Como misturar a sucessão abstrata singular de "agoras" com o fenomenológico tempo do sujeito? Para evitar essa situação, Ricoeur retorna a Aristóteles, não à sua *Physics*, mas à sua *Poetics*. Ricoeur vê a solução na narrativa. Que efeitos têm a narrativa? Eles unificam a ambos, a mera sucessão singular de "agoras" e a experiência humana. De acordo com o conceito aristotélico da *mimesis*, Ricoeur reforça que a trama imita a ação. A consistência da narrativa depende da transformação da cronologia simultânea em uma seqüência significativa. Ricoeur define narrativa como a síntese temporal do heterogêneo.

Como essa unificação funciona? Baseada nos dois aspectos da narrativa que está relacionada aos dois modelos de tempo, o aristotélico (objetivo) e o agostiniano (subjetivo). O aspecto linear do tempo é representado na narrativa seguindo os episódios singulares, um atrás do outro. Isto é, o "e então e então" da narrativa ou da sucessão de suas partes. É um arquivo aberto de eventos. Irreversibilidade é a característica desse aspecto do tempo, assim como ela também é para o modelo objetivo de tempo. Os episódios singulares têm uma relação completamente externa; eles não estão juntos de uma forma significativa. Acharmos que esse tipo de sucessão de coincidências em meras cronologias é uma construção idealizada que não existe na realidade. É o segundo aspecto do tempo em narrativa que transforma a cronologia em história. "*Zunächst verwandelt die Anordnung der Abfolge der Ereignisse in eine bedeutungsvolle Totalität [...]*."22

Com a síntese temporal do heterogêneo, Ricoeur expõe a união dialética dos episódios (cronologia/sucessão) e sua configuração (interpretação). A sucessão

de eventos torna-se uma interpretação de eventos. E isso leva a certo ponto final que não pode ser antecipado, mas que é compreensível. A arte da composição consiste em fazer essa discordância parecer concordância. O "um por causa do outro" venceria o "um depois do outro".

A argumentação de Ricoeur demonstra que o problema do tempo é idêntico ao resolvido pela narrativa. Compartilho duas opiniões com Ricoeur:²³ tempo é interpretado em narrativa e toda narrativa é uma interpretação do tempo. Como isso se encaixa no programa da análise de discurso anteriormente apontado? Como a narrativa se relaciona com a síntese temporal do heterogêneo ou com a teoria da historicidade de todas as ordens? A ligação necessária entre essas teorias é o conceito do *followability*, que Ricoeur retira do trabalho de W. B. Gallies, *Filosofia e a compreensão histórica*.²⁴ A narrativa torna-se significativa na configuração dos eventos heterogêneos e em torná-los compreensíveis. De acordo com Ricoeur, acompanhar (*following*) uma história é entender ações sucessivas, tantos pensamentos e sentimentos quanto eles apresentem uma condução particular. O desenvolvimento puxa-nos para a frente assim que respondemos a essa força com expectativas acerca do acabamento e do resultado do processo como um todo. A relação com a análise do discurso é o objeto da historicidade: o acompanhamento da narrativa é historicamente muito instável. O ponto da análise do discurso não é apenas a variedade de um verdadeiro entendimento ou da aceitação de verdadeira interpretação do tempo; o ponto é que a aceitação da narrativa como uma narrativa – e aceitação de uma verdadeira interpretação do tempo como uma interpretação – é variável. Agora podemos recapitular que todas as narrativas interpretam o tempo e conformam-se ao princípio da variabilidade histórica de todo o entendimento. Acrescentaria ainda que o termo *followability* liga a teoria da narrativa à análise do discurso de duas maneiras. Primeiramente, existe uma conexão baseada na historicidade de todas as ordens e então a historicidade de todas as regras do entendimento. E, em segundo lugar, enxergo a conexão à dependência das condições de poder. As condições de produção e recepção, a conexão do poder e do conhecimento determina a aceitação e o entendimento da narrativa em uma certa sociedade.

Até aqui tentei explicar a necessidade de narrarmos se quisermos interpretar o tempo. Tentei mostrar, também, como analisar a dimensão histórica dessa interpretação da narrativa com a ajuda da análise do discurso. Ainda não discuti as

diferentes narrativas. Existem apenas duas delas: literária e histórica. Ambas interpretam o tempo, e o fazem de maneiras muito diferentes. Para ser entendida como narrativa histórica, a história precisa completar outras condições de validade como faz a narrativa literária. Ainda não estou me referindo ao contraste entre fato e ficção ou, de alguma forma, a relação da verdade entre a narrativa histórica e seu objeto. Toda narrativa é ficcional, e é baseada em experiências vividas no tempo. Isso não está em questão. A solicitação é mais modesta: para ser aceita como narrativa histórica o texto precisa provar que fala a verdade. Novamente, isso não implica que um dado conteúdo seja verdade nem que ele negue verdades eternas. É uma constância antropológica que as pessoas diferenciem entre os dois modos de narrativa. A diferença entre a narrativa histórica e a literária é o critério da verdade. Deixe-nos aprofundar essa questão.

A narrativa deve contemplar certas condições para ser compreensível, as quais são dadas por meio de determinadas regras e padrões; elas estão solidificadas nas estruturas do poder. Eu as chamo de condições de produção e recepção. É necessário para a narrativa confirmar essas condições a fim de que sejam compreendidas, ainda que tais condições não sejam suficientes para serem entendidas como narrativa histórica. Além disso, uma condição suficiente deve garantir que a narrativa dê uma interpretação do tempo realmente experiente. Jörn Rüsen chama isso de *erfahrungsgestützte Richtigkeit*,²⁵ o que significa que a história é baseada em experiência vivida. Ser o resultado dessa experiência é o critério da verdade para narrativas históricas. Narrativas de ficção têm outras condições de produção e recepção. Elas podem ter como base experiências reais, mas não obrigatoriamente.

Resumindo, pode-se dizer que o tempo é interpretado nos dois modelos de narrativa. Ambos contam-nos experiências vividas. A diferença entre eles é a obrigação da narrativa histórica de interpretar o tempo que foi realmente vivenciado. Regularmente assimilamos uma série de informações sobre o passado lendo narrativas literárias, podendo-se analisar a sua construção em romances históricos. Durante centenas de anos, o reconhecimento do romance contava mais do que o reconhecimento da historiografia. Entretanto, não enxergo uma maneira de isolar as experiências vividas de suas invenções. Ambigüidade é uma característica da literatura. Narrativas históricas são diferentes. Aqui temos alguns critérios claros para provar a verdade. De acordo com eles, acreditamos que a narrativa histórica é verdadeira ou não.

Ela precisa, entretanto, conformar-se com duas condições: **deve ser** compreensível (como toda narrativa precisa ser) e **deve preencher esse** específico critério de verdade. Retornarei a eles mais tarde.

Seria apenas um problema metodológico a necessidade de separar análise de narrativa histórica da análise da narrativa literária? A razão é mais complexa. Mesmo se Ricoeur finalmente cruzasse os dois modelos complementares de narrativa, eles não perderiam suas singularidades jamais. Ricoeur prossegue resolvendo o contraste ingênuo entre fato e ficção,²⁶ porém historiografia e literatura não correm o risco da unificação. Historiografia sempre lida com ficção, e literatura é sempre baseada nas experiências da vida real. Apesar de todas as semelhanças, resta uma diferença crucial. A interpretação literária do tempo está expandindo nossas próprias experiências de tempo, ao passo que a historiografia as aprofunda. A literatura nos leva a lugares desconhecidos, toma nossas experiências vividas e nos proporciona experiências possíveis. A historiografia nos ensina o que nós sempre imaginamos: o passado. Que vamos conhecer aquilo que imaginamos, indica uma relação complexa da historiografia com seu objeto. Ela constrói o que teria sido.

Espero ser capaz de apresentar de maneira clara essa questão, pois a validade de uma narrativa como tal, e a fronteira entre os dois modelos de narrativas, estão mudando historicamente. É constante apenas o fato antropológico de que uma narrativa que interpreta o passado será lida de maneira diferente da narrativa que não está comprometida a fazer isso. Podemos concluir: com o conceito de entendimento, a diferença entre narrativa histórica e literária está colocada em uma situação histórica concreta. Apesar de todas as suas semelhanças, é sempre possível diferenciar historiografia e literatura. Essa constância antropológica é baseada nas diferentes funções dos dois modelos. Narrativas históricas familiarizam-nos com o que nos precedeu e o que nos formou. Na historiografia, a construção do passado e seus precedentes entram em um movimento dialético.

O contrato dos historiadores e a espécie da história

Followability, ou acompanhamento, é o termo central que separa literatura e história. Uma narrativa histórica desenvolve suas próprias estratégias para ser designada como narrativa histórica. Nomeie-se essa estratégia central como

critério da verdade, sendo tal critério específico a sua obrigação de narrar uma experiência vivida (*erfahrungsgestützte Richtigkeit*), que deve ainda ser integrado em uma nova definição da espécie da história. Insisto que ele não introduz a distinção essencial de fato e ficção. Isso garante que a definição de espécie é aceitável sob as condições da análise do discurso e da história do gênero. Vamos olhar um exemplo famoso. Tucídides ilustra sua *Guerra do Peloponense* com discursos nunca feitos – eles tinham a função retórica de fazer a história mais interessante. Deveríamos classificar sua historiografia como literatura que lida com a ficção, e não como fatos. A essa altura, o exemplo prova que o critério da verdade está fortemente conectado à integridade da personalidade do autor, ou do porta-voz. O critério da verdade então dependia do *aptum* do discurso com respeito ao seu objeto, o que foi provado com o caráter da retórica. O historiador de hoje deve notar esse fato tão nitidamente como se fosse uma invenção, ou citação. Esse exemplo nos ensina que Tucídides evidencia a verdade de sua narrativa de uma forma que não funcionaria em nosso tempo. Ele não cruza os limites da literatura, sua narrativa pode ser defendida ao contrário da narrativa literária. Exatamente essa é a diferença constante: historiografia é recusável, literatura não.

Por uma nova definição da historiografia, temos de integrar o critério específico da verdade da narrativa histórica. A histórica variação do critério liga a definição às condições dominantes de produção e reprodução. Elas determinam a aceitação, a validade das regras e o acompanhamento (*followability*) de uma narrativa. Aqui é – como estou convencida –, a conexão com a análise do discurso e a análise do poder. Retirada de Philipp Lejeune, e sua definição de autobiografia, defino historiografia da seguinte forma: a narrativa histórica comprometida com a experiência vivida. Chamo de “contrato do historiador”. Historicamente, a forma como essa obrigação funciona é extremamente variável; a narrativa desenvolve estratégias para ser entendida, e aceita, como uma narrativa sobre experiência vivida. Essas estratégias são determinadas pelas condições de poder e diferem cultural e historicamente.

Abordei a maioria dos componentes dessa definição e enfatizo que historiografia é sempre uma narrativa, baseada em experiências vividas (*erfahrungsgestützte Richtigkeit*) as condições de acompanhamento (*followability*) dependem de uma situação histórica concreta. A conexão com experiências vividas torna-se, por essa definição, um contrato estabelecido entre duas partes. O contrato é feito entre a narrativa e sua recepção, respectivamente

entre autor e leitor, incorporando a obrigação dos autores de terem escrito uma narrativa verdadeira e dos leitores de a lerem como tal. Esse saber vai mudar a recepção e a produção da história. Não existe espaço suficiente para fazer reflexões na natureza do autor-objeto. Quero enfatizar rapidamente que não estou me referindo ao tradicional conceito de objeto autônomo. De acordo com Ricoeur, parto de um conceito de narrativa do objeto. Mesmo as experiências vividas são baseadas em estruturas narrativas, e essas são determinadas pelo poder.

Graças a esse conceito, o objeto dessa definição de historiografia não exclui todos os trabalhos de autores anônimos. O contrato entre produtor e recipiente não é externo à narrativa, ele muda o processo de escrita drasticamente. É então que a narrativa evidencia as experiências vividas. Normalmente, o contrato é realizado com os nomes dos autores; com o nome do autor, o tempo cultural entra na narrativa. De fato, existem mais provas na narrativa. A disputa da análise histórica da historiografia deveria corresponder em saber o que é a prova. Em trabalhos anônimos é mais difícil saber se é uma narrativa histórica ou literária. Em geral, o modelo é incerto.

A obrigação da historiografia com relação à verdade é baseada no princípio da falsificação. Literatura não pode ser derrotada, alguém pode não gostar dela, alguém pode questionar sua verdade estética, mas ninguém a pode derrotar. O princípio da falsificação não pertence à consciência científica moderna. Devo reiterar que fontes históricas como tal não têm poder de veto.²⁷ O poder de veto só faz sentido em contextos em que os fatos já são aceitos como tais. O termo falsificação está em perigo de ser ligado a um positivismo *naïve*, por isso introduzi uma nova palavra. A qualificação das fontes e fatos é historicamente variável, e isso é sua derrota. Falsificação nesse contexto não se refere a um método eterno, ou atemporal. Em vez de falsificação, menciono o *contrato do historiador*, e as condições específicas para a compreensão das narrativas históricas. Essa definição de espécie não se adere a um dado princípio, ele abre a análise para novas fontes. Os textos que agora devem ser qualificados como narrativas históricas normalmente não concordam com padrões científicos. Historiografia acadêmica torna-se uma forma específica de narrativa histórica com regras específicas; e torna-se uma exceção e provavelmente dominante.

Com essa nova definição de narrativa histórica, alargamos o corpo de fontes enormemente. Muitos escritores não acadêmicos foram, e são, mulheres. Com a

análise do discurso da história da historiografia podemos reconhecer não apenas *historiadoras*, mas também a conotação feminina de narrativas históricas não acadêmicas. O poder do princípio deve ser revelado. Não seria apenas a reação a outro tipo de narrativa que parece ser mais atual? Com essa questão, chegamos à nova espécie da história e à análise de poder da história de gênero.

(Tradução: Claudia Pasz)

Notas

- ¹ Joan Scott, "The Gender: A Useful Category of Historical Analysis?", em *American Historical Review*, n. 92/92, 1986, pp.1.053-75. Lynn Hunt oferece uma boa resenha da crítica de Joan Scott. Ver Lynn Hunt, "O desafio do gênero: desconstrução de categorias e reconstrução de narrativas na história de gênero", em Hans Medick e Anne-Charlotte Trepp (eds.), *Geschlechtergeschichte und Allgemeine Geschichte. Herausforderungen und Perspektiven*, Göttingen pp. 57-98, 1998.
- ² Gianna Pomata, "The challenge of Gender". Destruction fo Categories and Desconstruction of Narratives in gender history", em Hans Medick/Anne-Charlotte Trepp (eds.), *Geschlechtergeschichte und Allgemeine Geschichte. Herausforderungen und Perspektiven*, Göttingen, 1998, pp. 99-124.
- ³ Existem algumas exceções importantes. Graças a elas eu iniciei minhas reflexões sobre a espécie da historiografia: Bonnie Smith, *The Gender of History: Men, Women, and Historical*, Cambridge, Praxis, 1998 e Natalie Zemon Davis, "Gender and Genre: women as historical writers. 1400-1820", em Patricia Labalme, *Beyond their sex: learned women of the european past*, New York, 1980, pp. 153-82.
- ⁴ Esse é o ponto de vista dominante acerca da historiografia científica alemã entre os séculos XVIII e XX. Como Natalie Zemon Davies nos ensinou, na Alemanha a situação é um exemplo evidente. Na França, Grã-Bretanha e EUA existiram mulheres historiadoras. Isso é um efeito de outra tradição científica. Na Alemanha, o profissionalismo da disciplina histórica começou mais cedo. A fronteira entre a escrita acadêmica e não acadêmica era (e é) muito rígida. Isso fez que se tornasse mais difícil para as mulheres escrever história. Dessa forma, os trabalhos de mulheres historiadoras ficaram conhecidos em lugar nenhum, nem mesmo na Alemanha ou na França, Grã-Bretanha e EUA.
- ⁵ Paul Ricoeur, *Temps et récit*, Paris, 1983-1985, 3t.
- ⁶ Philippe Lejeune, *Le pacte autobiographique*, Paris, 1975.
- ⁷ Michel Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Grallimard, 1966.
- ⁸ Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, Paris, Grallimard, 1969.
- ⁹ Michel Foucault, *Dits et Ecrits*, 1954-1988, II – 1970-1970-1975, Prefácio à edição inglesa, pp. 7-13, Paris, Gallimard, 1994.
- ¹⁰ Michel Foucault, op. cit., 1966, p. 13.
- ¹¹ Ulrich Brieler, *Die Unerbittlichkeit der Historizität: Foucault als Historiker*, Köln u.a. 1988.
- ¹² Entender o poder como produtivo e não como forma de repressão é um dos temas centrais do trabalho de Foucault. A História da Sexualidade começa a refutar a hipótese da teoria do poder repressivo. Um bom exemplo da abordagem específica de Foucault é o conceito do poder pastoral. Ver Michel Foucault, *The subject and the power*, em Hubert L.Dreyfus, Paul Rabinow, Michel Foucault : *Beyond hermeneutics and structuralism*, Com posfácio por Michel Foucault, Brighton, 1982.
- ¹³ Em outro artigo, aprofundo-me nessa questão. Ver: Angelika Eppe, "Wahrheit, Macht, Subjekt: Ontologien und historische Kategorien in Schriften und Interviews von Michel Foucault", em Friedrich Jäger, Jürgen Straub (Hg.): *Sinn – Kultur – Wissenschaft. Eine interdisziplinäre Bestandsaufnahme*, Bd. 2: *Die Kultur der Wissenschaft: Erkenntnistheorie, Methodologie und Methodik der Kulturwissenschaften*, Stuttgart, 2003.

- ¹¹ Michel Foucault, op. cit., 1966, p. 231.
- ¹² Reinhart Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt a.M., p. 354, 1979.
- ¹³ Michel Foucault, op. cit., 1966, p. 355.
- ¹⁴ Idem, p. 398.
- ¹⁵ Michel Foucault, *The Will to Truth*, London, 1982, p. 28.
- ¹⁶ Tratai desse problema no artigo "Sujekt - Macht - Wahrheit".
- ¹⁷ Nesse contexto, "sexo" não é usado como uma categoria biológica. Tanto sexo quanto gênero são construções culturais.
- ¹⁸ Paul Ricoeur, *Temps et récit*, op. cit., I, p. 13.
- ¹⁹ Idem, p. 108.
- ²⁰ Essa convicção é partilhada com muitos outros, tais como Jörn Rüsen ou Chris Lorenz. A maioria dos chamados narradores concorda basicamente com uma interpretação narrativa do tempo humano. Todavia, diferem na definição do que são uma narrativa e seus componentes.
- ²¹ W. B. Gallie, *Filosofia e a compreensão histórica*, New York, 1968.
- ²² Jörn Rüsen, "Was heißt: Sinn der Geschichte?", em Klaus E. Müller, Jörn Rüsen (Hg.), *Historische Sinnbildung. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*, Reinbek, 1997, p. 33.
- ²³ Para exemplificar esse contraste nãre, ver: Richard Evans, In: *Defence of History*, London, 1997.
- ²⁴ Ver Reinhart Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt a.M., 1979, p. 206.

Bibliografia

- BRITZER, Ulrich. *Die Unerbittlichkeit der Historizität: Foucault als Historiker*. Köln u.a., 1988.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Gender and genre: Women as Historical Writers. 1400-1820*. LABALME, Patrícia. *Beyond their Sex: Learned Women of the European Past*. New York: s.n., 1980.
- EMPE, Angelika. Wahrheit, Macht, Subjekt: Ontologien und historische Kategorien in Schriften und Interviews von Michel Foucault. JÄGER, Friedrich; SKRAB, Jürgen (Hg.): Sinn - Kultur - Wissenschaft. *Eine interdisziplinäre Bestandsaufnahme*. Bd. 2: Die Kultur der Wissenschaft: Erkenntnistheorie, Methodologie und Methodik der Kulturwissenschaften. Stuttgart: 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses* (As palavras e as coisas). Gallimard, 1966.
- — —. *L'archéologie du savoir* (Arqueologia do saber). Paris: Gallimard, 1969.
- — —. *The Will to Truth*. London: s.n., 1982.
- — —. *Dits et Ecrits* (Ditos e escritos), 1954-1988, II - 1970-1975. Paris: Gallimard, 1994.
- — —. *The subject and the Power*. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond hermeneutics and structuralism*. Brighton, 1982.
- GALLIE, W. B. *Filosofia e a compreensão histórica*. New York: s.n., 1968.
- HUNT, Lynn. The challenge of Gender. Destruction of Categories and Deconstruction of Narratives in Gender History. MUDICK, Hans; TREPP, Anne-Charlotte (eds.). *Geschlechtergeschichte und Allgemeine Geschichte. Herausforderungen und Perspektiven*. Göttingen: 1998.
- KOSSELCK, Reinhart. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt a.M.: s. n., 1979.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.

- NYMATA, Gianna. "Close-ups and Long Shots: Combining Particular and General in Writing the Histories of Women and Men", MEDICK, Hans; TREPP, Anne-Charlotte (eds.), *Geschlechtergeschichte und Allgemeine Geschichte. Herausforderungen und Perspektiven*, Göttingen: 1998.
- RICOURT, Paul. *Temps et récit*, Paris: s.n., 1983-1985, 3t.
- RÜSEN, Jörn. Was heißt Sinn der Geschichte?, MEYER, Klaus Ed.; — — —. (Hrsg.), *Historische Sinnbildung. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*, Reinbek: 1997.
- SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis? *American Historical Review*, n. 92, 1986.
- SAMM, Bonnie. *The Gender of History: Men, Women, and Historical*, Cambridge: Praxis, 1998.

- POWELL, Glenna. "Close-ups and Long Shots: Combining Particular and General in Writing the Histories of Women and Men". MURPHY, Hans; TERRY, Anne-Charlotte (eds.) *Geschlechtergeschichte und Allgemeine Geschichte. Herausforderungen und Perspektiven*. Göttingen: 1998.
- RIEGER, Paul. *Temps et récit*. Paris: s.n., 1983-1985. 3t.
- ROSE, Jörn. Was heißt Sinn der Geschichte?. MURPHY, Klaus (ed.) (Hrsg.) *Historische Sinnbildung. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*. Reinbek: 1997.
- SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis? *American Historical Review*, n. 92, 1986.
- SMITH, Bonnie. *The Gender of History: Men, Women, and Historical*. Cambridge: Praxis, 1998.

Historiografia cognitiva e historiografia normativa

Masayuki Sato

É característico da historiografia não estar determinada pela combinação de seus elementos. Pelo contrário, a natureza de cada parte e até a natureza da combinação dessas partes estão determinadas pela posição e pelo papel da historiografia no âmbito da totalidade de uma cultura. Mesmo se ocorrer mudança em alguma delas, o caráter do todo pode ser preservado. Como exemplo desse princípio, a historiografia européia manteve sua natureza fundamentalmente cognitiva ao longo dos quatro últimos séculos, enquanto a historiografia do Extremo Oriente preservou, durante o último século e meio, seu caráter normativo, oficialmente sustentado, apesar de ter adotado os métodos cognitivos da historiografia moderna ocidental.

Historiografia: o Ocidente chega ao Oriente

Costuma-se pensar que há dois modos genéricos de estudar a historiografia. Um trata-a em termos puramente teóricos, enquanto o outro discute-a utilizando as diferenças culturais como ponto de partida.

A abordagem teórica da historiografia está baseada na tradição do que chamamos de filosofia da história. Mais recentemente, recorreu-se ao que se designa como "filosofia analítica da história". Nessa abordagem, o nível de abstração é, habitualmente, muito alto. Por conseguinte, a reflexão é apresentada sob a forma de argumentos teóricos. No entanto, é de se reconhecer que essa tradição é plenamente ocidental: "teórico" não quer dizer, necessariamente, "transcultural".

A suposição de que a teoria (ocidental) transcende, de fato, as culturas nasceu com a revolução científica iniciada no século XVII europeu. A aceitação mundial da ciência ocidental, interpretada em sentido amplo, trouxe consigo a aceitação da universalidade do modo ocidental de aprender, em geral. E se pensarmos a história da historiografia como parte da história social da ciência, temos que a revolução na historiografia teve lugar dois séculos depois dessa revolução nas ciências naturais.

Mais precisamente, na segunda metade do século XIX, a história positivista de inspiração alemã, conjugada com o surgimento da universidade, deu lugar ao historiador profissional. Os métodos históricos ocidentais espalharam-se então por áreas culturais não-ocidentais. Pelo mundo afora, começou-se a utilizar esses métodos para construir seu próprio passado como história.¹ Surpreendentemente, a China – que possuía uma tradição historiográfica própria, com dois mil anos de existência – também se converteu à historiografia ocidental.

O método ocidental de pesquisa histórica que se espalhou por todo o mundo no século XIX, era, antes de mais nada, a técnica da historiografia. Com efeito, o livro responsável pela difusão dos métodos historiográficos ocidentais na Ásia foi *Einleitung in die Geschichtswissenschaft* (Introdução à ciência da História), de Bernheim, mais propriamente um livro de técnicas de pesquisa histórica do que de teoria ou de filosofia.² Os historiadores do Extremo Oriente interessaram-se, sobretudo, pelo capítulo 2, "O campo de aplicação da pesquisa histórica", e pelo capítulo 3, "As etapas da pesquisa histórica". Por exemplo: Kumezo Tsuboi e Liang Qicha tomaram os capítulos 2 e 3 do livro de Bernheim e os transpuseram para o Japão e para a China, respectivamente, adotando-os sem restrições e incorporando-os em seus próprios trabalhos acerca da pesquisa histórica.³ No Japão, o estilo empregado nesse livro continuou a ser utilizado até o aparecimento da história social no início da década de 1970.

Entretanto, muito antes disso, o estudo da historiografia no Extremo Oriente começara com o *Shin Tong* (A historiografia compreensiva), de Liu Zhi-ji,

escrito na China no século viii (708). Com algumas poucas exceções,⁴ contudo, essa obra caiu no esquecimento. Por quê? Sempre que penso nessa questão, vem-me à lembrança a comparação entre La Popelinière e Liu Zhi-ji. E quando os comparo, vejo na *Historiografia compreensiva*, de Liu, uma postura mais teórica do que na *L'histoire des histoires*, de La Popelinière, com a idéia de uma história realizada (1599). Isto é, o argumento de La Popelinière acerca da objetividade surgiu como um triunfo historiográfico por sobre uma realidade histórica peculiar do Ocidente: o conflito religioso entre católicos e protestantes. Diversamente, o argumento de Liu Zhi-ji é mais universal, pois está centrado na mentalidade atual do historiador. Por exemplo, o argumento de Liu acerca da "objetividade" lida com categorias como "classificação e avaliação", "escrita verossímil", "falsificação", "discernimento" etc.⁵

Como os enunciados deste capítulo indicam – e esse é um ponto crucial a ter presente –, a teoria depende da cultura. Desde nossa perspectiva, ao lermos a *Historiografia compreensiva*, de Liu, temos provavelmente a impressão de que a "universalidade" da teoria da história de Liu estava, afinal, baseada simplesmente "no mundo do Extremo Oriente circunscrito pelo estilo chinês de fazer história". Ou seja, uma "universalidade" de fato limitada no tempo e no espaço. Com outras palavras: não conseguimos nos liberar da particularidade de nossa geografia e de nosso passado. "Particularidade geográfica", no caso de Liu, significa que o próprio vocabulário histórico estava prescrito por seu universo histórico. "Particularidade do passado" significa que o sistema de mundo, contra cujo pano-de-fundo a *Historiografia compreensiva* foi composta, desapareceu há muito.⁶

O que quero demonstrar é que o complexo de política, cultura, sociedade, pensamento e modo de viver, que chamamos de "sistema ocidental", difundiu-se mundo afora na segunda metade do século xix. A historiografia ocidental se espalhou como parte desse complexo. Tornou-se necessário, por conseguinte, que as diversas regiões do mundo, tendo situado sua nova referência nesse novo modo de ser, reconstruíssem seus passados. Um perfeito exemplo dessa reconstrução é o predomínio da discussão acerca do "sistema feudal" no Japão e na China do pós-Guerra.⁷

A conversão do sistema de mundo próprio ao Extremo Oriente ao ocidental não se deu sempre sem atritos. Há uma série de exemplos da fricção cultural e da discórdia que é digna de menção, alguns dos quais subsistem do século passado até hoje. Destarte, para examinar a consciência e a cognição históricas é necessário utilizar uma abordagem antropológica.

Contribuições metodológicas para uma historiografia intercultural comparada

A fim de investigar a história comparada do pensamento histórico, muitos pesquisadores confrontaram o fundador da historiografia do Extremo Oriente, Si-ma Qian, com os fundadores da historiografia européia, Heródoto e Tucídides. Cabe, contudo, perguntar se a história tinha a mesma importância e desempenhava o mesmo papel no contexto cultural do Extremo Oriente e na Europa. Por isso é necessário pensar primeiramente na importância e no papel da historiografia em cada cultura particular. Apenas após tal balanço faz sentido comparar a historiografia de culturas distintas.

Na maior parte dos casos, a tarefa da compilação histórica no Extremo Oriente foi realizada por iniciativa do Estado. A "história oficial" produzida por essa compilação tornou-se o cerne da historiografia. A historiografia foi o projeto cultural originário no Extremo Oriente. Por conseguinte, ao se comparar a importância e a posição relativas da historiografia em diferentes culturas, é preciso questionar se existiu, em outras regiões culturais, "um projeto cultural originário" equivalente à compilação histórica ocorrida no Extremo Oriente.

Abordemos essa questão a partir do caso chinês. Ao longo de dois mil anos, a historiografia chinesa, centrada na "história oficial", foi promovida pelas sucessivas dinastias como uma missão pública. As gerações posteriores classificaram o *Shih Ji* (*A crônica do grande historiador*), de Si-ma Qian, como a primeira história oficial, após a qual 24 histórias oficiais foram compiladas. Uma característica marcante dessas histórias oficiais é seu tom enciclopédico. Ou seja, pode-se dizer que o corpo do trabalho elaborado por Si-ma Qian produziu a estrutura unificada de toda uma cultura: sua política, sua economia, sua sociedade, sua cultura, sua tecnologia e assim por diante. A história foi escrita como um meio de descrever compreensivamente todo o sistema cultural.⁸ Em diferentes graus, é fato que países fora do Extremo Oriente também promoveram compilações históricas como um empreendimento do Estado.

No Ocidente, o comentário da *Bíblia* e o direito romano são talvez o equivalente a um tal "projeto cultural originário". Se o pensarmos desde a perspectiva da acumulação de uma tradição de grandes comentários (ou de uma tradição baseada na acumulação de grandes comentários), a sacralidade da narrativa presente nos grandes comentários à *Bíblia* rivaliza por certo com as histórias oficiais chinesas. Da mesma forma, no meu entender, o *Corpus*

Juris Iustinianum (compilado sob o imperador Justiniano) também rivaliza com as histórias oficiais da China, na medida em que abrange todos os aspectos da vida, transcendendo os limites do mero direito e tornando-se uma descrição enciclopédica da sociedade romana como um todo.

Na Índia, ademais, não possuíam as *Leis de Manu*, redigidas à mesma época da *Crônica histórica*, de Si-ma Qian, um estatuto equivalente ao das histórias oficiais da China? Essa obra da Índia antiga toca em tudo, da sociedade de castas, passando pela vida de Brahma, até Deus, a salvação e a redenção. Conseqüentemente, em vez de o caracterizar apenas como um código jurídico, mais vale vê-lo como uma enciclopédia, uma descrição compreensiva da Índia antiga como um “sistema”.

Nomundo muçulmano, o *Corão* tem uma posição comparável. Começa falando do conceito de Deus e passa a tratar de todos os aspectos do mundo, do casamento à herança e ao comércio. De modo semelhante, as leis do Islã, elaboradas com base nas normas corânicas, falam-nos exaustivamente do “sistema” islâmico.

Como se pode constatar, mesmo quando o projeto cultural originário, em muitas culturas, coincide com o direito, no Extremo Oriente essa posição está ocupada pela historiografia. É crucial que se preste atenção a essa peculiaridade. Está claro que no Ocidente anterior ao século XIX o projeto cultural originário não estava na historiografia. Na realidade, ironicamente, foi o colapso do direito romano como “projeto cultural originário” da sociedade européia que tornou possível a “revolução histórica” na Europa do século XVII.

Comparando historiografias: um exercício prático

Passo agora à análise da historiografia, de fato. Nos elementos da historiografia tradicional japonesa (assim como da chinesa, da coreana ou ainda de outros países do Extremo Oriente) encontram-se analogias com os dez elementos historiográficos definidos por Peter Burke.⁶

Burke considera que a combinação desses elementos é mais importante que aqueles tomados isoladamente. Eis aqui um ponto importante, e não se deve negligenciar o fato de que essa consideração permite que se consiga ver o papel desempenhado pelo passado no nosso presente.

No entanto, quando se lida com o contexto do Extremo Oriente – ou, mais exatamente, com o do Japão –, tenho a impressão de que há ainda um componente mais importante em jogo, por trás dessa combinação de

elementos. Diversamente da Europa, por exemplo, os conceitos de "história" e de "julgamento", no Japão, nunca se combinaram para produzir a noção do historiador como juiz. Se nos perguntarmos por que, não é necessário ir além do fato de que a historiografia está inextricavelmente vinculada ao papel que desempenha em uma dada sociedade ou cultura.

Creio que posso resumir minha tese da seguinte maneira: a única característica da historiografia é a de não estar determinada pela combinação de seus elementos. Antes, a natureza de cada parte, assim como a natureza da combinação dessas partes, está determinada pela importância e pelo papel da historiografia na cultura como um todo. Mesmo se a natureza das partes se modifica, o caráter do todo pode ser preservado.

Deve-se perguntar, em primeiro lugar, pelo papel social, cultural, político, desempenhado pela historiografia, na medida em que o papel desempenhado pelo "passado" nas diferentes culturas é muito diverso. Dito isso, importa agora comparar casos individuais. Ao fazê-lo, precisamos começar pela constatação de que "história" ou "passado" tiveram importância e papel totalmente distintos no Japão e na China em relação ao Ocidente.

Devo começar por expor duas características dos estudos históricos tradicionais na China, que formaram o protótipo da historiografia do Extremo Oriente.

Antes de nada mais, a historiografia foi, sobretudo, uma iniciativa estatal, cujas histórias foram escritas pelo Instituto de Compilação Histórica, uma entidade governamental. A missão de promover uma nova compilação histórica a cada dinastia sucessiva começou com a coleção e a preservação de documentos históricos. A cada sucessão dinástica, essa responsabilidade era assumida pela nova dinastia. Usando essa documentação, pois, o Instituto de Compilação História produziria a história oficial da dinastia precedente. Começada com a *Crônica histórica* do século 1 a.C., essa prática continua – sem interrupção – até os dias de hoje. Contam-se agora 24 dessas histórias oficiais.

Em segundo lugar: com que finalidade histórias são escritas? Para esclarecer fatos históricos e para registrar toda ação humana. E essa crônica do agir humano era importante porque funcionava como referência para o juízo humano. Diferentemente da sociedade cristã, a China – uma sociedade confucionista – não era monoteísta; por isso, somente o fato historiográfico servia de base para qualquer juízo humano. Essa era uma idéia comum a todos os países do Extremo Oriente que adotaram o confucionismo como

ideologia de Estado. Conseqüentemente, a historiografia tinha de ser acurada e objetiva. Essa concepção está de maneira clara expressa nas palavras de Confúcio (552-479 a.C.): “Todas as palavras vazias que quero escrever não são tão claras e absorventes quanto [seu significado] em ação.”¹⁰

Essa idéia foi adotada também no Japão, como se pode ver na seguinte passagem do *Tailteisaku* (*Uma política para a grande paz*), de Sorai Ogyu (1666-1728):

Nada supera o estudo para produzir homens de talento. A via para o estudo é o conhecimento das letras, e para isso é necessário que se dediquem ao estudo das histórias sucessivas. [...] Pois elas contêm os fatos das sucessivas dinastias, o modo de governar o país, os fatos das [grandes] campanhas militares, os acontecimentos do mundo em paz assim como o desempenho dos leais ministros e dos aplicados funcionários. Prestar [apenas] atenção [...] ao princípio [de como governar o mundo] nada modifica. [...] É melhor observar os efeitos [das ações e dos acontecimentos [...] pela leitura da história].¹¹

Nesse sentido, a história ocupou uma posição crucial no Extremo Oriente. No caso da China e da Coréia, valia a regra de destruir todo o material coletado pelo Instituto de Compilação Histórica após o término de cada história oficial. Tal regra destinava-se a evitar que se reescrevesse ou mudasse qualquer iota dessa história oficial, única, sagrada, publicada sob a responsabilidade direta do governo. Com efeito, a fim de conferir um estatuto semelhante ao bíblico à história oficial, destruir o material original era um método eficaz. Na Coréia da dinastia Yi, o material era mesmo incinerado após o término da compilação.

Porém, observa-se no Japão um fenômeno curioso que, à primeira vista, parece contraditório: um forte cuidado com a preservação do material primário. O exemplo mais marcante disso é o *Gunsho ruiju* (coleção classificada dos clássicos e dos documentos japoneses), reunindo 1.680 volumes, publicados de 1786 a 1822 por Hanawa Hokinoichi. Não há exagero em dizer que essa obra rivaliza com a *Monumenta Germaniae Historica* e com a *Rerum Italicarum Scriptores*. Dentre os países do Extremo Oriente, o Japão é o único a ter cultivado a idéia de preservar o material histórico primário.

Existem várias interpretações porque o Japão, dentre todos os países do Extremo Oriente, foi o primeiro a adotar os métodos históricos alemães modernos. No entanto, um fator óbvio está em uma espécie de pré-requisito latente: o Japão vinha reunindo coleções de grande porte desde muito antes de ser introduzida a prática ocidental da pesquisa. Essa tradição veio suscitar o surgimento de um campo importante da história, o da “pesquisa documental”.¹²

Nesse ponto, podemos dizer que o Japão pré-moderno possuía uma experiência historiográfica semelhante à europeia do século XIX. Ademais, encontramos nas vastas compilações de fontes primárias e no amplo campo de pesquisa documental do Japão uma inesperada semelhança com as "técnicas de gestão documental" que constituíam um ponto de honra para a história positivista alemã moderna.

Tradições historiográficas normativa e cognitiva

Desde as diversas perspectivas apresentadas anteriormente, tentarei discutir alguns dos argumentos de Peter Burke no contexto do Extremo Oriente, especialmente do Japão.

Pesquisa histórica e julgamento

Como Burke bem o diz, a analogia entre a pesquisa histórica e o julgamento foi provavelmente idéia de um ocidental. Se um historiador do Extremo Oriente anterior ao século XIX pudesse ter lido *Il giudice e il storico* (Turim, 1991), de Carlo Ginzburg, que descreve o historiador como alguém que forma um juízo sobre os assuntos mundanos da sociedade, certamente teria passado seu caminho falando com seus botões: "A historiografia não pode ser essa coisa boba!" Logo em seguida, porém, seria levado a reconsiderar, dizendo: "O historiador... julga os povos da história? Hum... Ele tem de ser alguém que, investido pela autoridade governamental, emite juízos sobre os grandes homens da história". Em particular porque, no Japão – e ainda mais na China –, a historiografia era tarefa muito mais importante do que a de um julgamento. A história era a reconstrução do passado. Eis aí algo muito maior do que o banal ato de julgar indivíduos ou grupos envolvidos em algum incidente.

Se lermos as obras dos primeiros historiadores japoneses, a analogia entre historiador e juiz não aparece e dificilmente se encontraria qualquer influência dessa idéia em suas pesquisas. Como a pesquisa histórica japonesa nessa época dispunha de clara noção de que buscar as relações de causa e efeito era como resolver um mistério, pode-se imaginar que surgiria a analogia com o julgamento. No entanto, não se encontra nem sinal dessa analogia no Japão como na China.

A longa tradição do sistema japonês de processo penal poderia ter suscitado a expectativa de encontrar-se tal analogia entre o juiz e o historiador. Essa tradição vem do século VII. Mais: no século XII, os veredictos em conflitos fundiários eram lavrados com base na autenticidade das provas documentais (uma vez que, à época, corriam muitos documentos falsos). Essa prática, todavia, jamais foi relacionada conceitualmente à pesquisa histórica.¹³

Somente após a restauração Meiji em 1868, quando a historiografia japonesa passou da abordagem histórica chinesa tradicional à de tipo ocidental, segundo o modelo de Ranke, surge pela primeira vez a noção do “historiador como juiz do passado”. Um exemplo típico dessa noção encontra-se em Shigeno Yasutsugu, apelidado de “Doutor Massacre” ou “Doutor Obliteração”. Aplicando o método do “historiador como juiz” à história japonesa, ele retomou o *Taiteiki* (*Crônica da Grande Paz*), de 1370-71, e demonstrou que o comandante militar Kojima Takanori, do século XIV, nunca existira.¹⁴ Tal tipo de referência ocorrida após a introdução dos métodos históricos ocidentais tem a ver com a redução do papel oficial desempenhado pelo Estado na produção historiográfica e a limitação da história a uma especialidade acadêmica no âmbito da universidade. Em outras palavras: para sobreviver nesse novo sistema “universitário”, cada historiador precisava afirmar-se com uma “especialidade” própria. Assim, de modo a se diferenciar dos historiadores amadores, os historiadores universitários criaram as especialidades dos “estudos documentais”, da “causa e efeito” e da “crítica das fontes”. O surgimento da “pesquisa documental” como parte da pesquisa histórica foi um fenômeno que ocorreu após a introdução da pesquisa histórica em estilo ocidental.

No Ocidente, a “profissionalização” da pesquisa histórica teve como resultado a mera transformação da história em um campo acadêmico autônomo. No Extremo Oriente, contudo, a introdução da pesquisa histórica ocidental moderna foi o arauto do fim da historiografia de estilo asiático, cujo objetivo era uma descrição compreensiva do mundo inteiro.

Hermenêutica

Tomando-se a apresentação da hermenêutica por Burke, tem-se que a pesquisa histórica tradicional do Extremo Oriente era semelhante a essa tradição interpretativa do Ocidente.

Dou sobre isso um exemplo, recorrendo à tradição historiográfica japonesa. Como na China, a compilação das obras históricas desenvolveu-se no Japão mediante a ação direta dos governos. Essa tradição começou com o *Nihon shoki* (*Crônicas japonesas*), em 720, e mantém-se desde então. Mesmo a dinastia Meiji, que se instalou em 1868 como uma era "moderna", buscou continuar essa tradição, criando um ministério de estudos históricos no governo.¹⁵

Pode-se observar, nessa tradição, diversas similaridades com os estudos hermenêuticos ocidentais, em particular nas "Conferências sobre as *Crônicas japonesas*". Essa série de conferências e debates sobre as *Crônicas japonesas*, organizada no início do século VIII até o final do século X, era um evento público da corte imperial, do qual participavam muitos cortesãos e funcionários do governo. O foco dessas conferências não estava no questionamento da veracidade das *Crônicas japonesas* ou no debate de seu significado ou importância. Antes, tratava-se de estabelecer uma leitura autorizada, fixa, do texto. Ao se examinar os três volumes dos *Comentários particulares às Crônicas japonesas*, em que essas conferências estão reunidas, pode-se ver que o foco efetivamente não estava em uma investigação crítica das *Crônicas japonesas*, porém se assemelhava mais a um comentário exegético ocidental, à busca de atribuir às *Crônicas japonesas* uma autoridade única e de interpretar suas verdades fundamentais.¹⁶

No entanto, o estudo hermenêutico das histórias oficiais (como no caso dos *Comentários*) não deve ser considerado propriamente "história", mas sim, dentro da tradição do Extremo Oriente, "leitura da história". Com efeito, a tarefa de construir a história oficial era muito mais do que hermenêutica: tratava-se da construção permanente do passado. Ao escreverem a história oficial da época precedente, os compiladores públicos do Extremo Oriente tinham a intenção de estabelecer um corpo de fatos históricos. Ao destruírem o material histórico utilizado para escrever tal história oficial, os historiadores efetivamente impediam qualquer acesso futuro ao fato histórico e o substituíam por uma história oficial a que pensavam poder conferir o mesmo estatuto ontológico de fato histórico. Tudo o que restava era a história oficial. Toda referência ao mundo dos fatos históricos era definitivamente rompida tão logo a história oficial estivesse terminada. O objetivo da historiografia do Extremo Oriente não

se resumia, todavia, à mera interpretação ou descoberta do passado, mas destinava-se a construí-lo e a evitar qualquer reconstrução no futuro. Por conseguinte, o estudo dessas histórias oficiais viria a ser relegado ao *status* de mera hermenêutica, de uma “leitura da história”.

Objetividade

Para a tradição historiográfica do Extremo Oriente, a objetividade (ou a “imparcialidade”, a “isenção” etc.) era procurada com todo vigor. É preciso recordar, entretanto, que, assim como a historiografia está regulada pela civilização particular de que provém, tampouco a concepção de objetividade é absoluta. Também na tradição normativa da historiografia do Extremo Oriente “objetividade” depende do contexto cultural e historiográfico em que é utilizada.

Por exemplo, nas histórias oficiais do Extremo Oriente, os compiladores das biografias relatavam, em primeiro lugar, o que consideravam ser “fatos”. Em seguida, esses fatos eram seguidos do comentário do historiador. As duas atividades – relatar fatos e acrescentar comentário – eram rigidamente distinguidas uma da outra em categorias epistemológicas separadas. De acordo com esse princípio, a historiografia compreensiva e a história do grande Japão estariam nitidamente caracterizadas de modo a que se identificasse cada parte como comentário, de forma a não confundir a natureza “factual” da história oficial com a interpretação do historiador. Era essa a via própria empregada pela historiografia do Extremo Oriente para demonstrar sua imparcialidade.

Inversamente, a tradição cognitiva da historiografia no Ocidente moderno considerava a objetividade a libertação do partidarismo religioso e/ou político. No Extremo Oriente, porém, é fundamental a regra de não usar a história como instrumento da disputa política. Na China, a história tratava de dinastias extintas; no Japão, a história nada tinha a ver com a atualidade.

No Extremo Oriente, o *ethos* da objetividade exigia muito do historiador individual. O espírito da objetividade para o Extremo Oriente pode ser exemplificado com o seguinte episódio da Coréia medieval. Em 1437, pouco antes de ser terminada a *Thae-Jong-Sil-Rok* (*A verdadeira crônica do primeiro imperador*), o imperador Se Jong queria vê-la. Um ministro, porém, adverti-o: “Essa obra de história foi escrita para narrar, ao futuro, as coisas do passado. São todas fatos. Se Vossa Majestade a ver, não poderemos reescrevê-la.

Se os futuros soberanos mantiverem essa prática, os historiadores se tornarão incapazes de escrever conforme a verdade. Se isso acontecer, como se poderá transmitir os fatos às gerações futuras?" Tendo escutado essa admonição, o imperador abriu mão de sua exigência.¹⁷

Além de "literatura ou historiografia"

Consagro algum tempo a responder a questão posta por Burke: "Ressaltam os historiadores japoneses a 'nobreza do fracasso', um dos temas favoritos da literatura japonesa?" Essa discussão servirá também de comentário ao livro de Ivan Morris sobre o assunto, *The Nobility of Failure*.¹⁸

Preliminarmente, contudo, desejo fazer algumas considerações acerca das formas literárias na historiografia. Tendo em vista as relações entre literatura e historiografia no Japão, deve-se recordar um ponto fundamental: a história era escrita em chinês, e a literatura em japonês. Essa tradição se manteve até o século XIX. No campo da literatura, o Japão produziu muitos romances – a começar, por certo, com *O conto do Genji*. Dentre esses romances, muitos tomam a história por tema. Com efeito, alguns dos gêneros literários na historiografia (como as crônicas militares ou de guerra etc.) surgiram nessa tradição literária. O que se deve lembrar a propósito dessas obras, todavia, é que, mesmo de nossa perspectiva, são elas esplêndidas obras de historiografia, em uma época em que ainda não eram consideradas pertencentes a esse campo. À época, a história era o domínio exclusivo das crônicas dos assuntos públicos dignos de registro. No sentido estrito em que era concebida então, a história era uma "história oficial", e sua forma narrativa estava definida. Não obstante, a ficção histórica desenvolveu-se muito em paralelo a essas obras.

As relações entre a historiografia literária e a "oficial" dependem diretamente da noção japonesa da "nobreza do fracasso". O *ethos* de admirar os que fracassam permeia, ainda hoje, o caráter japonês. Há mesmo uma expressão japonesa própria para expressar esse conceito: *hangan biiki* (ou *hogan biiki*). *Hangan* diz respeito aos detentores de cargos públicos no antigo Japão e remete explicitamente ao herói trágico Minamoto no Yoshitsune. Hoje em dia, a expressão é utilizada para indicar a simpatia para com o herói trágico e/ou para com o fraco.¹⁹ Yoshitsune fora um personagem do século XII, morto por seu irmão mais velho, Minamoto no Yoritomo, o

primeiro shogun japonês a unificar o país e a instituir o governo Kamakura. Ivan Morris trata dessa história no capítulo 5 de seu livro.

No Japão, os fracassados e os vencidos (como Yoshitsune) eram admirados. Por vezes chegava-se mesmo a construir altares em honra de tais fracassados e a os adorar como deuses. Não foi por acaso que três das obras-primas do teatro japonês de marionetes (o conhecido Joruri, um dos tipos tradicionais do teatro japonês) tratam da nobreza do fracasso: *Yoshitsune Senbonzakura*, *Kana Teton Chushingura* e *Sugawara Denju Tenarai Kagami*. Cada peça cobre dois séculos. A imensa popularidade delas dá testemunho da “estética do fracasso”, tão profundamente enraizada na alma do povo japonês.

No entanto, é interessante como objeto de pesquisa para historiadores universitários que Yoshitsune tenha sido objeto de apenas algumas poucas biografias. Por outro lado, os teatros Joruri e Kabuki, em que o personagem principal é Yoshitsune Senbonzakura, tiveram imenso sucesso. É uma das peças Kabuki que mais atrai público. Eis aqui um tema interessante para ser estudado desde a perspectiva histórica.

As origens dessa diferença de tratamento estão na profissionalização da história, que tem início na segunda metade do século XIX. De acordo com a história positivista praticada à época, de inspiração alemã, os historiadores buscavam especificar, diligentemente, o que consideravam ser os “fatos”. Disso resultou que se devia descartar o que não pudesse ser minimamente remetido ao material histórico, conquanto assim tenha começado a formação da investigação histórica moderna.

Ora, uma das áreas provavelmente mais negligenciada por esses historiadores profissionais foi a do estudo biográfico individual. Causa principal dessa negligência refere-se à popularidade do marxismo, que deu lugar à “fé” em que os nomes próprios deviam ser riscados da história “acadêmica”. A rápida diminuição do peso da pesquisa biográfica entre os historiadores universitários é característica marcante dos estudos históricos japoneses modernos.

No entanto, na medida em que os nomes próprios eram descartados pelos historiadores profissionais, historiadores “não-profissionais”, externos ao sistema universitário, ocuparam esse espaço. As relações entre os historiadores profissionais e não-profissionais remetem diretamente a outra das perguntas de Burke: “Os gêneros literários locais desempenham o mesmo papel de modelos conscientes ou inconscientes do trabalho dos historiadores, como White sugere a respeito de Ranke, Burckhardt, Tocqueville etc.?” Os historiadores japoneses

formados nesse molde moderno de estudo histórico estavam profundamente influenciados por historiadores como Ranke, Burckhardt e Tocqueville, e efetivamente seguiam em suas pesquisas o modelo desses europeus. Na realidade, porém, a historiografia japonesa caminhou na direção oposta.

Isto é, quando a historiografia japonesa começou a dividir-se, na segunda metade do século XIX, entre “historiografia acadêmica” e “historiografia não-acadêmica” (ou, em outros termos, entre “historiografia pública” e “historiografia privada”), a “historiografia não-acadêmica” aderiu aos modelos historiográficos de autores como Guizot e Buckle. Mas como a maior parte desses historiadores não era assalariada da universidade, seu trabalho foi qualificado, depreciativamente, como história “não-acadêmica”. Após a Segunda Guerra Mundial, essa tradição não-acadêmica foi continuada pela produção dos então chamados “romancistas históricos”. Os cenários realistas que se encontram no *Mimesis*, de Erich Auerbach, eram o tipo de palco em que esses romancistas se destacavam. Comparados, porém, com os escritores considerados “romancistas históricos” no Ocidente, os romancistas históricos japoneses mantiveram padrões estritos de pesquisa histórica documental e fidelidade à realidade histórica. De acordo com a sensibilidade japonesa, obras como a de Jules Michelet, considerado um historiador pelos ocidentais, eram relegadas ao plano dos romances históricos. Com efeito, os romancistas históricos japoneses objetivavam descrições mais próximas dos fatos históricos do que as de Michelet. Segundo os padrões ocidentais, é talvez mais seguro afirmar que os romancistas históricos japoneses podem ser considerados historiadores, ou quem sabe ensaístas históricos. Foi apenas a tradição normativa do Extremo Oriente que os situou fora do domínio da história acadêmica. Ironicamente, foram esses romancistas históricos que, ao longo do ensino de história recebido pelos japoneses na escola primária e secundária, influenciaram profundamente a consciência histórica e a sensibilidade de maior parte dos japoneses.

A historiografia no horizonte da sociedade

Uma direção em que todos esses diversos argumentos convergem está no papel social, cultural e político desempenhado pela historiografia. Esse é um ponto incontornável quando se compara a historiografia do Extremo Oriente com a da Europa ocidental.

Ao se pensar no papel da história dentro de uma cultura particular, volta-se sempre à questão posta por Marc Bloch: "Para que serve a história?"²⁰ Para colher a percepção japonesa dessa questão, distribuí questionários a 126 graduandos em História, com a seguinte pergunta: "Por que estudamos história?" Em resposta, 38 disseram: "Para aprender sobre o passado". Desses 38, 19 responderam citando Confúcio. O provérbio reza: "Tenta encontrar um guia no futuro aprendendo sobre o passado".²¹

O interessante nessa idéia, proposta pelos estudantes japoneses de História, é que a história existe "para benefício do futuro". Desde o final do século XIX, todavia, o estudo da história havia sido instaurado como uma disciplina autônoma justamente para se distinguir da visão moralista da história. E mesmo atualmente, esses estudantes não são capazes de justificar sua disciplina de outra maneira.

É certo que "o passado" é entendido, no Extremo Oriente como na Europa ocidental, em termos de "espelho". Isso forma uma corrente poderosa na nossa consciência da história, e seria um equívoco não levar em conta esse sentido particular da história. No entanto, é muito arriscado aplicar ao Extremo Oriente o quadro interpretativo da "história como espelho da humanidade", tal como moldado por uma sociedade ocidental baseada na religião revelada do cristianismo.²² Isso é arriscado porque, como foi dito anteriormente, a história, no mundo do Extremo Oriente, era o único fundamento do juízo humano. Em suma, "o espelho único da humanidade".²³ No Japão tradicional, antes das mudanças em meados do século XIX, não há exagero em dizer que mais de 90% dos intelectuais eram historiadores.

Resumo agora meu argumento referente à transformação da antiga visão moralista da história em um novo quadro histórico de referência. A confrontação entre os dois é o que desejei enunciar com o título "Historiografia cognitiva e historiografia normativa". Antes dessa confrontação, havia um campo cognitivo de estudo na história ocidental, enquanto no Oriente tinha-se um campo normativo. No entanto, bem depois dessa confrontação, a historiografia do Extremo Oriente continua fundamentalmente presa a seu caráter normativo.

A história, no Extremo Oriente, sempre elaborou normas políticas, sociais e culturais. Assim, sempre que uma forma particular de trabalho histórico

surgia (como a biografia ou a cronologia), era logo regulada; e os escritos históricos das gerações sucessivas caminhavam pelas mesmas trilhas. Esses modelos foram preservados e sustentados publicamente pelos governos, justamente porque eram vistos como normas. Daí resulta que essa tradição normativa persiste, apesar de os japoneses terem adotado sistematicamente as técnicas cognitivas ocidentais de pesquisa, desde meados do século XIX. Minha tese inicial dizia: “Mesmo se ocorrer mudança com alguma de suas partes, o caráter do todo pode ser preservado”. No caso do Japão, malgrado as mudanças na historiografia ao longo do último século e meio, a tradição das compilações históricas feitas por instituições públicas e a tradição da historiografia normativa em geral prosseguiram sem interrupções e são praticadas ainda hoje. Para constatar esse fenômeno, basta tomar os manuais de história ou as histórias regionais produzidas hoje em dia, com seus formatos rigidamente fixados e a “autorização” explícita recebida dos governos centrais (no caso das histórias regionais, do respectivo governo).

Inversamente, a pesquisa histórica no Ocidente se constituiu, desde o século XVI, como um campo cognitivo de estudo, por oposição aos demais campos acadêmicos da época. O novo “método cognitivo”, que objetivava descobrir o sentido dos acontecimentos de cada época em seu contexto histórico, surgiu na Alemanha do século XIX. Se pensarmos no surgimento das obras sobre historiografia (entre as quais a de La Popelinière é pioneira), como um primeiro passo da visão cognitiva da história no Ocidente, então a maré de obras sobre teoria da história na Alemanha do século XIX pode ser vista como sinal do estabelecimento da história como uma disciplina autônoma, definida cognitivamente.²⁴

O Extremo Oriente era a cultura da palavra escrita e seu cerne a historiografia. Mas por que as obras de historiografia cognitiva são tão poucas, em relação ao grande número de estudos históricos produzidos no Extremo Oriente? Venho pensando constantemente nessa questão nos últimos vinte anos. Minha resposta hoje é: as normas reforçam a forma e a forma previne a possibilidade de cognitivismo. No entanto, a historiografia do Extremo Oriente no século XX é o palco da confrontação entre a historiografia normativa e a historiografia cognitiva. Creio que uma análise metahistórica da historiografia normativa esclarecerá o caminho em direção a um horizonte novo na história cognitiva.

(Tradução: Estevão C. de Rezende Martins)

Notas

- ¹ Georg G. Iggers, *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert. Einige Überlegungen*, em *Shakari Keizai Shigaku*, pp. 60-2, 1-23.
- ² Ernst Bernheim, *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*, Berlim, 1905. A primeira tradução japonesa foi publicada em 1922, mas ainda antes a *Lehrbuch der historischen Methode*, de Bernheim (Berlim, 1889), era amplamente conhecido dos historiadores japoneses.
- ³ Tsuboi Kumezo, *Shigaku kokyuhō*, Tóquio, Kyobunsha, 1903; Liang Qichao, *Zhongguo lijia*, 1922.
- ⁴ Naito Konan, *Shina shigakushi*, Tóquio 1949; Tanaka Suiichiro, "Liang Qichao no rekishi kenkyuhō", em Tanaka Suiichiro, *Shigaku ronbunshu*, Tóquio, 1900, pp. 347-85.
- ⁵ Cf. volume 7 do *Shih Tong* de Liu.
- ⁶ Burton Watson, *Ssuma Chien: Grand Historian of China*, New York, 1958, p. 104.
- ⁷ Suzuki Shun/Nishijima Sadao (eds.), *Chugokushi no jidai kubun*, Tóquio, Iwanami Shoten, 1957.
- ⁸ Tsuneo Matsui, *Chugokushi*, Tóquio, Sanseido 1981.
- ⁹ Foi necessário esperar, porém, até a primeira metade do século XIX para surgir a abordagem quantitativa.
- ¹⁰ Ver Si-ma Qian, *Shih Ji*, cap. 70.
- ¹¹ Sorai Ogyu, "Taiheisaku", em Ogyu Sorai, *Nihon Shiso Taikō*, Tóquio, Iwanami Shoten, v. 36, 1973, p. 485.
- ¹² Juichi Igi, *Nihon komonjogaku*, Tóquio, 1995, pp. 18-37.
- ¹³ Shin'ichi Sato, *Komonjogaku nyumon*, Tóquio, Hosei Daigaku Shuppankyoku, 1971, pp. 4-5.
- ¹⁴ Yasutsugu Shigeno, "Kojima Takanori", em Shigeno hakase *shigaku ronbunshu*, Tóquio, 1938, v. 2, pp. 577-90.
- ¹⁵ Toshiaki Okubo, *Kindai nihonshigaku no seiritsu* (Tóquio: Yoshikawa Kobunkan 1988), p. 70.
- ¹⁶ Shojiro Ota, "Jodai ni okeru Nihonshoki kokyū", em *Honpo shigakushi ronso*, Tóquio, 1939, pp. 367-422.
- ¹⁷ Suiichiro Tanaka, *Tanaka Suiichiro shigaku ronbunshu*, Tóquio, 1900, pp. 500-12.
- ¹⁸ Ivan Morris, *The Nobility of Failure*, London, 1975.
- ¹⁹ Tadao Sato, *Nihonjin no shinjyo*, Tóquio, 1976.
- ²⁰ Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, Paris, 1949.
- ²¹ Apud *Analektas* de Confúcio. No entanto, o mais interessante é que o sentido original do provérbio era algo como: "se alguém estudar sempre mais e mais o que aprendeu no passado, pode chegar a uma nova interpretação. Essa pessoa pode talvez tornar-se um mestre". Essa passagem transmite a idéia de que a interpretação é a primeira tarefa do acadêmico. Esse significado original desapareceu das mentes da maior parte dos japoneses.
- ²² Cf., por exemplo, J. H. Plumb, *Death of the Past*, London, 1969.
- ²³ Isso faz pensar no *Over historische Levensidealen*, de J. Huizinga (*Verzamelde Werken* iv), pp. 411-32).
- ²⁴ Jörn Rüsen, *Studies in Metahistory*, Pretoria, 1993, pp. 97-128.

Bibliografia

- BERNHEIM, Ernst. *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*. Berlim, 1905.
 ————. *Lehrbuch der historischen Methode*. Berlim, 1889.
 BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris, 1949.
 HUIZINGA, J. *Over historische Levensidealen* (*Verzamelde Werken* iv).

- IGARAS, Georg C. Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert: Einige Überlegungen. *Jidai-ken* *Keizai Shigaku*, 60-2, 1-23.
- KA, Juichi. *Nihon komonjogaku*. Tôquio, 1995.
- KONAN, Naito. *Shima shigakushi*. Tôquio, 1949.
- KUMEZO, Tsuboi. *Shigaku kokyuhô*. Tôquio: Kyobunsha, 1903.
- MATSLI, Tsuneo. *Chugokushi*. Tôquio: Sanseido, 1981.
- MORRIS, Ivan. *The Nobility of Failure*. London, 1975.
- OGYU, Sorai. Taiheisaku. In: SORAI, Ogyu., *Nihon Shiso Taikêi*. Tôquio: Iwanami Shoten, v. 36, 1973.
- OKURO, Toshiaki. *Kindai nihonshigaku no seiritsu*. Tôquio: Yoshikawa Kobunkan 1988.
- OTA, Shojiro. Jodai ni okeru Nihonshoki kokyu. *Heisei shigakushi ronso*. Tôquio, 1939.
- PLUMB, J. H. *Death of the Past*. London, 1969.
- QICHAO, Liang. *Zhongguo lijiafa*. 1922.
- RËSEN, Jörn. *Studies in Metahistory*. Pretoria, 1993.
- SATO, Shin'ichi. *Komonjogaku nyumon*. Tôquio: Hosei Daigaku Shuppankyoku, 1971.
- SATO, Tadao. *Nihonjin no shinryo*. Tôquio, 1976.
- SHIGENO, Yasutsugu; TAKANORI, Kojima. *Shigeno hakase shigaku ronbunshu*. Tôquio, v. 2, 1938.
- SHUN, Suzuki; SADAQ, Nishijima (eds.). *Chugokushi no jidai kubun*. Tôquio: Iwanami Shoten, 1957.
- SUICHIRO, Tanaka. Liang Qichao no rekishi kenkyuhoh. In: SUICHIRO, Tanaka. *Shigaku ronbunshu*. Tôquio, 1900.
- TANAKA, Suichihiro. *Tanaka Suichihiro shigaku ronbunshu*. Tôquio, 1900.
- WATSON, Burton. *Ssuma Chien: Grand Historian of China*. New York, 1958.

Historiografia e epistemologia histórica

Arno Wehling

Propõe-se aqui um estudo de viabilidade: verificar se é possível à história da historiografia tornar-se o “laboratório” de uma epistemologia histórica.

“Laboratório”, sem nenhum travo fisicalista, porque se trata da possibilidade de aplicação das categorias e dos procedimentos epistemológicos a determinado tipo de fontes – as obras historiográficas – com caráter de exercício intelectual, que contribua para o refinamento teórico do campo.

À história da historiografia caberia, assim, como ramo ou aspecto da história da ciência, o papel de *locus* privilegiado da epistemologia histórica. O “território do historiador”, assim como o dos demais campos científicos, é composto por uma rede em que interagem questões epistemológicas, metodológicas e empíricas, só seccionáveis e distintas por artifício lógico; mas é inegável que as questões de natureza epistemológica, nos diferentes campos científicos, por sua vez articulam-se, como epistemologias “setoriais” que são, à epistemologia geral e dão o tom da abordagem científica do campo.

Sua explicitação e aplicação à historiografia podem contribuir, portanto, em grau muito superior ao das abordagens metodológicas, para uma “crítica da razão histórica” que efetivamente aperfeiçoe o campo dessa especialidade.¹

O objeto da história da historiografia

De modo geral e com poucas exceções, a história da historiografia, explícita ou implicitamente, não contemplou preocupações de caráter epistemológico. Repassemos, rapidamente, algumas obras que são referência no assunto.

Quando a história da historiografia optou por um *modelo descritivo*, realizou o inventário da evolução da escrita da história. Bom exemplo desse procedimento é a clássica *History of historical Writing*, de James Westfall Thompson, que, a despeito de seus inúmeros méritos, caiu, por sua linearidade expositiva que vai da Antiguidade ao século xx, em uma perspectiva historicista que encadeava processos autônomos. O conhecimento histórico aparecia como uma extensa teleologia de 2.500 anos, culminando, por avanços e retrocessos, na história científica do século xix.²

A principal limitação dessa perspectiva reside no fato de que as obras historiográficas são pouco referenciadas à sua própria época e cultura. Sobressai, em seu lugar, uma linearidade que só não é sempre ascendente porque a Idade Média, com suas crônicas e sua teologia da história, teria representado um retrocesso de método, estilo e concepção intelectual.

Quando a história da historiografia optou por uma aproximação com a *sociologia do conhecimento*, contextualizou a produção historiográfica no universo ideológico e na sua fundamentação social. As classes sociais pareciam, em última análise, definir a produção historiográfica. Na *Naissance de la historiographie moderne*, Georges Lefebvre identificou uma “historiografia burguesa”, que sucedia a uma “historiografia da nobreza” ou a uma “historiografia eclesiástica”.³ Charles Olivier Carbonell, estudando a *tournant* intelectual de meados do século xix, também encontrou certa “mutação ideológica” na historiografia francesa, que relacionou às condições sociais da França do Segundo Império.⁴ Como a de Thompson, também as visões de Lefebvre ou Carbonell possuem méritos inequívocos, estas últimas, sem dúvida, por chamar a atenção para o *locus* social do pensamento.

Tal perspectiva, entretanto, pode incidir no determinismo sociológico, quando estabelece uma relação quase mecânica entre a produção intelectual e as relações sociais, a primeira como expressão “necessária” destas, além de reificar categorias sociológicas como “nobreza” ou “burguesia”.

Quando a história da historiografia optou pelo *modelo de compreensão do Zeitgeist*, buscou contextualizar a produção historiográfica no *ethos* de determinada cultura. Tal olhar ganhava muito em abrangência, na medida

em que procurava dar conta das linhas mestras da *Kultur*, no sentido que teve o conceito para a Ilustração e o historicismo alemães.

A limitação de tal enfoque está em que alguns dos aspectos historiográficos ou mesmo certas épocas podem ser mais ou menos considerados que outros, à medida que se aproximam ou se afastam do que pode ser entendido como o núcleo do *Zeitgeist*.

Finalmente, outro ponto de vista, que poderíamos denominar provisoriamente "funcionalista", identifica correntes e autores dos séculos XIX e XX em suas relações com a produção historiográfica geral, ou com "grandes temas" particulares (como a historiografia da Revolução Francesa ou da Revolução Industrial) ou ainda com determinados cortes transversais, como realizado classicamente por Herbert Butterfield em sua *Whig interpretation of history*.⁵

É inegável que qualquer dessas perspectivas, ou suas combinações, deu rica contribuição ao conhecimento histórico, quer do ponto de vista material, ajudando a identificar e corrigir *bias* ou equívocos de interpretação, quer do ponto de vista formal, auxiliando seu aperfeiçoamento teórico-metodológico.

Resta, porém, entre outras possíveis, uma senda que promete ser extremamente rica e fecunda. Referimo-nos à preocupação com a *construção do processo intelectual do conhecimento histórico*, que é estranha às concepções anteriores. Somente em uma época em que a epistemologia, como conjunto de teorias e problemas aplicados a uma crítica da razão científica, teve oportunidade de surgir, é que se pode gerar a demanda a tal tipo de indagação.

Sua necessidade já foi percebida ou intuída isoladamente, como o atestam até certo ponto as preocupações conceituais na historiografia alemã⁶ e aspectos da obra de Paul Veyne,⁷ porém esse caminho está ainda longe de possuir tratamento sistemático.

Ele consistiria na constituição da história da historiografia, ou em uma de suas vertentes, como "laboratório" da epistemologia histórica.

O "laboratório" da epistemologia histórica

Charles Canguillem falou da possibilidade de a história da ciência ser o laboratório de sua epistemologia.⁸ O sentido da proposta é muito claro: o conhecimento da história de uma ciência, passando por sucessivas metodologias, resultados, dúvidas e certezas, constituir-se-ia em excelente exercício prático para sua construção teórica.

Essa construção, acrescentando-se, freqüentemente se fez no âmbito de uma comunidade científica, na definição de Kuhn,⁷ de modo que a história de uma ciência é em grande parte constituída por teorias, procedimentos, dados empíricos e conceitos referidos uns aos outros no âmbito de um grupo de pesquisadores que se reconhecem como tais e estabelecem entre si uma *traditio*, que inclui o reconhecimento, ao longo do tempo, de filiações e também de rupturas.

Portanto, a metodologia e a epistemologia ou fundamento teórico de uma ciência não podem prescindir do conhecimento de sua evolução. Entretanto, se nos detivéssemos nessa constatação, poderíamos considerar satisfatórias as informações e conclusões disponíveis sobre a história da historiografia nos quatro modelos que aqui classificamos, *ad hoc*, como descritivo, da sociologia do conhecimento, do *Zeitgeist* ou funcionalista.

Falta, todavia, a análise sistemática (e não eventual) da *construção do processo intelectual do conhecimento histórico*. E por que se faz sentir, agora, essa falta? Por que o sentimento de sua ausência não surgiu antes?

A resposta está, a nosso ver, na crise do paradigma newtoniano. Enquanto o paradigma newtoniano esteve em sua plena vigência, como no século XIX, a teoria científica de base era monolítica, única. O *monismo epistemológico* caracterizava o conhecimento científico, já que para atingir o estatuto científico, uma determinada área do conhecimento deveria ser capaz de preencher alguns requisitos reconhecidos como inerentes à ciência,¹⁰ notadamente a capacidade para construir procedimentos metodológicos de descrição da realidade observada e nela encontrar regularidades traduzíveis em leis cognitivas.

A partir do *monismo epistemológico* assim “descoberto”, elaboravam-se as metodologias específicas, em relação a cada um dos objetos ou áreas do conhecimento. A física, a biologia, a sociologia ou mesmo a história, correspondendo a objetos muito diferenciados, deveriam ser abordados com diferentes metodologias. Todas, porém, referidas a um núcleo teórico ou epistemológico comum, aquele do paradigma newtoniano.¹¹ Não existia, assim, necessidade de uma “crítica da razão científica”, no sentido de uma reavaliação permanente do processo de construção intelectual da ciência em seus fundamentos; a margem de discussão que restava era basicamente metodológica, consistindo na avaliação de procedimentos investigativos – metodológicos, portanto – como os indicadores e descritores utilizados, os critérios estabelecidos para a coleta dos dados (inclusive as fontes históricas), a definição das conclusões ou as fronteiras entre as diferentes áreas.

Entende-se, assim, por que as discussões no âmbito dessa ciência cientificista cingiram-se ao problema do método, a partir da definição de suas fronteiras “disciplinares”. Talvez o exemplo mais significativo seja o de Émile Durkheim, preocupado, na boa lógica positivista, em delimitar os campos de atuação da biologia, da psicologia e da sociologia, combatendo tenazmente o “reducionismo” desta àquelas.¹²

A discussão que mais se aproximava de um aspecto teórico ou epistemológico estava, em geral, no questionamento do grau de cientificidade ao qual atingira determinada ciência. Admitia-se, assim, explícita ou implicitamente, a existência de um parâmetro ou padrão em função do qual se hierarquizavam as diferentes ciências. Esse padrão era a física, em sua versão newtoniana original, acrescida da mitologia cientificista elaborada a seu redor por seguidores e divulgadores, como Clarke.

As resistências a esse modo de conceber a ciência foram, no século XIX, minoritárias, embora significativas: a tradição hermenêutica do historicismo, que encontrou sua formulação teórica com Dilthey, distinguindo as *ciências da explicação*, de raiz newtoniana, e as *ciências de compreensão*, fundamentadas no psiquismo humano,¹³ e a crítica de Nietzsche ao cientificismo.¹⁴ No primeiro caso, admitia-se o conhecimento científico como o traço primordial da cultura do ocidente no século XIX; apenas reagia-se contra o monismo epistemológico do paradigma newtoniano. Em Nietzsche, a ruptura foi mais radical, glosando-se a ciência como uma insuportável (e efêmera) ilusão do espírito.¹⁵

Na virada do século XX, com a crise do paradigma newtoniano, cujo principal motivo foi uma implosão, intrínseca à própria física, com o desenvolvimento da teoria quântica e relativista, acrescida depois das discussões sobre o indeterminismo,¹⁶ evidenciou-se a necessidade de um *pluralismo epistemológico*. Teorias, e não mais uma teoria, embasavam diferentes áreas científicas e, às vezes, concorriam entre si na mesma área. Popper chegou mesmo a admitir que o princípio da refutabilidade, que julgava primordial para o progresso do conhecimento científico, envolvia a concorrência entre teorias rivais e a refutação da teoria até então dominante por outra mais eficiente.¹⁷

Definiu-se um espaço teórico muito mais amplo que o anterior, preso ao âmago do paradigma newtoniano. A epistemologia tinha oportunidade de surgir, assim, como o território em que se realizava o processo de elaboração dos instrumentos de análise intelectual de uma determinada área de conhecimento: em vez de uma epistemologia única, definitiva, que se aplicava operacionalmente em uma metodologia ou um conjunto de regras implementadoras da

investigação, passava-se a um pluralismo teórico que determinava o aparecimento de um novo espaço de abstração – a epistemologia de certa área ou ciência – por sua vez inserida no quadro de uma epistemologia geral.¹⁴

A pluralidade de epistemologias dos diferentes campos científicos e, dentro de cada um deles, à pluralidade de teorias concorrentes, perspectivas e questões conceituais e empíricas em aberto, somava-se agora a pluralidade de metodologias – talvez mais precisa fosse a expressão “procedimentos metodológicos” – referidas, cada qual, operacionalmente e *ad hoc*, a determinada teoria ou questão proposta pela investigação.

Trata-se, pois, da definição de um território, para fins de conceitualização, específico da epistemologia de um determinado campo, distinto, ainda para aqueles fins, do espaço próprio aos procedimentos metodológicos e à análise empírica. Vale observar que em situações concretas de investigação (inclusive histórica), os espaços entre a epistemologia, a metodologia e a empiria, separados por *abstração* para facilitar o equacionamento de questões, são intensa e permanentemente interagentes, não admitindo compartimentos, pois admiti-los seria recair em uma segmentação newtoniana (e sobretudo positivista) da ciência, do método e da realidade.

Esse novo espaço teórico, o das epistemologias setoriais ou “regionais”, alimenta-se, para sua plena constituição, das circunstâncias, atitudes e instrumentos intelectuais que constituem a evolução ou a “história” do respectivo campo ou “ciência”. Logo, se a história da historiografia é a história da ciência histórica, é nela, no estudo dos processos de construção da interpretação ou explanação histórica, que precisamos nos basear para a reflexão teórica sobre esse campo ou “ciência”.

Introduzindo uma aporia: a história como campo ou como ciência social?

A história, o direito e a geografia distinguem-se das demais ciências sociais quanto à origem. Enquanto a economia, a sociologia, a antropologia, a etnografia e a ciência política – poderíamos ainda acrescentar, fora desse âmbito, a psicologia – foram ciências criadas no século XVIII ou XIX, a partir da racionalização crescente da cultura ocidental, tendo como ápice o cartesianismo e a física newtoniana; com a história, o direito e a geografia aconteceu algo diverso.

Não há dúvida de que essas três áreas do conhecimento tornaram-se ciências sociais na virada do século XVIII para o XIX. A diferença entre elas e suas co-irmãs,

entretanto, reside no fato de que estas efetivamente nasceram nesse contexto, enquanto aquelas foram objeto de uma refundação, já que, como saberes dentro da cultura ocidental – para ficar apenas nela –, existiam desde a Antiguidade.

Esses saberes, tratando-se de outro contexto cultural, tinham características e significados que não eram os mesmos daqueles que lhes foram atribuídos no processo que levou à sua institucionalização científica, durante e após o iluminismo.

Assim, para trabalhar com o enfoque proposto em Canguillem, seria desejável considerar todo o campo de existência da historiografia, ou apenas o momento em que o campo torna-se “ciência”? Deveriam ser admitidos no “laboratório” os conteúdos historiográficos produzidos pela historiografia grega e romana, pela crônica medieval e moderna, pela crítica renascentista? Ou a análise epistemológica dever-se-ia restringir à história autoproclamada científica dos séculos XIX e XX, já que os demais momentos não tinham tal preocupação vinculando-se a outros valores, critérios ou paradigmas?

A resposta pode ser afirmativa ou negativa, conforme a abordagem de análise e a amplitude que desejemos atribuir ao “laboratório”.

Começemos pela mais fácil, a negação. Limitar a análise epistemológica à produção da história tida como ciência social, excluindo as demais manifestações, parece atitude lógica, já que o processo de construção do conhecimento histórico na Grécia, em Roma, na Idade Média ou durante o absolutismo tinha finalidade substancialmente diversa daquele que encontramos em uma proposta científica, mesmo considerando as mutações desta nos séculos XIX e XX.

Conquanto fossem igualmente racionais, muitas vezes com informações seguras e sinceras preocupações com a “verdade”, obedeciam a paradigmas ou referenciais muito diversos: a *anamnese* grega, o patriotismo romano, o providencialismo medieval, o oficialismo absolutista, não são certamente vetores análogos àqueles da ciência social moderna.

Porém, a resposta poderia ser o *sim*. Se no universo da ciência social moderna, questões de natureza ontológica, ética ou simplesmente ideológica freqüentemente surgem na história e nas demais ciências sociais, envolvendo complexos e sofisticados esforços de delimitação, neutralização ou mesmo desmascaramento, por que não considerar úteis e fecundos os estudos que tenham por objeto as historiografias de processos culturais diferentes do

nosso, nos quais todas essas questões também estarão presentes, as vezes, claramente explicitadas, sem o véu de uma pretensa cientificidade?

Um outro papel para a história da historiografia

A história da historiografia como “laboratório” da epistemologia histórica implica dar-lhe uma dimensão de *análise epistemológica*. Não se nega a viabilidade ou o interesse de uma análise sociológica do texto historiográfico, ou de uma análise metodológica. Mas abre-se nova dimensão de abordagem.

Ele pode implicar diferentes perspectivas. Duas delas serão rapidamente consideradas. A pesquisa das *unit ideas* pode ser um ponto de vista enriquecedor. Quando Lovejoy propôs uma nova história das idéias, preocupou-se com a identificação de algumas concepções axiais, que percorreriam transversalmente diferentes sistemas de pensamento.¹⁹

No conhecimento histórico, existem diferentes categorias que cumprem esse papel de *unit ideas*, categorias que, às vezes, são compartilhadas com outras ciências ou mesmo outros campos do conhecimento. São categorias ou conceitos comuns a diferentes corpos doutrinários ou sistemas de interpretação, verdadeiras estruturas de conhecimento que orientam a lógica interna da pesquisa e do discurso historiográfico.

Recuperar essas categorias ou conceitos comuns, ao mesmo tempo que assinala as diferenças no seu tratamento pelos historiadores considerados, avaliando o peso que elas possuem para a coerência interna da explanação histórica, ou as nuances que o pesquisador nelas introduziu em função de evidências empíricas, constitui terreno fértil para o adensamento teórico da história da historiografia e, por extensão, da própria interpretação ou “operação historiográfica”. Dois exemplos de *unit ideas* poderão aclarar esse ponto de vista.

As diferentes formas de teleologia, implícitas ou explícitas, transversais a autores marxistas, evolucionistas e positivistas, refletindo a mesma matriz hegeliana – ou, se sairmos da ciência e da filosofia, a mesma matriz providencialista judaico-cristã –, são interessante filão teórico, de imensas conseqüências metodológicas e empíricas.

O encontro de uma teleologia básica, comum a todas essas perspectivas, pode fazer emergir questões fundamentais, pouco perceptíveis sob o ângulo exclusivo de cada “doutrina” ou corrente. O antagonismo destas, que parecia

em um determinado nível de observação absolutamente radical, diluir-se-ia ante a evidência da mesma teleologia que as enforma.

Os acirrados conflitos entre positivistas, marxistas e evolucionistas, envolvendo questões científicas – como as que hoje denominamos epistemológicas, metodológicas e empíricas – e metacientíficas, como as de natureza ideológica, filosófica ou ética, passam a ter significados muito diversos, redimensionando-se, se percebidos sob um mesmo denominador comum.

Na história do pensamento brasileiro, o exemplo talvez mais significativo de conflito entre correntes doutrinárias que, não obstante possuírem antagonismos fortes de caráter metodológico ou ideológico, têm supostos epistemológicos comuns, como a teleologia, evidenciou-se em Silvio Romero. Na obra *Doutrina contra doutrina*, de 1894, o autor preocupou-se em desmontar minuciosamente, segundo a ótica evolucionista, o positivismo, particularmente na versão ortodoxa professada pelo Apostolado Positivista do Rio de Janeiro. Não se deu conta, entretanto, que as diferenças “radicais” que via entre a sucessão de estágios de humanidade de Comte e as concepções da antropologia e da sociologia evolucionistas que apoiava eram, ambas, marcadamente teleológicas, vinculando-se à origem cientificista comum.²⁰

Porém, o relativismo, concepção igualmente tão transversal a diferentes concepções historiográficas, pode ser surpreendido em interpretações – muitas vezes concorrentes – do historismo alemão, como do historicismo antropológico de Boas ou do marxismo. É o caso, nos dois primeiros, da preocupação em fixar relações contextualizadas em determinada época, enquanto no último a atitude revela-se na busca da relatividade de situações referidas a diferentes “modos de produção”.

O estudo da preocupação com o relativismo em autores do século XIX que reagiram ao racionalismo iluminista, ou o das consequências de sua radicalização, cujo temor expressou-se na obra de Troeltsch,²¹ permite tanto uma rica leitura comparativa de diferentes “operações historiográficas”, quanto o levantamento de questões não apenas “técnicas”, como as epistemológicas ou metodológicas, e também as éticas e até as metafísicas.

O direito natural, por exemplo, em qualquer das suas acepções leigas ou religiosas, como se situaria ante o relativismo? A existência de leis relativas a cada cultura implicaria a rejeição de um padrão ético e jurídico minimamente universal? Pode ou deve o historiador abstrair valorações do mais alto sentido humanista em nome da isenção científica? Confrontados com situações

concretas, em que a liberdade individual e os direitos tidos como fundamentais estiveram em jogo, como agiram e produziram os historiadores?

O próprio conceito de relativismo, implícito ou explícito na historiografia, de que forma foi compreendido em seu exercício: em um sentido puramente teórico-metodológico? Como relativismo moral? Como relativismo antropológico? Einstein, Troeltsch ou Boas, respectivamente?

Uma segunda via para a história da historiografia como "laboratório" da epistemologia é a possibilitada pela análise do processo de construção da explanação histórica pelo historiador.

A definição do tema, o equacionamento dos problemas, a maneira de trabalhar hipóteses *ad hoc*, o uso das fontes, a definição de objetos, os procedimentos de análise, a fixação das interpretações, a percepção da "teia de significados" são variáveis que, conforme a posição (e a época) do autor, se combinam ou excluem, mas constituem um guia operacional seguro para o pesquisador.

A partir dessa hermenêutica, pode o historiador da historiografia desvelar o mundo oculto de elaboração da obra que lhe aparece como acabada, sob a forma de uma tese, um livro ou toda a bibliografia de um autor ou de uma corrente historiográfica. É possível, pois, com tais procedimentos, discernir entre as operações tipicamente epistemológicas e metodológicas e aqueles compromissos outros, éticos ou ideológicos, que remetem a obra para o mundo das valorações subjetivas.

No primeiro caso, pode analisar o processo de elaboração dos conceitos, hipóteses *ad hoc* e outras categorias explanatórias utilizadas na historiografia; ou a capacidade de historiador, como analista social, estabelecer conclusões por inferências, mediante indicadores que serão testemunhas singulares ou séries estatísticas; também onde discernir os níveis de sucessiva aproximação das conclusões em relação ao "centro" de um problema, verificando o grau de verossimilhança atingido pelo autor por meio de sua descrição, explicação ou modelo.

Ainda no âmbito epistemológico e metodológico, pode identificar o papel desempenhado, na construção intelectual do autor considerado, de certas *aporias técnicas* que com frequência viciaram a operação historiográfica.

Pelo menos três exemplos podem ser encontrados, com presença assegurada nas historiografias dos séculos XIX e XX. É o caso da *hipertrofia do método sobre o objeto*, quando, em certas circunstâncias – inclusive o temor a

ser ou parecer “factual” ou historizante –, são elaboradas argutas construções lógicas cuja evidência é escassamente apoiada em elementos empíricos, quando não contraditada por eles.

É o caso, também, quando ocorre a *reificação dos cortes metodológicos* ao influxo dos aportes de outras ciências sociais, como a sociologia ou a economia. Remotamente remetida aos já mencionados procedimentos durkheimianos de compartimentação metodológica do real,²² essa atitude, bastante disseminada no século xx, contribuiu para importantes recortes de história social e da história econômica, mas, muitas vezes, ao preço de uma cristalização dos limites entre os segmentos “social”, “econômico”, “mental” etc., como se constituíssem realidades próprias, imunes às demais interfaces, ou realidades “últimas”, bases irreduzíveis do “todo” histórico. Conhecer até que ponto tal hipertrofia, se e quando ocorreu, interferiu na qualidade da interpretação inclusive pelo desprezo de campos desconsiderados “pouco nobres” e dignos de atenção é fecundo campo de investigação.

Finalmente, a *naturalização dos conceitos* constitui outra dessas aporias. O uso atemporal dos conceitos – por exemplo, quando o grande helenista Gustave Glotz²³ refere-se à burguesia ateniense do século iv como se tal categoria fosse igualmente válida para seu tema e para a época em que vivia, a da III República francesa – remete à mera aplicação de um “senso comum” de linguagem, ou implica a admissão de “realidades” transhistóricas e transculturais? Estaríamos diante de um simples empirismo despreocupado de questões teóricas e metodológicas ou de uma metafísica implícita/inconsciente?

Nas três situações há todo um trabalho “arqueológico” de desconstrução, como já assinalou Foucault com tanta propriedade,²⁴ que permite desvelar o universo mental de um autor e, eventualmente, de um grêmio de intelectuais, de uma geração ou de uma época histórica.

No segundo caso, o das valorações éticas ou ideológicas, possibilita-se igualmente um trabalho fecundo de desconstrução. Nesse caso, há diferentes problemas e outros tantos caminhos.

Se a proposta for o desvelamento da ética disseminada em uma sociedade que embasa os seus valores, então a linha de investigação ainda pode ser a “sociologia compreensiva” weberiana,²⁵ com sua preocupação em encontrar, mediante o estudo das ações teleológicas dos agentes sociais, os valores que as fundamentam. Os alicerces religiosos ou da filosofia da existência dos autores são um campo extenso de possibilidades.

Por outro lado, pode-se revelar igualmente profícua a investigação da interferência, na historiografia, da memória coletiva e da memória social. Naquela, verifica-se o grau de intercomunicação entre a obra do historiador e os quadros mentais que o enformam.²⁶ Tal enfoque por sua própria natureza pode revelar-se pouco eficaz no mundo sofisticado da historiografia profissional contemporânea, mas certamente será profícua no estudo da historiografia do Antigo Regime, onde a vida comunitária, mais do que a sociedade em seu conjunto, desempenhava papel primordial.

A memória social, a verdade assimilável à ideologia em mais um de seus sentidos correntes, por sua vez, tem sido presença constante na produção historiográfica. O fato explica-se porque a proposta de uma “história científica”, ainda na primeira metade do século XIX, coincidiu, certamente não por acaso, com os grandes embates ideológicos propiciados pelas transformações estruturais geradas pelas Revoluções Industriais e Francesa. Liberais, democratas, jacobinos, socialistas e anarquistas, bem como suas subdivisões e combinações, influenciaram direta ou indiretamente nas “operações historiográficas”, que se constituíram em um campo privilegiado – entre outros – de luta entre ideologias rivais e seus respectivos receituários sociais, políticos e econômicos.

O desenvolvimento do campo de pesquisas de “memória social”,²⁷ a partir dos estudos de Halbwachs sobre a “memória coletiva”, permite identificar as diferentes *estratégias* da memória social e sua relação com a *percepção de história*, seja sob a forma de historiografia, de divulgação científica ou de celebração cívica. A primeira das abordagens constitui um campo também rico de possibilidades; investigar até que ponto as estratégias da memória condicionam, interferem ou influenciam as conclusões da historiografia.

A expectativa dos resultados

A análise historiográfica como desconstrução da historiografia pode aspirar a contribuir para o aperfeiçoamento da ciência histórica? Pelo exposto, é evidente que aqui se opta pela resposta positiva.

A análise historiográfica vista desse modo produz, em primeiro lugar, um aprofundamento sobre a operação historiográfica e seu resultado, a produção historiográfica. Recupera o processo de elaboração intelectual que a gerou, identifica os *obstáculos epistemológicos* que a marcaram e procura saber como ocorreram.

Acarreta, em consequência, maior distanciamento do concreto e por extensão do descritivo: permite ao historiador da historiografia passar das operações concretas e das “causalidades estritas” para as operações abstratas, perceptíveis no “probabilismo estatístico” e nos ritmos tendenciais.

O caminho da abstração e do refinamento conceitual foi a senda trilhada por todas as ciências, nos diferentes campos em que se deu a evolução científica. Conhecer analiticamente o processo de construção do conhecimento no campo histórico pode ser uma das opções, de modo que ele se constitua no “laboratório” da epistemologia histórica.

Por último, deve ser assinalado que tal abordagem implica a admissão da cientificidade do conhecimento histórico – de alguma forma de cientificidade. Se tal cientificidade é ideográfica e não nomotética, como queriam os historiadores alemães, se existe uma única abordagem científica transversal às diferentes áreas, como defenderam Hempel, Nagel e Popper, ou se há uma “circularidade epistemológica” de saberes, como nos estruturalismos, em qualquer dessas abordagens cabe considerar a história da historiografia como “laboratório”, aliás muito útil, do aperfeiçoamento da cientificidade da história.

Mesmo a concepção de Veyne sobre o caráter tópico e “sublunar” desse conhecimento pode contribuir para tal objetivo. Ele somente será incompatível, por falta de objeto, com a idéia de que o conhecimento histórico é considerado um tipo de criação radicalmente presa à subjetividade individual do historiador. Nessa hipótese, não haveria sentido nem na inserção do conhecimento histórico no âmbito da discussão epistemológica, nem na própria existência de uma história da historiografia, já que essa se reduziria a uma galeria literária de expressões mais ou menos carlyleanas. Mas isso seria levar muito longe a noção de dependência do historiador à palavra escrita, ao estilo e à narratividade: seria levá-la de volta à classificação enciclopedista da história como um gênero literário.

Notas

¹ Essa questão desenvolve uma possibilidade assinalada no trabalho *Fundamentos e virtualidades da epistemologia histórica*, em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, rev., 1992, n. 10, p. 50 ss.

² No inventário de Thompson, cerca de 50% do texto correspondem à evolução da historiografia da Antiguidade ao Renascimento. A parte referente à historiografia posterior a Ranke compreende cerca de 35% do texto. James W. Thompson, *History of historical Writing*, Nova York, Peter Smith, 1967, 2v.

- ¹ "Não se tratava mais, como em Maquiavel ou Guicciardini, de ensinar a história em benefício pessoal do chefe de estado, do príncipe, mas de ressaltar o ponto de vista da burguesia de negócios", Georges Lefebvre, *El nacimiento de la historiografía moderna*, Barcelona, M. Roca, 1974, p. 125.
- ² Charles O. Carbonell, *Historie et historiens, une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976.
- ³ "Esta versão Whig do curso da história está associada com alguns métodos de organização e inferência histórica, certas falácias às quais toda história é relacionável [...]" Herbert Butterfield, *The whig interpretation of history*, Londres, Bell and Sons, 1960, p. v.
- ⁴ Por exemplo, os trabalhos de Gert Melville, Ulrich Muhlack, Ursula Becher e Wolfgang Mommsen, em Cristian Meier e Jörn Rüsen, *Historische Methode*, Munique, ruy, 1988, p. 133 ss.
- ⁵ Paul Veyne, *Como se escreve la historia*, Madri, Fragua, 1974, p. 110 ss.
- ⁶ Charles Canguilhem, *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, J. Vrin, 1979, p. 9 ss.
- ⁷ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 220 ss.
- ⁸ Arno Wehling, *Os níveis da objetividade histórica*, Rio de Janeiro, APOA, 1974, p. 10 ss.
- ⁹ Arno Wehling, "Um problema epistemológico iluminista: a sucessão histórica nos 'quadros de ferro' do paradigma newtoniano", em *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*, 2. ed., Rio de Janeiro, 1999, p. 57.
- ¹⁰ Émile Durkheim, "As representações coletivas", em *Sociologia e filosofia*, Rio de Janeiro, Forense, 1970, p. 35 ss.
- ¹¹ Wilhelm Dilthey, *Introducción a las ciencias del espíritu*, México, FCE, 1944. A questão, no historicismo, remonta, entretanto, a Boldt; Ulrich Muhlack, *Zum "Verstehen"*, em *Frühen Historismus. Ein Diskussionsbeitrag*, em C. Meier e J. Rüsen, op. cit., p. 227 ss.
- ¹² Friedrich Nietzsche, *Considerações intempestivas*, Lisboa, Presença, 1976, p. 105 ss. Arno Wehling, "Historia e valoração - a propósito de Nietzsche", em *Convivência*, n. 6, 1982, p. 35 ss.
- ¹³ Friedrich Nietzsche, op. cit., pp. 107-8.
- ¹⁴ Richard B. Braithwaite, *La explicación científica*, Madri, Tecnos, 1965, p. 373 ss. C. P. Broad, *El pensamiento científico*, Madri, Tecnos, 1963, p. 132 ss. K. R. Popper, *A lógica da investigação científica*, São Paulo, Cultrix, 1975, p. 237 ss. Cf. José Antonio Marvill, *Teoría del saber histórico*, Madri, Rev. de Occidente, 1967, p. 42 ss. Bartolomé Escandell Bonet, *Teoría del discurso historiográfico*, Oviedo, uo, 1992, p. 59; Arno Wehling, *Os níveis da objetividade histórica*, Rio de Janeiro, APOA, 1974, p. 20 ss.
- ¹⁵ Karl R. Popper, *Conhecimento objetivo*, São Paulo, Cultrix, 1976, p. 50 ss. *Conjecturas e refutações*, Brasília, UNB, 1972, p. 227 ss.
- ¹⁶ R. Blanché, *A epistemologia*, Lisboa, Presenças, s.d., p. 37. Jean Piaget, *Epistemologia genética*, São Paulo, Difel, s.d., p. 10 ss.
- ¹⁷ Arthur O. Lovejoy, "Reflections on the history of ideas, in Donald R. Kelley led", em *The history of ideas: canon and variations*, Rochester, URP, s.d., pp. 1- 21.
- ¹⁸ Silvio Romero, *Doutrina contra doutrina*, em *Obra Filosófica*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969, p. 405 ss.
- ¹⁹ Ernst Troeltsch, "Der historismus und seine Probleme", em *Gesammelte Schriften*, Tübingen, Mohr, 1922, vol. III, passim.
- ²⁰ Émile Durkheim, op. cit., p. 35 ss.
- ²¹ Gustave Glotz, *La cité grecque*, Paris, A. Michael, 1968, p. 271 ss.
- ²² Foucault trabalhou no curso do Colégio da França, de 1975-1976, nesse sentido mais concretamente, ao referir-se à obra de Boullainvilliers; Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 189.
- ²³ Max Weber, *Economía y Sociedad*, México, ruy, 1987, p. 15 ss.
- ²⁴ Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990, p. 45 ss; *Los cadres sociaux de la mémoire*, Paris, A Michel, 1994, p. 273.
- ²⁵ James Fentress e Chris Wickham, *Memória social*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 241 ss. Gérard Namer, *Mémoire et société*, Paris, Klincksieck, 1987, p. 19 ss. Dione E. Britton, "Historia pública y memoria pública", em Josetina Cuesta Bustillo (ed.), *Memoria e historia*, Madri, M. Pris, 1998, p. 147 ss. Arno Wehling e Maria José Wehling, "Memória e história: convergências e enfrentamentos", em *Memória social e documento*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, p. 5 ss.

Bibliografia

- BLANCHE, R. *A epistemologia*. Lisboa: Presenças, s.d.
- BONET, Bartolomé Escandell. *Teoría del discurso historiográfico*. Oviedo: I.O., 1992.
- BRANTHAITE, Richard B. *La explicación científica*. Madrid: Tecnos, 1965.
- BRITTON, Dione F. História pública y memoria pública. BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Memoria e historia*. Madrid: M. Prís, 1998.
- BROAD, C. P. *El pensamiento científico*. Madrid: Tecnos, 1963.
- BUTTERFIELD, Herbert. *The whig interpretation of history*. Londres: Bell and Sons, 1950.
- CANGUILLEN, Charles. *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. Paris: J. Vrin, 1979.
- CARBONELL, Charles O. *Historie et historiens, une mutation idéologique des historiens: français, 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.
- DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. México: ICR, 1944.
- DURKHEIM, Émile. As representações coletivas. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- FENTRESS, James; WICKHEM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GLOTZ, Gustave. *La cité grecque*. Paris: A. Michael, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: A. Michel, 1994.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LEFEBVRE, Georges. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona: M. Roca, 1974.
- MARVALL, José Antonio. *Teoría del saber histórico*. Madrid: Rev. de Occidente, 1967.
- MEGER, Cristian; ROSEN, Jörn. *Historische Methode*. Munique: DTV, 1988.
- NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Klincksieck, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações intempestivas*. Lisboa: Presença, 1976.
- PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. São Paulo: Difel, s.d.
- POPPER, Karl R. *Conjeturas e refutações*. Brasília: UNB, 1972.
- _____. *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- ROMERO, Sílvio. Doutrina contra doutrina. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.
- THOMPSON, James W. *History of historical Writing*. New York: Peter Smith, 1967, 2v.
- TROELTSCH, Ernst. *Der Historismus und seine Probleme. Gesammelte Schriften*. Tübingen: Mohr, 1922, vol. III.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve la historia*. Madrid: Fragua, 1974.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: FCE, 1987.
- WEHLING, Arno. Os níveis da objetividade histórica. Rio de Janeiro: ABIA, 1974.
- _____. História e valoração: a propósito de Nietzsche. *Convivência*. Pen Clube do Brasil, n. 6, 1982.
- _____. Fundamentos e virtualidades da epistemologia histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 10, 1992.
- _____.; WEHLING, Maria José. *Memória e história: convergências e enfrentamentos. Memória social e documento*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997.
- _____. Um problema epistemológico iluminista: a sucessão histórica nos "quadros de ferro" do paradigma newtoniano. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Canga Filho, 1999.

Enredo e verdade na escrita da história

Hayden White

A elaboração do enredo e seus limites

Existe uma inexpugnável relatividade em toda representação do fenômeno histórico. A relatividade da representação é função da linguagem usada para descrever e, desse modo, constituir eventos passados como possíveis objetos de explicação e entendimento. Isso é óbvio quando, como nas ciências sociais, a linguagem técnica é muito usada. Explicações científicas abertamente parecem se aproximar apenas daqueles eventos – por exemplo, aspectos quantitativos e, por essa razão, mensuráveis – que podem ser denotados pelos protocolos lingüísticos usados para descrevê-los. Isso é menos óbvio nos relatos das narrativas tradicionais dos fenômenos históricos: primeiro, a narrativa é considerada um *container* neutro do fato histórico, um modo de discurso “naturalmente” apropriado a representar diretamente os eventos históricos; segundo, histórias narrativas geralmente empregam a chamada linguagem natural ou ordinária, no lugar de técnica, ambas para descrever seus temas e

para contar sua estória;⁷ e terceiro, eventos históricos devem consistir em manifestar um amontoado de estórias “reais” ou “vivas”, as quais têm apenas de ser descobertas ou extraídas das evidências e dispostas diante do leitor para ter sua verdade reconhecida imediata e intuitivamente.

Obviamente, considero essa visão – da relação entre a história contada historicamente e a realidade histórica – equivocada, ou melhor, mal concebida. Estórias, como declarações factuais, são entidades lingüísticas e pertencem à ordem do discurso.

A questão que nasce com respeito à “elaboração de enredo histórico” no estudo do nazismo e da solução final é esta: existe algum limite sobre o tipo de estória que pode ser contada de maneira responsável sobre esses fenômenos? Podem esses eventos ter seus enredos responsabilmente elaborados em quaisquer modos, símbolos, tipos de enredo e gêneros que nossa cultura fornece para fazer sentido sobre o passado? Ou o nazismo e a solução final pertencem a uma classe especial de eventos, tais que, diferentes da Revolução Francesa, da Guerra Civil Americana, da Revolução Russa ou da Grande Arrancada Chinesa, devem ser vistos como manifestando apenas uma estória, que possui enredos elaboráveis de uma só forma e significa apenas um tipo de sentido? Em síntese, as naturezas do nazismo e da solução final colocam limites absolutos no que pode ser verdadeiramente dito sobre eles? Colocam limites nos usos que podem ser feitos delas pelos escritores de ficção ou poesia? Emprestam-se à elaboração de enredo em uma dada quantidade de maneiras ou são seu significado específico, como de outros eventos históricos, infinitamente interpretáveis e basicamente indetermináveis?

Narratividade, elaboração do enredo e o problema do Holocausto

Saul Friedlander tem em algum outro lugar diferenciado dois tipos de questões que podem surgir na consideração da elaboração do enredo histórico e o problema da “verdade”: questões epistemológicas levantadas pelo fato de “narrativas que competem sobre a época nazista e a ‘solução final’” e questões éticas levantadas pelo surgir de “representações do nazismo [...]

⁷ N.T.: Para Hayden White, do ponto de vista da narrativa, o historiador e o romancista não se diferem em nada. Por essa razão, os historiadores escrevem “estórias” por meio da elaboração do enredo.

baseadas no que costumava ser [vista como] modos *inaceitáveis* de elaboração de enredo". Obviamente, consideradas relatos de eventos já estabelecidos como fatos, "narrativas que competem" podem ser entendidas, criticadas e classificadas com base em sua fidelidade ao registro factual, sua compreensibilidade e a coerência de quaisquer argumentos que elas possam conter. Mas relatos narrativos não consistem apenas em afirmações factuais (proposições existenciais singulares) e argumentos, mas também em elementos retóricos e poéticos pelos quais o que seria uma lista de fatos é transformado em estória.¹ Entre esses elementos estão aqueles padrões de estória genéricos que reconhecemos como provedores de "enredos". Dessa maneira, um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem a forma e o significado de um épico ou uma estória trágica, e um outro pode representar mesmo grupo – com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual – descrevendo uma farsa.² Aqui, o conflito entre "narrativas que competem" tem menos a ver com os fatos da matéria em questão do que com os diferentes significados da estória pelos quais os fatos possam ser contemplados na elaboração do enredo. Isso levanta a questão da relação dos vários tipos de enredos genéricos que podem ser usados para dotar eventos com diferentes tipos de significados – trágico, épico, cômico, romance, bucólico, farsa e similares. É essa relação entre uma dada estória, contada sobre uma série de eventos, a mesma daquela obtida entre uma afirmação factual e seu referente? Pode-se dizer que séries de eventos reais são intrinsecamente trágicas, cômicas ou épicas, de forma que a representação desses eventos como estória trágica, cômica ou épica possa ser avaliada pela sua exatidão factual? Ou tudo tem a ver com a perspectiva por meio da qual os eventos são vistos?

Certamente, a maioria dos teóricos da narrativa histórica acreditam que a elaboração de enredos não produz sempre tanto uma outra afirmação factual sintética mais compreensiva, mas, ao contrário, uma interpretação dos fatos. Porém, a distinção entre afirmações factuais (consideradas produtos de linguagem objetiva) e interpretações desses fatos (consideradas produto de uma ou mais metalinguagens) não nos ajuda quando se trata de interpretações produzidas por modos de elaboração de enredo usados para representar os fatos que evidenciam a forma e o significado de diferentes tipos de histórias. Nós não somos ajudados pela sugestão de que "narrativas que competem" são um resultado "dos fatos" *interpretados* por um historiador

como uma “tragédia” e por outro como “uma farsa”¹. Esse é especialmente o caso no discurso histórico tradicional, em que “aos fatos” é sempre fornecida precedência sobre qualquer “interpretação”.

Dessa forma, para o discurso histórico tradicional, é presumido existir crucial diferença entre uma “interpretação” dos “fatos” e uma “estória” contada sobre eles. Essa diferença é indicada pela aceitação de noções de uma estória “real” (contra uma imaginária) e uma estória “verdadeira” (contra uma falsa). Ao mesmo tempo, as interpretações são tipicamente tidas como comentários dos “fatos”, as estórias contadas em histórias narrativas são presumidas como inerentes aos eventos (de onde vem a noção de “estória real”) ou aos fatos derivados do estudo crítico da evidência ao redor desses eventos (os quais levam à noção de estória “verdadeira”).

Considerações como essas fornecem *insight* sobre os problemas das narrativas que competem e sobre modos inaceitáveis de elaboração de enredo, em um período como o da época nazista e eventos como a solução final. Nós podemos confiantemente presumir que os fatos da questão colocam limites nos tipos de estórias que podem ser *propriamente* (ambos no sentido de verdadeiramente e adequadamente) contadas sobre eles, no entanto apenas se acreditarmos que os eventos, por si mesmos, possuem uma forma do tipo “estória” e um significado do tipo “enredo”. Nós podemos então dispensar uma estória “cômica” ou “bucólica”; com um “tom” animado e um “ponto de vista” humorado das categorias de narrativas que competem, sendo manifestadamente falsa aos fatos – ou ao menos aos fatos da questão – da era nazista. Mas nós podemos dispensar tal estória das categorias de narrativas que competem apenas se (1) for apresentada como uma representação literal (ao invés de figurativa) dos eventos e (2) se o tipo de enredo para transformar os fatos em um tipo específico de estória for apresentado como inerente aos (ao invés de imposto) fatos. Porque, a não ser que uma estória histórica for apresentada como uma representação literal dos eventos reais, não podemos criticá-la como sendo verdadeira ou não aos fatos da questão. Se for apresentada como uma representação figurativa de eventos reais, então, a questão da sua verdade cairia sob os princípios que governam nossa forma de ver a verdade de ficções. E se não sugerir que o tipo de enredo escolhido para apresentar os fatos a uma estória de específica tivesse sido encontrado como inerente aos fatos por si mesmos, então nós não teríamos nenhuma base para comparar esse (relato) particular com outros tipos de relato narrativo,

informados por outros tipos de enredo, e para acessar sua relativa adequação à representação, não tanto dos fatos como daquilo que os fatos *significam*.

Porque diferenças entre *narrativas* que competem são diferenças entre os “modos de elaboração” de enredo que predominam nelas. É por serem narrativas sempre elaboradas em enredo que elas são comparáveis; é porque narrativas são diferentemente elaboradas em enredo que discriminações entre os tipos de enredo podem ser feitas. No caso de uma elaboração de enredo de eventos do Terceiro Reich em um modo “cômico” ou “bucólico” nós estaríamos eminentemente justificados para apelar aos “fatos” a fim de dispensá-los das listas de “narrativas que competem” do Terceiro Reich. Mas, e se uma estória desse tipo tivesse sido colocada de uma maneira apontadamente irônica e com o interesse em fazer um componente metacrítico, não tanto sobre os fatos, como nas versões dos fatos com enredos elaborados de uma maneira cômica ou bucólica? Com certeza não seria necessário dispensar esse tipo de narrativa da competição com base em sua infidelidade aos fatos, pois mesmo que não fosse possível ser fiel aos fatos, o seria, pelo menos, negativamente – por zombar das narrativas do Terceiro Reich com enredos elaborados no modo de “comédia” ou “bucólico”.

Porém, nós podemos desejar considerar tal elaboração de enredo irônico “inaceitável”, sugerido por Friedlander em sua acusação das histórias, novelas e filmes, os quais, sob a perspectiva de mostrar fielmente os fatos horríveis da vida na Alemanha de Hitler, na verdade estetizam toda cena e traduzem seu conteúdo em objetos de fetiche e tipos das fantasias sadomasoquistas.⁴ Como Friedlander afirmou, tais representações “glamourosas” do fenômeno do Terceiro Reich costumavam ser “inaceitáveis”, quaisquer que fossem a certeza ou veracidade de seu conteúdo factual, porque elas ofendiam a moralidade e o gosto. O fato de tais representações terem se tornado talvez cada vez mais comuns e, portanto, obviamente, mais aceitáveis nos últimos vinte anos indica profundas mudanças em padrões socialmente sancionados de moralidade e gosto. Mas o que essas circunstâncias sugerem em relação à base sobre a qual desejaríamos julgar um relato narrativo do Terceiro Reich e da solução final, ser “inaceitável” apesar de seu conteúdo factual ser tanto correto como amplo?

Parece ser uma questão de distinguir entre um corpo de “conteúdos” factuais específicos e uma “forma” de narrativa específica e usar o tipo de regra que estipula que um tema sério – tais como assassinato em massa ou genocídio – demande um gênero nobre – tal como um épico ou uma tragédia – para sua apropriada representação. Essa é a questão colocada por *Maus*:

o conto de um sobrevivente, de Art Spiegelman,⁵ que apresenta os eventos do Holocausto por meio da escrita em quadrinhos (preto e branco) e em uma forma de sátira amarga, com alemães colocados como gatos, judeus como ratos e polacos como porcos. O conteúdo manifesto da estória em quadrinhos de Spiegelman é a estória do esforço do artista em extrair de seu pai a estória da experiência de seus pais com os eventos do Holocausto. Dessa forma, a estória do Holocausto contada no livro é estruturada pela estória de como essa estória foi contada. No entanto, o conteúdo manifesto da estória principal e a estruturada são mostradas como se fossem desacreditadas como fato por suas alegorizações feitas por meio do jogo de gato-e-rato-e-porco, na qual todos – perpetradores, vítimas e figurantes da estória do Holocausto e ambos – Spiegelman e seu pai – na estória de seu relacionamento – parecem mais com “bestas” do que com seres humanos. *Maus* apresenta uma visão particularmente irônica e aturdida do Holocausto, mas é, ao mesmo tempo, um dos mais tocantes relatos narrativos dele que conheço, e não apenas porque traz a dificuldade de descobrir e dizer toda verdade, mesmo que seja sobre uma pequena parte do Holocausto, ou tanto uma parte da história quanto dos eventos cujo significado está procurando descobrir.

Certamente, *Maus* não é uma história convencional, mas trata-se de uma representação de eventos reais do passado ou, pelo menos, de eventos representados como tendo verdadeiramente ocorrido. Não há nada daquela estetização da qual Friedlander reclama em sua abordagem de muitos tratamentos recentes que os filmes e as novelas dão à época nazista e à solução final. Ao mesmo tempo, essa comédia é uma obra-prima de estilização, figuração e alegorização. Ela assimila os eventos do Holocausto às convenções de representação de livros cômicos, e nessa mistura absurda de gênero “baixo” com eventos da maior significância de momento, *Maus* consegue levantar todas as questões cruciais sobre os “limites da representação” em geral.

De fato, *Maus* é muito mais criticamente autoconsciente que Hillgruber, em *Zweierlei Untergang: die zerschlagung deutschen Reiches und das ende europäischen judentums* (Dois tipos de ruína: a queda do Reich alemão e o fim do povo judeu europeu⁶). No primeiro dos dois ensaios incluídos no livro, Hillgruber sugere que, apesar de o Terceiro Reich ter faltado em nobreza de propósito ao permitir que sua “queda” fosse chamada de “tragédia”, a defesa da frente oriental pela Wehrmacht, em 1944-45, pôde apropriadamente ser elaborada em enredo –

sem nenhuma violência aos fatos – como uma “trágica” estória. O propósito manifesto de Hillgruber foi salvar a dignidade moral de uma parte da época nazista na história alemã, dividindo sua totalidade em duas discretas estórias e elaborando-as com enredos diferentes – uma como tragédia, a outra como enigma incompreensível.⁷

Críticos de Hillgruber imediatamente afirmaram: (1) que lançar relatos na forma de narrativa foi subordinar qualquer análise dos eventos à sua estetização; (2) que se pode conferir o moralmente digno epíteto *trágico* a eventos apenas à custa de ignorar a extensão pelas quais as ações “heróicas” da Wehrmacht possibilitaram a destruição de muitos judeus que poderiam ter sido salvos se o exército tivesse se rendido antes; e (3) que a tentativa em dignificar uma parte da história do “Império Alemão” por desassociá-lo da solução final foi tão ofensiva moralmente como cientificamente insustentável.⁸ Ainda assim, a sugestão de Hillgruber para elaborar em enredo a estória da defesa da frente oriental não violou nenhuma convenção a respeito da escrita da história narrativa profissionalmente respeitável. Ele simplesmente sugeriu estreitar o foco para um domínio particular da continuidade histórica, lançando os agentes e as agências ocupantes da cena como personagens em um conflito dramático e elaborar em um enredo esse drama em termos de convenções familiares ao gênero da tragédia.

A sugestão de Hillgruber para a elaboração de enredo da história da frente oriental, durante o inverno de 1944-45, indica as maneiras pelas quais um tipo específico de enredo (tragédia) pode simultaneamente determinar os tipos de eventos a serem caracterizados em qualquer estória possível de ser contada sobre eles e fornecer um padrão para a designação de papéis que possam ser representados por agentes e agências ocupantes do cenário assim constituído.⁹ Ao mesmo tempo, a sugestão de Hillgruber também indica como a escolha de um modo de elaboração de enredo pode justificar o fato de se ignorar certos tipos de eventos, agentes, ações, agências e ressignações que ocupem um dado cenário histórico ou seu contexto. Não há nenhum lugar para qualquer forma de vida baixa ou ignóbil em uma tragédia; em tragédias até vilões são nobres, ou melhor, a vilania pode ser mostrada como tendo sua nobre encarnação. Uma vez perguntado por que ele não tinha incluído um tratamento a Joana D’arc em seu *Waning of the Middle Ages* (*O outono da Idade Média*), diz-se que Huizinga replicou: “Porque eu não queria que minha estória tivesse uma heroína”. A recomendação de Hillgruber para elaborar o enredo da estória da defesa da

frente oriental da Wehrmacht como tragédia indica que ele quer que a história em questão tenha um herói; que seja heróica e que redima pelo menos um remanescente da época nazista na história da Alemanha.

Hillgruber pode não ter considerado o fato de que a divisão por ele feita da época da história alemã em duas histórias – a queda de um império e o fim de um povo – coloca uma estrutura oposicional constitutiva de um campo semântico, no qual o nomear de um tipo de enredo de uma história determina o domínio semântico dentro o qual o nome do tipo de enredo da outra deva ser encontrado. Hillgruber não nomeia o tipo de enredo que possa fornecer o significado da história do “fim do povo judeu europeu”. Mas se o tipo de enredo da tragédia é reservado para o contar da história da Wehrmacht na frente oriental em 1944-45, deduz-se que algum outro tipo deva ser usado para o fim do povo judeu europeu.

Resistindo ao impulso de nomear o tipo de história que deve ser contada sobre os judeus no Reich de Hitler, Hillgruber aborda a posição de um número de estudiosos e escritores que vêem o Holocausto como virtualmente irrepresentável em linguagem. A versão mais extrema dessa idéia toma forma de lugares-comuns, e esse evento (“Auschwitz”, “a solução final”, assim por diante) é de tal natureza que escapa do domínio de qualquer linguagem ao descrevê-lo ou qualquer meio de representá-lo. Dessa forma, temos, por exemplo, a famosa afirmação de George Steiner: “O mundo de Auschwitz está fora do discurso, assim como fora da razão”.¹⁰ Ou a pergunta de Alice e A. R. Eckhardt: “Como se pode falar daquilo que é indizível?”¹¹ Certamente, nós devemos falar sobre isso, mas como podemos fazê-lo? Berel Lang sugere que expressões como essas devam ser entendidas figurativamente, como indicando a dificuldade de escrever sobre o Holocausto e a extensão para a qual qualquer representação deva ser julgada contra o critério do silêncio respeitoso, que deve ser nossa primeira resposta a ele.¹²

Entretanto, o próprio Lang discorre contra qualquer uso do genocídio como material de escrita poética ou ficcional. De acordo com ele, apenas a maior crônica literalista dos fatos do genocídio chega perto de passar no teste de autenticidade e veracidade pelos quais ambos os relatos literários e científicos desse evento devam ser julgados. *Apenas os fatos* devem ser recontados, porque de outra forma pode-se cair no discurso figurativo e estilização (esteticismo). *E apenas uma crônica* dos fatos é garantida porque, de outra forma, fica-se aberto aos perigos da narrativização e da relativização da elaboração do enredo.

A análise de Lang das limitações de qualquer representação do genocídio e sua inferioridade *moral* a um relato histórico desnarrativizado ou esparso merece ser considerada em detalhe, porque ela levanta a questão dos limites da representação na questão do Holocausto nos termos mais extremos. A análise depende de uma oposição radical entre discurso literal e figurativo; da identificação de linguagem literária com a linguagem figurativa de uma visão particular dos efeitos peculiares produzidos por qualquer caracterização de eventos reais; e uma noção de “eventos moralmente extremos” dos quais o Holocausto é considerado raro, se não caso único historicamente. Lang arguiu que o genocídio, longe de ser um evento real, que realmente aconteceu, é também *literal*, isto é, um evento cuja natureza permite servir de paradigma do tipo de evento sobre o qual nos é permitido falar apenas de uma maneira “literal”.

Lang assegura que a linguagem figurativa não apenas muda a direção de literalidade de expressão, mas também retira a atenção do “estado de coisas” sobre o qual se pretende falar. Qualquer expressão figurativa, ele afirma, *acrescenta* a representação do objeto ao qual se refere. Primeiro, é acrescido a si mesmo (isto é, a figura específica usada) e à decisão que ela pressupõe (ou seja, a escolha de usar uma figura no lugar de outra). Figuração produz estilização, que direciona atenção para o autor e seu talento criativo. Depois, a figuração produz uma “perspectiva” no referencial de expressão, mas caracteriza uma perspectiva particular, e ela, necessariamente, fecha outras. Assim, ela ainda reduz ou obscurece certos aspectos de eventos.¹³ Terceiro, o tipo de figuração necessária para transformar o que seria de outra forma apenas uma crônica de eventos reais em uma história que personaliza (humaniza) e generaliza os agentes e as agências envolvidos nesses eventos. Tal figuração personaliza por transformar esses agentes em um tipo de sujeito intencional, emocional e pensante, com quem o leitor pode identificar-se e simpatizar na forma feita com personagens em histórias fictícias. Ela, por sua vez, as generaliza representando-as como instâncias dos tipos de agentes, agências, eventos, assim por diante, encontrados nos gêneros de literatura e mito.

Nessa visão da questão, a impropriedade de qualquer representação literária do genocídio deriva das distorções dos fatos da questão efetivados pelo uso de linguagem figurativa. Contra qualquer mera representação literária dos eventos que abrangem o genocídio, Lang coloca o ideal da

representação literalista dos fatos da questão, que revela ser em sua natureza verdadeira. É vale a pena citar uma longa passagem do livro de Lang, na qual ele coloca sua oposição entre discurso “figurativo e literalista” como sendo, homólogo à oposição entre discurso falso e verdadeiro:

Se [...] o ato do genocídio é direcionado contra indivíduos que não motivam esse ato como indivíduos; e se o mal representado pelo genocídio também reflete uma intenção deliberada para o mal em princípio, na concepção de [um] grupo e na decisão para aniquilá-lo, então as limitações intrínsecas do discurso figurativo para a representação do genocídio vêm à tona. No relato dado, a representação imaginativa personalizaria até eventos impessoais e incorporados; isso “desistoricizaria” e generalizaria eventos que ocorrem especificamente e contingentemente.

E a dissonância inevitável aqui é evidente. Para um assunto que historicamente combina a característica de impessoalidade com um desafio de concepção e limites morais, a tentativa de personalizá-la – ou, por essa razão, apenas para adicionar a ela – parece, de uma vez, gratuita e inconsistente: gratuita porque ela individualiza onde esse assunto por sua natureza é corporativo; inconsistente porque coloca limites quando o assunto por si mesmo os tem negado. O efeito de adições é então deturpar o assunto e, dessa forma – em que aspectos mal representados são essenciais – *diminuí-lo*. Em inserir a possibilidade de perspectivas figurativas alternadas, ademais, o escritor insere o processo de representação e sua própria pessoa com partes da representação – uma maior diminuição do que (para um assunto como o genocídio nazista) é seu cerne essencial; além disso, uma “perspectiva” individual é, no mais, irrelevante. Para certos assuntos, parece, sua significância pode ser muito abrangente ou profunda para ser ocasionada por um ponto de vista individual, [e a significância pode ser] moralmente mais competitiva – e atual – do que o conceito de possibilidade pode sustentar. Sob essa pressão, a pressuposição de iluminação, comumente admitida *prima facie* ao ato de escrever (qualquer escrita), começa a perder sua força.¹⁴

Mas a escrita literária e o tipo de escrita histórica que aspira ao *status* de escrita literária são especificamente objetáveis para Lang, porque nelas a figura do autor se impõe entre a coisa a ser representada e a sua representação e ainda deve se impor ao discurso como agente desse ato de figuração, sem o qual o assunto do discurso ficaria impessoal. Desde que a escrita literária se desdobra sob a ilusão de que é apenas por figuração que indivíduos possam ser personalizados, “as implicações são inevitáveis”. Lang diz:

[...] um assunto [...] pode ser representado de diferentes maneiras e não tendo nenhuma base necessária e talvez, nem mesmo, atual. A asserção de possibilidades alternadas [de figuração] [...] sugere uma negação de limitação; nenhuma possibilidade é excluída.¹⁵

Nem a possibilidade de figurar uma pessoa real, assim como uma imaginária ou impessoal; nem aquela de figurar um evento real, assim como um “não-evento”¹⁶.

São considerações como essas que levam Lang a avançar na noção de que os eventos do genocídio nazista são intrinsecamente “anti-representáveis”, pelo que ele aparentemente quer dizer, não por estarem impedidos de ser representados, mas porque são paradigmáticos do tipo de evento que pode ser contado de uma maneira literal e factual. De fato, o genocídio consiste em ocorrências nas quais a própria distinção entre “evento” e “fato” é dissolvida.¹⁷ Lang escreve:

[...] se houve alguma vez um “fato literal”, além da possibilidade de formulações alternativas, dentre as quais reversão ou negação deva sempre ser uma, é aqui no ato do genocídio nazista; e a implicação moral do papel de fatos precisarem de provas, é também para ser encontrada aqui, novamente, no fenômeno do genocídio nazista.¹⁸

A atualidade e a literalidade desse evento, na visão de Lang, *garantem* o esforço por parte dos historiadores em representar os eventos reais “diretamente [...] imediatamente e inalterados” em uma linguagem livre de toda metáfora, tropo e figuração. De fato, é a literalidade desse evento que indica a diferença entre “discurso histórico”, de um lado, e “representação imaginativa e seu espaço figurativo”, de outro. No entanto, pode ser concebido além (a distinção entre história e ficção) do *fato* de o genocídio nazista ser um ponto crucial que separa o discurso histórico do processo de representação imaginativa, talvez não unicamente, mas tão certamente quanto qualquer fato possa ser requerido ou capaz de fazê-lo.¹⁹

Tenho me prolongado no argumento de Lang porque acho que ele nos leva ao ponto crucial de muitas discussões correntes sobre ambas as possibilidades de representar o Holocausto e o valor relativo dos diferentes modos de representá-lo. Sua objeção ao uso desse evento como uma ocasião para uma *performance* meramente literária é dirigida a novelas e poesia, e pode facilmente ser expandida para cobrir ambos os tipos de historiografia beletrística que caracteriza o florescimento literário e que os clubes de livros identificam como “bela escrita”. Mas ela deve, por implicação, ser expandida também para incluir qualquer tipo de história narrativa, que quer dizer, qualquer tentativa para representar o Holocausto *como uma história*. E isso porque, se cada história deve ser dita para ter um enredo e se cada elaboração de enredo é um tipo de figuração, então, segue-se que cada relato narrativo

do Holocausto, qualquer que seja o modo de elaboração de sentido, fica reprovado nos mesmos níveis de qualquer mera representação literária sua que deva ser condenada.

O discurso histórico e a “escrita intransitiva”

Buscando o acerto, Lang discute que, apesar da representação histórica poder “fazer uso do significado figurativo e narrativo”, ela não é “essencialmente dependente desses significados”. De fato, em sua visão, o discurso histórico é postulado na “possibilidade de representação que se põe em direta relação ao seu objeto – em efeito, se não em princípio, imediato e inalterado”.²⁰ Isso não é sugerir que historiadores possam ou devam tentar ocupar a posição de realistas ingênuos ou meros caçadores de informação. A questão é mais complexa que isso, pois Lang indica que o que é preciso para alguém escrever sobre o Holocausto é atitude, posição ou postura que não seja nem subjetiva nem objetiva; nem a do cientista social com uma metodologia e teoria nem a intenção do poeta sobre expressar uma reação “pessoal”.²¹ De fato, na introdução do *Act and Idea (Ato e idéia)*, Lang invoca a noção de Roland Barthes de “escrita intransitiva” como um modelo do tipo de discurso apropriado à discussão de temas teóricos e filosóficos levantados pela reflexão sobre o Holocausto. Diferente do tipo de escrita intencionada para ser “lida, diretamente [...] feita para capacitar leitores a verem o que eles, de outra forma veriam diferentemente, ou talvez não veriam de forma alguma”, a escrita intransitiva “nega a distância entre o escritor; o texto sobre o que é escrito e, finalmente, o leitor”. Na escrita intransitiva:

[...] um autor não escreve para fornecer acesso a algo independente de ambos, autor e leitor, mas “escreve a si mesmo” [...]. No relato tradicional [da escrita], o escritor é lido como quem primeiro olha um objeto com olhos já de espectador modelado e, então, tendo visto, o representa em sua própria escrita. Para o escritor que escreve a si mesmo, a escrita se torna em si mesma os meios de visão ou compreensão, não um espelho de algo independente, mas um ato e um compromisso – um fazer no lugar de uma reflexão ou descrição.²²

Lang explicitamente tem a escrita intransitiva (e o discurso) como apropriada aos judeus individuais, que, assim como recontando a estória do Êxodo na Páscoa, “devem contar a estória do genocídio como se eles tivessem passado por aquilo” e no exercício da auto-identificação especificamente de

natureza judaica.²³ Porém, a maior sugestão é que o produto da escrita intransitiva seja dizer um discurso de distante-negação que sirva como modelo para qualquer representação do Holocausto: histórica ou ficcional. E é com uma consideração relacionada às formas pelas quais a noção de escrita intransitiva pode servir, como uma maneira de resolver muitos dos temas levantados pela representação do holocausto, que pretendo de concluir.

Primeiro, Berel Lang invoca a idéia de escrita intransitiva sem comentar que o próprio Barthes a visou para caracterizar as diferenças entre o estilo dominante da escrita moderna e aquele do realismo clássico. No ensaio intitulado *To Write: an Intransitive Verb?* (*Escrever: verbo intransitivo?*), Barthes pergunta se e quando o verbo "escrever" se torna um verbo intransitivo. A questão é perguntada dentro do contexto da discussão de "diátese" ("voz") para focar a atenção nos diferentes tipos de relação em que um agente pode ser representado enquanto se aproxima da ação. Ele coloca que, apesar de as linguagens modernas indo-européias oferecerem duas possibilidades para expressar essa relação – as vozes ativa e passiva –, outras línguas têm oferecido uma terceira possibilidade expressa, por exemplo, "a voz média", na Grécia Antiga. Quer seja na voz passiva ou ativa, o sujeito do verbo é presumido ser externo à ação; se não for nem agente nem paciente, na voz média, o sujeito é presumido ser *interior* à ação.²⁴ Ele, então, continua, para concluir, que, no modernismo literário, o verbo "escrever" não conota nem uma relação ativa nem passiva, mas sim média. Dessa forma, diz Barthes:

Na voz média do verbo *escrever*, a distância entre escritor e linguagem diminui assintomaticamente. Podemos até dizer que ela é a escrita de subjetividade, tal como a escrita romântica, que é ativa, porque nelas o agente não é interior mas *anterior* ao processo de escrever: aqui quem escreve não escreve para si mesmo, mas como se por procuração para uma pessoa antecedente e exterior (mesmo se ambos trouxerem o mesmo nome), enquanto no verbo moderno de voz média, *escrever*, o sujeito é constituído como imediatamente contemporâneo com a escrita, sendo efetivo e afetado por ele: esse é o caso exemplar do narrador proustiano, que existe apenas por escrever, apesar das referências a uma pseudomemória.²⁵

Isso é, com certeza, apenas uma das muitas diferenças que distinguem a escrita moderna da sua contraparte realista do século XIX. Mas essa diferença indica um novo e distinto modo de imaginar, descrever e conceitualizar as relações, obtendo entre agentes e atos, sujeitos e objetos, uma afirmação e seu referente – entre os níveis figurativo e literal do discurso e, portanto, entre

discurso ficcional e factual. As visões modernistas, na opinião de Barthes, são nada menos que uma ordem de experiência além (ou anterior a) daquela exprimível nos tipos de oposições que somos forçados a extrair – entre ação e resignação – objetividade, literalismo e figurativismo; fato e ficção; história e mito, e assim por diante, em qualquer versão do realismo. Isso não implica que tais oposições não possam ser usadas para representar algumas relações reais, mas apenas que relações entre entidades designadas pelos termos polares podem não ser opostas em algumas experiências do mundo.

O que quero dizer é bem expresso na explicação de Jacques Derrida da sua noção de *différance*, que também usa a idéia de voz média para expressar o que ele quer dizer. Derrida escreve:

Différance não é simplesmente ativa (não mais que é um feito subjetivo); ela, ao contrário, indica a voz média; ela precede e coloca a oposição entre passividade e atividade [...]. E nós devemos ver por que o que é designado por *différance* não é simplesmente ativo nem simplesmente passivo; que ela anuncia, ou melhor, recorda algo como a voz média, que fala de uma operação que não é uma operação a qual não pode ser pensada nem como paixão ou como uma ação de um sujeito sobre um objeto; como começando de um agente ou paciente, ou na base de, ou na visão de qualquer desses termos. E filosofia tem talvez se iniciado pela distribuição da voz média, expressando certa intransitividade na voz passiva e ativa, e se tem auto-constituída por essa repressão.²⁶

Cito Derrida para representar uma concepção modernista do projeto de filosofia fundada no reconhecimento das diferenças entre uma distinta experiência modernista do mundo (ou é a experiência de um distinto mundo modernista?) e as noções de representação, conhecimento e significado predominantes no dote cultural “realista” herdado. E o faço para sugerir que tipos de anomalias, enigmas e impasses encontrados em discussões de representações do Holocausto são o resultado de uma concepção de discurso que deve muito a um realismo que é inadequado para a representação de eventos, tais como o Holocausto, que são eles mesmos “modernistas” por natureza.²⁷ O conceito de modernismo cultural é relevante para discussão, visto que reflete uma reação (senão uma rejeição) aos grandes esforços dos escritores do século XIX – ambos historiadores e escritores de ficção para representar a realidade “realisticamente” – em que *realidade* é entendida como *história* e, *realisticamente*, significando o tratamento, não apenas do passado, mas também do presente enquanto história. Dessa forma, por exemplo, em *Mimesis*, um estudo da história da idéia de representação realística na cultura ocidental, Erich Auerbach caracteriza “as fundações do realismo moderno” nos seguintes termos:

O tratamento sério da realidade do dia-a-dia, o surgimento de mais grupos humanos socialmente inferiores para a posição de sujeito da questão para representações existenciais problemáticas, por um lado, e, por outro, o embutimento a esmo de pessoas e eventos no curso geral de história contemporânea, o pano de fundo fluído – essas, nós acreditamos, são as fundações do realismo moderno.²⁸

Nessa visão, a versão modernista do projeto realista poderia ser vista como se constituindo de uma rejeição radical de *história*, de *realidade como história* e da própria *consciência histórica*. Mas Auerbach estava preocupado em mostrar as continuidades assim como as diferenças entre realismo e modernismo. Dessa forma, em uma famosa exegese de uma passagem de *To the Lighthouse* (*Rumo ao farol*), de Virginia Woolf, Auerbach identifica as “características estilistas distintas” desse “modernismo”, cujo trecho a seguir foi escolhido para exemplificar:

1. O desaparecimento do “escritor” como narrador dos fatos objetivos; quase tudo afirmado aparece na forma de reflexão na consciência da “*dramatis personae*”;
2. A dissolução de qualquer “ponto de vista [...] fora do romance do qual as pessoas e os eventos dentre eles são observados [...]”;
3. A predominância de um “tom de dúvida e interrogação” na interpretação do narrador desses eventos aparentemente descrita de uma maneira “objetiva”;
4. O emprego de tais dispositivos como “*erlebte Rede*, *fluxo de consciência*, *monologue interieur*” para “propósitos estéticos” que “obscurecem e obliteram a impressão de realidade objetiva completamente conhecida ao autor [...]”;
5. O uso de novas técnicas para representação da experiência de tempo e temporalidade. Exemplo: o uso da “ocasião de chance” para a liberação de “processos de consciência” que permanecem não conectados a um “tema específico”; obliteração da distinção entre tempo “interior e exterior” e representação de “eventos”, não como “episódios sucessivos de uma estória”, mas como ocorrências do acaso.²⁹

Essa é uma boa caracterização, assim como qualquer outra que viéssemos a encontrar daquilo que Barthes e Derrida teriam chamado o estilo de “voz média”. A caracterização de Auerbach do modernismo literário indica não que a história não é mais representada realisticamente, mas sim que as concepções de ambos – história e realismo – têm mudado. O modernismo está ainda preocupado em representar a realidade “realisticamente” e em

identificar realidade com história. Mas a história que o modernismo confronta não é aquela considerada pelo realismo do século XIX. É isso porque a ordem social, assunto dessa história, tem sofrido uma transformação radical – mudança que permitiu a cristalização da forma totalitária que a sociedade ocidental assumiu no século XX.

Visto dessa forma, o modernismo cultural deve ser considerado uma reflexão e uma resposta a essa nova atualidade. Da mesma maneira que as afinidades de forma e o conteúdo entre modernismo literário e totalitarismo social podem ser concedidos – mas sem necessariamente significar que o modernismo é uma expressão cultural da forma fascista do totalitarismo social.²⁰ De fato, outra visão da relação entre modernismo e fascismo é possível: o modernismo literário foi um produto de um esforço para representar uma realidade histórica para a qual o mais antigo dos modos de representação realista e clássico era inadequado, baseado, assim como era, em diferentes experiências de história ou ainda em experiências de uma diferente “história”.

O modernismo foi sem dúvida imanente ao realismo clássico – na forma que o nazismo e a solução final foram imanescentes nas estruturas e práticas do Estado-nação do século XIX e nas relações sociais de produção das quais ele era uma expressão política. Desse ponto de vista, no entanto, o modernismo aparenta menos uma rejeição do projeto realista e uma negação da história do que a antecipação de uma nova forma de realidade histórica; uma realidade que inclui, entre seus supostamente não inimagináveis, impensáveis e inexprimíveis aspectos, o fenômeno do hitlerismo, a solução final, a guerra total, a contaminação nuclear, a fome em massa e o suicídio ecológico; um senso profundo de incapacidade para nossas ciências *explicarem*, controlarem ou conterem tais fatos; e uma crescente consciência da incapacidade de nossos modos tradicionais de representação até para *descrevê-los* adequadamente.

O que tudo isso sugere é que os modos de representação modernistas podem oferecer possibilidades de representar a realidade de ambos, o Holocausto e a sua experiência, que nenhuma outra versão de realismo poderia fazer. De fato, podemos seguir a sugestão de Lang de que a melhor forma de representar o Holocausto e sua experiência possa bem ser por meio de um tipo de “escrita intransitiva” que não coloca nenhuma alegação a um tipo de realismo aspirado pelos historiadores e escritores do século XIX. Mas podemos considerar que por escrita intransitiva devemos pretender algo como a relação em que esse evento é expresso na voz média. Isso não é

sugerir que nós iremos abrir mão do esforço de representar o Holocausto realisticamente, mas sim que nossa noção daquilo que constitui a representação realista deve ser revisada para levar em conta as experiências que são únicas ao nosso século e para quais modelos mais antigos de representação têm provado ser inadequados.

De fato, eu não acho que o Holocausto, a solução final, o Shoa, o Churban ou o genocídio alemão dos judeus seja mais irrepresentável do que qualquer outro evento da história humana. Sua representação, quer seja na história ou ficção, requer o estilo modernista, que foi desenvolvido para representar os tipos de experiências que o modernismo social fez possível, o tipo de estilo encontrado por qualquer escritor modernista, mas em que Primo Levi deve ser invocado como exemplo.

Em *Il Sistema Periodico (A tabela periódica)*, Levi começa o capítulo intitulado "Carbono" escrevendo:

O leitor, nesse ponto, terá notado, já há algum tempo, que isto não é um tratado químico: minha pressuposição não vai tão longe – "ma voix est faible, et même un peu profane". Nem é uma autobiografia, a salvo nos limites simbólicos e parciais nos quais toda porção de escrita é autobiográfica, de fato todo trabalho humano; mas é de algum modo uma história. É – ou gostaria que fosse – uma micro-história, a história de uma profissão e seus defeitos, vitórias e misérias, tais como as de todo mundo que queira contar quando eles se sentem perto de concluir o arco de suas carreiras e a arte cessa de acontecer.

Levi, então, continua contando a estória de um átomo "particular" de "carbono" que se torna uma alegoria (que ele chama de "esta estória completamente arbitrária" que é, "não obstante, verdadeira"). "Eu contarei apenas uma estória a mais", ele diz, "a mais secreta, e eu a contarei com a humildade e restrição daquele que sabe desde o início que esse tema é desesperador, os meios frágeis, e a trama de fatos em palavras está destinada por sua própria natureza a falhar".

Ele conta a estória de como um átomo de carbono que apareceu em um copo de leite que ele, Levi, bebe migra para uma célula de seu próprio cérebro – "o cérebro de *minha* que está escrevendo, e [como] a célula em questão dentro do átomo em questão, está no comando de minha escrita, em um minúsculo gigantesco jogo, o qual ninguém ainda descreveu". Nesse "jogo", ele então prossegue em descrever nos seguintes termos: "É aquele que, neste instante, brotando de um labirinto de 'sins e não's', faz minha mão correr um certo

caminho em um papel, o marca com essas volutas que são sinais: um duplo estalo, para cima e para baixo, entre dois níveis de energia, guia essa minha mão para imprimir, nesse papel, esse ponto, aqui; esse aqui."

(tradução: Carlos Oria)

Notas

- ¹ O discurso histórico consiste também, obviamente, de explicações colocadas em forma de argumentos mais ou menos formalizados. Não me refiro aos temas relacionados entre explicações colocados na forma de argumentos formais que eu chamaria de "explicações - efeitos" produzidos pela narrativização de eventos. É a feliz combinação de argumentos com representações narrativas que conta para a aparência de uma representação de realidade especificadamente "histórica". Mas a natureza precisa da relação entre argumentos e narrativizações em histórias não é clara.
- ² Tenho em mente aqui a versão de farsa dos eventos de 1848-1851 na França composta por Marx em aberta competição com as trágicas e cômicas versões dos mesmos eventos colocados por Hugo e Proudhon respectivamente.
- ³ A menos que estivéssemos preparados para entreter a idéia de que um dado corpo de fatos é infinitamente interpretável de várias maneiras e de que o objetivo de um discurso histórico seja multiplicar o número de interpretações que temos de qualquer grupo de eventos, no lugar de trabalhar rumo à produção de "melhor" interpretação. Trabalho por Paul Veyne, C. Behan McCullagh, Peter Munz e F. R. Ankersmit.
- ⁴ Saul Friedlander, *Reflets du Nazisme*, Paris, Seiel, 1982.
- ⁵ Art Spiegelman, *Maus: a survivor's tale*, New York, Pontheman Books, 1986.
- ⁶ Hillgruber, *Zweiter Weltkrieg: die zerschlagung deutschen Reiches und das ende europäischen judentums*, Berlin, Siedler, 1986.
- ⁷ Assim escreve Hillgruber: "Das sind Dimensionen, die ins Anthropologische, ins Sozialpsychologische und ins Individualpsychologische gehen und die Frage einer möglichen Wiederholung unter anderem ideologischen Vorzeichen in tatsächlich oder vermeintlich wiederum extremen Situationen und Konstellationen aufwerfen. Das geht über jenes Wachhalten der Erinnerung an der Millionen der Opfer hinaus, das dem Historiker aufgegeben ist. Denn hier wird ein zentrales Problem der Gegenwart und der Zukunft berührt und die Aufgabe des Historikers transzendiert. Hier geht es um eine fundamentale Herausforderung an jedermann" (idem, pp. 98-9).
- ⁸ A maioria dos documentos relevantes podem ser encontrados em "Historikerstreit": Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung (Munich, Piper, 1989). Também veja edição especial sobre "Historikerstreit", *New German Critique*, 44 (Spring, Summer 1988).
- ⁹ O tipo de enredo é um elemento crucial na constituição do que Bakhtin chama de "cronotipo"; um domínio socialmente estruturado do mundo natural que define o horizonte de possíveis eventos, ações, agentes, agências, papéis sociais, assim por diante, de ficções imaginativas e todas as histórias reais também. Um tipo de enredo dominante determina as classes de coisas percebidas, os modos de sua relações, a periodicidade de seu desenvolvimento, e os possíveis significados que eles podem revelar. Cada tipo de enredo genérico pressupõe um cronotipo e cada cronotipo presume um número limitado de tipos de histórias que podem ser contadas sobre eventos acontecendo dentro de seu horizonte.
- ¹⁰ George Steiner citado em: Berel Lang, *Act and Idea in the Nazi Genocide*, Chicago, University of Chicago Press, 1990, p. 151.
- ¹¹ Alice Eckhardt e A. R. Eckhardt, "Studying the Holocaust's Impact Today: Dilemmas of Language and Method", em Alan Rosenberg e Gerald E. Myers, *Echoes from the Holocaust: Philosophical Reflections on a Dark Time*, Philadelphia, Temple University Press, 1989, p. 439.
- ¹² Berel Lang, op. cit., p. 160.
- ¹³ Idem, p. 43.

- Idem, pp. 144-5.
- Idem, p. 146.
- Idem, pp. 146-7.
- Idem, pp. 157-8.
- Idem, pp. 158-9.
- Idem, p. 156.
- 20 Cf. Edith Milton, "The dangers of Memory", em *New York Times Book Review*, n. 28, Jan. 1990, p. 27, para alguns comentários perspicazes sobre os esforços de jovens escritores que, por falta de experiência direta do Holocausto, todavia tentaram fazê-lo "pessoal". "Essa é uma revisão de Testemunho: Contemporary Writers Make the Holocaust Personal", ed. David Rosenberg (New York, Times Books, 1990). Milton comenta sobre o 'óbvio' paradoxo no centro de qualquer antologia que oferece recordar o genocídio em tranquilidade. "Ela continua elogiando apenas aqueles ensaios que 'longe de ter a intenção de lutar com o Holocausto [...] enfatiza sua distância necessária dos autores'. De fato, ela diz, 'desde que subjetividade e inclinação sejam apenas abordagens possíveis', os melhores ensaios na coleção são aqueles que 'dão valor ao ser subjetivo e oblíquo'".
- 21 Berel Lang, op. cit., p. xii.
- 22 Idem, p. xiii.
- 23 Como, por exemplo, em tais ações "performativas" como aquelas de prometer ou fazer um juramento. Em ações como essas nas quais o agente parece agir por si mesmo, o uso da voz média permite evitar que a noção de que o sujeito se divide em dois, isto é, em um agente que administra o juramento e um paciente que o "recebe". Assim, o grego expressa a ação de compor um juramento na voz passiva (*logou poiein*) e aquela de fazer um juramento, não na passiva, mas na voz média (*logou poiesthai*). Barthes dá um exemplo de *thuein*, para oferecer um sacrifício a outro (ativa), *versus thuesthai*, para oferecer um sacrifício para alguém (média). Roland Barthes, "To Write: an Intransitive Verb?", em *The rustle of language*, Berkeley, University of California Press, 1989.
- 24 Idem, p. 19.
- 25 J. Derrida, "Difference", em *Speech and Phenomena and Other Essays on Husserl's Theory of Signs*. Trans. David B. Allison, Evanston, North Western University Press, 1973, p. 130.
- 26 Cf. Introdução de Saul Friedlander a Gerald Fleming, em *Hitler and the Final Resolution* (Berkeley, University of California Press, 1984), em que ele escreve: "No nível limitado da análise da política nazista, uma resposta ao debate entre os vários grupos aparentam ser possíveis. No nível global da interpretação, no entanto, a real dificuldade permanece. O historiador que não é atrapalhado por alusões ideológicas ou conceituais facilmente reconhece que é o anti-semitismo nazista e a política antijudaica do Terceiro Reich que dá ao nazismo seu caráter *sui generis*. Devido a esse fato, inquirições sobre a natureza do nazismo levam a uma nova dimensão que se rende inclassificável [...]. Se [no entanto] admite-se que o problema judaico estava no centro, era a essência do sistema, muitos [estudos sobre a solução final] perdem sua coerência, e a historiografia é confrontada com um enigma que define categorias interpretativas normais [...]. Nós sabemos em detalhe o que aconteceu, sabemos a sequência dos eventos e sua provável interação, 'a dinâmica profunda do fenômeno nos escapa'." (grifos nossos).
- 27 Erich Auerbach, *Mimesis: the representation of reality in western literature*, Princeton, University Press, 1953, p. 491.
- 28 Idem, pp. 534-9.
- 29 Essa é a visão de Frederic Jameson e, mais explicitamente, argüida em *Fables of Agression: Wyndham Lewis, the Modernist as Fascist* (Berkeley, University of California Press, 1979). É um consenso de interpretações do modernismo esquerdista.

Bibliografia

- AUERBACH, Erich. *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*. Trad. Willard Rask. Princeton: University Press, 1953.
- BARTHES, Roland. *To Write: an Intransitive Verb? The Rustle of Language*. Trad. Richard Howard. Berkeley: University of California Press, 1989.

- DERRIDA, J. *Difference, Speech and Phenomena and Other Essays on Husserl's Theory of Signs*.
 Trans. David B. Allison. Evanston: North Western University Press, 1973.
- ECKHARDT, Alice; ECKHARDT, A. R. Studying the Holocaust's Impact Today: Dilemmas of
 Language and Method. In: ROSENBERG, Alan; MYERS, Gerald E. *Echoes from the Holocaust:
 Philosophical Reflections on a Dark Time*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- FRIEDLANDER, Saul. *Reflets du Nazisme*. Paris: Seuil, 1982.
- _____; FLEMING, Gerald. *Hitler and the Final Resolution*. Berkeley: University of California
 Press, 1984.
- HILLGRUBER. *Zweiterlei Untergang: die zerschlagung deutschen Reiches und das ende
 europäischen judentums*. Berlin: Siedler, 1986.
- HISTORIKERSTREIT. *New German Critique*, 44. Spring: Summer, 1988.
- _____. *Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen
 Judenvernichtung*. Munich: Piper, 1989.
- JAMESON, Frederic. *Fables of Aggression: Wyndham Lewis, the Modernist as Fascist*. Berkley:
 University of California Press, 1979.
- LANG, Berel. *Act and Idea in the Nazi Genocide*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- MILTON, Edith. *The dangers of Memory*. New York: Times Book Review, 1990.
- ROSENBERG, David. *Testimony: Contemporary Writers Make the Holocaust Personal*. New York:
 Times Books, 1990.
- SPIEGELMAN, Art. *Maus: a survivor's tale*. New York: Pontheman Books, 1986.

O extermínio dos judeus e o princípio da realidade

Carlo Ginzburg

Topos e complôs

Em 16 de maio de 1348, a comunidade hebraica de La Baume, uma cidadezinha provençal, foi exterminada. Esse evento é apenas um elo de uma longa cadeia de violência que explodiu na França meridional durante a manifestação da Peste Negra, em abril do mesmo ano. A hostilidade contra os judeus, que muitos consideravam culpados de haver difundido a pestilência soltando veneno nos poços, nas fontes e nos rios, cristalizou-se pela primeira vez em Toulon, durante a Semana Santa. O gueto foi assaltado, homens, mulheres e crianças foram mortos. Nas semanas sucessivas, violências análogas verificaram-se em outras localidades da Provença, como Riez, Digne, Manosque, Forcalquier. Em La Baume, houve apenas um sobrevivente: um homem que dez dias antes tinha partido para Avignon,

convocado pela rainha Giovanna. Este deixou uma comovida recordação do acontecimento em poucas linhas escritas em um exemplar da Torá, hoje conservado sob os cuidados da Oesterreichisches Nationalbibliothek de Viena. Joseph Shatzmiller, combinando em um belíssimo ensaio uma nova leitura do fragmento escrito sobre a Torá com um documento retirado de um registro fiscal, conseguiu identificar o nome do sobrevivente: Dayas Quinoni. Em 1349, ele se estabeleceu em Aix, onde recebeu o exemplar da Torá. Se voltou alguma vez a La Baume depois do massacre, não sabemos.¹

Falarei brevemente de um caso diverso, talvez mesmo de algum modo conexo. A acusação de difundir a peste lançada contra os judeus em 1348 remetia a um esquema que já havia aparecido uma geração antes. Em 1321, durante a Semana Santa, uma voz se difundiu de improviso por toda a França e em algumas zonas circundantes (Suíça ocidental, Espanha setentrional). Os leprosos ou, segundo outras versões, os leprosos instigados pelos judeus, ou ainda os leprosos instigados pelos judeus instigados, por sua vez, pelos reis muçulmanos de Granada e de Tunis, haviam urdido um complô para envenenar os cristãos sadios. Os reis muçulmanos eram obviamente inatingíveis: mas por dois anos leprosos e judeus tornaram-se o alvo de uma série de violências colocadas em prática tanto pela população quanto pelas autoridades políticas e religiosas. Em outro lugar, tentei destrinçar esse complexo novelo de eventos.² Aqui analiso uma passagem retirada de uma crônica latina, escrita no início do século XIV pelo assim dito continuador de Guglielmo de Nangis: um monge anônimo, que, como seu predecessor, vivia no convento de Saint-Denis.

Depois da descoberta do pretenso complô, muitos judeus foram mortos, sobretudo na França setentrional. Perto de Vitry-le-François, diz o cronista, cerca de quarenta judeus foram aprisionados em uma torre. Para evitar que fossem assassinados pelos cristãos, eles decidiram, depois de longa discussão, matar-se entre si sucessivamente. Desse gesto se encarregou um velho, de muita autoridade, e um jovem. Depois o velho pediu ao jovem que o matasse. O jovem aceitou com relutância: mas em vez de suicidar-se, ele se apoderou do ouro e da prata contidos nos bolsos dos cadáveres que jaziam sobre o solo. Tratou, então, de escapar da torre com a ajuda de uma corda feita de

lençóis amarrados. Mas a corda não era suficientemente longa: o jovem caiu ao solo, quebrando uma perna, e foi levado à morte.³

O episódio não é por si só implausível. Todavia, ele apresenta algumas inegáveis afinidades com duas passagens das *Guerras judaicas*, de Flavius Josefus. 1) A primeira passagem – III, 8 – fala de quarenta indivíduos que, depois de terem se escondido em uma gruta perto de Jotapata, na Galiléia, suicidam-se todos, com exceção de dois: o próprio Josefus e um soldado seu amigo que aceita não matá-lo; 2) a segunda descreve o célebre assédio de Masada, a desesperada resistência dos judeus reunidos dentro da fortaleza, seguida de um suicídio coletivo, também aqui com duas exceções: duas mulheres – VII, 8-9.⁴ Como interpretar as analogias entre as duas passagens de Josefus e aquela, já mencionada, da crônica escrita pelo continuador de Guglielmo de Nangis? Devemos supor uma convergência nos fatos, ou, ao contrário, a presença de um *topos* historiográfico (que na versão mais recente incluiria também uma alusão a um outro *topos*, a avidez judaica)?

A hipótese de um *topos* historiográfico já foi formulada cautelosamente a propósito do relato dos eventos de Masada fornecido por Josefus.⁵ A obra de Flavius Josefus, largamente conhecida na Idade Média, tanto em grego quanto na famosa versão latina preparada sob a direção de Cassiodoro, era particularmente difundida (o que se pode julgar pelo número de manuscritos que chegaram até nós da França do Norte e dos Flandres).⁶ Sabemos que Flavius Josefus fazia parte das leituras prescritas durante a quaresma no monastério de Corbie em torno de 1050; as suas obras, contudo, não são mencionadas em um elenco de leituras do século XIV prescrito aos monges de Saint-Denis, entre os quais estava, como foi dito, o continuador de Guglielmo de Nangis.⁷ Porém, falta uma prova direta da presença dos manuscritos das *Guerras judaicas*, de Flavius Josefus, na biblioteca de Saint-Denis.⁸ Mas o anônimo cronista teria podido consultá-la sem dificuldade: entre os muitos manuscritos possuídos pela Biblioteca Nacional de Paris, há um (remanescente do século XII) proveniente da biblioteca de Saint-Germain-de-Près.⁹ Tudo isso consente concluir que o continuador de Guglielmo de Nangis pode ter conhecido as *Guerras judaicas*, de Flavius Josefus (ou sua adaptação do quarto século conhecida como *Hegesippo*).¹⁰ Mas disso não se conclui necessariamente que o suicídio coletivo perto de Vitry-les-François não tenha se verificado. Sobre a questão dever-se-á trabalhar ainda: mesmo que seja talvez impossível chegar a uma conclusão clara.

Testis unus, testis nullus

Essas ocorrências que dizem respeito a um passado remoto e semi-esquecido conectam-se por fios múltiplos ao tema que indiquei no subtítulo. Disso se mostra agudamente consciente Pierre Vidal-Naquet, visto que decidiu republicar no mesmo volume (*Les juifs, la mémoire, le présent*, Paris, 1981) um ensaio sobre “Flavius Josefus e Masada” e o “Um Eichman de papel”: uma discussão particularizada daquela historiografia dita “revisionista”, que sustém a inexistência dos campos de extermínio nazistas.¹¹ Mas a presença de conteúdos análogos – a perseguição dos judeus na Idade Média, o extermínio dos judeus no século xx – é, no meu modo de ver, menos importante que a analogia com relação aos problemas de método colocada entre ambos os casos. Tento explicar o porquê.

As analogias entre as duas passagens de Josefus, que dizem respeito respectivamente ao episódio de Jotapata e o assédio de Masada, voltam-se, além do suicídio coletivo, sobre a sobrevivência de dois indivíduos: Josefus e o soldado seu amigo no primeiro caso, as duas mulheres no segundo.¹² A sobrevivência de um indivíduo era um requisito necessário para que se desse um testemunho: mas por que dois? Penso que a escolha de duas testemunhas se explique com o bem conhecido veto, presente tanto na tradição jurídica romana quanto na hebraica, de reconhecer em questões de juízo a validade de um único testemunho.¹³ Ambas as tradições eram, como é óbvio, familiares a um judeu que havia se tornado cidadão romano como Flavius Josefus. Mais tarde, o imperador Constantino transformou o veto do único testemunho em uma lei de verdade, que vem depois incluída no código de Justiniano.¹⁴ Na Idade Média, a alusão implícita em Deut. 19, 15 (*Non stabit testis unus contra aliquem*) tornou-se *testis unus, testis nullus*: uma máxima recorrente, de forma implícita ou explícita, nos processos e na literatura legal.¹⁵

Tentemos imaginar por um momento o que aconteceria se um critério do gênero viesse a ser aplicado na pesquisa histórica. A nossa consciência dos eventos que se verificaram em La Baume em maio de 1348, perto de Vitry-le-François, em um dia incerto do verão de 1321, e na gruta nos arredores de Jotapata, em julho de 67, é baseada em um testemunho mais ou menos direto. Trata-se, respectivamente, de um indivíduo (identificado como Dayas Quinoni) que escreve as linhas que se lêem sobre a Torá hoje conservada sob os cuidados da Oesterreichisches Nationalbibliothek de Viena; o continuador de Guglielmo de Nangis; Flavius Josefus. Nenhum historiador sensato

recusaria esses testemunhos definindo-os intrinsecamente como inaceitáveis. Segundo a prática historiográfica normal, o valor de cada um deles deverá ser estabelecido por uma série de confrontos. Em outras palavras, será preciso construir uma série que inclua ao menos dois documentos. Mas suponhamos por um momento que o continuador de Guglielmo de Nangis, na sua descrição do suicídio coletivo acontecido nas proximidades de Vitry-le-François, não tenha feito outra coisa senão reverberar as *Guerras judaicas*, de Flavius Josefus. O pretense suicídio coletivo terminaria dissolvendo-se como fato: mas a sua descrição constituiria de todo modo um documento importante da difusão (que também é, exceto para um positivista inveterado, um “fato”) da obra de Flavius Josefus na Île-de-France no princípio do século XIV.

O direito e a historiografia têm, então, ao quanto parece, regras e fundamentos epistemológicos que nem sempre coincidem. Portanto, os princípios jurídicos não podem ser transferidos em peso para a pesquisa histórica.¹⁶ Essa conclusão parece contradizer a estreita contigüidade sublinhada por estudiosos do século XVI, como François Baudouin, o historiador do direito que declarou solenemente que “os estudos históricos devem apoiar-se sobre um sólido fundamento legal, e a jurisprudência deve ser unida à historiografia”.¹⁷ Em uma perspectiva diversa, conexas à pesquisa antiquária, o jesuíta Henri Griffet, no seu *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l’histoire* (1769), comparou o historiador a um juiz que define a validade dos vários testemunhos.¹⁸

Atualmente essa analogia tem um som decididamente fora de moda. É provável que muitos historiadores de hoje reagissem com um certo embaraço à palavra crucial do título de Griffet: *preuves*, provas. Mas algumas discussões recentes mostram que a conexão entre prova, verdade e história, sublinhada por Griffet, não pode ser colocada facilmente de lado.

O historiador “escreve”

Já mencionei “Um Eichman de papel”, o ensaio escrito por Pierre Vidal-Naquet, para confrontar a famigerada tese, proposta por Robert Faurisson e outros, segundo a qual os campos de extermínio nazista não teriam jamais existido.¹⁹ Esse mesmo ensaio foi republicado em um pequeno volume intitulado *Les assassins de la mémoire*, que Vidal-Naquet dedicou à própria mãe, morta em Auschwitz em 1944. Não é difícil imaginar os motivos morais e políticos que levaram Vidal-Naquet a envolver-se com uma discussão

particularizada, que compreende entre outras coisas uma análise minuciosa da documentação (testemunhos, possibilidades tecnológicas e assim por diante) com relação às câmaras de gás. Outras implicações, de ordem mais explicitamente teórica, foram delineadas por Vidal-Naquet em uma carta a Luce Giard incluída em um volume em memória de Michel de Certeau, que apareceu há alguns anos. *L'écriture de l'histoire*, publicado por De Certeau em 1975, foi (escrevia Vidal-Naquet) um livro importante, que contribuiu para arrancar a orgulhosa inocência dos historiadores: "A partir de então nos tornamos conscientes de que o historiador *escreve*, que produz um espaço e um tempo, sendo ele próprio inserido em um espaço e um tempo". Mas (continuava Vidal-Naquet) não devemos nos desfazer da velha noção de "realidade" no sentido, evocado por Ranke há um século, de "aquilo que de fato aconteceu".

Estava profundamente consciente de tudo isso no momento em que começou o caso Faurisson, que infelizmente dura ainda. Naturalmente Faurisson é o antípoda de De Certeau. O primeiro é um grosseiro materialista que, em nome da realidade mais tangível, tira realidade de tudo aquilo que toca: a dor, a morte, os instrumentos da morte. Michel de Certeau abalou-se profundamente por este perverso delírio e me escreveu uma carta a esse propósito [...]. Estava convicto de que existia um discurso com relação às câmaras de gás, que tudo devia passar pelas palavras [*mon sentiment était qu'il y avait un discours sur les chambres à gaz, que tout devait passer par le dire*], mas que, para além, ou melhor para além disso, havia qualquer coisa de irreduzível que, na falta de algo melhor, continuarei a chamar de realidade. Sem essa realidade, como se faz para distinguir entre romance e história?²⁰

Nos Estados Unidos, a pergunta sobre a diferença entre romance e história brota de um modo geral da obra de Hayden White, ou então com relação a ela. As diferenças entre Hayden White e Michel de Certeau, do ponto de vista da prática historiográfica, são óbvias: mas é impossível negar que entre *Metahistory* (1973) e *L'écriture de l'histoire* (1975, que inclui porém também ensaios escritos alguns anos antes) exista certa convergência. Mas para entender plenamente a contribuição de Hayden White penso que é necessário traçar rapidamente sua biografia intelectual.²¹

Hayden White

Em 1959, no ato de apresentar ao público culto norte-americano a tradução de um livro escrito por um dos mais estreitos sequazes de Croce – o *Dalla storicismo alla sociologia*, de Carlo Antoni –, Hayden White falou do ensaio da

juventude de Croce, *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, definindo-o como uma contribuição “revolucionária”.²² A importância desse ensaio, publicado por Croce em 1893, aos 27 anos, já havia sido sublinhada pelo próprio Croce, na sua autobiografia intelectual (*Contributo alla critica de me stesso*) e, algum tempo depois, por R. G. Collingwood (*The Idea of History*).²³ Como era previsível, o capítulo de *Metahistory* dedicado a Croce inclui um exame particularizado de *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*.²⁴ Mas há 16 anos de distância do primeiro texto, White havia assumido uma atitude muito mais tépida. Declarava compartilhar ainda algumas afirmações cruciais do ensaio de Croce, como a clara distinção entre pesquisa histórica, considerada uma atividade puramente propedêutica, e a história propriamente dita, identificada com a narração histórica. Mas depois, concluía assim:

É difícil não ver na “revolução” introduzida por Croce na sensibilidade histórica um verdadeiro passo para trás, dado que entre os seus efeitos está o de ter excluído a historiografia da tentativa – que vinha emergindo da sociologia durante os mesmos anos – de construir uma ciência geral da sociedade. Ainda mais graves foram suas conseqüências naquilo que concerne à reflexão dos historiadores sobre o lado artístico do seu trabalho. Croce tinha razão em considerar a arte, em vez de mera reação física ou experiência imediata, uma forma de conhecimento da realidade: mas a sua concepção da arte como representação literal da realidade isolou de fato o historiador, como artista, dos progressos mais recentes, e sempre mais importantes, que simbolistas e pós-impressionistas tinham conseguido um pouco em toda Europa ao representar níveis de consciência diversos.²⁵

Nesse passo aparecem já alguns elementos da obra sucessiva de Hayden White. A partir de *Metahistory*, ele se interessou sempre menos pela construção de uma “ciência geral da sociedade” e, sempre mais, pelo “lado artístico da atividade historiográfica”. Esse deslocamento de acentuação não é tão distante da longa batalha antipositivista de Croce, que inspirou, entre outras coisas, também a sua atitude desdenhosa em confronto com as ciências sociais. Mas em *Metahistory* o influxo decisivo que Croce tinha exercido nas primeiras fases do desenvolvimento intelectual de White já havia terminado. Sem dúvida, a avaliação de Croce permanecia alta. Ele vinha definido como “o historiador mais dotado entre todos os filósofos da história deste século”, e, na última página do livro, vinha calorosamente elogiado pela sua pretensa atitude “irônica”.²⁶ Mas essa avaliação global recordada testemunhava a existência de um significativo desacordo com a perspectiva histórica de Croce.

O principal motivo da insatisfação manifestada por White em confronto com o pensamento de Croce vertia, como se viu, sobre seu “conceito da arte como representação literal da realidade”: em outras palavras, sobre sua postura “realística”.²⁷ Tal termo, que nesse contexto tem um significado cognitivo e não meramente estético, tem, na medida em que se refere a um filósofo neo-idealista como Croce, um som ligeiramente paradoxal. Mas o idealismo de Croce era bastante especial: o termo “positivismo crítico”, proposto por um dos críticos mais agudos da sua obra, parece mais apropriado.²⁸ A fase mais claramente idealística do pensamento de Croce deve ser remetida à forte influência exercida sobre ele por Giovanni Gentile, ligado a ele por vinte anos de um estreitíssimo convívio intelectual.²⁹ Em nota acrescentada à *Logica come scienza del concetto puro* (1909), Croce traçou um quadro retrospectivo do seu desenvolvimento intelectual, de *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte* ao recente reconhecimento da identidade entre história e filosofia, alcançado sob o impulso dos estudos de Giovanni Gentile (“meu caríssimo amigo [...] ao qual assaz ajuda e estímulos deve a minha vida mental”).³⁰ Alguns anos depois, todavia, as intrínsecas ambigüidades de identidade (ainda mais, sobre um plano mais geral, da pretensa convergência teórica entre Croce e Gentile) vêm à plena luz.³¹ Croce, interpretando a filosofia como “metodologia da história”, parecia dissolver a primeira na segunda. Gentile se move na direção oposta. “As idéias sem fatos são vazias” escreve em um ensaio de 1936, *Il supramento del tempo nella storia*, “a filosofia que não é história é uma abstração extremamente vã. Mas os fatos não são outra coisa do que a vida do momento objetivo da autoconsciência, fora da qual não há pensamento real e construtivo”. Portanto, a história (*res gestae*) “não deve ser um pressuposto da historiografia (*historia rerum gestarum*)”. Gentile recusava vigorosamente “a metafísica histórica (ou historicismo) [que] é a metafísica que surge exatamente a partir do conceito de que a historiografia tem por pressuposto a história. Conceito absurdo, como todos os conceitos das outras metafísicas; mas fecundo de piores conseqüências, como é sempre mais perigoso o inimigo que tenha conseguido penetrar em casa, e esconder-se”.³²

Identificando a inominada “metafísica histórica” com o “historicismo”, Gentile reagia a *Anti-historicismo*, um ensaio de tom polemicamente antifascista que Croce havia recém-publicado.³³ O núcleo teórico do ensaio de Gentile remetia à sua *Teoria generale dello spirito come atto puro* (1918), uma obra que, por sua vez, constituía uma resposta à *Teoria e storia della storiografia*

(1915), de Croce.³⁴ Mas em 1924 a disputa filosófica entre os dois antigos amigos já havia se transformado em um áspero contraste político e pessoal.

Essa aparente digressão era necessária para esclarecer os seguintes pontos:

- a) O desenvolvimento intelectual de Hayden White pode ser entendido apenas se levamos em conta as relações que ele teve na juventude com o neo-idealismo italiano.³⁵
- b) Na abordagem “tropológica” proposta por White em *Tropics of Discourse*, uma coleta de ensaios publicada em 1978, o traço do pensamento de Croce é ainda identificável.

Em 1972, White havia escrito que Croce

parte [...] de um exame das bases epistemológicas do conhecimento histórico para atingir uma posição em que tentava submeter a história sob o conceito geral da arte. A sua teoria da arte, por sua vez, se apresentava como “ciência da expressão e lingüística geral” (é o subtítulo da *Estética*). Ao analisar as bases lingüísticas de todos os possíveis modos de apreender a realidade, Croce chegou quase a deduzir a natureza essencialmente tropológica das interpretações em geral. Aquilo que o impede de formular essa idéia foi, muito provavelmente, a suspeita “irônica” por ele nutrida em confronto a qualquer sistema no âmbito das ciências humanas.³⁶

Uma impositação do gênero partia de Croce para dirigir-se em uma direção completamente diferente. Quando lemos que “trópico é o processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele apenas pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente” (trata-se de uma passagem retirada da introdução a *Tropics of Discourse*, 1978),³⁷ reconhecemos a crítica já recordada ao “realismo” de Croce.

- c. Essa posição subjetivista foi certamente reforçada pelo encontro de White com a obra de Foucault. Mas é significativo que White tenha tentado “decodificar” Foucault por meio de Giambattista Vico, o pretenso pai fundador do neo-idealismo italiano.³⁸ De fato, a afirmação de White sobre o discurso que cria os próprios objetos parece reverberar – com uma diferença substancial que assinalarei em seguida – a insistência de Croce sobre a expressão e a lingüística geral combinada com o subjetivismo radical de Gentile, segundo quem a historiografia (*historia rerum gestarum*) cria o próprio objeto, a história (*res gestae*). *Le fait n’a jamais qu’une existence linguistique*: essas palavras de Barthes, usadas por White como epígrafe à coletânea *The Content of the Form*

(1987), poderiam ser atribuídas à imaginária combinação de Croce e Gentile que acabei de evocar. Também a leitura de Barthes feita por White no início dos anos 1980 (em *Tropics of Discourse*, Barthes era apenas citado)³⁹ reforçou um esquema preexistente.

Giovanni Gentile

Nessa reconstrução há um elemento discutível: o papel atribuído a Gentile. Pelo que sei, White jamais analisou seus escritos, assim como jamais o citou (com uma única importante exceção, sobre a qual referirei em seguida). Todavia a familiaridade com a obra de Gentile pode ser tranquilamente pressuposta em um estudioso como White, que, segundo Antoni, tinha sido iniciado na tradição filosófica do neo-idealismo italiano. (Porém, um conhecimento direto da obra de Gentile está sem dúvida excluído no caso de Barthes. A função decisiva que teve Barthes no desenvolvimento intelectual de De Certeau pode explicar – mesmo que apenas parcialmente – a convergência parcial entre este último e Hayden White).

A estreita relação que Gentile teve com o fascismo, até a sua trágica morte, tem em um certo sentido obscurecido, ao menos fora da Itália, a primeira fase do seu percurso filosófico. A adesão de Gentile ao idealismo de Hegel era o resultado de uma leitura original dos escritos filosóficos do jovem Marx (*La filosofia de Marx*, 1899).⁴⁰ Ao analisar as *Teses sobre Feuerbach*, Gentile interpretou a práxis marxiana por meio do famoso mote de Vico, *verum ipsum factum* – ou, melhor dizendo, por meio da interpretação que havia sido feita dela pelo neo-idealismo. A práxis era considerada um conceito que implicava a identidade entre sujeito e objeto, enquanto o Espírito (o sujeito transcendental) cria a realidade.⁴¹ A afirmação, feita por Gentile muito mais tarde, sobre a historiografia que cria a história, não era outra coisa senão um corolário desse princípio. Essa apresentação de Marx nas vestes de um filósofo substancialmente idealístico exercitou um peso considerável sobre a vida política e intelectual italiana. É certo, o uso da expressão “filosofia da práxis” nos *Quaderni del carcere*, de Gramsci (lá onde esperávamos “materialismo histórico”), era ditado antes de tudo pelo propósito de lograr a censura fascista. Mas Gramsci ecoava também o título do segundo ensaio de Gentile sobre Marx (*La filosofia della praxis*), assim como, mais significativamente, a

insistência de Gentile sobre a “praxis” como conceito que reduzia fortemente (até o ponto de quase eliminá-lo) o lugar do materialismo no pensamento de Marx. Outros ecos da interpretação de Marx propostos por Gentile foram encontrados no marxismo da juventude, e até naquele da maturidade de Gramsci.⁴² Foi sustentado que mesmo o bastante conhecido trecho dos *Quaderni del carcere* em que a filosofia de Gentile vem julgada mais vizinha do futurismo que a de Croce, implicava um juízo favorável sobre Gentile: Gramsci, em 1921, não considerava talvez o futurismo um movimento revolucionário que estava em grau de responder a uma exigência de “novas formas de arte, de filosofia, de costumes, de linguagem”?⁴³ Uma análoga contigüidade entre a filosofia de Gentile e o futurismo, vistos ambos como exemplos negativos de “anti-historicismo”, foi porém sugerida implicitamente por Croce, na perspectiva de um antifascismo liberal-conservador.⁴⁴

À luz de uma leitura de esquerda da obra de Gentile (ou ao menos de uma parte), o sabor quase gentiliano observável nos escritos de Hayden White a partir de *The Burden of History* – um manifesto pela nova historiografia em chave modernista que apareceu em 1966 – parece menos paradoxal.⁴⁵ Pode-se compreender facilmente a ressonância (assim como a intrínseca debilidade) desse ataque às ortodoxias historiográficas liberais e marxistas. Entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 70, o subjetivismo – aí compreendido o subjetivismo extremo – tinha um sabor claramente radical. Em uma situação em que *desejo* era considerado uma palavra de esquerda, *realidade* (aí compreendida a insistência sobre “fatos reais”) tinha um ar decididamente de direita. Essa perspectiva simplista, para não dizer suicida, parece hoje amplamente superada: no sentido de que as atitudes que implicam uma substancial fuga da realidade não são mais privilégio exclusivo de exíguas frações da esquerda. Qualquer tentativa de explicar o fascínio, realmente singular, que circunda hoje as ideologias céticas, mesmo fora dos ambientes acadêmicos, deveria levar tudo isso em conta. Nessa época, Hayden White se pronunciou “contra as revoluções: sejam aquelas do alto sejam aquelas de baixo...”.⁴⁶ Tal afirmação, como se lê em uma nota de pé de página, nasce do fato de que

...muitos teóricos consideram que o relativismo do qual sou geralmente acusado implica aquele gênero de niilismo que convida a um ativismo revolucionário de um tipo particularmente irresponsável. Segundo meu ponto de vista, o relativismo é o equivalente moral do ceticismo epistemológico; além disso, penso que o relativismo é a base da tolerância social, não a licença de fazer ‘aquilo que se quer’.⁴⁷

Ceticismo, relativismo, tolerância: à primeira vista, a distância entre essas auto-apresentações do pensamento de White e a perspectiva teórica de Gentile não poderiam ser maiores. A polêmica de Gentile contra os historiadores positivistas não tinha implicações céticas, na medida em que sua posição filosófica implicava um Espírito transcendental, não uma multiplicidade de sujeitos empíricos.⁴⁸ Gentile jamais foi um relativista, ao contrário: ele auspiciou um empenho religioso, intransigente seja em âmbito filosófico seja em âmbito político.⁴⁹ E naturalmente não teorizou jamais a tolerância, como testemunha a apologia por ele feita do fascismo, mesmo nos seus aspectos mais violentos, como o *squadrismo*.⁵⁰ A famigerada definição do cacete como “força moral” comparável à pregação – uma afirmação feita por Gentile no curso de um comício durante a campanha eleitoral em 1924⁵¹ –, era de todo coerente com a sua teoria rigorosamente monística: em uma realidade criada pelo Espírito não há lugar para uma verdadeira distinção entre fatos e valores.

Não se trata de divergências teóricas marginais. Qualquer um que sustente a existência de uma contigüidade teórica entre a perspectiva de Gentile e a de White deve ter em conta essas diversidades. Devemos nos perguntar, portanto, em que sentido White, no seu ensaio *The Politics of Interpretation*, teria podido afirmar que a sua concepção da história tem pontos de contato com aquela “que vem associada convencionalmente às ideologias dos regimes fascistas”: nos quais entretanto ele rejeita “os comportamentos no plano político e social”, julgando-os “inegavelmente horrendos”.

Tolerância e revisionismo

Essa contradição, colhida com tanta clareza, nos leva ao dilema moral implícito na impositação de White. “Devemos tomar cuidado”, ele afirma, “com os sentimentalismos que nos levariam a rejeitar uma concepção da história simplesmente porque foi associada às ideologias fascistas. Devemos fazer as contas com o fato de que na documentação histórica não encontramos nenhum elemento que nos induza a construir o significado em um sentido ao invés de um outro”.⁵² Nenhum elemento? De fato, ao discutir a interpretação do extermínio dos judeus fornecida por Faurisson, White não

⁴⁸ N.T.: Squadrismo: antiga organização das tropas de choque fascistas.

hesita em propor um critério com a base no qual poderia julgar a validade de interpretações históricas em conflito. Voltemos à sua argumentação.

A afirmação de White anteriormente citada pressupõe: primeiro, a distinção (ou, melhor dizendo, disjunção) proposta por Croce no seu primeiro ensaio teórico, *La teoria ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, entre “pesquisa histórica positiva” e “história propriamente dita”, ou seja, narração histórica; segundo, uma interpretação cética dessa distinção, que converge em muitos aspectos com o subjetivismo transcendental de Gentile. Ambos os elementos podem ser individuados na reação de White à refutação, fornecida por Vidal-Naquet “sobre o terreno da história positiva”, das “mentiras” de Faurisson sobre o extermínio dos judeus. A pretensão de Faurisson é, disse White, “moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante”. Mas a noção de “mentira”, que implica conceitos como “realidade” e “prova”, lança White em um embaraço evidente. Isso se prova por uma passagem singularmente tortuosa: “a distinção entre uma mentira ou um erro e uma interpretação errônea pode ser mais difícil de traçar quando nos encontramos frente a eventos históricos menos largamente documentados que o Holocausto”. De fato, mesmo nesse último caso, White não consegue aceitar as conclusões de Vidal-Naquet. White sustenta que há uma grande diferença “entre uma interpretação que ‘haveria transformado profundamente a realidade do massacre’ e uma que não tivesse chegado a um resultado do gênero. A interpretação israelita deixa intacta a ‘realidade’ do evento, enquanto a interpretação revisionista o desrealizaria redescrivendo-o em modo tal a fazer dele uma coisa diferente daquilo que as vítimas sabem do Holocausto”.⁵³ A interpretação histórica do Holocausto fornecida pelos sionistas, diz White, não é uma *contre-verité* (como havia sugerido Vidal-Naquet), mas uma verdade: “a sua verdade, como interpretação histórica, consiste exatamente na sua *eficácia* [grifo meu] em justificar uma ampla gama dos atuais comportamentos políticos de Israel, que, do ponto de vista daqueles que os formulam, são essenciais não só para a segurança mas para a própria existência do povo hebraico”. Analogamente, “os esforços do povo palestino de dar vida a uma resposta politicamente *eficaz* [grifo meu] à política de Israel leva a produzir uma ideologia tão eficaz quanto [grifo meu], que contém uma interpretação da própria história provida de um significado até hoje ausente”.⁵⁴ Podemos concluir que se a narração de Faurisson tivesse de algum modo resultado *eficaz*, White não hesitaria em considerá-la verdadeira.

Uma conclusão do gênero é o resultado de uma atitude tolerante? Como se viu, White sustém que ceticismo e relativismo podem fornecer as bases epistemológicas e morais da tolerância.⁵⁵ Mas essa tese é insustentável, seja do ponto de vista histórico seja do lógico. Do ponto de vista histórico, porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinham fortes convicções intelectuais e morais (o mote de Voltaire "Lutarei para defender a liberdade de palavra daquele com quem me encontro em desacordo" é típico). Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se se estendesse também à tolerância como princípio regulador. Não só: quando as divergências intelectuais e morais não são coligadas em última análise à verdade, não há nada a *tolerar*.⁵⁶ De fato, a argumentação de White que liga a verdade à eficácia reclama inevitavelmente não a tolerância, mas o seu contrário – o juízo de Gentile sobre o cacete como força moral. No mesmo ensaio, como se viu, White convida a considerar sem "sentimentalismos" o nexo entre uma concepção da história por ele implicitamente elogiada e as "ideologias dos regimes fascistas". Ele define essa ligação como "convencional". Mas a menção do nome de Gentile (junto ao de Heidegger) nesse contexto não parece absolutamente convencional.⁵⁷

O fantasma da "coisa em si"

A partir do fim da década de 1960, as posições céticas das quais estou falando tornaram-se sempre mais influentes nas ciências humanas. Essa difusão tão ampliada pode ser remetida apenas em parte a uma pretensa novidade. Apenas uma intenção economiástica pode ter sugerido a Pierre Vidal-Naquet que "a partir de agora [a publicação de *L'écriture de l'histoire*, de Michel de Certeau, em 1975] nos tornamos conscientes de que o historiador escreve, que produz um espaço e um tempo, sendo ele próprio inserido em um espaço e um tempo". Como Vidal-Naquet sabe muito bem, a mesma posição (que tantas vezes conduziu a posições céticas) foi fortemente enfatizada, por exemplo, em um ensaio metodológico não particularmente audacioso como *What is History?* (1961), de E. H. Carr – assim como, muito tempo antes, por Benedetto Croce.

Considerando esses problemas em uma perspectiva histórica, podemos colher melhor suas implicações teóricas. Proponho partir de um breve ensaio

escrito por Renato Serra em 1912, mas publicado apenas em 1927, depois de sua morte prematura (1915). O título – *Partenza de un gruppo de soldati per la Libia*⁵⁸ – dá apenas uma vaga idéia sobre o seu conteúdo. O texto começa com uma descrição, escrita em um estilo audaciosamente experimental, que lembra os quadros futuristas pintados por Boccioni nos mesmos anos, de uma estação ferroviária cheia de soldados que partem circundados por uma multidão.⁵⁹ Nesse ponto, há uma série de observações anti-socialistas, seguida de uma reflexão sobre a história e sobre a narração histórica que desemboca bruscamente em uma passagem de tom solenemente metafísico, pleno de ecos nietzscheanos. Esse ensaio incompleto, que mereceria certamente uma análise mais longa e aprofundada, reflete a complexa personalidade de um homem que, além de ser o melhor crítico italiano da sua geração, era um erudito com fortes interesses filosóficos. Na sua correspondência com Croce (a quem era ligado por relações pessoais muito estreitas, porém sem ser seu seguidor), ele explicou a gênese das páginas que estou descrevendo.⁶⁰ Estas tinham sido estimuladas por *Storia, cronaca e false storie* (1912): um ensaio de Croce depois incluído, em forma revisada, em *Teoria e storia della storiografia*. Croce havia mencionado a lacuna sublinhada por Tolstoi em *Guerra e paz*, entre um evento real – uma batalha, por exemplo – e as recordações fragmentárias e distorcidas sobre ele, que fornecem a base para os relatos dos historiadores. O ponto de vista de Tolstoi é bem conhecido: a lacuna pode ser preenchida somente recolhendo as memórias de todos os indivíduos (até o mais humilde soldado) direta ou indiretamente envolvidos na batalha. Croce refuta essa solução, e o ceticismo que segundo ele nela se encerrava, como absurda: “nós, a todo instante, conhecemos toda a história que importa conhecer”; portanto, a história que não conhecemos é idêntica ao “eterno fantasma da ‘coisa em si’”.⁶¹ Serra, ao se autodefinir ironicamente como “um escravo da coisa em si”, escreve a Croce dizendo sentir-se muito mais próximo a Tolstoi: “apenas que”, acrescenta, “as minhas dificuldades são, ou me parecem, mais complicadas”.⁶² Impossível não lhe dar razão:

Há pessoas que imaginam de boa-fé que um documento possa ser expressão da realidade [...]. Como se um documento pudesse exprimir alguma coisa de diferente de *si mesmo* [...]. Um documento é um fato. A batalha é um outro fato (ou uma infinidade de outros fatos). Os dois não podem fazer *um*. [...] O homem que opera é *um* fato. E o homem que relata é *um outro fato*. [...] Todo testemunho é testemunho apenas de si mesmo; do próprio momento, da própria origem, do próprio fim, e de nada mais.⁶³

Essas não eram reflexões de um teórico puro. Serra sabia o que era a erudição. Nas suas críticas incisivas não contrapunha artificiosamente as narrações históricas e os materiais que são construídos. Desajeitadas cartas mandadas pelos soldados às suas famílias, artigos de jornal escritos para agradar um público distante, relatos de ações de guerra rabiscados com pressa por um capitão impaciente, reelaborações de historiadores cheios de veneração supersticiosa por cada um desses documentos: Serra sabia bem que todas essas narrações, independentemente do seu caráter mais ou menos direto, têm sempre uma relação altamente problemática com a realidade. Mas a realidade ("a coisa em si") existe.⁶⁴

Serra recusava explicitamente toda perspectiva positivista ingênua. Mas as suas observações nos ajudam a recusar também um ponto de vista em que se assemelham positivismo (ou seja, uma "pesquisa histórica positiva" baseada na decifração literal dos documentos) e relativismo (ou seja, "narrações históricas" baseadas em interpretações figurais, inconfrontáveis e irrefutáveis).⁶⁵ As narrações baseadas em uma única testemunha, discutidas na primeira parte deste capítulo, podem ser consideradas casos experimentais que contrariam a existência de uma distinção assim clara: uma leitura diferente da documentação disponível influi imediatamente sobre a narração. Uma relação análoga, mesmo se geralmente menos evidente, pode ser hipotetizada até em um plano mais geral. Portanto, uma posição totalmente cética com relação às narrações históricas não tem fundamento.

Auschwitz

Sobre Auschwitz, Jean-François Lyotard escreveu:

Suponhamos que um terremoto destrua não somente vidas fabricadas e objetos, mas também os instrumentos para medir, direta ou indiretamente, os terremotos. A impossibilidade de se valer de medidas quantitativas não impede, mas ao contrário sugere à mente dos sobreviventes, a idéia de uma imensa força sísmica. [...] Com Auschwitz, aconteceu alguma coisa de novo na história (aquilo que pode ser apenas um sinal e não um fato), isto é, que os fatos, os testemunhos que conservam os traços do aqui e do agora, os documentos que indicavam o sentido e os sentidos dos fatos e os nomes, e enfim a possibilidade de vários tipos de frases em relação aos quais se constrói a realidade, tudo isso foi, naquilo que é possível, destruído. Quem sabe não caiba ao historiador levar em consideração, além dos danos, as distorções cometidas? Além da realidade, a metarrealidade, ou seja a destruição da realidade? [...] O seu nome [de Auschwitz] assinala os confins em que o conhecimento histórico vê colocado em discussão sua própria competência.⁶⁶

Não estou tão certo de que essa última observação seja verdadeira. A memória e a destruição da memória são elementos recorrentes na história. “A necessidade de contar aos ‘outros’, de fazer os ‘outros’ participantes”, escreveu Primo Levi, “havia assumido entre nós, antes da libertação e depois, o caráter de um impulso imediato e violento, a ponto de rivalizar com as outras necessidades elementares”.⁴⁷ Como mostrou Benveniste, uma das palavras latinas que significam “testemunha” é *superstes* – o sobrevivente.⁴⁸

(tradução: Henrique Espada Lima)

Notas

- ¹ Cf. J. Shatzmiller, “Les Juifs de Provence pendant la Peste Noire”, em *Revue des études juives*, n. 133, 1974, pp. 457-80, especialmente pp. 469-72.
- ² Cf. *Storia Nocturna: una decifrazione del sabba*, Torino, 1989, pp. 5-35.
- ³ Cf. Bouquet, *Recueil des historiens de Gaules et de la France*, xx, Paris, 1840, pp. 629-30.
- ⁴ Cf. Flavius Iosephus, *La guerra giudaica*, aos cuidados de V. Vitucci, Milano, 1982. Cf. P. Vidal-Naquet, “Flavius Josèphe et Masada”, em *Les Juifs, la mémoire, le présent*, Paris, 1981, p. 43 ss., que analisa com agudeza os paralelismos entre as duas passagens (para a tradução italiana deste ensaio, não incluído na coletânea, *Gli ebrei, la memoria e il presente*, Roma, 1985, veja-se P. Vidal-Naquet, *Il buon uso del tradimento*, tr. It. Roma, 1980, pp. 161-83).
- ⁵ Cf. P. Vidal-Naquet, *Flavius Josèphe*, op. cit., pp. 53 ss.
- ⁶ Cf. *The Latin Josephus*, t. 1, a cura di F. Blatt, Aarhus, 1958, pp. 15-6. Cf. Também G. N. Deutsch, *Iconographie et illustration de Flavius Josèphe au temps de Jean Fouquet*, Leiden, 1986, p. xi (cartina).
- ⁷ Cf. Ph. Schmitz, “Les lectures de table à l’abbaye de Saint-Denis à la fin du Moyen Age”, em *Revue bénédictine*, n. 42, 1930, pp. 163-7; A. Wilmart, “Le couvent et la bibliothèque de Cluny vers le milieu du XI^e siècle”, em *Revue Mabillon*, n. 11, 1921, pp. 89-124, especialmente pp. 93 e 113.
- ⁸ Cf. D. Nebbiai-Dalla Guarda, *La bibliothèque de l’abbaye de Saint-Denis en France du IX^e au XVIII^e siècle*, Paris, 1985, a propósito de um pedido enviado por Reichenau a Saint-Denis para a obtenção de uma cópia das *Antiquitates Iudaicae* de Flavius Iosephus (p. 61; cf. também *Idem*, p. 249).
- ⁹ B.N. Lat. 12511; cf. *The Latin Josephus*, op. cit., p. 50.
- ¹⁰ *Hegesippi qui dicuntur historiarum libri v*, ed. V. Ussani (“Corpus scriptorum ecclesiastorum latinorum”, v. cxvi), Vindobonae, 1932, 1960, pref. K. Mraz (sobre o assédio de Masada, cf. V, 52-53, pp. 407-17). A Biblioteca Nacional de Paris possui 12 manuscritos dos “Hegesippus”, escritos entre os séculos X e XIV; cf. G. N. Deutsch, *Iconographie*, op. cit., p. 15.
- ¹¹ Uma tradução inglesa desse último ensaio apareceu em *Democracy* April 1981, pp. 67-95: “A Paper Eichman?” (Note-se o ponto de interrogação, ausente no título original francês; para a tradução italiana cf. “Un Eichman di carta”, em *Gli ebrei*, op. cit., pp. 195 ss.).
- ¹² Menos convincente me parece a proposta de Maria Daraki, mencionada por P. Vidal-Naquet (*Les Juifs*, op. cit., p. 59, n. 48 = *Il buon uso*, op. cit., p. 173, n. 50), segundo a qual no primeiro caso o paralelismo deveria ser referido a mulher que denunciou Flavius Iosephus e os seus companheiros.
- ¹³ Cf. H. Van Vliet, *No Simple Testimony* (“*Studia Theologica Rheno-Traiectina*”, iv), Utrecht, 1958. A vantagem de dispor de mais de um testemunho é sublinhado de um ponto de vista geral (ou seja, lógico) por P. Vidal Naquet, *Les Juifs*, op. cit., p. 51.
- ¹⁴ Cf. H. Van Vliet, *No Simple Testimony*, op. cit., p. 11.

- ¹⁰ Cf. Por exemplo A. Libois, "A propos des modes de preuve et plus spécialement de la preuve par témoignage dans la jurisprudence de l'école au xv^e siècle", em *Hommage au Professeur Paul Bermanant* (1899-1965), Bruxelles, 1965, pp. 532-46, especialmente pp. 540-42.
- ¹¹ Sobre esse argumento, veja-se os comentários, ainda que rápidos, de P. Peeters, "Les aphorismes du droit dans la critique historique", em *Académie Royale du Belgique, Bulletin de la classe des lettres...*, I, xxvii, 1946, p. 82 ss. (pp. 95-6 a propósito de *testis unus, testis nullus*).
- ¹² R. Baudouin, *De institutione historiae universae et ejus cum jurisprudentia conjunctione, prolegomenon libri II*, apud D. R. Kelley, *Foundations of Modern Historical Scholarship*, New York/London, 1970, p. 116 (mas todo o livro é importante).
- ¹³ Consultei a segunda edição (Liège, 1770). A importância desse breve tratado foi agudamente sublinhada por A. Johnson, *The Historian and Historical Evidence*, New York, 1934 (1. ed. 1926), p. 114, que o define como "the most significant book on method after Mabillon's *De re diplomatica*". Cf. também A. Momigliano, "Ancient History and the Antiquarian", em *Contributo alla storia degli studi classici*, Roma, 1979, p. 81.
- ¹⁴ Cf. R. Faurisson, *Mémoire en défense: Contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire - La question des chambres à gaz*, prefaciado por Noam Chomsky, Paris, 1980.
- ¹⁵ "Michel de Certeau", sob a direção de L. Giard, Paris, 1987, pp. 71-2. Da carta de Vidal-Naquet se aprende que a origem dessa correspondência estava na participação dos dois correspondentes na discussão pública da *tese* de François Hartog, depois publicada com o título *Le miroir d'Hérodote* (Paris, 1980). Sobre algumas implicações desse livro, ver, de quem escrevo, *Prove e possibilidade*, em apêndice a N. Zemon Davis, *Il ritorno di Martin Guerre*, Torino, 1984, pp. 143-5.
- ¹⁶ As páginas que seguem estão baseadas sobre escritos publicados por Hayden White. A contribuição apresentada por ele no colóquio de Los Angeles é marcada por uma forma menos rígida (e não pouco contraditória) de ceticismo.
- ¹⁷ Cf. C. Antoni, *From Historicism to Sociology*, prefácio do tradutor ("On History and Historicism"), pp. xxv-xxvi (cf. também a resenha de B. Mazlich em "History and Theory", 1 [1960], pp. 219-27).
- ¹⁸ Cf. B. Croce, *Contributo alla critica di me stesso*, Bari, 1926, pp. 32-3; R. G. Collingwood, *The Idea of History*, Oxford 1956, pp. 91 ss.
- ¹⁹ Cf. H. White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Baltimore, 1973, pp. 281-8 (traduzido para o italiano como *Reticorica e Storia*, Napoli, 1978); B. Croce, *Primi Saggi*, 2. ed., Bari, 1927, pp. 3-41.
- ²⁰ Cf. *Metahistory*, op. cit., p. 385.
- ²¹ Idem, pp. 378 e 434.
- ²² Idem, p. 407.
- ²³ E. Colonna, *L'estetica di Benedetto Croce: Studio critico*, Milano 1934.
- ²⁴ As cartas entre Croce e Gentile (Cf. B. Croce, *Lettere a Giovanni Gentile* (1896-1924), aos cuidados de A. Croce, introdução de G. Sasso, Milano 1981) são, desse ponto de vista, reveladoras.
- ²⁵ Cf. B. Croce, *Logica come scienza del concetto puro*, Bari, 1981, pp. 193-5. Cf. Também G. Gentile, *Frammenti di critica letteraria*, Lanciano 1921, p. 379 ss. (remete a B. Croce, *Il concetto della storia nelle sue relazioni col concetto dell'arte*, 1897). A influência de Gentile sobre o desenvolvimento de Croce nos anos cruciais entre 1897 e 1900 pode ser avaliada sobre a base de G. Gentile, *Lettere a Benedetto Croce*, aos cuidados de S. Giannantoni, I, Firenze, 1972. Ver também G. Galasso, em apêndice à edição de *Teoria e storia della storiografia* (Milano, 1989) por ele organizada, p. 409 ss.
- ²⁶ Aqui desenvolvo algumas penetrantes observações de Piero Gobetti ("Cattaneo", em P. Gobetti, *Scritti storici, letterari e filosofici*, Torino 1969, p. 199; publicado originalmente em "L'Ordine Nuovo", 1922).
- ²⁷ Cf. G. Gentile, "Il superamento del tempo nella storia", em *Memorie italiane e problemi della filosofia e della vita*, Firenze, 1936, pp. 314 e 308. Trinta anos antes, Antonio Labriola, em uma carta a Croce, havia descrito a relação entre Croce e Gentile em termos curiosamente semelhantes (A. Labriola, *Lettere a Benedetto Croce*, 1885-1904, Napoli, 1975, p. 376 [2 jan. 1904]: "Eu não

entendo porque Gentile, que investe com ímpeto sacerdotal contra o mundo pecador, não se empenhe propriamente na obra benigna (tendo o diabo dentro de casa) de converter antes de tudo você". Com relação à alusão de Gentile a Croce, ver a nota que segue.

- ³⁸ Cf. G. Gentile, *Il superamento*, op. cit., p. 308: "a metafísica histórica (ou historicismo) ..."; o ensaio tinha sido anteriormente publicado em *Rendiconti della R. Accademia nazionale dei Lincei, classe di scienze morali*, série VI, v. VI, 1935, pp. 752-69. As palavras entre parênteses "(that is, historicism)" faltam na tradução inglesa que aparecera alguns meses antes ("The Transcending of time", em *History Philosophy and History: Essays Presented to Ernst Cassirer*, aos cuidados de R. Klibansky e H. J. Paton, Oxford, 1936, pp. 91-105; o prefácio dos organizadores é datado "Fevereiro 1936"). Elas foram adicionadas presumivelmente depois da publicação do ensaio de Croce "Anti-historicismo" (trata-se de uma conferência pronunciada em Oxford em 1930, mas publicada apenas em *Ultimi Saggi*, Bari, 1948, pp. 246-58). Gentile pronunciou a sua conferência na Accademia dei Lincei em 17 de novembro de 1933 e reeditou as traças corretas em 2 de abril de 1936 (Cf. *Rendiconti*, op. cit., pp. 752 e 769). Para a relação de Croce com os ensaios reunidos em *Philosophy and History*, cf. *La storia come pensiero e come azione*, Bari, 1952 (1938), pp. 319-27 (essa seção falta na tradução inglesa, *History as the Story of Liberty*, London, 1941); na p. 322 há uma alusão polémica a Gentile: ("uma tosca tendência mistificante [...]"). Se vimos também no mesmo volume, as páginas sobre "A historiografia como liberação da história" (*Storia*, op. cit., pp. 30-2): "Nós somos produto do passado, e vivemos imersos no passado, que tudo em torno de si empurra [...]". Gentile, cujo idealismo era muito mais radical e coerente, havia afirmado que o passado (assim como o tempo) são noções puramente abstratas, superadas na vida espiritual concreta (*Il superamento del tempo*, op. cit., p. 308 ss.). A importância de *Il superamento del tempo nella storia* de Gentile foi sublinhada por C. Garboli, *Scritti servili*, Torino, 1989, p. 205.
- ³⁹ Cf. G. Gentile, *Teoria generale dello spirito come atto puro*, 2. ed. rev. e ampl., Pisa, 1918, pp. 50-2.
- ⁴⁰ Não quero sugerir a existência de um nexos causal simples e unilinear. Sem dúvida, as relações de White com o neo-idealismo italiano passaram através de um filtro especificamente americano. Mas também o pragmatismo de White, ao qual alude implicitamente Perry Anderson no fim da sua contribuição ao colóquio de Los Angeles (de próxima publicação nos atos), foi verossimilmente reforçado pelo filão pragmatista (mediado por Giovanni Vailati), cuja presença é reconhecível na obra de Croce, sobretudo na *Logica*.
- ⁴¹ Cf. H. White, "Interpretation in History (1972-73)", em *Tropics of Discourse*, Baltimore, 1978, p. 75.
- ⁴² *Idem*, p. 2.
- ⁴³ Foucault Decoded, 1973, op. cit., p. 254.
- ⁴⁴ No índice dos nomes, ele comparece apenas uma vez; mas veja-se também p. 24, nota 2, na qual Barthes é citado com outros estudiosos que trabalham no âmbito da retórica, como Kenneth Burke, Genette, Eco, Todorov.
- ⁴⁵ G. Gentile, "La filosofia della praxis", em *La filosofia di Marx. Studi critici*, Pisa, 1899, pp. 51-157; o livro era dedicado a Croce. (Ver sobre esse argumento a ampla introdução de E. Garin a G. Gentile, *Opere filosofiche*, Milano, 1991, 2v.)
- ⁴⁶ G. Gentile, *La filosofia*, op. cit., pp. 62-3.
- ⁴⁷ Cf. pela primeira tese G. Bergami, *Il giovane Gramsci e il marxismo*, Milano, 1977; pela segunda A. Del Noce, *Il suicidio della rivoluzione*, Milano, 1978, pp. 121-98 ("Gentile e Gramsci").
- ⁴⁸ Cf. S. Natoli, *Giovanni Gentile filosofo europeo*, Torino, 1989, pp. 94 ss. (Geralmente superficial), a propósito de A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, aos cuidados de V. Gerratana, III, Torino, 1975, p. 2038. Para o juízo de Gramsci sobre o futurismo, cf. *Socialismo e fascismo: L'Ordine Nuovo 1919-1922*, Torino, 1966, pp. 20-2.
- ⁴⁹ Cf. B. Croce, "Anti-historicismo", em *Ultimi saggi*, op. cit., pp. 246-58.
- ⁵⁰ Cf. *Tropics*, op. cit., pp. 27-80.
- ⁵¹ Cf. H. White, *The Content of the Form*, Baltimore, 1987, p. 63.
- ⁵² *Idem*, p. 227, n. 12.
- ⁵³ G. Gentile, *Il superamento del tempo*, op. cit., p. 314: "A ciência histórica que se orgulha dos 'fatos' que contrapõe às idéias, como realidade positiva, maciça – que se opõe às construções mentais, privadas de qualquer consistência objetiva – vive ingenuamente ignorando aquilo que os fatos recebem do pensamento quando se colocam diante da intuição histórica."

Bibliografía

- ANTONI, C. *From Historicism to Sociology*. Detroit: Wayne State University Press, 1959.
- BENVENISTE, E. *Il vocabolario delle istituzioni indoeuropee*. Torino: Einaudi, 1976.
- BERGAMI, G. *Il giovane Gramsci e il marxismo (1911-1918)*. Milano: Feltrinelli, 1977.
- BLATT, F. (org.) *The Latin Josephus*, v. 1. Aarhus: Universitetsforlaget, 1958.
- BOUQUET, *Recueil des historiens de Gaules et de la France*, v. XX. Paris: F. Michel, 1840.
- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1956.
- COLOMNI, E. *L'estetica de Benedetto Croce: Studio critico*. Milano: Società Editrice 'La cultura', 1934.
- CROCE, B. *Contributo alla critica de me stesso*. Bari: Laterza, 1926.
- _____. *Primi Saggi*. 2. ed. Bari: Laterza, 1927.
- _____. *Philosophy and History*. S. ed. 1938.
- _____. *History as the Story of Liberty*. London: G. Allen and Unwin Ltd., 1941.
- _____. *Ultimi Saggi*. Bari: Laterza, 1948.
- _____. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1952.
- _____. *Logica come scienza del concetto puro*. Bari: Laterza, 1981.
- _____. *Lettere a Giovanni Gentile (1896-1924)*. Aos cuidados de A. Croce, introdução de G. Sasso. Milano: A. Mondadori, 1981.
- _____. *Teoria e storia della storiografia*. Aos cuidados de G. Galasso. Milano: Adelphi, 1989.
- DEL NOCE, A. *Il suicidio della rivoluzione*. Milano: Rusconi, 1978.
- DEUTSCH, G. N. *Iconographie et illustration de Flavius Josephus au temps de Jean Bouquet*. Leiden: E. J. Brill, 1986.
- FAURISSON, R. *Mémoire en défense: Contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire. La question des chambre à gaz*. Prefaciado por Noam Chomsky. Paris: La Vieille Taupe, 1980.
- GARBOLI, C. *Scritti servili*. Torino: Einaudi, 1989.
- _____. *Falbalas*. Milano: Garzanti, 1990.
- GARIN, E. *Serra e Croce. Scritti in onore de Renato Serra per il cinquantenario della morte*. Firenze: Le Monnier, 1974.
- GENTILE, G. *La filosofia de Marx: Studi critici*. Pisa: s. ed., 1899.
- _____. *Teoria generale dello spirito come atto puro*. 2. ed. rev. e ampl. Pisa: s. ed., 1918.
- _____. *Frammenti di critica letteraria*. Lanciano: R. Carabba, 1921.
- _____. *Che cosa è il fascismo: Discorso e polemiche*. Firenze: Vallecchi, 1924 [1925].
- _____. *Memorie italiane e problemi della filosofia e della vita*. Firenze: Sansoni, 1936.
- _____. *Lettere a Benedetto Croce*. Aos cuidados de S. Giannantoni. Firenze: Sansoni, 1972, v. 1.
- _____. *Opere filosofiche*. Introduzione di E. Garin. Milano: Garzanti, 1991.
- GIARD, L. (org.) *Michel de Certeau*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.
- GINZBURG, C. *Prove e possibilità (posfácio a N. Zemon Davis). Il ritorno di Martin Guerre*. Torino: Einaudi, 1984.
- _____. *Storia Nocturna: una decifrazione del sabba*. Torino: Einaudi, 1989.
- GOBETTI, P. *Scritti storici, letterari e filosofici*. Torino: Einaudi, 1969.
- GRAMSCI, A. *Socialismo e fascismo. L'Ordine Nuovo 1919-1922*. Torino: Einaudi, 1966.
- _____. *Quaderni del carcere*. Aos cuidados de V. Gerratana, III. Torino: Einaudi, 1975.
- JOHNSON, A. *The Historian and Historical Evidence*. New York: C. Scribner's Sons, 1934 (1. ed. 1926).
- JOSEFUS, Flavius. *La guerra giudaica*. Aos cuidados de V. Vitucci. Milano: Mondadori, 1982.
- HARTOG, F. *Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard, 1980.

- KELLEY, D. R. *Foundations of Modern Historical Scholarship*. New York/London: Columbia University Press, 1970.
- KLIBANSKY, R.; PATON, H. J. *History Philosophy and History: Essays Presented to Ernst Cassirer*. Oxford: Clarendon Press, 1936.
- LABRIOLA, A. *Lettere a Benedetto Croce, 1885-1904*. Napoli: Istituto Italiano per gli Studi Storici, 1975.
- LEVI, P. *Se questo è un uomo*. Torino: Einaudi, 1958.
- LIBOS, A. A propos des modes de preuve et plus spécialement de la preuve par témoins dans la juridiction de Léau au xv^e siècle. *Hommage au Professeur Paul Bonenfant (1899-1965)*. Bruxelles: Études d'hist. Médiévale, Av. Annexes, 1965, pp. 532-46.
- LYOTARD, J.-F. *Le Différend*. Paris: Minuit, 1983.
- MAZUCH, B. Review: Carlo Antoni. From Historicism to Sociology. *History and Theory*, 1 [1960], pp. 219-27.
- MOMIGLIANO, A. *Contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Storia e Letteratura, 1979.
- MUSSOLINI, B. *Opera Omnia*. AOS cuidados de E. e D. Susmel, xix. Firenze: La Fenice, 1956.
- NATOLI, S. *Giovanni Gentile filosofo europeo*. Torino: Bolati Boringhieri, 1989.
- NEBBIAI-DALLA GUARDA, D. *La bibliothèque de l'abbaye de Saint-Denis en France du ix^e au xviii^e siècle*. Paris: CNRS, 1985.
- PEETERS, P. Les aphorismes du droit dans la critique historique. *Académie Royale du Belgique. Bulletin de la classe des lettres...*, 1, xxxii, 1946.
- SCHMITZ, P. H. Les lectures de table à l'abbaye de Saint-Denis à la fin du Moyen Age. *Revue Bénédictine*, n. 42, 1930, pp. 163-7.
- SERRA, R. *Epistolario*. AOS cuidados de L. Ambrosini, G. De Robertis, A. Grilli. Firenze: Le Monnier, 1953.
- _____. *Scritti letterari, morali e politici*. AOS cuidados de M. Isnenghi. Torino: Einaudi, 1974.
- SHATZMILLER, J. Les Juifs de Provence pendant la Peste Noire. *Revue des études juives*, n. 133, 1974.
- USSANI, V. (ed.). *Hegeippi qui dicuntur historiarum libri v*, ("Corpus scriptorum ecclesiastorum latinorum" v. LXVI). Vindobonae: Hoelder-Pichler-Tempsky e.g., 1932, 1960.
- VAN VLIET, H. *No Simple Testimony* ("Studia Theologica Rheno-Trajectina", iv). Utrecht: Kemink, 1958.
- VIDAL-NAQUET, P. *Il buon uso del tradimento*. Tr. It. Roma: Riuniti, 1980.
- _____. A Paper Eichman?. *Democracy*. April 1981, pp. 67-95.
- _____. *Les Juifs, la mémoire, le présent*. Paris: Le Seuil, 1981.
- _____. *Gli ebrei, la memoria e il presente*. Roma: Riuniti, 1985.
- WHITE, H. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.
- _____. *Retorica e Storia*. Napoli: Guida, 1978.
- _____. *Tropics of Discourse*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- WILMART, A. Le couvent et la bibliothèque de Cluny vers le milieu du xi^e siècle. *Revue Mabillon*, n. 11, 1921, pp. 89-124.

Os autores

ANGELIKA EPPLE

Professora assistente de História na Universidade de Hamburgo (Alemanha), sua pesquisa mais recente intitula-se “Uma micro-história da Globalização. A fábrica alemã de chocolate Irmãos Stollwerck (1839-2002)”. Autora de *Empfindsame Geschichtsschreibung: Eine Geschlechtergeschichte der Historiographie zwischen Aufklärung und Historismus* [Narrativas históricas sentimentais: uma história de gênero da historiografia entre o Iluminismo e o historicismo] e de diversos artigos sobre história da globalização, teoria da história, história e gênero e história e informática.

ARNO WEHLING

Reitor da Universidade Gama Filho (UGF), presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro da Academia Brasileira de Educação (ABE). É autor de inúmeros artigos em revistas especializadas e de obras como *A invenção da História: estudos sobre o historicismo* e (com Maria José C. de Wehling) *Formação do Brasil colonial*.

CARLO GINZBURG

É professor da University of California (Los Angeles) e tem livros traduzidos em quinze línguas. No Brasil, destacam-se: *O queijo e os vermes*; *História noturna*; *Mitos, emblemas e sinais*; *Felicitarias e cultuos agrários nos séculos XVI e XVII* e *Olhos de madeira*.

FRANK R. ANKERSMIT

É professor de História Intelectual e Teoria da História na Universidade de Groningen (Holanda) e membro do Conselho Editorial da revista *History & Theory*. Entre seus livros, destacam-se: *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language*; *The Reality Effect in the Writing of History: The Dynamics of Historiographical Topology*; *De historische ervaring*; *History and Tropology: The Rise and Fall of Metaphor*; *Historical Representation* e *Sublime Historical Experience*.

HAYDEN WHITE

PhD pela University of Michigan, é professor emérito da University of California, Santa Cruz, e professor de Literatura Comparada na Stanford University. Seus livros tiveram profunda influência na prática e na teoria de praticamente todas as ciências humanas. Entre eles, destacam-se: *Metahistory: The Historical Imagination*; *Tropics of Discourse*; *The Content of the Form* e *Figural Realism*.

HORST WALTER BLANKE

É Privatdozent na University of Bielefeld. No momento, integra um projeto de pesquisa sobre historiografia comparada da Europa e China, baseado no *Kulturwissenschaftliches Institut*. Suas principais áreas de atuação são História e Teoria da Historiografia e Filosofia da História desde o Iluminismo. Suas publicações incluem: *Von der Aufklärung zum Historismus*; *Theoretiker der deutschen Aufklärungsgeschichte*; *Historiographieggeschichte als Historik*; *Aufklärung und Historik*; *Transformation des Historismus*; *Politische Herrschaft und soziale Ungleichheit im Spiegel des Anderen*; *Dimensionen der Historik* e "Jede Umwälzung trägt den Charakter ihrer Zeit".

JORN RÜSEN

Foi professor de História Moderna nas Universidades de Bochum e Bielefeld. Entre 1994 e 1997, foi diretor do Center for Interdisciplinary Research (ZiF). Desde 1997 é presidente do Institute for Cultural Studies in Essen. Entre suas obras, destacam-se: *Historische Vernunft; Rekonstruktion der Vergangenheit; Lebendige Geschichte; Zeit und Sinn*; (com Friedrich Jaeger) *Geschichte des Historismus: Eine Einführung*; *Historische Orientierung*; *Geschichte im Kulturprozeß*; *Kann gestern besser werden?* (com Attila Pok und Jutta Scherrer) *European History: Challenge for a Common Future*; (com Wolfgang Küttler und Ernst Schulin), *Geschichtsdiskurs* e (com Michael Fehr) *Die Unruhe der Kultur: Potentiale des Utopischen* (2004).

JURANDIR MALERBA (Org.)

Doutor em História e professor visitante na University of Oxford e na Georgetown. É professor de Teoria da História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp, Franca) desde novembro de 2004. Principais livros editados: *A velha história: teoria, método e historiografia*; (com Ciro F. Cardoso) *Representações*; (com Mauro Bertoni) *Nossa gente brasileira*; (com Carlos Aguirre Rojas) *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Autor de: *A corte no exílio*; *O Brasil imperial* e *Os brancos da lei*.

MASAYUKI SATO

Doutor em História pela University of Cambridge (UK), é professor titular de História da Universidade de Yamanashi, Kofu, Japão. Secretário-geral da International Commission on History and Theory of Historiography, é autor de inúmeros livros e ensaios sobre história da historiografia e historiografia comparada.

MASSIMO MASTROGREGORI

Foi professor visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e na Universidade de Roma, "La Sapienza". Foi diretor da *Rivista di Storia della Historiografia Moderna* (1987-1996) e, atualmente, é editor da revista *Storiografia* (Roma). Entre suas publicações, destacam-se: *Il genio dello storico: Le considerazioni sulla storia di M. Bloch e L. Febvre e la tradizione metodologica francese*; *Il manoscritto interrotto di Marc Bloch: Apologia della storia o Mestiere di storico*; *Dizionario di storiografia*.

Os tradutores

ANDREA CIACCHI

Antropólogo. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e doutor em Estudos Ibéricos pela Universidade de Bolonha.

CARLOS OITI

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás e doutor em História pela Universidade de Brasília.

CLAUDIA PAS

Jornalista e historiadora. Atua como redatora, pesquisadora, escritora e professora de História Econômica do Brasil Colonial. Vive e trabalha em Trondheim, na Noruega.

ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS

Professor de História Contemporânea, de História das Relações Internacionais e de Teoria da História na Universidade de Brasília.

HENRIQUE ESPADA LIMA

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

LUIZ SÉRGIO DUARTE

Professor de Teoria da História na UFG. Mestre em História e doutor em Sociologia da Cultura pela Universidade de Brasília/FC Berlim.

RAIMUNDO BARROSO CORDEIRO JR.

Professor de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba e do programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Doutor em história social pela Unicamp.

SÉRGIO DA MATA

Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em História pela Universität zu Köln, Alemanha.